



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MARCIA TAVARES NUNES

**INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA**

SALVADOR-BA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MARCIA TAVARES NUNES

**INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia da UFBA como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito.

SALVADOR-BA
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

N972 Nunes, Marcia Tavares

Injustiça espacial nos itinerários de mulheres em situação de violência doméstica no subúrbio ferroviário de Salvador-BA/Marcia Tavares Nunes. – Salvador, 2024.

196 f.

Orientador: Prof. Dr. Cristovão de Cássio da Trindade de Brito.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Programa Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Injustiça espacial. 2. Mulher - Violência doméstica. 3. Rota crítica. 4. Mulher - Rede de atenção. 5. Subúrbio Ferroviário de Salvador. I. Brito, Cristovão de Cassio da Trindade de. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 343.6-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA – DISSERTAÇÃO

**INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA**

MARCIA TAVARES NUNES

Documento assinado digitalmente

gov.br CRISTOVÃO DE CASSIO DA TRINDADE DE BRITO
Data: 03/10/2024 22:48:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito (Orientador/UFBA)

Documento assinado digitalmente

gov.br MARCILENE GARCIA DE SOUZA
Data: 03/10/2024 23:01:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcilene Garcia de Souza (IFBA)

Documento assinado digitalmente

gov.br MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA
Data: 04/10/2024 16:11:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR)

Rua Barão de Geremoabo s/n – Campus Universitário de Ondina – 40170-970 – Salvador-Ba – Brasil – Fone (71) 3283-8526
Site: www.posgeo.ufba.br – Email: pggeo.gr@ufba.br

Aprovada em Sessão Pública dia 30 de setembro de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Anita Bispo de Araújo, minha mãe, mulher negra, mãe de nove filhos, minha referência de mulher. Uma mulher que foi vítima de violência doméstica, mas que, além de não abaixar a cabeça diante do machismo, lutou para defender outras iguais a ela. E mesmo não escolarizada, me ensinou, com todos os seus valores, o respeito por todos (as). Ofereço também às mulheres suburbanas que, assim como minha mãe Anita Bispo de Araújo, minhas irmãs e eu, enfrentamos variadas formas de violência. Contudo, vencem as adversidades para conquistar seu espaço em uma sociedade sexista, racista, machista e desigual.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido forças para retomar minha jornada de estudos e aqui chegar para concluir este ciclo em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito por ter aceitado orientar minha pesquisa e contribuir de forma rica para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Coletivo de Enfrentamento ao Feminicídio na Bahia (CEFEM), do qual também faço parte, pelas trocas de conhecimentos e todo o apoio prestado ao longo da jornada da pesquisa, em especial às integrantes: Francisca Eleonora Asanuma Schiavo (Fran), Maria Alice Bittencourt, Tânia Palma, Maria Eunice Kalil (Bice) e Greice Menezes. A esta última, meu agradecimento é deveras especial, pois foi ela quem me apoiou com todo o suporte necessário na construção da dissertação. Minha coorientadora, Greice, caminhou comigo desde o início dessa travessia. Minha gratidão por ela não se resume a estas palavras.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero (GEPGENERO), ao Clube de Leitura Lélia Gonzalez - Projeto de extensão do GEPGENERO, o qual tive a felicidade de conhecer e participar no período da pandemia de Covid-19, tornando-se para mim, um divisor de águas para construção dessa dissertação, onde encontrei pessoas maravilhosas que pesquisavam na perspectiva das Geografias Feministas e de Gênero, além de uma rica e diversa oferta de textos e as excelentes discussões, coordenado pela professora Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

À professora Dr^a Marcilene Garcia, por ter apoiado meu trabalho desde a proposta da monografia e, assim, aceitado ser coorientadora da pesquisa na graduação, atuando primorosamente como um divisor de águas em todo o processo de sua construção. Agradeço, ainda, por aceitar participar da banca examinadora da dissertação.

Agradeço ao Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres de Salvador, do qual tive a honra de participar de várias reuniões, desde a graduação e onde ainda continuo participando.

Agradeço ao professor Dr. Joilson Cruz por ter aceitado ser meu orientador na graduação, possibilitando a continuidade da minha linha de pesquisa no campo da Geografia.

Agradeço a todas as mulheres que aceitaram participar da pesquisa como entrevistadas, assim como às profissionais que dedicaram um pouco de seu valioso tempo para contribuir com meu trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio da Bolsa de mestrado, possibilitou a realização da pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao corpo docente, que teve papel decisivo no meu processo de formação e no desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus amigos Aline Nascimento, Marcos Moreno, Eliana Santos, Jeferson Silva.

À minha filha Jamime Priscila Tavares Nunes, por me apoiar e sempre me incentivar nos momentos difíceis.

À minha família por todos os incentivos e palavras de apoio, nas horas mais complicadas dessa jornada.

RESUMO

A violência doméstica praticada contra mulheres é um fenômeno social extremamente grave, o qual implica em um problema de saúde pública, que ocorre em todo o mundo. As violências e agravos contra as mulheres são de todo tipo, inclusive podem culminar com o assassinato das mulheres por seus respectivos companheiros. No Brasil, a violência doméstica pode atingir qualquer mulher, independentemente de classe social e cor da pele. Entretanto, nem todas as mulheres estão igualmente expostas; além disso, as políticas públicas para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher não beneficiam todas as mulheres da mesma maneira. As mulheres negras e pobres são as mais vulneráveis, tanto pela exposição à violência doméstica, como pelas dificuldades de acesso aos serviços especializados - quando decidem romper o ciclo da violência. Busca-se, nesta pesquisa, entender como as injustiças socioespaciais existentes nas áreas residenciais no Subúrbio Ferroviário da Cidade do Salvador interferem no cotidiano e no itinerário espacial das mulheres que lá residem, quando as mesmas decidem romper o ciclo da violência doméstica e buscar os serviços da “Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência em Salvador”. O objetivo é identificar e analisar os principais entraves (mobilidade e acessibilidade) vivenciados pelas mulheres do Subúrbio Ferroviário no seu deslocamento em direção aos serviços especializados no atendimento contra a violência doméstica na Cidade de Salvador. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres, maiores de idade, residentes no Subúrbio Ferroviário, com relato de violência doméstica. Foram analisadas as narrativas de cada entrevistada, identificando a Rota Crítica construída para romper o ciclo da violência doméstica, desde a tomada de decisão, a denúncia e o itinerário percorrido para a utilização dos serviços especializados da Rede de Atenção à Violência Contra a Mulher. Assim como, foram realizadas entrevistas com profissionais e mulheres de movimento social do Subúrbio Ferroviário, que atuam ou já atuaram no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, a fim de identificar, a partir das experiências dos profissionais, assim como das mulheres de movimento social, quais as dificuldades apresentadas pelas mulheres para chegar ao atendimento nos espaços, bem como suas percepções acerca do funcionamento da Rede de Atenção à Mulher em Salvador.

Palavras-chave: Injustiça espacial; Violência doméstica contra a mulher; Rota Crítica; Rede de Atenção à Mulher; Subúrbio Ferroviário de Salvador.

SUMMARY

Domestic violence against women is an extremely serious social phenomenon, which implies a public health problem that occurs all over the world. Violence and grievances against women are of all kinds, including the murder of women by their respective partners. In Brazil, domestic violence can affect any woman, regardless of social class and skin color; However, not all women are equally exposed, and public policies to combat domestic violence against women do not benefit all women in the same way. Black and poor women are the most vulnerable, both because of their exposure to domestic violence and because of the difficulties in accessing specialized services when they decide to break the cycle of violence. This research seeks to understand how the socio-spatial injustices existing in the residential areas in the Railway Suburb of the city of Salvador interfere in the daily life and spatial itinerary of the women who live there, when they decide to break the cycle of domestic violence and seek the services of the “Network of Care for Women in Situations of Violence in Salvador”. The objective is to identify and analyze the main obstacles (mobility and accessibility) experienced by women from the Railway Suburb in their commute towards specialized services in the care against domestic violence in the city of Salvador. To this end, semi-structured interviews were conducted with women, of legal age, living in the Railway Suburb, with reports of domestic violence. The narratives of each interviewee were analyzed, identifying the Critical Route built to break the cycle of domestic violence, from decision-making, denunciation and the itinerary taken to use the specialized services of the Network for Attention to Violence Against Women. In addition to interviews were conducted with professionals and women from social movements in the Railway Suburb, who work or have worked in the care of women in situations of domestic violence, in order to identify, based on the experiences of professionals, as well as women from social movements, what are the demands of difficulties presented by women to reach care in the spaces, as well as their perceptions about the functioning of the Women’s Care Network in Salvador.

Keywords: Spatial injustice; Domestic violence against women; Critical Route; Women’s Care Network; Railway Suburb of Salvador.

RESUMEN

La violencia doméstica contra las mujeres es un fenómeno social extremadamente grave, que implica un problema de salud pública que ocurre en todo el mundo. La violencia y los agravios contra la mujer son de todo tipo, incluido el asesinato de mujeres por parte de sus respectivas parejas. En Brasil, la violencia doméstica puede afectar a cualquier mujer, independientemente de su clase social y color de piel; Sin embargo, no todas las mujeres están igualmente expuestas, y las políticas públicas para combatir la violencia doméstica contra las mujeres no benefician a todas las mujeres de la misma manera. Las mujeres negras y pobres son las más vulnerables, tanto por su exposición a la violencia doméstica como por las dificultades para acceder a servicios especializados cuando deciden romper el ciclo de violencia. Esta investigación busca comprender cómo las injusticias socioespaciales existentes en las áreas residenciales del Suburbio Ferroviario de la ciudad de Salvador interfieren en la vida cotidiana y el itinerario espacial de las mujeres que allí habitan, cuando deciden romper el ciclo de violencia doméstica y buscan los servicios de la “Red de Atención a Mujeres en Situación de Violencia en Salvador”. El objetivo es identificar y analizar los principales obstáculos (movilidad y accesibilidad) experimentados por las mujeres del Barrio Ferroviario en su desplazamiento hacia los servicios especializados en la atención contra la violencia doméstica en la ciudad de Salvador. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas a mujeres, mayores de edad, residentes en el Barrio Ferroviario, con relatos de violencia doméstica. Se analizaron las narrativas de cada entrevistada, identificando la Ruta Crítica construida para romper el ciclo de la violencia doméstica, desde la toma de decisiones, la denuncia y el itinerario tomado para utilizar los servicios especializados de la Red de Atención a la Violencia contra las Mujeres. Además de las entrevistas se realizaron a profesionales y mujeres de movimientos sociales del Suburbio Ferroviario, que trabajan o han trabajado en el cuidado de mujeres en situación de violencia doméstica, con el fin de identificar, a partir de las experiencias de profesionales, así como de mujeres de movimientos sociales, cuáles son las demandas de dificultades que presentan las mujeres para alcanzar la atención en los espacios, así como sus percepciones sobre el funcionamiento de la Red de Atención a la Mujer en Salvador.

Palabras clave: Injusticia espacial; Violencia doméstica contra la mujer; Ruta Crítica; Red de Atención a la Mujer; Ferrocarril Suburbio de Salvador.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estados brasileiros com maior risco relativo de homicídios femininos (mortes/100.000 mulheres), entre mulheres negras e não negras, segundo Região (2021)	31
Tabela 2 - Registro de casos de violência contra a mulher, segundo o tipo - 2021-2022.....	32
Tabela 3 - Observatório Municipal da violência contra a mulher da SPMJ.....	36
Tabela 4 - Distribuição das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no estado da Bahia – 2018.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das mulheres entrevistadas 2023/2024	115
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 As três fases do ciclo da violência doméstica contra a mulher.....	58
Figura 2 Marcos temporais da criação e implementação das principais políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil.....	64
Figura 3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	66
Figura 4 Trem sobre o trilho no Subúrbio Ferroviário de Salvador.....	75
Figura 5 Casa da Mulher Brasileira em Salvador - Bahia	73
Figura 6 Aspectos geográficos destacados na entrevista de Lucy no seu itinerário até a DEAM.....	131
Figura 7 Aspectos geográficos destacados por Maria Marçal no seu itinerário para DEAM de Periperi e ao IML no Vale dos Barris.....	132
Figura 8 Aspectos destacados por Cris no seu itinerário até a DEAM de Periperi	133
Figura 9 Aspectos geográficos destacados por Tamires nos seus itinerários até a DEAM de Periperi e a 1ª Vara de Família no bairro do Barris.....	134
Figura 10 Aspectos geográficos destacados por Tamires na sua segunda experiência no itinerário até a DEAM de Periperi	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia e seus bairros.....	34
Mapa 2	Serviços especializados da rede de Atenção a Violência Contra à Mulher do Subúrbio Ferroviário Salvador.....	98
Mapa 3	Itinerário de Lucy na rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador-BA.....	138
Mapa 4	Itinerário de Maria Marçal na rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador-BA.....	139
Mapa 5	Itinerários de Cris na rede de atenção à violência contra mulher em Salvador-BA.....	140
Mapa 6	Itinerários de Tamires na rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador-BA.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.....	ACNUDH
Anuário Brasileiro de Segurança Pública.....	ABSP
Casa da Mulher Brasileira.....	CMB
Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.....	CONVIDA
Conselho Nacional de Justiça.....	CNJ
Comissão Permanente de Avaliação.....	CPA
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.....	CAPES
Comitê de Ética em Pesquisa.....	CEP
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.....	CNDM
Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.....	DEAM
Educação de Jovens e Adultos.....	EJA
Fórum Brasileiro de Segurança Pública.....	FBSP
Instituto Patrícia Galvão.....	IPG
Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia da Bahia.....	IFBA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	IBGE
Medidas Protetivas de Urgência.....	MPE
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	ODS
Organização Mundial da Saúde.....	OMS
Rota Crítica.....	RC
Sistema de Informação Municipal de Salvador.....	SIM-PR
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.....	SFS
Subúrbio Ferroviário de Salvador.....	SFS
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	TCLE
Trabalho de Conclusão de Curso.....	TCC
Violência Doméstica Contra a Mulher	VDCM
Unidade de Pronto Atendimento em Saúde	UPAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1. INTRODUÇÃO.....	28
1.1 OBJETIVOS	37
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: A FENOMENOLOGIA COMO RECURSO PARA COMPREENDER O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	38
1.2.1 Noções do método fenomenológico	38
1.2.2 Procedimentos de pesquisa	40
1.2.3. Os percalços encontrados no percurso da pesquisa	45
1.3 JUSTIFICATIVA	46
2. ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES.....	48
2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: NEM SEMPRE É FÁCIL RECONHECER E MAIS COMPLICADO AINDA DENUNCIAR E COMBATER	51
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ROTA CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE ROMPER O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	57
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	60
2.4 A CIDADE DO SALVADOR: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES.....	67
2.5 O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR E SUA DINÂMICA SOCIOESPACIAL	71
2.6. AS INJUSTIÇAS ESPACIAIS COMO OBSTÁCULOS À SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	77
3. GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A ARTICULAÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE COMO POSSIBILIDADE PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	83
3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O QUE A GEOGRAFIA TEM A VER COM ISSO?.....	83
3.2 REDE GEOGRÁFICA: A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO EM REDES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	85
3.2.1 A “rede” de enfrentamento à violência contra a mulher	87
3.2.2 A “Rede” de Atenção à Violência contra a Mulher na Cidade do Salvador	92
3.2.3 Redes em movimento: conhecendo o tecer do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Salvador.....	101
3.2.3.1 Formação do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Salvador – GT DA REDE	102
3.2.3.2 Estratégias e movimentação do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher	106
4. PERSPECTIVA DAS MULHERES RESIDENTES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR: CONTEXTO E ITINERÁRIOS NA BUSCA DE ATENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	112

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	112
4.1.2 As mulheres entrevistadas	112
4.2 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DAS MULHERES ENTREVISTADAS E PERCEPÇÕES ACERCA DO ATENDIMENTO NA REDE DE ATENÇÃO À MULHER	116
4.3 ITINERÁRIO PERCORRIDO E OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS PERCEBIDOS POR MULHERES NA BUSCA DA REDE DE SERVIÇO DE ATENÇÃO À MULHER NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO	129
4.3.1 Espacialização e análise do itinerário trilhado pelas mulheres em situação de violência doméstica na Rede de Atenção à Mulher em Salvador	136
4.3.1.1 Itinerário de Lucy	136
4.3.1.2 Itinerário de Maria Marçal	139
4.3.1.3 Itinerário de Cris	139
4.3.1.4 Itinerários de Tamires	141
4.4 A PERSPECTIVA DAS PROFISSIONAIS NA ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE MULHERES DE MOVIMENTO SOCIAL QUE ATUAM NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO	151
4.4.1 Apresentando as profissionais e mulheres que atuam no movimento social.....	151
4.4.2 Como as mulheres chegaram no serviço para atendimento?	152
4.4.3 Principais dificuldades apresentadas pelas mulheres no atendimento?	159
4.4.4 Quais ações para o enfrentamento a violência doméstica contra mulher?	166
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	188
ANEXO A	195

APRESENTAÇÃO

Neste tópico, faço minha apresentação pessoal e busco explicitar minha conexão com o tema de pesquisa da dissertação, bem como parte da minha trajetória de vida, incluindo meu percurso na Academia, e as motivações com relação à escolha do tema. Para tanto, essa apresentação será dividida em três momentos, em que vou expor minha relação pessoal, acadêmica e social com o tema da dissertação. Ressalto que cogitei a possibilidade de fazer essa apresentação em terceira pessoa, como já aconteceu em outras oportunidades, ao falar das minhas experiências de vida, talvez por vergonha, por validar a “perspectiva científica de neutralidade”, e tentar me manter distante das narrativas das pesquisas; contudo, optei por não proceder dessa maneira.

Visto que essa dissertação trabalha com um tema que está presente na minha realidade e na realidade de outras mulheres negras e periféricas iguais a mim e, visto que estou questionando e lutando contra o apagamento, silenciamento e invisibilidade das experiências das mulheres negras, me perguntei como poderia falar das minhas experiências na terceira pessoa. Certamente, seria um contrassenso. Além disso, os fundamentos que amparam e balizam minha narrativa em primeira pessoa, na pesquisa encontram-se ancorados na ética e teoria feminista, que serão apresentadas mais adiante no texto.

Vou me apresentar!

Peço licença a Conceição Evaristo, bell hooks (o nome de bell hooks está em letra minúscula, pois é assim que a autora se identifica), Lélia Gonzalez, dentre várias outras mulheres negras que falaram sobre suas escrevências de luta na vida, assim como na Academia, para me apresentar e narrar parte da minha relação para escolha do tema da pesquisa. Faço isso com consciência da importância do meu lugar de fala, de mulher negra, suburbana e sujeita de direito, dona da minha história, e faço esse uso neste espaço da dissertação, como ato político.

Sou Marcia Tavares Nunes, mulher negra, cisgênero¹, periférica, mãe de três filhos, avó de um neto, nascida e criada na Cidade do Salvador; em toda minha vida, resido no Subúrbio Ferroviário. Portanto, sou suburbana. Para melhor compreensão de quem sou e minha relação com a temática da pesquisa, e como esse tema me atravessa, vou sustentar minhas exposições em teorias feministas, a exemplo da Teoria do Ponto de Vista de Sandra Harding (1987).

¹ Termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de nascença".

Essa autora sustenta que, nas sociedades, diversas formas de opressões, como o machismo, sexism, racismo, dentre outras, são estruturadas e sustentadas pelo patriarcado e, decerto, estas opressões colocam grupos de mulheres, negros, gays, em um lugar de marginalizados. Contudo, para a autora, as pessoas destes grupos podem relatar suas experiências de lutas e de resistências, mais bem situadas/posicionadas. E, assim, serão capazes de contestar as visões dominantes, em distintos âmbitos da sociedade, inclusive nas ciências, a partir do seu ponto de vista, das suas vivências e experiências enquanto excluídos.

Para Sandra Harding (1987), durante muito tempo, esses grupos foram silenciados ou/e suas perspectivas vencidas e até anuladas. Então, a proposta da Teoria do Ponto de Vista, que ela defende e também eu adoto na pesquisa, é que as nossas vozes de mulheres negras suburbanas, atravessadas por diversas experiências, lutas e (re)existências, sejam ouvidas e tenham liberdade na pesquisa, enquanto produção de conhecimentos científicos. Na perspectiva feminista (*feminist standpoint*), “[...] a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos” (Luiza Bairros, 1995, p. 461).

Outra concepção teórica em que apoio minha apresentação é aquela de “Saberem Localizados”, de Donna Haraway (1995), em que a autora discute a objetividade feminista. Ou seja, devemos nos posicionar a partir da nossa narrativa, porquanto, além de ser o segredo para o conhecimento, também nos instrumentaliza na prática de desconstrução de uma visão científica única, construída sobretudo por homens brancos.

Adicionalmente, a partir do prisma da “Escrevivência”, de Conceição Evaristo (2020), termo que a autora usa para apresentar as narrativas e experiências suas, assim como das mulheres negras, vou buscar embasar minha escrita com um maior afinco, ancorada nessa perspectiva, já que esta dialoga com minhas aspirações na pesquisa, enquanto mulher negra.

Quero aqui também evidenciar que, há tempos, autoras negras como bell hooks (2018), fizeram críticas à forma como as feministas brancas, na luta por direitos, “esqueceram” ou “olvidaram” de nós, mulheres negras. Junto-me para corroborar com as críticas das feministas negras, para mudar esse paradigma que, por vezes, ainda insiste em nos atravessar, na tentativa de silenciamento – destaque para os espaços acadêmicos, principalmente nas ciências que conservam seus moldes androcêntricos. bell hooks (2018) escreveu:

Por anos testemunhei a relutância de pensadoras feministas brancas em reconhecer a importância da raça. Testemunhei sua recusa em abrir mão da supremacia branca, sua falta de vontade de reconhecer que um movimento feminista antirracista era a única base para tornar real a sororidade. E

testemunhei a revolução de consciência que aconteceu quando mulheres individuais começaram a se libertar da negação, a se libertar do pensamento de supremacia branca. Essas maravilhosas mudanças restauram minha fé no movimento feminista e fortalecem minha solidariedade a mulheres.” (bell hooks, 2021, p. 93).

Dessa maneira, na tentativa de provocar fissuras nesse paradigma, me aproximo da “Teoria da Escrevivência” neste espaço de escrita. Para além de falar da minha trajetória de vida, irei versar sobre as experiências no percurso de minhas irmãs - mulheres negras -, na busca dos serviços da Rede de Atenção à Violência contra a Mulher em Salvador.

Essa é uma luta política e necessária que, enquanto mulher negra na Academia, não posso me furtar, porquanto o apagamento, a invisibilidade e o silenciamento sempre estiveram e estão postos. Assim, “escrever” é “viver”, como bem diz Conceição Evaristo (2020), na sua “Teoria da Escrevivência”, é a ferramenta metodológica da qual lanço mão nesta pesquisa, como princípio de resistência. “A *escrevivência* de Conceição Evaristo não pode ser lida por outro viés que não seja o da desobediência epistêmica” (Viviane Leite; Edgar Nolasco, 2019, p. 9).

Outrossim, qualifico esse momento do texto dissertativo — espaço de apresentação —, como muito importante, pois minhas *escrevivências*, meu ponto de vista, meus saberes localizados, como mulher negra e suburbana, encontram, nesse espaço de escrita, liberdade para falar das minhas experiências, das minhas vivências e meus atravessamentos na condição de mulher negra, suburbana, na universidade pública.

Minha relação pessoal com o tema e motivos para escolha do tema

Aqui, apresento minha relação pessoal com o tema da pesquisa, no intuito de fortalecer o debate sobre a não existência de uma neutralidade científica. Ou melhor, sustento que não existe uma ciência neutra. Ainda que para muitos “acadêmicos”, esse assunto pareça superado; venho destacar que a escolha do tema desta pesquisa atravessa a minha vida desde a infância.

Quando criança, dentro de casa, assisti vários episódios de minha mãe brigando com meu pai. Algumas dessas brigas chegavam às vias de fato, com luta corporal. Meu pai tinha três esposas² e “morava” com todas elas; elas tinham conhecimento da existência uma das outras

² Minha mãe era uma das “esposas” de meu pai e com ele teve quatro filhas. Entretanto, ele era casado legalmente com outra, com quem não tinha filhos, mas criou filhos do meu pai de um relacionamento anterior. Meu pai tinha um terceiro relacionamento, com filhos, com uma outra mulher. Após sua morte, minha mãe disse ter descoberto outras namoradas que tinham idade de ser filhas dele. Seria o “macho alpha”, validado pelo sistema patriarcal?

e, cada uma, tinha seus dias da semana para ter a companhia de meu pai. Entretanto, minha mãe não aceitava muito bem quando chegavam os dias das outras “esposas”; e isto dava início às constantes brigas, com agressões de ambas as partes.

Quando eu tinha sete anos de idade, meu pai faleceu. Algum tempo depois, minha mãe iniciou um novo relacionamento com um homem que bebia muito, ameaçava minha mãe com faca. Este “companheiro” impedia minhas irmãs e eu de nos alimentarmos, de assistir televisão; “meu” padrasto colocava cadeado em casa para que nós, ainda crianças, não tivéssemos liberdade e paz dentro da nossa casa. Sem mencionar os olhares maliciosos; posso afirmar hoje que, nesse período, éramos atravessadas por violência psicológica — uma das formas de violência contra a mulher definida pela Lei Maria da Penha, como:

[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Foram várias formas de violências que atravessaram minha infância, adolescência, as quais, por muito tempo, não eram compreendidas por mim como tais. Minha mãe, ainda quando meu pai era vivo, tinha uma pequena barraca na nossa casa, construída a partir de um espaço de um pequeno quarto onde abriu uma janela e fez um balcão de cimento. Ali, atendia clientes que passavam horas bebendo e conversando com ela.

Nesse período, eu ainda era muito nova, mas lembro de situações de violência doméstica que aconteciam com frequência na nossa rua e que minha mãe se envolvia para evitar as agressões. Recordo-me de alguns desses clientes agredindo suas esposas e, muitas delas, na tentativa de se livrarem das agressões, adentravam, em fuga, (invadiam) a casa de minha mãe. Por vezes, os maridos, na tentativa de alcançá-las, tentavam entrar na residência de minha mãe, que os impedia severamente.

Um caso que rememoro, de forma nítida, é de um cliente que frequentava a barraca de mainha e até era seu compadre de consideração, pois minha mãe lhe tinha dado minha irmã como afilhada — que ele nunca batizou. Este senhor agrediu sua esposa em casa e ela correu, entrou, invadiu porta adentro a casa de minha mãe. E minha mãe lhe disse: - “Aqui o senhor não bate nela: macho, me respeite!” E assim, não conseguindo entrar na casa para pegar a esposa, tirou um passarinho da gaiola, o espremeu nas mãos e o matou com todo ódio!

Outra lembrança que tenho é de minha mãe correndo para a casa de uma vizinha na tentativa de socorrê-la, pois minha mãe tinha recebido a notícia de que o esposo tinha ferido a vizinha (sua esposa) no pescoço; infelizmente, quando minha mãe chegou, já foi tarde demais, ela tinha falecido. Minha mãe teve que se deslocar até uma delegacia para prestar depoimento, como testemunha do homicídio.

Em uma fase mais adulta presenciei episódios de agressões contra as minhas irmãs, por parte de namorados, assim como contra várias vizinhas da rua onde eu residia, que sofriam diferentes formas de violências domésticas, assim como eu tive experiências pessoais com esta forma de violência.

Por todas essas situações, reitero que a escolha de trabalhar com essa temática, desde o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Graduação em Geografia, foi permeada por uma intencionalidade que inicialmente, seguramente, eu não compreendia a dimensão, a importância e o quanto eu estava imbricada no tema da pesquisa. Admito que isto se devia não só à inexperiência, mas à pouca compreensão de como os marcadores sociais de raça, gênero e classe social afetam a nós, mulheres negras.

Motivações acadêmicas para escolha da temática de pesquisa

As motivações acadêmicas para escolha do tema também foram marcadas por episódios de violências, os quais hoje classifico como violência estrutural. Admito que, no início, não sabia como esta forma de violência se manifestava.

Em 2011, recebi uma ligação de um preposto do Instituto Federal da Bahia (IFBA), na qual fui informada que estava classificada e apta para fazer minha matrícula no curso superior de Licenciatura em Geografia, que pleiteei ao fazer a prova do vestibular. Confesso que entrei em êxtase de tanta alegria, pois estava prestes a realizar um sonho antigo de fazer um curso superior. Pensei: - *Sonho realizado!* Eu tinha grande desejo de entrar na Universidade.

Então, entrar na Universidade pública para fazer um curso superior era a realização de um sonho. Mas, para além disso, me perceber nesse espaço foi um misto de sentimentos e pensamentos de conquista, de vitória, de que *eu posso, eu consigo, eu sou capaz*, que uma única palavra não define, nem nomeia o sentimento no momento da notícia que tinha passado na prova do vestibular do IFBA.

No entanto, não foi fácil minha trajetória na Universidade, por diversos motivos: necessidade de deslocamento noturno, dificuldades de deixar duas filhas pequenas em casa, uma delas com deficiência, contratemplos financeiros, além da insegurança por causa da minha

faixa etária (passava dos 35 anos, na época). Contudo, considero que esse período ficou marcado na minha memória como um momento muito difícil, não por conta das dificuldades enfrentadas e apresentadas anteriormente, mas devido à escolha do tema da pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): “*Espacialização da violência doméstica contra a mulher na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA*”.

Escolher pesquisar esse assunto foi tão doloroso nesse período, até mais do que quando presenciava variadas formas de agressões contra as mulheres na minha infância, na rua em que eu morava, e até na minha casa. Acredito que, por ser criança, aqueles episódios não me afetaram tanto quanto os percalços que enfrentei para finalizar o meu TCC.

A experiência na Universidade me marcou tanto que fiz uma nota de pesquisa, a qual foi publicada na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, cujo título é: “*Os percalços enfrentados por uma graduanda em Geografia para desenvolver seu trabalho de conclusão de curso abordando questões de gênero*”³.

Foram dificuldades de encontrar um professor interessado em me orientar nesse tema, pois no Departamento de Geografia do Instituto Federal da Bahia, naquele período, não havia docente que pesquisava ou tivesse orientado alunos no tema. Também passei por formas de violência - e hoje tenho a compreensão de que as falas de meus colegas de curso acerca da escolha do tema de pesquisa eram uma forma de violência - contra minha pessoa. Falas do tipo: “*Marcia deve ter escolhido esse tema por certamente ela tomar uma surra do marido todos os dias*”. Essas “brincadeiras”⁴ fizeram-me abandonar disciplinas e, quando me perguntavam qual o tema da minha pesquisa, eu tinha vergonha de falar.

Todavia, mesmo diante da dor e da tristeza, em consequência da violência estrutural que sofria no curso, não desisti da pesquisa e nem mudei o tema, como foi sugerido por professoras que, embora tivessem o desejo de me orientar, não tinham conhecimento e embasamento teóricos sobre o assunto para assumir a orientação.

A violência estrutural é definida por Maria Cecília Minayo (1994) como uma violência engendrada por meio de estruturas organizadas e institucionalizadas, com as práticas de violências estruturais sendo naturalizadas, e por vezes ocultas em estruturas sociais, se

³ Disponível em: “Os percalços enfrentados por uma graduanda em geografia para desenvolver seu trabalho de conclusão de curso abordando questões de gênero”. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (uepg.br).

⁴ No período, não tinha compreensão que essas atitudes eram uma violência perpetrada contra minha pessoa (muitas mulheres vivem em situação de violência e desconhecem que estão sendo violentadas). Até porque, os colegas não conheciam minha história de vida, também não “tinham como saber” que estavam me fazendo mal e que, por conta das “brincadeiras”, eu ficava inibida de falar sobre o tema da pesquisa em público, quando me perguntavam sobre o que iria pesquisar.

expressando a partir de injustiças e de abusos que conduzem à opressão dos sujeitos. A autora explica, ainda, que o indivíduo que sofre violência estrutural pode ser influenciado na sua forma de socialização e convivência, levando-o a aceitar com sofrimento, ou até deixar de frequentar determinados espaços organizacionais, se isolando ou deixando de reivindicar seus direitos: como ocorreu no meu caso, quando abandonei disciplinas pelo constrangimento da violência estrutural que sofria na aula, em forma de “brincadeirinhas”.

Desse modo, passei a seguir uma caminhada solitária, às vezes perpassada pelo medo e pela insegurança. Entretanto, declaro que, cada obstáculo, medo, insegurança e resistência frente ao tema escolhido para pesquisa no TCC, os transformei em estímulos, em escadas para continuar trabalhando com o tema. Tanto que estou no mestrado, pesquisando na mesma direção da graduação, em um programa de pós-graduação que não tem uma linha de pesquisa voltada para uma perspectiva das Geografias feministas e de gênero.

Enfatizo que na Geografia baiana existe ainda uma lacuna grande de abordagens desse tema, sobretudo nas licenciaturas (formação de professores). Vale salientar que as geógrafas feministas já vêm travando esse debate há tempos nos espaços acadêmicos; todavia, na Bahia, no campo da Geografia, até o presente momento, ainda vemos uma incipiência nessa discussão. Até a presente data, não identifiquei grupos de pesquisas ou trabalhos nos departamentos de Geografia em Salvador que desenvolvam trabalhos na perspectiva de Geografia Feminista e de Gênero. Contudo, vale salientar a existência na UFBA do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM -, que desenvolve atividades acadêmicas na graduação e pós-graduação, mas também não foi identificado trabalhos na perspectiva de Geografias Feministas.

Destarte, o fato de ser uma discussão ainda incipiente na Geografia baiana me motiva a continuar provocando fissuras na tentativa de estimular outros(as) discentes a desenvolverem pesquisas também nessa linha. Contudo, por vezes me sinto “forasteira” no caminhar da pesquisa na Universidade da qual faço parte; sinto falta de não ter espaços de diálogo, grupos de pesquisas e trabalhos no departamento com o prisma das Geografias Feministas e de Gênero.

Ter um espaço dessa natureza, que aproxime os cursos de Licenciatura em Geografia em Salvador, quiçá da Bahia, seria uma utopia? Certamente não é uma utopia, visto que, na Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) do Município de Santa Inês, Bahia, já se organiza um grupo de estudo na perspectiva das geografias negras e das geografias feministas em 2024, do qual faço parte. De modo que uma das primeiras atividades propostas pelo grupo de trabalho na realização do IX Encontro Baiano de Geografia, que aconteceu em Barreiras-Bahia, durante os dias 23 a 26 de maio de 2024, organizado por várias instituições – junto com a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) - seção Santa Inês – foi a realização da mesa 3: *“Insurgências*

negras, feministas e classistas no campo e na cidade”, possibilitando o desenvolvimento de um diálogo rico e necessário na perspectiva geográfica.

Motivação social para escolha do tema

As motivações sociais que serão apresentadas para escolha do tema da pesquisa neste excerto, as quais, em alguns momentos, vou nomear como motivações políticas, foram forjadas nas lutas que travei no período da minha formação acadêmica em Licenciatura em Geografia.

Decerto que, no primeiro momento, quando escolhi esse assunto para trabalhar na graduação, não tinha a dimensão de sua importância e o quanto esse tema é presente na minha vida, pois eu ainda não o tinha definido muito bem em minha cabeça; depois, identifiquei a carência e a necessidade de falar sobre questões relacionadas a violências perpetradas contra as mulheres, em espaços como a Academia, tratando da Geografia.

Então, nesse momento, a escolha do tema se deu porque sentia falta de ouvir, ver esse assunto nas disciplinas que cursava, assim como na sala de aula, atravessando outros assuntos discutidos ali. Desse modo, de maneira despretensiosa, considerei trabalhar com tal abordagem na expectativa de suprir essa falta e de buscar debater um assunto pouco discutido.

Entretanto, quero destacar que no mestrado o processo de manter e continuar estudando, pesquisando na linha da Geografia feminista, ocorreu de outra forma, comigo mais ciente da minha posição política, de mulher negra, suburbana. Vale destacar que essa consciência política foi inscrita ao longo do percurso formativo, diante dos inúmeros percalços enfrentados quanto à escolha do tema.

Ademais, dado o ambiente fértil e aberto da Universidade para o debate, assim como, frente a poder me tornar professora, mestre, sujeita apta e capaz de fomentar questionamentos e promover mudanças importantes no contexto social, resolvi continuar direcionando o prisma da minha dissertação do mestrado na mesma perspectiva iniciada na graduação.

Dessa forma, a partir das leituras e da tomada de uma maior consciência, social e política, do meu papel e do meu lugar de fala, acredito que, por meio desta pesquisa, posso direcionar e descortinar o olhar das pessoas que lerem esse trabalho no sentido de subsidiar as ações de combate à violência doméstica contra as mulheres.

Em sua obra “Pode o Subalterno Falar”, Gayatri Chakravorty Spivak (2010) faz um apelo às mulheres intelectuais acadêmicas; considero intelectual, mulheres que estão na Academia na produção de pesquisas. Para a autora, cabe à mulher intelectual “criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu

próprio lugar de enunciação e cumplicidade no trabalho intelectual” (Gayatri Chakravorty Spivak, 2010, p.15).

Outrossim, como mulher negra na universidade pública, espaço de construção de conhecimento e reflexão, não refuto o apelo da autora. Dessa maneira, reafirmo que a escolha de trabalhar com este assunto é permeada de intencionalidade com a perspectiva de descortinar o quanto as mulheres e, no caso específico, as suburbanas(os) temos nossa cidadania mutilada, como menciona Milton Santos (1997), tanto nos acessos aos serviços existentes, como na oferta dos serviços aos moradores do Subúrbio Ferroviário.

O tratamento desigual ofertado aos negros, às mulheres e, sobretudo, às mulheres negras, foram e são estruturas, mantidas e alimentadas por muito tempo pelo sexism e pelo racismo. As feministas negras expõem este tratamento, desde o grito de “*E EU, NÃO SOU EU UMA MULHER?*”, como fez Sojourner Truth (1851) na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio-Estados Unidos, quando as mulheres não negras lutavam por direitos e esqueceram de incluir as demandas das mulheres negras, as quais estavam juntas na diligência.

Em suma, estar na universidade, na condição de mulher, negra e suburbana, não me permite silenciar diante das injustiças socioespaciais observadas, e sim, vozear as nossas dores e dificuldades, a fim de alcançar os olhares e ouvidos de quem pode e deve mudar o contexto da ausência ou da precariedade da oferta de serviços sociais coletivos no Subúrbio Ferroviário. Igualmente, cabe fiscalizar a aplicabilidade das políticas públicas existentes no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, prezando pela sua eficiência e eficácia, de forma que estas políticas sejam capazes de alcançar todas as mulheres equitativamente.

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra mulheres é um agravo presente na vida de parcela significativa da população feminina, independentemente da sua condição socioeconômica, da raça/cor, da etnia, dentre outros marcadores sociais. Estimativas globais publicadas em 2021 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com base na última década, indicam que ao longo da vida, cerca de uma em cada três mulheres, em todo o mundo, sofre ou sofrerá violência física e/ou sexual por parte do seu parceiro ou de não parceiro, principalmente em países da periferia do capitalismo, com prevalência de agressões sobre mulheres jovens e com idade entre 15 e 24 anos. Essas agressões implicam problemas graves à saúde física e mental e ao bem-estar das mulheres afetadas, para toda a vida (OMS, 2021).

Embora se reconheça que todas as mulheres podem vir a sofrer algum tipo de violência durante a sua vida, é evidente que nem todas elas estão igualmente expostas, nem sofrem agressões da mesma maneira; tampouco as políticas públicas para o enfrentamento do problema da violência doméstica contra as mulheres, mesmo quando existentes, não as alcançam de maneira equânime.

Na sociedade brasileira, gênero, aparência fenotípica “não branca”, e situação econômica são marcadores sociais que expressam um atravessamento de diversas formas de discriminações e a “condenação” a subalternidades construídas historicamente, que se traduzem em desigualdades socioeconômicas e espaciais. Mulheres negras empobrecidas, que residem em áreas urbanas periféricas, são expostas a uma maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais, principalmente quanto às várias formas de violência; dentre as quais, a violência doméstica. Para tanto, uma análise que considere estas múltiplas opressões é, portanto, fundamental e necessária. (Carla Akotirene, 2018). Vale salientar que este estudo é ancorado em uma perspectiva feminista. Por isso, será escrito o nome completo das autoras e dos autores, pois o uso apenas do sobrenome pode reforçar o epistemicídio, como argumentado por Sueli Carneiro (2005).

A prática do epistemicídio consiste na tentativa de apagamento dos saberes e da história do povo negro, em especial das mulheres negras. Dessa forma, ao padronizar o uso do sobrenome para referenciar os autores, pode-se reproduzir uma heteronormatização que corrobora com esse apagamento. Assim, ao escrever os nomes completos, busca-se romper com essa prática de apagamento dos nomes de mulheres e homens negros nas pesquisas, em consonância com a perspectiva feminista.

A presente pesquisa buscará o aporte teórico da interseccionalidade. Esta categoria sociológica, trazida por Kimberlé Crenshaw (1993), problematiza as desigualdades de gênero, raça e classe social, que configuram e potencializam as múltiplas opressões: racismo, sexismo e machismo, com silenciamento, apagamento histórico e intelectual⁵ e subalternização social⁶ que atingem diretamente as mulheres negras, isto é, pretas e pardas⁷. As citadas formas de violência alcançam estas mulheres e contribuem para sua maior exposição à violência doméstica, como também para sua menor condição de enfrentá-las.

Carla Akotirene (2018) discute como a interseccionalidade se constitui numa ferramenta teórica e metodológica que possibilita uma análise acerca do racismo estrutural e do “cisheteropatriarcado” nas sociedades, em especial nas capitalistas, as quais são produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são, reiteradas vezes, atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição das opressões, de gênero, de raça e de classe.

Patrícia Hill Collins (2020) afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que nasce a partir de uma prática-crítica, em que raça, gênero, etnia, nacionalidade, orientação sexual, capacidade física e geração, dentre outros marcadores sociais de desigualdade, moldam a existência dos sujeitos e os tornam mais ou menos vulneráveis a diversos fenômenos e problemas sociais.

Mulheres negras são preferencialmente atingidas por variadas e múltiplas expressões de opressões de gênero, o que justifica a necessidade de incorporar a perspectiva interseccional nas pesquisas sobre violência doméstica contra as mulheres (Kimberlé Crenshaw, 1993; Geledés, 2017; Carla Akotirene, 2018; Patricia Hill Collins, 2020).

No Brasil, segundo dados publicados em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as mulheres negras são as que mais morrem por causas violentas: em 2017, 66% das mulheres vítimas de homicídio eram negras; entre as vítimas de feminicídio, elas também eram a maioria (61%); assim como entre as vítimas de estupro (51%). Entretanto, de acordo com a mesma fonte de informações, mulheres negras procuram menos os órgãos oficiais para denunciar a violência sofrida (21%), comparadas com as mulheres brancas (FBSP, 2019)⁸.

⁵ Exemplo é a ausência de autoras negras como referências em várias disciplinas e cursos acadêmicos.

⁶ No Brasil, mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, portanto, também salarial, com os menores salários em relação as mulheres brancas; idem para os homens negros em relação aos homens brancos. As mulheres negras ganham em média 43% do salário de homens brancos (PNAD, 2019).

⁷ De acordo com IBGE, negro é o grupo das pessoas que se autodeclararam “pardas” e “pretas”.

⁸ Infográfico-consciência-negra, 2019.

Mais recentemente, o Atlas da Violência no Brasil (2021) mostra as desigualdades regionais e o risco de morte por homicídio. Analisando dados de 2019 que expressam a magnitude da violência letal no país, evidenciam-se elevadas taxas de homicídio de mulheres. Ou seja, o risco de morrer, sobretudo em alguns estados das regiões Norte e Nordeste, onde o risco relativo é de três a cinco vezes maior entre mulheres não brancas em relação às mulheres brancas; é mais elevado do que a média nacional (1,7) (Tabela 1).

Segundo dados do Atlas da Violência, 2021, entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu 0,5%, entre as mulheres não negras houve uma redução de 2,8%. As desigualdades raciais, assim, são aprofundadas quando se trata da violência letal contra as mulheres. Avaliando o período de 2011 e 2021, é possível notar uma redução nas taxas de homicídios tanto para mulheres negras quanto para as demais. No entanto, entre as não negras houve uma redução mais acentuada (-21,5%) em comparação com as negras (-18,8%). Nos últimos cinco anos (2016 a 2021), a queda no número de mulheres negras mortas foi de 17,6%, enquanto a de mulheres não negras foi de 21,3%. Portanto, a despeito do contexto geral de retração de homicídios de mulheres, esse movimento foi mais intenso para as mulheres não negras, fazendo aumentar ainda mais a desigualdade racial na letalidade das mulheres no Brasil.

De acordo com o Tribunal de Justiça da Bahia⁹, em 2020, o Estado da Bahia ocupava o 3º lugar em quantidade de feminicídios. Projetos criados para apoiar mulheres em situação de violência doméstica, a exemplo das “Justiceiras”¹⁰, informaram estar dando suporte a 471 mulheres na Bahia, vítimas de violência doméstica, desde março de 2020. Ou seja, durante a pandemia da Covid-19, quando a violência doméstica passou a ser mais agravada em razão de os agressores estarem confinados em casa com as mulheres. Em 2021, foram concedidas 15.055 medidas protetivas de urgência na Bahia.

No contexto de precariedade da vida social e do aumento da pobreza, agravado pela crise política e econômica no Brasil pós-2016, isto repercutiu na expansão da violência em geral e, por extensão, na violência doméstica contra as mulheres, amplificada durante a fase mais crítica da pandemia da Covid-19, quando a necessidade de ficar em casa foi imperiosa para evitar a contaminação, o adoecimento e a morte.

⁹ Violência contra a mulher: Bahia ocupa 3º lugar em número de feminicídios. Disponível em: <<http://www5.tjba.jus.br/portal/violencia-contra-a-mulher-bahia-ocupa-3o-lugar-em-numero-de-feminicidios-saiba-mais/>>. Acesso em 28 jul. 2022.

¹⁰ Bahia enfrenta onda de violência doméstica contra a mulher na pandemia. Disponível em: <<https://www.justica.desaia.com.br/bahia-enfrenta-onda-de-violencia-domestica-contra-a-mulher-na-pandemia-3/>>. Acesso em 28 jul. 2022.

Segue abaixo a Tabela 1, que apresenta os números do risco relativo de homicídios entre mulheres negras e não negras, por unidade federativa. Os dados representam os estados com risco relativo maior ou igual à média nacional, de modo que os estados que compõem as regiões Norte e Nordeste do país figuram com os maiores riscos relativos, de acordo com os dados do Atlas da Violência 2021. No Estado de Alagoas*, todas as vítimas de homicídios femininos, exceto uma vítima sem identificação de cor/raça, eram negras.

Tabela 1 - Estados brasileiros com maior risco relativo¹ de homicídios femininos (mortes/100.000 mulheres), entre negras e não negras, segundo as regiões, 2021

Região	Estado	Risco relativo
BRASIL		1,7
Norte	Amapá	4,6
	Tocantins	3,1
	Pará	3,0
	Acre	1,3
	Rondônia	1,2
	Amazonas	0,9
	Roraima	0,5
Nordeste	Rio Grande do Norte	5,2
	Sergipe	4,4
	Ceará	3,8
	Bahia	3,0
	Paraíba	2,4
	Pernambuco	1,7
	Maranhão	1,2
	Piauí	0,8
	Alagoas ²	X
Centro-Oeste	Goiás	1,6
	Distrito Federal	1,4
	Mato Grosso	0,9
	Mato Grosso do Sul	0,6
Sudeste	Espírito Santo	3,7
	Minas Gerais	1,6
	Rio de Janeiro	1,3
	São Paulo	0,9
Sul	Santa Catarina	1,3
	Rio Grande do Sul	1,2
	Paraná	0,7

Fonte: Atlas da Violência, 2021.

Notas:

¹ Risco relativo é o produto da divisão das taxas de homicídio entre subgrupos e indica a quantidade de vezes que a taxa de um grupo é maior em relação ao outro. No caso específico é apresentada quantas vezes a taxa de homicídio de mulheres negras é maior que a de não negras.

² No estado de Alagoas, todas as vítimas de homicídios femininos, eram negras, exceto uma vítima sem identificação de cor/raça.

A Coordenação dos Serviços de Atenção à Violência no Município de Salvador aponta para o aumento significativo de registros de violência doméstica contra as mulheres entre 2021 e 2022, como indica a Tabela 2. Por exemplo, os registros de queixas de ameaças contra mulheres em 2021 passaram de 4.606 para 8.541 em 2022, resultando num percentual de 85,4% de aumento. As ocorrências por lesão corporal dolosa contra mulheres foram ampliadas de 2.077 em 2021, para 3.298 em 2022, um aumento de 58,8%. E a quantidade de feminicídios passou de 14 para 21 casos no ano seguinte¹¹.

Tabela 2 – Município de Salvador: casos de violência contra a mulher, segundo o tipo, 2021-2022

Tipo de violência	Ocorrências		
	Absoluto		(%) de crescimento
	2021	2022	
Feminicídio	14	21	50,0
Estupro	64	119	85,9
Importunação sexual	61	194	218,0
Ameaça	4.606	8.541	85,4
Lesão corporal dolosa	2.077	3.298	58,8

Fonte: Adaptado de Salvador, 2023.

A necessidade de intervenção estatal para conter a escalada da violência doméstica contra as mulheres no Município de Salvador se apresenta como uma demanda urgente frente ao contexto crescente da quantidade de registros. O Decreto Municipal Nº 35.220, de 04 de março de 2022, instituiu o Programa “Alerta Salvador - Juntos pela Erradicação da Violência contra a Mulher”¹². Este decreto tem como finalidade implantar ações integradas por meio de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Salvador. Contudo, sabe-se que, para serem efetivas, essas ações precisam, como tarefa primeira, que o Estado e a sociedade contribuam sistematicamente para que as mulheres possam se emancipar economicamente e que mudanças culturais revertam os valores que sustentam a opressão sobre as mulheres.

Leis, decretos, políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, com seus mecanismos de proteção e serviços de atenção, não alcançam todas as

¹¹ Dados sobre Violência contra Mulher Salvador – (2021-2023). Disponível em: <<http://spmj.salvador.ba.gov.br/dados-sobre-violencia-contra-mulher-bahia-2021/>>. Acesso em 2 abr. 2023.

¹² Decreto Nº 35.220 de 04 de março de 2022. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/decreto/2022/35220/decreto-n-35220-2022-institui-o-programa-alerta-salvador-juntos-pela-erradicacao-da-violencia-contra-a-mulher-cria-o-observatorio-municipal-da-violencia-contra-a-mulher-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em 28 jul. 2022.

mulheres, uma vez que as informações e o acesso a estes serviços não estão acessíveis igualmente a todas elas, visto que muitas os desconhecem enquanto ferramentas que poderiam ajudá-las a romper a situação de violência. Então, torna-se fundamental em primeira mão, a superação da cultura machista, violenta, de desprezo às mulheres, bem como viabilizar o acesso, o engajamento e o fortalecimento das instituições sociais, como: escolas, universidades, igrejas, associações comunitárias e a mídia em geral, para aproximar mais mulheres das ações governamentais de proteção contra a violência doméstica.

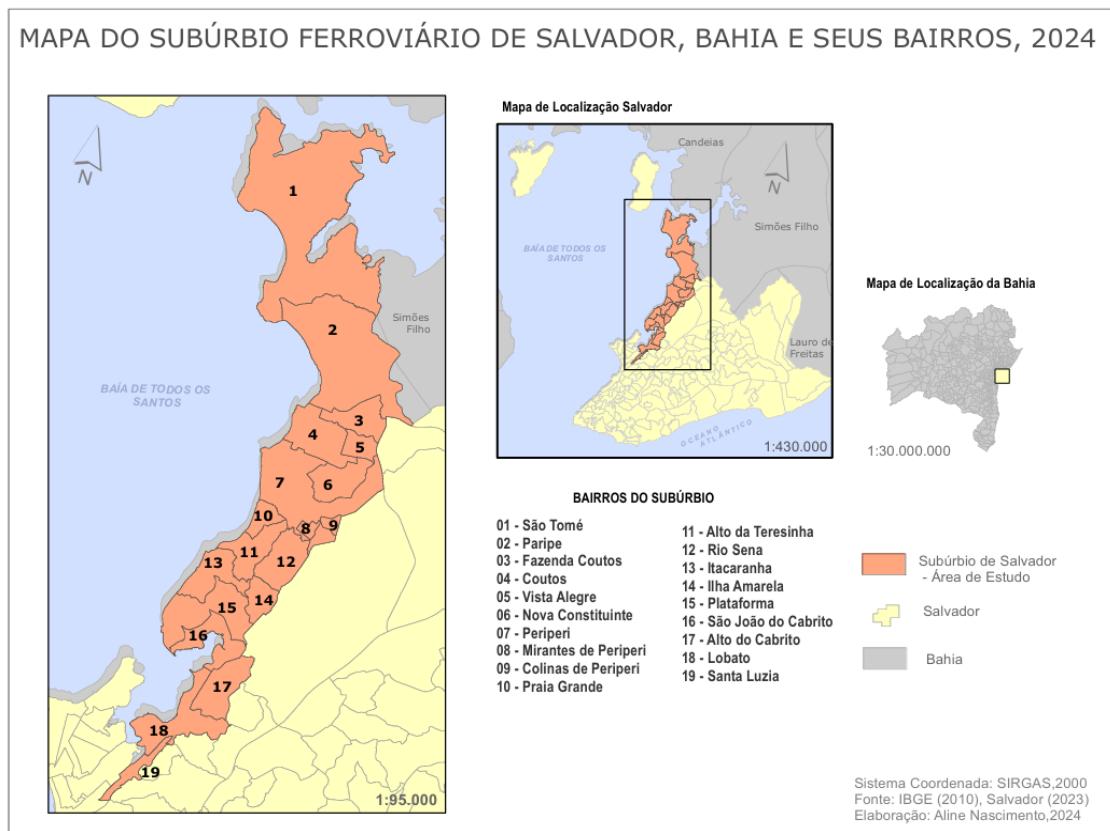
Mulheres com baixa escolaridade, empobrecidas, que residem em áreas de difícil acesso aos serviços públicos são menos beneficiadas por essas políticas também, devido às limitações financeiras para utilização do transporte coletivo resultante da sua condição de vulnerabilidade social. Portanto, essas mulheres têm maiores dificuldades para fazer valer seus direitos, constituídos em leis, de usufruírem de uma vida sem violência no seu ambiente familiar. Nesse sentido, os poderes públicos precisam criar também as condições materiais para estabelecer infraestrutura para conectar as áreas residenciais periféricas das cidades aos equipamentos e serviços de atendimento às mulheres em condições de vulnerabilidade à violência doméstica. Igualmente, precisam criar as condições para debelar a cultura machista de agressão contra as mulheres em todas as suas manifestações.

Nesses espaços residenciais habitam as mulheres mais vulneráveis socialmente, pois suas condições de pobreza implicam nas inúmeras dificuldades de acesso a diversos serviços públicos, seja pela falta ou pela oferta precária dos serviços de mobilidade, segurança, saúde e educação, como é o caso do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Com espaços limitados, as casas são construídas de forma precária, há uma deficiência grande de transportes públicos de qualidade, bem como apresenta falta de saneamento básico em muitas residências, o qual é necessário para uma vida de qualidade.

E ainda existe uma intensa dependência dos serviços ofertados nas áreas centrais da cidade, onde a população do Subúrbio Ferroviário utilizam dos serviços de bancos, clínicas, lojas diversas, tanto no bairro da Calçada, quanto no centro antigo de Salvador, o bairro do Comércio. No Subúrbio Ferroviário, residem mais de 10% da população total (IBGE, 2010) da Cidade do Salvador.

Segue o Mapa 1 da localização - Subúrbio Ferroviário de Salvador e a composição de bairros que ali congregam, formando o tecido geográfico do Subúrbio.

Mapa 1- Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia e seus bairros



O Subúrbio Ferroviário de Salvador constitui uma extensa área residencial popular, densamente ocupada, formada por vários bairros, onde habitam 338.027 pessoas, com base no censo demográfico de 2010, de acordo com o Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM)¹³.

Localizado nas margens da Baía de Todos os Santos, o Subúrbio Ferroviário de Salvador é caracterizado por uma forte desigualdade socioespacial em relação ao conjunto da Cidade do Salvador, implicando diretamente na injustiça espacial como um fato especialmente marcante. O Subúrbio Ferroviário de Salvador, parcela do espaço geográfico da Cidade do Salvador, é onde residem as pessoas, as mulheres que foram analisadas como sujeitas desta pesquisa. Esta extensa área residencial da cidade apresenta uma urbanização precária.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador foi organizado principalmente a partir de ocupações espontâneas e autoconstrução, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Ali, a precariedade da vida social, que implica a injustiça espacial, está expressa na escassez e deficiência da oferta de serviços básicos, como saneamento básico (água encanada e

¹³ SIM. Disponível em: <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>>. Acesso em 6 abr. 2023.

esgotamento sanitário), segurança pública, educação e atenção à saúde, bem como poucos serviços da Rede de Atenção à Violência contra a Mulher (José Santos, 2004).

De modo geral, a população residente do Subúrbio Ferroviário de Salvador tem renda que varia entre 1 e 4 salários mínimos com escolaridade média de 4 a 7 anos de estudo (Fabiane Cerqueira, 2022).

Especificamente sobre os serviços de atenção à violência contra a mulher, os equipamentos urbanos localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, que sediam serviços sociais de acesso coletivo para atender às demandas da numerosa população de mulheres potencialmente em situação de violência, são insuficientes, tanto em quantidade, como precários na qualidade da atenção prestada. Pesquisas anteriores registram a existência de uma única Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada no bairro de Periperi (Emildes Silva; Simone Lacerda; Marcia Tavares, 2016), que atende um número expressivo de mulheres que buscam serviços de proteção¹⁴.

De acordo com Márcia Nunes (2018), que desenvolveu uma pesquisa sobre os números da violência doméstica contra mulheres no Subúrbio entre 2014 e 2017, foram registradas 8.550 ocorrências contra mulheres na DEAM de Periperi. Em 2014, foram 2.287 ocorrências; em 2015, foram 1.957; em 2016, foram 1.934 registros; e em 2017, foram 2.372 ocorrências. Já em 2022, o número de mulheres do Subúrbio, que registrou ocorrência, foi de 913 mulheres, de acordo com a tabela 3, abaixo, do Observatório da Violência contra a Mulher da SPMJ¹⁵ de Salvador.

¹⁴ A DEAM do Subúrbio Ferroviário não limita o atendimento apenas às mulheres que residem na referida área.

¹⁵ Disponível em: [Observatório da Mulher – Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude \(salvador.ba.gov.br\)](http://observatoriomulher.spmj.ba.gov.br) Acesso em 28 de jun. 2024. Vale salientar que os dados apresentados pelo observatório consideram a delimitação administrativa de bairros das prefeituras bairros de Salvador.

OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER - SPMJ

PERÍODO DE : 01 DE JANEIRO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022

TIPO DE VIOLENCIA: ****AMEAÇA CONTRA MULHER

REGIÃO/ PREFEITURAS

BAIRRO:

SUBÚRBIO

Nº	Bairros	*Mulheres	**Ocorrências	***proporção risco
1	Praia Grande	3216	49	65,6
2	Plataforma	17824	143	124,6
3	Itacarana	8461	63	134,3
4	Coutos	13640	99	137,8
5	Paripe	28620	197	145,3
6	São Tomé	3656	24	152,3
7	Periperi	26416	171	154,5
8	Alto da Terezinha	7399	39	189,7
9	Rio Sena	8381	42	199,6
10	Fazenda Coutos	12695	50	253,9
11	Ilha de Maré	2056	7	293,7
12	Ilha dos Frades	349	0	349,0
13	São João do Cabrito	11146	26	428,7
14	Ilha de Bom Jesus dos Passos	731	0	731,0
15	Nova Constituinte	4821	3	1606,9

* Número de Mulheres conforme último CENSO IBGE 2010

** Ocorrências Policiais no Município de Salvador. Fonte: CDEP/PCBA/SSP-BA

*** Proporção Risco: Número de mulheres dividido pelas ocorrências. Uma ocorrência para xx mulheres.

**** Obs.: dados independentemente do sexo do agressor

Além disso, o atendimento é realizado em salas pequenas, com poucas cadeiras no local de espera; o edifício onde a Delegacia está instalada é parte de um complexo policial que agrupa diversos outros serviços (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, dentre outros). Portanto, ocorrem situações diárias de policiais conduzindo pessoas presas, presença de repórteres e pessoas bêbadas nos espaços comuns. Esse fato deixa as mulheres em situação de violência doméstica intimidadas e constrangidas no momento de busca do serviço da DEAM.

Considerando que existe uma cultura da violência doméstica contra as mulheres disseminada historicamente na sociedade humana, e que não há uma determinação monocausal para a situação de violência de homens contra suas parceiras íntimas, na Cidade do Salvador esse fenômeno se apresenta com certa prevalência a partir de casos notificados com 840 mulheres atendidas nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em 2023¹⁶ (ANEXO A).

A partir dos dados do ANEXO A é possível identificar um certo perfil das mulheres vítimas nesse universo: 87,49% ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos; logo, são mulheres economicamente mais vulneráveis; 88,51% eram negras (pretas ou pardas); 75,58% em idade entre 23 e 50 anos, sendo que havia prevalência de 28,57% entre as mulheres com idade entre 41 e 50 anos, em plena maturidade, mas a condição de vulnerabilidade econômica e os filhos, muitas vezes, as colocam sob a exposição de uma relação familiar violenta; mulheres com

¹⁶ Perfis das assistidas nos CRAMs de Salvador 2022/2023. Disponível em: <https://spmj.salvador.ba.gov.br/perfis-das-assistidas-nos-crams-de-salvador/> Acesso em 13 mai. de 2024.

ensino médio completo eram a maioria, 44,76%, e 31,86% formava o grupo de mulheres com menor instrução colegial, desde não alfabetizadas até o ensino médio incompleto. Adicionalmente, em que pese não ser determinante, o contexto socioespacial local pode contribuir sobremaneira para a emergência de situações de violência doméstica como destaca a OMS (2002) no relatório mundial sobre a violência e saúde:

Da mesma forma, as comunidades caracterizadas por problemas como tráfico de drogas, altos níveis de desemprego ou grande isolamento social (por exemplo, pessoas que não conhecem seus vizinhos ou que não têm envolvimento algum com sua comunidade) também têm maior probabilidade de vivenciar a violência. Pesquisas sobre violência mostram que as oportunidades de que ela ocorra são maiores em alguns contextos comunitários do que em outros, por exemplo, em áreas de pobreza ou deterioração física, ou onde há pouco apoio institucional (OMS, 2002, p. 13).

E é, sobretudo, esse conjunto complexo de condições objetivas e subjetivas que predomina no Subúrbio Ferroviário de Salvador e em muitos outros bairros dessa cidade.

Assim, entendendo que a violência contra mulheres resulta de múltiplos fatores que ocorrem simultaneamente, de maneira secular na sociedade, buscamos responder as seguintes perguntas de pesquisa: a) quais a principais condições que contribuem para dificultar o acesso aos serviços de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica no Subúrbio Ferroviário de Salvador? b) Em que medida as mulheres vítimas de violência doméstica no Subúrbio Ferroviário de Salvador se sentem satisfeitas quanto ao atendimento nos serviços existentes de proteção contra a violência?

1.1 OBJETIVOS

Como objetivo geral, busca-se investigar como se manifestam as injustiças espaciais nos itinerários de mulheres em situação de violência doméstica, residentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador, por ocasião da busca dos serviços da “Rede de Atenção à Violência contra Mulheres de Salvador”, identificando os principais fatores socioespaciais que contribuem como obstáculos ao acesso aos serviços.

São objetivos específicos:

- a) Identificar e localizar os principais serviços da Rede de Atenção à Violência contra as Mulheres no Subúrbio Ferroviário de Salvador e entender o funcionamento de cada um deles;

- b) Caracterizar o perfil socioespacial das mulheres em situação de violência doméstica residentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador que procuram os serviços, bem como o contexto da violência;
- c) Descrever os percursos geográficos apontados pelas mulheres, nos seus itinerários, na busca dos serviços da Rede de Atenção à Violência contra as Mulheres;
- d) Identificar e analisar os principais desafios relatados pelas mulheres em situação de violência doméstica do Subúrbio Ferroviário de Salvador, ao buscarem os serviços da Rede de Atenção à Violência contra as Mulheres.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: A FENOMENOLOGIA COMO RECURSO PARA COMPREENDER O FENÔMENO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Este capítulo apresenta o método utilizado na pesquisa, os caminhos metodológicos, com as técnicas e os procedimentos empregados para a produção dos dados, junto às mulheres que residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador, a fim de conhecer seus itinerários na busca dos serviços da Rede de Atenção à Violência contra a Mulher no Subúrbio Ferroviário em Salvador, identificar o perfil das mulheres. E, na perspectiva das injustiças espaciais, compreender as dificuldades socioespaciais percebidas por elas no seu percurso, na tentativa de romper com o *continuum* de violência doméstica.

1.2.1 Noções do método fenomenológico

Esta pesquisa fundamenta-se no método fenomenológico, a partir do trabalho de Éric Dardel (2011) e Edward Relph (1976) que partilham a concepção de que a realidade e a intersubjetividade são instâncias que se retroalimentam e implicam no processo de reprodução do espaço geográfico. Na apreciação sobre a obra de Éric Dardel, Felipe Kevin R. da Silva (2022) afirma que este, na perspectiva de uma geografia fenomenológica, reitera ser necessário um despertar para uma “consciência geográfica”, a qual possibilita ao indivíduo considerar o espaço geográfico como “mundo da existência”, ou/e das experiências. Felipe Kevin R da Silva (2022) também diz que para Éric Dardel:

[...] a Geografia é um tratado humanista, um convite, uma solicitação a ouvir a voz silenciosa de uma geografia que, antes de ser “ciência”, é experiência viva, que, por meio de uma postura fenomenológica, concebe o mundo não como justaposição entre as dimensões sociais e técnicas, mas como

possibilidade entre modos de existências (FELIPE KEVIN R DA SILVA, 2022, p. 162).

Nosso estudo é ancorado na perspectiva da geografia fenomenológica que preconiza e valora as dimensões sociais e existenciais do ser humano, a qual sustenta que o sujeito é quem descreve o objeto a partir da sua trajetória de vida, suas observações, perspectivas, percepções e vivências. Éric Dardel (2011) advoga como o espaço geográfico é um existencial (não neutro), fundado na relação entre o ser e a Terra. Em consonância com Edward Relph (1976), defende que o espaço geográfico não é um “objeto”, ou um espaço em branco à espera de alguém para ser colorido, mas, sim, um espaço que o ser humano, para além de senti-lo, pode também se perceber a ele ligado.

Segundo Felipe Kelvin (2022), Edward Relph (1970) concebe que:

O método da fenomenologia é uma tentativa de explorar os mundos originais da experiência do homem, rejeitando as abordagens de uma ciência mecanicista e a busca de leis científicas que não têm significado para o homem. O ‘mundo vivido’ da experiência do homem pode ser restaurado a um lugar de proeminência em nosso pensamento. Talvez o aspecto mais importante desse método seja o reconhecimento e a ênfase na intencionalidade das ações do homem. Na fenomenologia, a intencionalidade não se refere simplesmente a uma direção ou propósito deliberadamente selecionado, mas também a uma relação de ser entre o homem e o mundo (Relph, 1970, p. 194, apud Felipe Kelvin R. da Silva, 2022, p.161;162).

Assim, como já mencionado, o método utilizado na pesquisa não pode consistir em uma escolha aleatória, mas sim aquele que possibilite considerar as experiências dos sujeitos com determinados fenômenos, ou melhor com o mundo vivido, a partir das vivências dos indivíduos. Hellen Virginia Alves vai mais além, pois para ela é preciso uma relação anterior do(a) pesquisador(a) com o fenômeno pesquisado, a qual direciona a escolha do método de pesquisa. De modo que, para a autora:

[...] o posicionamento ideológico do pesquisador frente ao método que utiliza deve ser fruto da sua visão de mundo, da maneira como deseja abordar e compreender determinado fenômeno, fato que demonstra que a escolha do método não deve ocorrer ao acaso, tampouco na tentativa de optar pelo caminho que possa nos pareceres mais serenos ou rápidos. Deve haver uma experiência prévia entre pesquisador e o fenômeno pesquisado e, a partir destas vivências, deve-se optar pelo método que mais se ajusta ao fenômeno

e que melhor representa a forma de ver o mundo compartilhada pelo pesquisador (Hellen Virginia Alves, 2017, p. 50).

Em vista disto, destaca-se que as concepções e aspirações ideológicas que inspiram este estudo estão ancoradas na perspectiva feminista, enquanto saber localizado, que “[...] trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (Donna Haraway, 1995, p. 21).

No caso específico da Geografia Feminista, Joseli Silva e Marcio Ornat indicam:

O fazer científico capaz de construir visibilidades de sujeitos produzidos como invisibilizados, na geografia só é possível quando compreendemos que a invisibilidade não é casual, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo e até mesmo as perguntas que somos capazes de formular sobre uma dada realidade espacial (Joseli Silva; Márcio Ornat, 2020. p. 166).

Por conseguinte, apoiando-se no método fenomenológico, neste estudo, buscou-se ouvir as mulheres em situação de violência doméstica que residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador, com o objetivo de analisar sua percepção acerca das experiências de utilização dos serviços de apoio às suas demandas no contexto de situações de violência doméstica, a partir da observação da infraestrutura dos equipamentos acessados e disponíveis, particularmente quanto às dificuldades de mobilidade para acesso a esses serviços, no momento de tomada de decisão para romper o ciclo da violência doméstica.

As estratégias de abordagem adotadas para produção e análise dos dados foram qualitativas. Trata-se de estratégias que, de acordo com Helena Heloisa Martins (2004), possibilitam trabalhar com unidades sociais, privilegiando os indivíduos, a comunidade, o grupo, dentre outros. Salienta que “*a metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados*” (Heloisa Helena Martins, 2004, p. 295). Para Marcelo Vieira e Deborah Zouain (2005), a pesquisa qualitativa valoriza os depoimentos, as vivências dos sujeitos sociais envolvidos no estudo, assim como suas percepções acerca dos fatos.

1.2.2 Procedimentos de pesquisa

Neste tópico, são apresentados os passos trilhados para alcançar os objetivos da pesquisa. Para identificar as mulheres em situação de violência doméstica no Subúrbio

Ferroviário de Salvador, e assim convidá-las para participar nas entrevistas, foi utilizada a técnica metodológica *Snowball*, também conhecida como “Bola de Neve”. Esta técnica se vale de uma escolha direcionada a pessoas associadas, direta e indiretamente, aos fatos que estamos tentando entender. A utilização dessa técnica é adequada, dado que a temática da violência doméstica é um assunto sensível para muitas mulheres que a vivenciam, como bem disse Juliana Vinuto (2014, p 204). “A técnica ‘bola de neve’ pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados”.

Inicialmente, as pessoas participantes do estudo foram contatadas a partir da rede social da autora desta pesquisa, de modo que foram solicitadas a fazer a gentileza de indicar novas participantes, que, por sua vez, também foram demandadas a indicar outras mulheres a participarem da pesquisa.

De acordo com Elisabeth Albuquerque (2009), uma das vantagens dos métodos que possibilitam utilizar essas cadeias de referências e indicações é que em redes sociais complexas, como o de uma população oculta, ou que tem medo, vergonha de se identificar, falar das suas dores, como é o caso de mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica, é mais fácil para quem vivencia ou vivenciou a mesma situação de violência doméstica, conhecer, indicar e apresentar outras participantes para participarem da pesquisa.

Como uma pesquisa qualitativa, não se trata de obter uma amostra de mulheres em situação de violência doméstica para entrevista. Como principais critérios de inclusão para participação na pesquisa, foram considerados residir no Subúrbio Ferroviário de Salvador durante os episódios de violência; em algum momento já ter buscado apoio na rede de atenção à mulher em situação de violência em Salvador; além de ser maiores de idade. Foram excluídas das pesquisas não residentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador durante os eventos de violência, as menores de idade e as mulheres com alguma dificuldade que as impedissem de conceder entrevista.

Outra técnica utilizada para alcançar as mulheres para participarem da entrevista foi um formulário construído a partir do Google Forms¹⁷, elaborado como forma de convidar mulheres interessadas em participar da pesquisa, com 6 perguntas iniciais: (1- Quero participar da pesquisa; 2- Já passei/passo por situação de violência doméstica; 3-Já procurei à rede de atenção à mulher; 4- Moro no Subúrbio Ferroviário; 5-Sou maior de idade; 6-Meu contato: E-mail, Celular ou Telefone fixos). Buscou-se selecionar, dentre as mulheres que responderam ao formulário, aquelas que se encaixavam nos critérios para participar das entrevistas.

¹⁷ Disponível em: [Formulário sem título - Formulários Google](#) (Acesso 22 mar. de 2024).

Considerou-se o critério de saturação para finalizar as entrevistas, quando se observou que as informações prestadas por cada entrevistada não acrescentavam mais novos conteúdos sobre a questão acerca dos percalços enfrentados nos itinerários aos serviços da rede de atendimento às mulheres no Subúrbio Ferroviário de Salvador, com repetição ao que já havia sido falado, a partir das entrevistas anteriores, sem adicionar nada de novo às respostas do roteiro.

As cinco mulheres que foram alcançadas para participar da pesquisa se identificaram como cisgênero e com experiências de violência doméstica. Não houve mulheres transgênero como participantes da pesquisa, pois não foram identificadas nem indicadas pelas mulheres contatadas. As participantes da pesquisa se autodeclararam pretas e/ou pardas (negras). Os nomes utilizados na pesquisa para identificar as entrevistadas (Lucy, Maria Marçal, Cris, Tamires e Rosa) são nomes fictícios, escolhidos pelas próprias mulheres.

Nas entrevistas, foi realizada a escuta a partir da metodologia da História Oral, com a narrativa das mulheres, a partir das suas trajetórias na busca dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Salvador. Como bem declara Priscila de Lima Alonso (2019):

Na perspectiva da história oral, o testemunho oral é a parte central da investigação e seu uso sistemático possibilita esclarecer trajetórias individuais, movimentos sociais, lutas cotidianas ocultadas ou esquecidas, de grupos dominantes, menosprezados ou excluídos, eventos ou processos que dificilmente seriam compreendidos de outra maneira (Priscila de Lima Alonso, 2019, p. 31 e 32).

Através da história oral, pode-se estabelecer uma ligação entre teorias e práticas a partir da realidade vivenciada. O uso da técnica da história oral permite que o pesquisador não consulte apenas os escritos de outros pesquisadores, mas sim possa ouvir a história dos sujeitos no tempo presente, os quais experienciaram essa história no tempo passado. “Até meados do século XX, a história acadêmica e científica, a história ‘oficial’, [...] era baseada quase que exclusivamente em documentos escritos” (Priscila de Lima Alonso, 2019, p. 32).

Desse modo, foi possível conhecer relatos e fatos que, além de não serem registrados em outros documentos, colaboraram para a percepção e a compreensão de como as injustiças espaciais se apresentam no cotidiano das mulheres em situação de violência doméstica que residem em áreas periféricas, quando estas decidem romper com o ciclo da violência doméstica. Também permitiu saber se a localização dos equipamentos de atendimento às mulheres é acessível quando elas se dirigiram a tais espaços.

Também foram entrevistadas profissionais (assistentes sociais, advogadas, psicólogas e gestoras) de serviços de atenção a mulheres de Salvador, bem como mulheres de movimentos sociais que atuam no acolhimento de mulheres e no enfrentamento à violência doméstica no Subúrbio Ferroviário de Salvador, com a finalidade de compreender, a partir das experiências na atuação dessas pessoas frente à violência doméstica, quais as demandas relatadas por mulheres em seus atendimentos nos serviços. As profissionais, assim como as mulheres de movimentos sociais, foram identificadas na pesquisa de acordo com o cargo de atuação e/ou formação.

Além das entrevistas com as mulheres em situação de violência doméstica e com profissionais e mulheres de movimento social, foram consultadas variadas fontes bibliográficas, como livros, periódicos, artigos científicos, legislações e bancos de dados estatísticos, a exemplo daquele do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, bem como jornais e sites oficiais acerca dos números das violências contra as mulheres no Brasil, na Bahia, e em Salvador. Igualmente, buscou-se identificar, através de informações em sites oficiais, quais os serviços da rede de atenção à violência contra as mulheres estão presentes no Subúrbio Ferroviário.

Buscou-se também identificar trabalhos científicos sobre violência doméstica contra as mulheres, através de busca em periódicos, na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, na perspectiva geográfica. Foram encontrados poucos trabalhos, número ainda acanhado frente ao crescente fenômeno da violência contra as mulheres.

Também foram registrados elementos de várias conversas informais com mulheres lideranças e militantes de movimentos sociais que trabalham no atendimento e acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com o objetivo inicial de alcançar mulheres com interesse em participar da pesquisa; também, buscando entender como são desenvolvidos os trabalhos de mitigação do movimento de mulheres junto às vítimas de violência doméstica, quais são os principais problemas socioespaciais que as mulheres que estão “na ponta”, em contato direto com as mulheres em situação de violência, encontram neste trabalho.

Para estabelecer um diálogo e entrevistar as mulheres, construiu-se um roteiro com perguntas semiestruturadas que visou identificar informações sobre seu perfil sociodemográfico, familiar e social, o contexto da agressão, os caminhos percorridos em busca por serviços da rede de atenção à violência contra mulher, bem como os principais percalços enfrentados por elas para ter acesso aos serviços.

As perguntas do roteiro foram estruturadas na perspectiva de analisar as narrativas das mulheres, buscando reconhecer singularidades e elementos comuns. Além de se buscar identificar os itinerários percorridos na busca de apoio para romper o ciclo da violência doméstica, considerando os elementos que evidenciam as injustiças espaciais, se tentou conhecer e analisar as situações que funcionaram como facilitadoras e/ou inibidoras para o acesso das mulheres aos serviços; por fim, teve o propósito de mapear como os serviços acessados pelas mulheres estão funcionando, se atenderam suas necessidades e, a partir do ponto de vista das mulheres sujeitas da pesquisa, identificar o que é preciso para melhorar.

Foram elaborados mapas para representar os percursos relatados e destacados nos itinerários das mulheres entrevistadas. Estes mapas constituem um recurso cartográfico no intuito de representar tais itinerários, a partir da descrição sobre os percursos traçados na busca de romper com o ciclo da violência doméstica.

Face à pandemia da Covid-19, o trabalho de campo, previsto originalmente para 2022, foi cancelado em função das restrições impostas pela pandemia, sendo realizado no primeiro semestre de 2023, de forma presencial, respeitando-se todas as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades brasileiras de Saúde quanto às medidas de segurança sanitária. As entrevistas foram gravadas, devidamente autorizadas pelas mulheres entrevistadas, com gravador de *smartphone*, e transcritas pela própria pesquisadora que realizou as entrevistas, utilizando-se o *software Audiotext*, apropriado para essa funcionalidade.

Todos os aspectos éticos foram respeitados. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)¹⁸. As entrevistadas eram mulheres maiores de 18 anos de idade e sem dificuldades que as impedissem de conceder entrevista. A todas foi garantida a opção de escolher qual nome fictício seria utilizado para identificá-las, de maneira que sua privacidade e seu anonimato foram assegurados. Antes da realização das entrevistas foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às entrevistadas, contendo os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem adotados e os benefícios e riscos associados. O TCLE foi lido e assinado em duas vias de igual teor, uma ficando com as pessoas que concordaram em participar da pesquisa e a outra com a pesquisadora.

A participação na pesquisa foi totalmente voluntária, assegurando o sigilo e a confidencialidade, bem como o direito de interromper a entrevista e desistir de participar em qualquer momento. Por se tratar de um tema delicado, houve uma preocupação caso a entrevista pudesse provocar desconforto e mobilização emocional às mulheres, ao relembrar eventos

¹⁸ Protocolo n. 6.026.766.

delicados e constrangedores. Isto não ocorreu em nenhum caso, mas, diante do potencial risco, caso houvesse necessidade sinalizada, ou a pesquisadora notasse essa necessidade e a interlocutora concordasse, a entrevistadora estava apta a indicar apoio profissional para cuidados da saúde.

Quanto ao local e horário das entrevistas, foram todos escolhidos pelas próprias mulheres, as quais preferiram no seu domicílio, mesmo algumas delas ainda convivendo com seu marido agressor, optando por um horário, em que este não se encontrava e nem corria risco de retorno ao lar. Isto para zelar pela segurança da mulher, uma vez que o marido agressor, ao ouvir alguma narrativa que o comprometesse, poderia sentir-se afrontado, o que poderia colocar as mulheres, ou mesmo a pesquisadora, em situação de risco.

1.2.3. Os percalços encontrados no percurso da pesquisa

Diversos foram os percalços que se apresentaram no percurso deste trabalho. Desenvolver uma pesquisa na perspectiva feminista, na esfera da Geografia, há muito caracteriza-se como grande desafio, o que não difere da realidade vivenciada na presente investigação. Uma pesquisadora que se propõe feminista, e defende um conhecimento/posicionamento comprometido e politizado, no intuito de contribuir para uma nova maneira de fazer Ciências e de pensar as relações entre pesquisadora, sociedade e seu objeto de estudo, como assinala Jaicy Callou (2012), sabe que terá que enfrentar desafios de distintas ordens.

Um primeiro desafio foi a grande dificuldade das mulheres contatadas em conceder entrevistas. Muitas já tinham confirmado sua participação, concordando com sua colaboração, inclusive com entrevistas agendadas, mas, no último momento, desmarcaram, alegando não ter tempo; uma por conta dos estudos, outra por lembrar que, ao final da vida, o marido teve um câncer que o levou à morte e, no processo da doença, o esposo lhe pediu perdão, então ela não queria ter que relembrar os momentos difíceis que viveu ao lado dele. Outras mulheres contatadas simplesmente não responderam ao contato para agendamento, após terem combinado participar das entrevistas. Contexto compreensível, diante da sensibilidade do tema tanto para as entrevistadas, quanto para a pesquisadora, uma vez que falar do contexto de violência doméstica poderia suscitar memórias de dores. Mais de doze mulheres foram contatadas para participar da pesquisa; entretanto, apenas cinco destas efetivamente participaram.

Os percalços enfrentados diante da desistência, ou do não retorno para participar das entrevistas das doze mulheres contatadas, foram compreendidos como forma de resistência, de modo a não se permitir serem revitimizadas, a partir das lembranças, com a *escrevivência*, do contexto de violência doméstica que sofreram nas suas relações conjugais no momento da entrevista.

Quanto à estratégia do formulário no Google Forms, este foi compartilhado em grupos de mulheres de movimentos sociais do Subúrbio, na rede pessoal da pesquisadora com seus contatos mais próximos, uma vez que é residente do Subúrbio Ferroviário há anos. Ele ficou disponível para resposta por quinze dias; entretanto, foi respondido por apenas seis mulheres que declararam interesse na pesquisa. Nenhuma delas atendia aos critérios estabelecidos para fazer parte do trabalho, pois apesar de serem maiores de idade, apenas uma havia sofrido violência doméstica, mas não era residente no Subúrbio.

A despeito dos inúmeros contatos estabelecidos com mulheres de movimentos sociais, assim como com profissionais que trabalham no atendimento direto a mulheres em situação de violência doméstica em serviços, nenhuma foi identificada para entrevista. Profissionais dos serviços sinalizaram que, por questões éticas estabelecidas pelos serviços, estavam impossibilitadas de indicar usuárias em acompanhamento.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Violência Doméstica Contra a Mulher –VDCM - é um problema muito grave, registrado por mulheres em todo o mundo, tornado visível e desnaturalizado após lutas e conquistas dos movimentos feministas, que resultaram em ações para seu enfrentamento. Essa mazela social requer sempre a necessidade de estudos e debates para fundamentar e orientar a implementação de políticas públicas em uma ação coletiva que envolve o Estado, os movimentos sociais, a escola, a universidade, as empresas, as famílias e a sociedade em seu conjunto.

Assim, produzir conhecimento sobre um tema tão complexo como a violência doméstica contra a mulher é sumamente importante para qualificar o debate social e transformar a perspectiva hegemônica machista sobre as representações acerca deste tipo de violência que, por vezes, termina por naturalizar e culpabilizar as próprias mulheres pela violência sofrida, e revitimizá-las.

A possibilidade de trabalhar com a temática da violência doméstica contra as mulheres na perspectiva geográfica torna-se relevante ao agregar a dimensão teórica da justiça espacial.

Não foram identificados, até o presente momento, estudos sobre o itinerário das mulheres em situação de violência doméstica na Bahia e em Salvador, na perspectiva das injustiças espaciais, particularmente analisando as moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Muitos dos estudos sobre o tema foram realizados por profissionais do campo da saúde (Lídia Ester L. da Silva; Maria Liz C. de Oliveira, 2015).

Um dos raros exemplos, de extrema importância, na perspectiva geográfica, foi a pesquisa realizada por Marcos Moreno (2020) que teve como objetivo desenvolver uma análise espacial dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica na Cidade do Salvador. Entretanto, o estudo não dirigiu sua lente para o itinerário dessas mulheres, a partir das suas experiências nos deslocamentos aos serviços especializados.

Investigar esses itinerários, a partir da perspectiva das próprias mulheres, confere relevância a este trabalho. Almeja-se, com os resultados desta pesquisa, colaborar para produzir um conhecimento visando orientar políticas públicas e ações coletivas que impliquem mudanças na atenção às mulheres que residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador e estão em situação de violência doméstica, buscando contribuir de maneira crítica no processo de transformação da sociedade e da superação da violência doméstica contra as mulheres.

Na busca de responder tais indagações, bem como os objetivos do estudo, a dissertação está estruturada em quatro capítulos: **Introdução**, em que se apresenta tema, objetivos, justificativa, método, procedimentos metodológicos da pesquisa e entraves/percalços encontrados no desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo expõe os elementos conceituais acerca da violência doméstica contra a mulher, a **Rota Crítica** e as possibilidades de rompimento do ciclo da violência doméstica; também apresenta um recorte histórico-temporal das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher; e ainda informa aspectos socioespaciais da Cidade do Salvador, do Subúrbio Ferroviário, *locus* da pesquisa de campo, discutindo como as injustiças espaciais presentes nesses espaços podem se caracterizar como obstáculos no itinerário de mulheres em situação de violência doméstica; o terceiro capítulo discute a **Geografia** enquanto ciência frente às questões da violência doméstica contra a mulher, apresenta o conceito de redes geográficas, de rede de enfrentamento à violência contra a mulher, da necessidade da articulação das ações em redes e sua importância na resposta ao problema social que se tornou a violência doméstica.

Por fim, no quarto capítulo são expostos os resultados da investigação, com o perfil das mulheres que participaram da pesquisa, o contexto das escrevivências das mulheres com a violência doméstica, os itinerários percorridos pelas mulheres até a Rede de Enfrentamento à

Violência contra a Mulher do Subúrbio Ferroviário de Salvador, discutindo-se as injustiças socioespaciais, a partir do que foi percebido e narrado pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

Também apresentamos, nesse capítulo, as percepções de profissionais e mulheres de movimento social do Subúrbio Ferroviário que atuam - ou já atuaram - junto a mulheres em situação de violência doméstica. Do mesmo modo, nesse capítulo apresentamos a discussão, análise dos resultados e considerações finais.

2. ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS DA VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES

Neste capítulo, serão apresentados concepções e entendimentos do que é violência doméstica contra as mulheres-VDCM -, bem como dados que representam e evidenciam o crescente número deste fenômeno que se tornou “epidêmico” no Brasil.

O debate sobre a violência doméstica contra a mulher é relativamente recente. Iniciou-se na década de 1960, a partir da luta dos movimentos de mulheres em vários países. Mulheres se organizaram e buscaram dar visibilidade à questão social da violência doméstica, assim como às formas de discriminação, baseadas no gênero, praticadas contra elas.

De acordo com Leila Linhares Barsted (2016), esse período foi de fundamental importância para a criação de uma agenda política que resultou em legislação internacional sobre essa temática. Também possibilitou o debate e a orientação sobre a necessidade de respeito à igualdade e equidade de gênero entre seres humanos. Contudo, ainda é muito recente, se considerarmos a história de hegemonia de um sistema patriarcal secularizado na própria sociedade, que considera a mulher como “propriedade” do homem, assim como sustenta percepções e comportamentos violentos até os dias atuais.

A violência contra mulheres e meninas, em todo o mundo, assume várias modalidades: física, sexual, psicológica e moral, patrimonial e conjugal, entre outras. Nesta pesquisa, analisar-se-á a violência doméstica contra as mulheres. Configura-se como violência doméstica contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada em gênero, que lhe cause a morte, lesão, sofrimento físico ou psicológico, dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006)¹⁹.

¹⁹ Art. 5º da Lei Maria da Penha, N°11.340/2006.

A violência doméstica contra a mulher, segundo a Organização das Nações Unidas, é considerada uma violação dos Direitos Humanos e um problema de Saúde Pública, afetando uma parcela importante de mulheres em todo o mundo (OMS, 2017).

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS -, em relatório publicado em 2021, “ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro, ou violência sexual por parte de um não parceiro – um número que permaneceu praticamente inalterado na última década”. O relatório destaca ainda a situação agravante deste tipo de violência hedionda: “Essa violência começa cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos), que estiveram em um relacionamento, já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte e poucos anos” (OMS, 2021: p,1)²⁰.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking da violência doméstica contra a mulher, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Dados do DATASENADO (2021)²¹ mostram que 27% das mulheres brasileiras informaram ter sofrido violência doméstica ou familiar, provocada por um homem. Esta é uma proporção elevada, mas estável em relação àquela encontrada em levantamento anterior, realizado em 2019. Visto que os dados mostraram que, entre 2011 e 2019, o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37%. O fenômeno da violência doméstica contra a mulher passou a adquirir relevância ainda maior no contexto da pandemia da Covid-19. Pesquisas demonstram como o distanciamento social (medida não farmacológica de prevenção contra o novo Corona vírus), que resultou na permanência de todos os membros da família dentro de casa, implicou maior exposição das mulheres aos seus agressores (Ana Paula dos Reis et al., 2021).

Também, nos períodos mais agudos da pandemia, em 2020 e 2021, antes da vacinação, muitos serviços de atenção às mulheres em situação de violência tiveram suas atividades interrompidas ou reduzidas, e vários outros passaram a funcionar de forma remota, o que pode ter dificultado o acesso das mulheres a esses serviços. Ademais, as dificuldades (financeira, falta de informação, entre outras) das mulheres em chegar até os serviços, por medo de exposição ao vírus da Covid-19, adoecimento e óbito, além da falta de apoio das redes familiares e social, foram fatores agravantes para o aumento da violência doméstica nesse

²⁰ Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres, em todo o mundo, sofre violência. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>>. Acesso em: 22 out. de 2021.

²¹ Levantamento por meio de telefone com entrevista a uma amostra representativa de 3.000 brasileiras de 16 anos ou mais.

período (Ana Paula dos Reis et al., 2021). Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, publicados em 2022, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), entre 2020 e 2021, a quantidade de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) concedidas cresceu em 14,4%.

Outro levantamento sobre a violência doméstica contra a mulher durante a pandemia da Covid-19 também evidencia como essa situação se agravou. A Coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Maria Cristiana Ziouva (2020), chama a atenção para o aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres nos períodos de distanciamento social²², com os tribunais brasileiros tendo registrado crescimento dos casos de agressão contra mulheres, e de feminicídios no período²³. Entretanto, as instituições que podem possibilitar o monitoramento desses dados, com maior detalhamento, apresentaram dificuldades de funcionamento durante a pandemia, como já mencionado, visto que muitos serviços de atenção à mulher em situação de violência precisaram fechar as portas²⁴, como Delegacias Especializadas no Atendimentos às Mulheres, Varas de Família, Centros de Referências, dentre outros.

De modo que até os dados dos serviços de combate à violência doméstica contra a mulher, produzidos de forma remota/online, como os canais de denúncias 180 e 190, possivelmente estão subnotificados no período pandêmico, uma vez que as mulheres estavam confinadas com seus parceiros íntimos no lar, e se estes eram seus agressores, elas estavam silenciadas, impedidas, então, de fazer a denúncia (Ana Paula dos Reis et al., 2021).

Outras fontes de informação detectaram também o aumento do fenômeno da violência doméstica contra a mulher. A nota técnica, publicada em 16 de abril de 2020, portanto no início da pandemia da Covid-19, e divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), já observava como, em todo o Brasil, após uma filtragem de diálogos no Twitter, com foco apenas nas mensagens que indicavam a ocorrência de violência doméstica, havia 5.583 menções à violência doméstica contra a mulher, identificadas por vizinhos, em suas redes sociais. Segundo esta nota técnica, o Twitter foi escolhido como fonte de análise, por ser a plataforma em que os internautas mais se manifestam espontaneamente.

²² Medida recomendada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) que considerou a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV 2, novo Corona vírus).

²³ Isolamento como gatilho para violência contra mulheres. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/isolamento-social-como-gatilho-para-a-viol%C3%Aancia-contra-mulheres/a-53208386>. Acesso em: 11 mar. 2022.

²⁴ Segundo orientação das autoridades sanitárias, o distanciamento social, na ausência de vacinas, foi a principal medida de contenção da circulação do vírus da COVID-19.

De acordo com o Instituto Patrícia Galvão (IPG)²⁵, em 2020, para 87% da população entrevistada, o distanciamento social e a quarentena (isolamento das pessoas doentes) fizeram com que a violência contra as mulheres aumentasse. A pesquisa desse Instituto também destaca que 75% da população consultada conheciam uma mulher vítima de violência doméstica e 49% deles acreditavam ter ficado ainda mais difícil para esta mulher denunciar a violência doméstica durante a pandemia.

Dentre as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres, na tentativa de buscar apoio, de acordo com o IPG (2020), foi apontado o fato de o agressor estar (presente em casa) vigiando-as. Da mesma forma, o distanciamento de amigos e familiares e o fechamento temporário dos serviços de atenção às mulheres dificultaram o acesso das mesmas aos mecanismos de denúncia das agressões sofridas. Isso porque o apoio de pessoas próximas e dos órgãos estatais de proteção às vítimas de violência são considerados os principais motivadores para que as mulheres sejam encorajadas a romper o ciclo de violência doméstica.

2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: NEM SEMPRE É FÁCIL RECONHECER E MAIS COMPLICADO AINDA DENUNCIAR E COMBATER

A ativista Maria Amélia Teles (2014) afirma que a violência doméstica contra a mulher ocorre em contextos de relações íntimas, em que afeto e dependência emocional e/ou financeira estão presentes; a vítima geralmente conhece o agressor e, em muitos casos, convive ou conviveu com ele, mantendo relações de “amor e/ou amizade”, sendo este um dos motivos para que muitas mulheres se mantenham caladas diante dos eventos de violência doméstica, ou mesmo tenham dificuldades de reconhecê-los como violência e mais grave ainda, de denunciá-los.

Todavia, não é apenas a existência de uma relação de afeto que contribui para silenciar a mulher que sofre violência doméstica, mas sim, um conjunto de situações que garante a sua submissão ao agressor. Representações sociais e valores do sistema patriarcal, que têm como premissa a dominação masculina, implicam assimetrias de gênero que, portanto, legitimam atos de opressão, humilhação e violência contra as mulheres.

Para Heleith Saffioti (1987, p. 16.) o patriarcado “[...] é um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem”. Ou seja, na sociedade humana, secularizada por códigos de condutas demarcados por relações de comando e obediência fortemente

²⁵ Consulta via plataforma on-line a 1.500 pessoas (1000 mulheres e 500 homens) maiores de 18 anos.

influenciados, sobretudo pelas religiões e pela moral, a dominação como forma aberta ou subliminar de coagir ou controlar mulheres, coisificando-as, classificando-as como inferiores, coloca os homens em posição de oprimir as mulheres por meio de variadas formas de violências, visando assegurar seus privilégios estabelecidos no sistema patriarcal. Para Gerda Lerner (2019: p. 25) “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis”.

Gerda Lerner (2019), no seu livro sobre “A criação do patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens”, faz críticas às várias formas de desvalorização perpetrada pelo patriarcado contra as mulheres; uma destas críticas é apresentada a partir da existência de duas metáforas que possibilitaram a construção dos sustentáculos do patriarcado ocidental: a primeira sustenta que o único acesso das mulheres a Deus e que lhes possibilita a comunhão sagrada se dá pela maternidade; a segunda, com base na filosofia aristotélica, enuncia que as mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos, pertencentes a uma categoria totalmente diferente e inferior àquela dos homens. De modo que Gerda Lerner afirma:

É com a criação desses dois constructos metafóricos que se constroem os próprios alicerces dos sistemas de símbolos da civilização ocidental; que a subordinação das mulheres passa a ser vista como ‘natural’, tornando-se, em decorrência disso, invisível. É isso que enfim estabelece com firmeza o patriarcado como realidade e como ideologia (Gerda Lerner, 2019, p. 44).

Entretanto, a autora discute como as mulheres tiveram participação na criação do patriarcado, pois o patriarcado se trata de processo histórico construído há mais de 2.500 anos, por homens e por mulheres:

Só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade (Gerda Lerner, 2019, p. 26).

Vale salientar que essa subordinação acontece de forma que as mulheres sejam invisibilizadas no processo de construção da sociedade, não tenham espaço para narrar seus feitos históricos e ainda sejam psologicamente colocadas em um lugar de inferioridade, privadas da tomada de consciência da sua história de lutas e conquistas. Junta-se a isso o processo de escravização, no qual, para além do machismo, o racismo, que antecedeu a opressão

de classe, se expressou e foi constituído com base nas relações patriarcais. Portanto, classe social não é um constructo separado do gênero, nem das questões étnico-raciais”.

De acordo com Lana Lage e Maria Beatriz Nader (2013), no Brasil, desde o período colonial, a ideologia patriarcal conferia aos homens o domínio sobre as mulheres:

Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim, cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que para isso recorressem ao uso da força (Lana Lage; Maria Beatriz Nader, 2013, p. 287).

Para Carole Pateman (1993), o direito paterno se configura como uma dimensão da tradição patriarcal, o qual justificou, por décadas, atos de violência que pais, maridos²⁶ e, acrescentamos, até “irmãos mais velhos²⁷”, respectivamente, cometiam contra filhas, esposas e irmãs. O sistema patriarcal, ao outorgar aos homens poderes sobre as mulheres, (re) produz a cultura do machismo na sociedade em distintas instâncias, inclusive na família:

O patriarcado é a gênese da constituição de toda a vida social, é um atributo universal da sociedade humana, é uma concepção literal de governo do pai; ou seja, o patriarcado está estritamente relacionado com o pressuposto de que as relações sociais patriarcais se referem à família (Carole Pateman, 1993, p. 43).

Joseli Silva (2009) afirma que:

O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais, até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (Joseli Maria Silva, 2009, p. 34).

²⁶ O Código Civil de 1916 expressa como a dominação exercida pelos maridos sobre as esposas era respaldada em leis: por exemplo, as mulheres casadas não podiam abrir conta em banco, trabalhar fora de casa, ter estabelecimento comercial ou mesmo viajar sem a autorização dos maridos.

²⁷ Durante muito tempo, essa foi uma prática da sociedade. Na música cantada por Chico Buarque, isso é exposto como crítica: “Terezinha de Jesus De uma queda foi ao chão Acudiram três cavalheiros Todos três, chapéu na mão. O primeiro foi seu pai, o segundo, seu irmão, o terceiro foram aqueles que a Tereza deu a mão”. É possível notar de forma implícita, na letra da música, como o casamento é considerado destino natural e pré-determinado na vida da mulher, reforçando assim o poder patriarcal no seio da família, naturalizando no imaginário de meninas e mulheres o dever da obediência ao pai, irmãos mais velhos e ao marido. Vale salientar que Chico Buarque faz essa música em forma de crítica social, para denunciar a reprodução ideológica firmada no paradigma do patriarcado. Disponível em: <<https://www.ouvirmusica.com.br/chico-buarque/85828/>>. Acesso em 27 out. 2022.

O espaço doméstico, o lar, lugar onde supostamente as mulheres estariam protegidas, se configura em espaço de ‘perpetração da violência’. O lar, com toda sua privacidade, pode, em muitas situações, ser o lugar mais perigoso para as mulheres. A violência doméstica contra a mulher acontece, sobretudo, no espaço ‘privado’, no qual durante anos, o homem, autorizado pelo sistema patriarcal, acreditou ser o lugar onde tem livre ação para subjugar e oprimir as mulheres por sua condição de gênero (Susan Okin, 2008).

Leila Linhares Barsted (2016) afirma que a violência de gênero ocorre em todos os países, mas, no Brasil, isto foi durante muito tempo legitimado pelo Estado, por igrejas e pela sociedade que validaram o discurso do senso comum de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

Como já dito anteriormente, a violência não atinge as mulheres da mesma maneira. De modo que as mulheres negras são, especialmente, as mais afetadas; esse fato pode ser constatado com dados reais sobre o feminicídio no Estado da Bahia, no ano de 2023, quando infelizmente 108 mulheres foram assassinadas por seus parceiros íntimos. Destas, 78,7% eram negras (IBahia, 2004). A violência contra as mulheres negras é fruto de variadas discriminações, ou melhor, de sistemas que as subordinam: de gênero, por serem mulheres, étnico por serem negras e de classe, por serem pobres (Kimberlé Crenshaw, 2002).

Fundamentações teóricas da “corrente feminista negra”, que reivindicam uma análise a partir do prisma das experiências vividas por mulheres negras, dão suporte à presente proposta de pesquisa. Recorremos, assim, ao estudo da pesquisadora Patricia Hill Collins (2016) ao destacar como, na produção epistêmica do “feminismo negro”, ocorre um deslocamento do sujeito, privilegiando a perspectiva e o ponto de vista das mulheres negras, baseada em três premissas fundamentais:

1- [...] é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras [...] enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras.

2- [...] a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo.

3- [...] embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, religião, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras têm resultado em diferentes expressões desses temas comuns.

Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas (Patrícia Hill Collins, 2016, p. 101-102).

Desse modo, analisar a violência de gênero, orientada pela ótica de autoras negras e outras teóricas que consideram o recorte da condição de ser negra (*o*), em suas análises, é primordial para compreender as diversas problemáticas e as singularidades vivenciadas por mulheres negras. Nesta perspectiva, por meio da interseccionalidade, deve-se compreender como marcadores sociais de etnia/cor, de classe e de gênero são potencializados para engendrar a violência.

Lélia Gonzalez (1988) critica a atuação dos movimentos feministas brancos e hegemônicos pois, embora tenham aportado contribuições para o debate desta temática importante acerca da opressão das mulheres, não consideraram as experiências das mulheres negras. Para superar a invisibilidade das pautas das mulheres negras, fez-se necessário a organização do movimento de mulheres negras, fazendo surgir o “feminismo negro”, reivindicando agendas a partir das suas experiências no cotidiano.

Nas palavras de Lélia González (1988):

Por tudo isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; lá, nós, *ameféricanas* e *ameríndias*, temos participação ativa e, em muitos casos, somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: irmandade" (Lélia González, 1988, p. 134).

Todavia essa autora ressalta como, no movimento negro, as mulheres negras são atravessadas pelo sexismo, pelo patriarcado e outras formas de opressão, por parte de seus parceiros de luta, sendo suas questões secundarizadas de forma semelhante ao que ocorria dentro dos movimentos feministas brancos; as pautas das mulheres negras permaneciam invisibilizadas e o tratamento das suas especificidades excluído, reproduzindo assim desigualdades e violências.

Para bell hooks (2018)²⁸, quando mulheres negras e de outras etnias trouxeram para o centro do movimento “feminista hegemônico” o debate sobre a questão do preconceito racial,

²⁸ O nome da autora é escrito em letra minúscula por opção da mesma. Pois, para bell hooks o mais importante em

como um fator que delineava o pensamento das feministas brancas, houve reação contrária, mas feministas privilegiadas por sua condição de classe revisitaram sua atuação feminista e reconheceram a necessidade de buscar mudanças capazes de considerar as experiências vivenciadas por várias mulheres:

[...] mulheres negras ativistas do movimento feminista que eram feministas revolucionárias (como várias lésbicas brancas). Elas já discordavam de feministas reformistas que estavam decididas a projetar a noção do movimento como se ele fosse, exclusivamente, pela igualdade entre mulheres e homens no sistema existente. Mesmo antes de raça se tornar uma questão debatida nos círculos feministas, estava claro para as mulheres negras (e para as revolucionárias aliadas da luta) que jamais alcançariam igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente (bell hooks, 2021, p. 20).

De acordo com bell hooks (2018), as mulheres precisam confrontar seus pensamentos sexistas e racistas herdados por uma construção social patriarcal, pois nem mesmo as mulheres estão livres de reproduzir práticas machistas.

A interseccionalidade, como metodologia analítica, possibilitou o enfrentamento de algumas concepções feministas, assim como uma revisão metodológica e crítica das abordagens e da análise de diversos fenômenos atravessados por desigualdades sociais que atingem o corpo negro. Uma vez que: “[...] a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e geração são constructos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais” (Patrícia Hill Collins; Bilge Sirma, 2020, p. 3).

Ademais, pode-se considerar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que também contribui para ampliar e fortalecer os debates acadêmicos, bem como para ampliar a análise política, na direção de mudanças da sociedade, sobretudo no que tange às injustiças sociais. Patrícia Hill Collins e Bilge Sirma (2020) reforçam como ainda se tem um entendimento genérico do que é interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Patrícia Hill Collins; Bilge Sirma, 2020, p. 17).

Para as autoras:

[...] em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Patricia Hill Collins; Bilge Sirma, 2020, p. 18).

Assim, esse conceito é capaz de contribuir para alargar o olhar e a compreensão ao discutir como categorias estruturantes da sociedade – raça, classe, gênero – se sobrepõem nas experiências de mulheres em situação de violência doméstica. Portanto, a interseccionalidade é basilar para esta pesquisa.

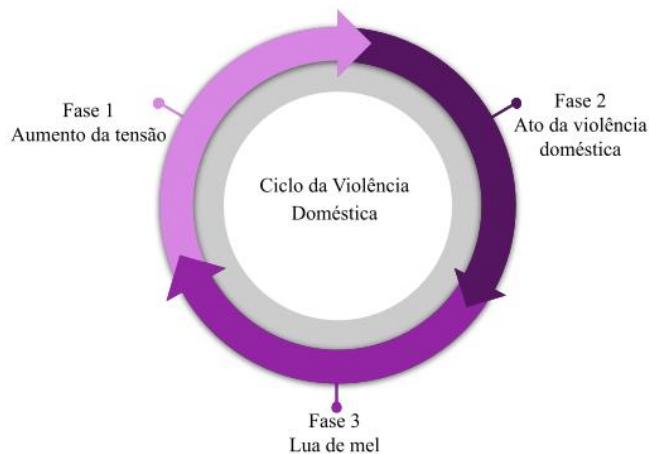
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ROTA CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE ROMPER O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Conceito importante também a orientar esta pesquisa é o de Rota Crítica (RC) que comprehende o conjunto de ações realizadas por mulheres em situação de violência para seu enfrentamento. De acordo com Montserrat Sagot (2000), mulheres em situação de violência doméstica constroem distintos percursos para a busca de ajuda em direção à tentativa de rompimento do ciclo violento. A Rota Crítica é considerada o conjunto de caminhos ou itinerários construídos por uma mulher, movida pelo desejo de romper o *continuum* de violência doméstica, bem como as respostas que esta mulher encontra na busca dos serviços.

Segundo a psicóloga norte-americana Lenore Walker (1979), as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido e abrange três fases: tensão, quando começam os momentos de raiva, insultos e ameaças, deixando o relacionamento instável; a fase da agressão, quando o agressor se descontrola e explode violentamente, liberando a tensão acumulada; e a fase da lua de mel, na qual o agressor pede perdão e tenta mostrar arrependimento, prometendo mudar suas ações. Segue, abaixo, a imagem elaborada para apresentar as três fases do ciclo da violência doméstica contra a mulher.

Figura 3. As três fases do ciclo da violência doméstica

Figura 3- As três fases do ciclo da violência doméstica contra a mulher



Fonte: Lenore Walker, 1979.

Elaboração Própria: Marcia Tavares Nunes, 2024.

A Rota Crítica se inicia a partir da decisão da mulher em tentar romper o ciclo de violência, ou seja, quando ela procura apoio nas instituições que prestam os serviços especializados, ou na sua rede social, pessoal-familiar, amigos, comunidade religiosa, dentre outras. Analisar a RC de uma mulher em situação de violência doméstica implica identificar como ela constrói o seu próprio caminho; portanto, cada percurso é uma história única. Ainda de acordo com Montserrat Sagot (2000):

O caminho, as decisões e ações tomadas pelas mulheres, bem como as respostas encontradas tanto na família como na comunidade, e institucionais. [...]. Os fatores de resposta estão associados ao acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços, que são determinados por fatores estruturais e regulatórios, como pelas representações sociais, atitudes e comportamentos (Montserrat Sagot, 2000, p. 90).

A Rota Crítica é influenciada por diversos fatores, tanto inibidores quanto impulsores, internos e externos, quais sejam: a) impulsores externos – aqueles presentes no meio exterior, incluindo recursos materiais, informações, qualidade de serviços prestados pela rede socioinstitucional, apoio de pessoas próximas e, principalmente, percepção do aumento da violência ou do efeito negativo desta nos filhos; b) impulsores internos, constituídos por processos pessoais, sentimentos, representações sociais e racionalizações das mulheres, que influenciam a tomada de consciência da violência vivida e atuam para que essas possam buscar se afastar do companheiro agressor e, consequentemente, romper com a violência; c) inibidores externos – associados às pressões familiares, às limitações materiais e à ineficácia institucional;

d) fatores inibidores internos que, ao contrário dos impulsores, induzem as mulheres a continuar em relações violentas como: medo, culpa, vergonha e sentimento de amor pelo agressor (dependência emocional).

No presente estudo, a concepção de Rota Crítica não será explorada nas quatro dimensões, como estabelecidas e analisadas por Montserrat Sagot (2000). A ênfase da pesquisa está voltada para os fatores externos, tanto os inibidores, como os impulsores, reconhecendo que na análise desses fatores externos será possível contemplar e descortinar condicionantes que configuram injustiças espaciais presentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador e que atravessam os itinerários das mulheres na tomada de decisão de romper o ciclo de violência.

Como fatores impulsionadores externos, portanto, destaca-se a existência de um conjunto de instituições atuantes, capazes de conectar os diversos serviços de diferentes órgãos: saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Esses serviços devem contar com profissionais preparados para prestar o atendimento adequado, sem preconceitos ou desprezo às vítimas que os procuram, diante da difícil decisão de romper o ciclo da violência, de modo a minimizar sua revitimização. Se isto não ocorrer, autoras estudiosas sobre o tema salientam que:

[...] a busca das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar pode ser difícil e cheia de obstáculos. As mulheres encontram respostas dissuadoras de seu projeto de interromper a violência por parte de familiares, comunidades e serviços estatais e não governamentais como delegacias de polícia, serviços jurídicos, de saúde e assistência social. Informações inadequadas e atitudes não acolhedoras e crivadas de julgamento moral são frequentes nos percursos relatados nas investigações (Ana Flávia D’oliveira; Lilian Schraiber, 2013, p. 137).

A distribuição espacial não equitativa ou subdimensionada²⁹ dos equipamentos sociais que prestam os distintos serviços de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como as dificuldades de acesso aos mesmos, são fatores externos e inibidores que também podem tanto afetar a tomada de decisão da mulher em romper o ciclo de violência doméstica, como atrasar, ou mesmo impossibilitar sua utilização pelas mulheres. Os obstáculos ao acesso aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, para além de todos os riscos e danos causados às vítimas, ainda contribuem para a naturalização das variadas formas de violência contra as mulheres.

²⁹ Não equitativa quanto ao potencial de demandas nas distintas áreas residenciais das cidades.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

“As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas e segmentos mais vulneráveis onde se encontram as mulheres” (SPM - PR, 2011).

Para Maria das Graças Rua (2009), políticas públicas são resultados das atividades políticas que compreendem um conjunto das decisões e ações imperativas de valores, envolvendo bens públicos, como também podem incidir sobre a esfera “privada” como: família, mercado, religião, dentre outros.

As políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica no Brasil surgem entre a década de 70 e 80. A partir da luta das mulheres feministas contra a opressão patriarcal, ocorrem as denúncias das múltiplas formas de violências perpetradas contra as mulheres. Essas políticas expressam a interação e o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, com diretrizes e princípios norteadores, materializados em ações, regras e procedimentos que (re) constroem a realidade (SPM PR, 2011):

Historicamente, tais políticas eram desenhadas e aplicadas por grupos sociais que dominavam a sociedade – a elite política geralmente composta pelos homens brancos, heteronormativos, com alta escolaridade, concentração de renda e de forte inserção social. As vozes e experiências originadas fora dessa esfera do poder hegemônico não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava como uma questão em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política, nem na tomada de decisões, tampouco como suas destinatárias específicas (SPM-PR, 2011).

Entretanto, é ainda recente a transversalização de gênero em todas as políticas públicas, fundamental para a construção de um projeto de sociedade mais justa, mais equânime e democrática (PNPM, 2013-2015). Políticas baseadas em equidade de gênero buscam desconstruir o constructo social heteronormativo ancorado na concepção do patriarcado que sustenta, por exemplo, a violência doméstica, vista como um problema privado (que diz respeito só ao casal). Ou seja, desnaturalizar a violência doméstica contra as mulheres é levar o problema para a esfera pública, demandando envolvimento do Estado, assim como de diferentes núcleos da sociedade.

Para isso, o movimento feminista luta para denunciar que o fenômeno da violência contra as mulheres não é algo isolado, individual, mas trata-se de um dispositivo social, com fundamentos históricos, que visa controlar, explorar, oprimir, subjugar não só a vida, mas os

corpos das mulheres, com impactos profundos na sua saúde física e mental, no trabalho e na segurança delas e seus filhos, bem como na sociedade.

A luta do movimento feminista começa a ter frutos com a elaboração das primeiras políticas públicas, ainda que isoladas, voltadas para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, destacando-se a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985. Para Carolina Simon e Raul Guimarães (2021), a implementação da Delegacia de Defesa da Mulher no Brasil, como uma política pública de combate à violência contra as mulheres, foi “uma invenção pioneira brasileira que depois se expandiu para outras cidades do país e para outros países da América Latina” (Larissa Simon; Raul Guimarães, 2021; p 5).

O ano de 1985 foi importante para a criação de outro mecanismo de assistência às mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), estando vinculado ao Ministério da Justiça. Seu objetivo era promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Posteriormente, em 1986, a Secretaria de Segurança Pública criou em São Paulo a primeira Casa Abrigo, para acolher mulheres em situação de violência doméstica, o “Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica” (CONVIDA). Salienta-se que as Casas Abrigo são um valoroso mecanismo emergencial que visa salvaguardar a vida das mulheres em risco iminente de morte. Estes equipamentos possibilitam o fortalecimento das mulheres abrigadas, propiciando a elas uma reflexão para tomada de decisão e construção de alternativas para desenvolver sua autonomia e, assim, seguir uma vida sem violência.

Um grande marco que orienta a efetivação e consolidação das políticas públicas para as mulheres foi a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher-Convenção de Belém do Pará*, em 1994, a qual estabeleceu o conceito de violência contra a mulher que seria utilizado amplamente no país:

[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras turmas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Qualquer um desses atos praticados contra a mulher é reconhecido e validado pelo Estado brasileiro como violação dos direitos humanos da mulher. Portanto, todas as mulheres têm direito a viver uma vida livre de qualquer forma de violência.

Contudo, é a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), com status de Ministério, com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação (Brasil, 2003), que as políticas públicas de atenção às mulheres ganham novos delineamentos e maior estruturação.

Em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é implementada no Brasil. Uma lei deveras importante para a proteção à mulher em situação de violência doméstica, pois, para além de reconhecer o direito da mulher a esta proteção, também exige do Estado a criação de espaços/mecanismos que as protejam, como o acesso a medidas protetivas de urgência e o encaminhamento para serviços de acolhimento, atendimento, acompanhamento e abrigo, se necessário. Além disso, prevê a punição do agressor, enfrentando a impunidade do ato de violência até então vigente (Brasil, 2006). Uma lei criada a partir da luta e dor de uma mulher que ficou tetraplégica, por conta da prática de violência doméstica cometida por seu marido.

Em 2007, a partir de um acordo entre os entes da federação brasileira – governos federal, estadual e municipal – com vistas à implementação de políticas públicas articuladas de atenção às mulheres, cria-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

O Pacto Nacional estabelece normas técnicas para uniformizar os padrões de funcionamento dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. A exemplo da Norma Técnica, criada em 2010, que padroniza o funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher-DEAM, recomendando-se que todos os municípios brasileiros devem possuir ao menos uma unidade da delegacia especializada, e “o atendimento deve ser ofertado de forma ininterrupta, nas 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados” (Brasil, 2010, p. 8).

Em 09 de março de 2015, é implementada no Brasil a Lei 13.104 - Lei do Feminicídio -, a qual alterou o código brasileiro com a finalidade de incluir este crime, entendido como o assassinato de mulheres por razões da sua condição de sexo feminino. A Lei do Feminicídio qualifica o crime como hediondo, quando a mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

O debate acerca da morte das mulheres teve início nos anos 70, a partir das denúncias feitas por parte dos movimentos de mulheres, quanto aos assassinatos de mulheres enquanto

produto do sistema patriarcal (Izabel S. Gomes, 2018). Contudo, apenas nos anos 2000, essa forma da violência de gênero contra as mulheres passou a ser nomeada como feminicídio em países da América Latina. A expressão “Feminicídio”, usada por Diana Russell, em 1976, nos Estados Unidos, foi utilizada na América Latina, muitos anos depois, a partir das pesquisas sobre os assassinatos em série de mulheres na *Ciudad Juárez*, no México; dentre os países da América Latina, o Brasil foi um dos últimos a adotar o conceito de feminicídio.

Para Wânia Pasinato (2011), a discussão sobre femicídio ou feminicídio³⁰ é relativamente recente no país, sendo ainda pouca a bibliografia que aborda o tema. Wânia Pasinato cita Diana E. H. Russell e Jane Caputti, para conceituar feminicídio e argumenta que o:

Femicídio está no ponto mais extreme do contínuo de terror antifeminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravização sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extrafamiliar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam femicídios (Diana E. H. Russel e Jane Caputti, 1992:2, *apud* Wânia Pasinato, 2011, p. 224).

O feminicídio representa, portanto, o último ponto de um *continuum* de múltiplas formas de violências, ancoradas em um sistema misógino como o patriarcado, praticadas contra as mulheres, por ódio ao que representa o feminino.

Segundo a perspectiva psicanalítica, há uma recusa, ódio ao feminino, e tudo relacionado a ele que pode se manifestar de várias formas, incluindo a violência doméstica e o feminicídio. Isso pode ser entendido como uma reação à percepção do desejo feminino como ameaçador ou desafiador para o controle masculino, levando a uma negação violenta desse desejo e, por consequência, à violência contra as mulheres. A recusa do feminino ocorre pela negação da diferença e da alteridade. Nessa perspectiva, a mulher é vista como um “outro” a ser dominado ou controlado, em vez de ser reconhecida como uma pessoa, com suas próprias experiências, desejos e subjetividades. Essa recusa da alteridade feminina pode levar à desumanização das mulheres e justificar atos de violência contra elas, incluindo o feminicídio.

³⁰ Ver “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil” (2011).

Esses dois pontos são destacados nos estudos da psicanalista Maria José Araújo (2023), a qual sugere que a compreensão da violência contra as mulheres, incluindo o feminicídio, requer uma análise mais profunda das dinâmicas psicológicas e sociais que estão em jogo, e como as teorias e conceitos da psicanálise podem oferecer *insights* importantes nesse sentido.

A Figura 2, a seguir, apresenta a sequência dos marcos temporais da criação e implementação das principais políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil.

Figura 2- Marcos temporais da criação e implementação das principais políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil.

Figura 2 - Marcos temporais da criação e implementação das principais políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil.



Elaboração Própria: Marcia Tavares Nunes, 2024.

Mais recentemente, em 2015, um equipamento importante foi implantado no Brasil — a Casa da Mulher Brasileira (CMB) — que congrega vários serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

O combate à violência integra a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³¹, organizada para implementação de políticas públicas eficazes que alcançam, não só mulheres, crianças, mas outros grupos em situação de vulnerabilidade, além da proteção ao meio ambiente. Foram traçados 17 objetivos, a serem alcançados até 2030:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento

³¹ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no Brasil

económico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação como forma de um apelo global, para que todos os envolvidos desenvolvam ações que viabilizem maneiras de acabar com a pobreza, assim como proteger o meio ambiente e o clima, também buscar formas de garantir que as pessoas possam desfrutar de uma vida de paz e próspera (Nações Unidas Brasil, 2024).

A Figura 3 destaca os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O quinto objetivo visa à promoção da igualdade de gênero, uma vez que convoca os países-membros a buscar “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”, “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”.

Figura 3. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2024.



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, 2024.

2.4 A CIDADE DO SALVADOR: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Este capítulo apresenta aspectos da Cidade do Salvador, sua configuração socioespacial e discute como a segregação espacial pode implicar injustiças espaciais no itinerário de mulheres em situação de violência doméstica.

No contexto desta dissertação, será utilizada a concepção do geógrafo David Harvey (1973) que define cidade como um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” e ainda “o lugar das contradições acumuladas” (David Harvey, 1973 *apud* Pedro de Almeida Vasconcelos, 2015, p, 8).

As atuais “cidades brasileiras que são pensadas e desenvolvidas por homens e para homens, desconsiderando as peculiaridades que as condições das mulheres exigem” (Amanda M. Macatrazzo; Gilsilene P. Francischetto, 2022, p. 17). Se a cidade fosse pensada também por mulheres, possivelmente as desigualdades não as atravessariam de forma tão perversa.

[...] as cidades apresentam inúmeros desafios para as mulheres, as quais, cotidianamente, enfrentam entraves ao seu direito à cidade. A desigualdade de gênero, nesse sentido, fica evidente, tendo em vista que as condições e particularidades do sexo feminino não são observadas e respeitadas. [...] na sociedade brasileira, as cidades foram construídas pensando em atender unicamente às necessidades masculinas, de modo que a circulação das mulheres acontece de maneira muito restrita e, não raro, fragilizada (Amanda M. Macatrazzo; Gilsilene P. Francischetto, 2022, p 17, 18).

Quiçá a cidade fosse construída com base em uma ética feminista, como descreve Leslie Kern (2016, p. 80) “[...] uma cidade feminista deve ser aquela que as barreiras físicas e sociais são desmanteladas, onde todos os corpos são bem-vindos e acomodados”. Para a autora:

Uma cidade feminista deve ser centrada no cuidado, não porque as mulheres devam continuar sendo as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado, mas porque a cidade tem o potencial de espalhar o trabalho de cuidado de maneira mais uniforme. Uma cidade feminista deve olhar para as ferramentas criativas que as mulheres sempre usaram para apoiar umas às outras, e encontrar maneiras de construir esse apoio na própria estrutura do mundo urbano (Leslie Keren, 2016, p. 80).

Uma cidade pensada e ancorada na perspectiva feminista seria capaz de propiciar espaços menos desiguais, com menos injustiças espaciais, onde os sujeitos, independentemente da sua condição social, da cor da sua pele ou da sua orientação sexual, seriam tratados e respeitados com igualdade de direitos e acesso aos espaços públicos da cidade. A presente

pesquisa ocorre na Cidade do Salvador e, de imediato, suscita uma pergunta: quem tem “direito à cidade”? como interroga Henri Lefebvre (1968). Salvador é uma cidade desigual, com intensas áreas urbanas e periféricas, como é o Subúrbio Ferroviário.

A pergunta desta investigação é se a precarização da oferta de serviços públicos, a falta de serviços especializados para atendimento à VDCM impede ou torna a Rota Crítica destas ainda mais crítica. As mulheres que residem no Subúrbio Ferroviário e vivem na Cidade do Salvador desfrutam com igual direito de acesso aos espaços públicos?

Cidadãos e cidadãs que residem nas periferias convivem com uma precária oferta de serviços diversos, além do medo e incertezas. Durante muito tempo, o centro das cidades concentrava a riqueza, a circulação de numerosa quantidade de pessoas, com agências bancárias e áreas comerciais, considerados, por muitos, o espaço, *a priori*, do capital. Nas periferias, observa-se a pobreza, o descaso dos poderes públicos com os que ali residem e as mazelas sociais. São espaços geográficos onde impera uma severa injustiça espacial, o que constitui fonte de obstáculos quase intransponíveis para a população local, em busca de bens e serviços para atender grande parte de suas demandas.

Para Denise Magalhães (2015), é sobretudo na cidade grande³² que o fenômeno da fragmentação urbana se materializa, associando às grandes extensões, as diferenciações espaciais na ocupação e no uso da terra urbana, construídas historicamente sob o capitalismo, onde se distingue e se hierarquiza áreas e espaços, configurando-as em um mosaico diferencialmente articulado. A infraestrutura urbana, distribuída seletivamente no espaço da cidade, segundo as leis do mercado capitalista, resulta do valor de uso e valor de troca da terra urbana e das benfeitorias naturais e socialmente construídas, implicando a segregação socioespacial residencial produzida pelos diferentes agentes sociais do desenvolvimento urbano.

Na Cidade do Salvador, dentre as várias formas de segregação socioespacial, residencial e espacial existentes, destacam-se as “étnico-raciais, socioeconômicas, culturais, religiosas e territoriais, na qual alguns grupos se concentram ou são compelidos a viver em espaços específicos do território urbano” (Inaiá Carvalho; Rafael Arantes, 2021, p. 50).

Essas injustiças espaciais, levadas ao extremo, aparecem nas lamentáveis estatísticas diárias noticiadas pela imprensa local que envolvem a população empobrecida, sob a forma de

³² Na pequena cidade, o espaço urbano, devido a sua pequena extensão e baixa densidade de ocupação, a homogeneidade espacial achava-se definida na estrutura urbana a partir de seu centro identificado pela edificação que sedia o poder local: Prefeitura/Câmara de vereadores, igreja, mercado etc.

adoecimento das pessoas que, sem alternativas, habitam as áreas periféricas das cidades; perda de tempo dos usuários, com longas horas de trajeto casa/trabalho/casa, dentro de transportes coletivos precários; habitação em áreas inadequadas; deficiente acesso a serviços urbanos básicos (saneamento, fornecimento de água, iluminação pública, arruamento, segurança etc.).

Desse modo, analisar o espaço geográfico, bem como os elementos socioespaciais da Cidade do Salvador, particularmente características do Subúrbio Ferroviário de Salvador, é fundamental para compreender como a segregação espacial imprime suas marcas, não só na ocupação e dinâmica espacial, mas também reverbera, determinando, por vezes, o cotidiano dos sujeitos sociais que habitam nesses espaços desiguais.

O espaço geográfico é o local onde a existência humana se realiza mediada pelo trabalho social em seu processo histórico. Nesse sentido, Ana Fani Alessandri Carlos (2008) entende que o espaço geográfico não deve ser visto apenas como um produto, ou como simples localização de fatos na superfície da Terra, mas deve ser considerado geograficamente; trata-se de como os seres humanos e suas ações reproduzem o espaço geográfico por meio do trabalho. Para a autora [...] “é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas” (p. 33).

É preciso compreender esse movimento histórico e desigual - que fundamenta as relações sociais e de produção no espaço geográfico, que implicam exclusão, segregação e invisibilidade de determinados grupos sociais, como as mulheres, por exemplo - para tentar influenciar transformações socioespaciais, culturais, entre outras, no sentido de superar os problemas urbanos que afetam as pessoas e famílias empobrecidas.

A Cidade do Salvador é a capital do Estado da Bahia. De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Salvador tinha uma população de 2.675.656 pessoas, com uma estimativa de aumento de 2.900.319 habitantes em 2021.

Salvador foi a primeira cidade fundada no período da colônia portuguesa, o que pode reforçar e indicar a intensa desigualdade socioespacial existente na cidade. Segundo Adriano Bittencourt Andrade e Paulo Roberto Baqueiro Brandão (2009, p. 13) “[...] é possível identificar na Cidade de Salvador do século XXI marcas – heranças – dos séculos passados convivendo com as novas formas produzidas pela sociedade contemporânea”. Destaca-se que essas heranças não se configuraram apenas na questão da forma (construção), mas também em aspectos das suas funções sociais (acessibilidade, moradia, acesso aos serviços públicos etc.).

Espacialmente, a maneira pela qual a Cidade do Salvador foi ocupada e edificada pelos colonizadores, estabelecendo uma divisão entre Cidade Alta – espaço de defesa da cidade, cuja principal função era sediar os núcleos administrativos da cidade, bem como espaço de edificações de hospitais, colégios e moradia para os abastados financeiramente; e Cidade Baixa, designada como espaço de pouca segurança, devido às limitações e restrições espaciais da área entre a linha da praia e a escarpa, além da fragilidade em relação a ataques por parte da população originária – os indígenas do Brasil e estrangeiros. Imperava uma dicotomia entre essas áreas, para além das questões de defesa do território, mas no tocante à ocupação desses espaços para fins de moradia por determinados grupos sociais, principalmente aqueles histórica e socialmente excluídos (negros escravizados e indígenas). A Cidade do Salvador é, desse modo,

Uma cidade polinucleada, conturbada, com outras concentrações do entorno, possuindo uma economia centralizada nos serviços, especialmente os associados ao turismo, porém, com diversas marcas da exclusão no seu território visíveis na análise da paisagem contemporânea onde ocupações de alta renda fazem vizinhança com áreas paupérrimas (Bittencourt Andrade; Paulo Roberto Baqueiro Brandão, 2009. p. 22).

As desigualdades sociais existentes na Cidade do Salvador são perceptíveis ao analisar o núcleo espacial do Subúrbio Ferroviário, que, mesmo sendo dele parte integrante, conta com uma oferta desigual de serviços por parte do Estado. O Subúrbio Ferroviário de Salvador atualmente é uma área de segregação socioespacial; mas, em tempos passados, foi um espaço de grandes fazendas e fábricas, bem como de veraneio das famílias que o utilizavam para descansar em determinado período.

Vale salientar que a Cidade do Salvador comemorou 474 anos de fundação em 29 de março de 2023. Contudo, os agentes sociais que modelam o espaço geográfico ainda perpetuam os moldes de desigualdades dos seus primórdios — excluindo parte de sua população do acesso a todos seus espaços, com igualdade de tratamento.

Jânio Santos (2008) acrescenta:

[...] aprofundamento dessa desigualdade é fruto da intensa migração e das ações que privilegiaram os aspectos econômicos, em detrimento do equacionamento dos problemas sociais, privatização do solo urbano que estão nas mãos dos proprietários fundiários e do poder público (Jânio Santos, 2008. p. 319).

Salvador é assim uma cidade historicamente estratificada por classes, na qual prevalece o privilégio de um pequeno grupo que detém a riqueza, sobre outro que vive na pobreza, com essas situações sendo legitimadas pelo poder público.

Nesse sentido, vale chamar atenção sobre as assimetrias existentes de gênero, raça e classe social, que são alimentadas e fortalecidas pelo sistema capitalista e nos convocam a pensar a realidade das mulheres. Sabe-se que³³ 41.156 famílias de Salvador são formadas por mulheres com filhos; ou seja, a mulher é a chefa da família (IBGE. 2010). E muitas dessas famílias residem em áreas periféricas, como é o caso das mulheres que habitam o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

2.5 O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR E SUA DINÂMICA SOCIOESPACIAL

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, porção do espaço geográfico no qual está inserido o objeto da pesquisa, é composto por 19 bairros de acordo com a Lei Municipal Nº 9278 de 2017, que trata da delimitação e denominação dos bairros do município de Salvador. São eles: Santa Luzia, Lobato, Alto do Cabrito, São João do Cabrito, Plataforma, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Praia Grande, Periperi, Coutos, Fazenda Coutos, Paripe, Nova Constituinte São Tomé e Base Naval; Colinas de Periperi; Ilha Amarela; Vista Alegre e Mirantes de Periperi.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador é uma área que congrega vários bairros populares, com uma população que representa mais de 10% do contingente populacional de Salvador. A localização do Subúrbio Ferroviário de Salvador é apresentada no Mapa 1.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador foi escolhido como lócus para desenvolvimento da investigação por diversos fatores: 1) oferta de poucos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; 2) distribuição espacial desigual de serviços públicos; 3) concentração de população pobre e negra; 4) aglomerado de bairros populares.

De acordo com Antônio Ângelo Martins Fonseca e Silvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (1992), no contexto de evolução e expansão física da Cidade do Salvador, ocorreu, no Subúrbio Ferroviário, a construção da linha férrea, no século XIX, possibilitando a implantação

³³ Censo demográfico amostra - famílias. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/24161>>. Acesso em: 23 jan. de 2023. Lei Municipal No 9278 de 2017. <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/928/9278/lei-ordinaria-n-9278-2017-dispõe-sobre-a-delimitacao-e-denominacao-dos-bairros-do-municipio-de-salvador-capital-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>.

de empresas industriais ligadas ao processamento de alimentos e à fabricação de produtos têxteis, como a fundação da Fábrica São Brás, no bairro de Plataforma, dentre outras empresas que culminaram em uma sequência de ocupação espacial, que formou outros bairros.

A presença da indústria têxtil (Fábrica São Brás), próxima à linha férrea, possibilitou a diminuição dos custos com produção, com deslocamento de pessoas e de mercadorias, visto que o meio de transporte existente no SFS, no período, era barato (trens); também a presença de mão de obra barata e abundante, uma vez que a população do entorno da fábrica crescia devido à ocupação dos espaços a um preço baixo, com a criação de vilas operárias para moradia do proletariado (trabalhadores das indústrias), bem como de ocupações irregulares com invasões. Como destaca Rinaldo de Castilho (2016):

[...] a habitação popular no subúrbio desenvolveu-se a partir de diversas formas, fruto de iniciativas dos agentes produtores do espaço urbano em diferentes momentos e a partir de distintas condições sociais e intencionalidades. Como exemplos dessa variedade, encontram-se os casos dos conjuntos residenciais de Periperi e Vista Alegre, assim como os loteamentos populares do mercado formal que surgiram a partir de desmembramentos de fazendas e terras públicas. Essa situação é complementada como as extensas áreas de autoconstrução popular, muitas vezes assentadas sobre sítios considerados inadequados, em razão das péssimas condições de insalubridade [...] (Rinaldo de Castilho Rossi, 2016, p. 37).

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, inicialmente, foi estabelecido como uma área industrial, lugar de produção, assim como um local de residência. Aliada a essas dinâmicas espaciais, a presença de oficinas e fábricas - e das antigas fazendas já existentes na área suburbana - formaram os principais elementos que se articularam para delinear, a partir do século XIX, os núcleos que hoje representam os 19 bairros do Subúrbio. Alguns deles já surgiram como áreas residenciais. Ressalvas feitas ao bairro de Plataforma que, devido à instalação, em 1866, da Fábrica de Tecidos São Brás, já possuía uma aglomeração populacional constituída, em parte, por operários da própria fábrica.

As dificuldades de aquisição de casas e de terrenos a preços populares, na área urbana central — Cidade Alta do município de Salvador — levou a população empobrecida a procurar moradia nas áreas periféricas da cidade — Cidade Baixa —, uma vez que o meio de transporte (trens) facilitou, na época, o deslocamento de pessoas e mercadorias contribuindo então, para além do surgimento, para configuração dos bairros mais próximos aos trilhos — linha férrea -, os quais apresentam maior densidade populacional. De modo que:

O subúrbio cresceu de forma desordenada, com ocupações ilegais em terrenos inseguros, como encostas e morros, e invasões de moradias em condições impróprias para habitação. Tal crescimento desordenado, somado à baixa empregabilidade da população, agravado pela escassez de equipamentos urbanos, comprometem o bem-estar dos residentes. Assim, apesar das mudanças que ocorreram ao longo dos anos, os moradores do subúrbio ferroviário ainda convivem com problemas de mobilidade e infraestrutura, violência urbana e a pobreza (Plano Municipal de Saúde de Salvador - PMSS. 2022-2025, p. 92).

Todavia, a insuficiente e pouca oferta de serviços públicos de qualidade descortina as desigualdades e injustiças sociais presentes no espaço geográfico do Subúrbio Ferroviário de Salvador, desde essa época.

Para Inaiá Moreira Carvalho e Gilberto Corso Pereira (2015), essa grande área se transformou em um dos espaços mais carentes e problemáticos da Cidade do Salvador, concentrando uma população pobre e marcada pela precariedade habitacional, pela deficiência de infraestrutura e precariedade de serviços básicos, registrando-se o aumento significativo de violência nas estatísticas oficiais.

Para além de todas as questões apresentadas, os moradores do Subúrbio Ferroviário sofrem ainda com o processo de estigmatização por morar em uma área suburbana, ou seja, lugar considerado marginal. Para José Santos (2004), o “lugar marginal” pode ser representado como um espaço destituído de regras de convivência e respeito.

É comum para os moradores de outras áreas da cidade se referirem aos que residem no Subúrbio como “suburbanos”, de maneira a querer marginalizá-los e estigmatizá-los, uma vez que, a área onde está localizada sua moradia é vista, equivocadamente, como um “lugar marginal”. José Santos (2004) declara não observar ou não ver esta mesma designação no tratamento aos moradores dos demais bairros – de Brotas como “brotense”, ou da Pituba como um “pitubiano”. Logo, a denominação do lugar como designação dos moradores (suburbanos), por um nome “próprio”, representa um modelo de classificação estigmatizante, segundo o autor (José Santos, 2004. p. 162).

O Subúrbio Ferroviário de Salvador é então periferia. Nesta pesquisa, periferia é entendida como uma área localizada à margem do centro da cidade. No Brasil, esta referência está relacionada não apenas à questão da distância geográfica, mas também à desigualdade socioeconômica, ou seja, à distância social.

Alguns autores, como Roberto Lobato Corrêa (1989), consideram “periferias” como áreas ocupadas por população pobre e que apresentam grande carência de equipamentos coletivos, estando seu setor residencial caracterizado por residências populares de pessoas com

menor poder aquisitivo. Na mesma direção da concepção de periferia, Ângelo Perret Serpa (2002) afirma:

[...] ‘periferias’ [...] áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, ‘periferia’ hoje significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução socioespacial da população de baixa renda (Angelo Serpa, 2002, p, 1).

James Araújo (2016), por sua vez, ressalta que a periferia é um espaço da luta pela vida, um campo de batalhas, assim como um espaço de resistência. As configurações dos subúrbios nos Estados Unidos da América (EUA) assumiram uma lógica diferente da formação dos subúrbios brasileiros, uma vez que, no contexto estadunidense eclode, após a Segunda Guerra Mundial, um fenômeno que Leslie Karen (2021) se referiu como “fuga branca”, isto é, um processo de saída de famílias brancas para áreas suburbanas dos EUA, enquanto famílias compostas por pessoas negras (afro-americanos) deslocavam-se do “[...] sul rural em busca de melhores oportunidades nas cidades industriais do norte” (Leslie Karen, 2021. p. 51).

Mesmo com contextos e conotações diferentes, parece que a intencionalidade da questão da segregação espacial, quando se visualiza com a lente de raça/cor, gênero e classe social, é a mesma – segregar a população pobre e negra. Nos EUA, para esses grupos sociais restou ficar em centros urbanos decadentes, bem policiados, com pouco financiamento, assim como poucas possibilidades para aquisição de uma casa própria (Leslie Karen, 2021. p 51).

No contexto brasileiro, tais grupos foram segregados em áreas “distantes”, ou seja, em partes do centro urbano com precariedade de bens e serviços, ocupando, por vezes, espaços irregulares – favelas, periferias, comunidades e subúrbios. Sem infraestrutura de moradia suficiente e adequada, ainda são expostos a riscos, como nos períodos chuvosos, nos quais acontecem alagamentos que dificultam a mobilidade das pessoas, e mesmo deslizamentos de terra, com desabamentos de casas construídas em encostas.

No século XIX, o Subúrbio Ferroviário era servido por uma linha férrea que ligava o bairro da Calçada ao Bairro de Paripe³⁴, oferecendo um serviço de transporte de massa, com um preço último de R\$ 0,50. Isto possibilitava o deslocamento de um grande número de passageiros, com certa rapidez e fluidez, visto que não enfrentavam engarrafamento. Entretanto,

³⁴ A distância da Estação da Calçada até a Estação de Paripe tem uma extensão de aproximadamente de 13,5km. Antes da desativação do trem em fevereiro de 2021, o percurso tinha 10 estações de paradas.

não era um serviço de excelência, por conta dos intervalos longos entre os horários dos trens, pouca segurança, com ocorrências de assaltos, além da poluição sonora nas estações, devido ao livre acesso dos vendedores ambulantes, dentre outros. Contudo, sua importância, inegavelmente, estava ligada também ao seu custo baixo.

A figura 4 apresenta o trem no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na altura do bairro de Plataforma. Todavia, com a suposta necessidade de “avanço” e de “modernidade,” os trens foram desativados em 2021, com a promessa da implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT. Contudo, até a presente data de conclusão desta pesquisa, as obras encontram-se paralisadas³⁵, e a população que reside no Subúrbio Ferroviário continua sem nenhuma contrapartida³⁶ por parte do Governo do estado para minimizar a ausência de um importante modal de transporte coletivo de massa.

Figura 4 - Subúrbio Ferroviário de Salvador - trem de passageiros, 2023.



Fonte: Google imagem (2023).

³⁵ Desativação dos trens em Salvador completa 2 anos com obras do VLT paradas; gasto com passagem subiu de R\$ 0,50 para R\$ 4,90. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/15/desativação-dos-trens-do-suburbio-completa-2-anos-com-obras-do-vlt-paradas-moradores-gastavam-r-050-e-agora-pagam-r-490-no-onibus.ghtml>>. Acesso em 12 abr. 2023.

³⁶ Não foi oferecida aos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador, por parte dos gestores públicos qualquer alternativa, com preço equivalente ao do trem, para suprir a demanda dos usuários do serviço.

Portanto, os cidadãos que lá residem têm enfrentado cotidianamente, a qualquer hora do dia, enormes engarrafamentos, de modo que a dinâmica espacial e o direito de ir e vir dos moradores do Subúrbio Ferroviário na Cidade de Salvador encontram-se comprometidos por má gestão, que desconsidera a realidade e o contexto socioespacial da cidade, bem como os sujeitos que precisam circular diariamente.

Como considerar uma gestão que há três anos desabilitou um importante modal de transporte urbano, como os trens do Subúrbio, deixando uma área com um grande contingente populacional à mercê apenas dos ônibus como meio de transporte coletivo de massa, com apenas uma avenida — Avenida Afrânio Peixoto — que serve como via de circulação de todos os meios de transporte do Subúrbio Ferroviário?

Vale salientar que mesmo diante da oferta dos transportes coletivos – ônibus, vans –, que circulam no Subúrbio Ferroviário de Salvador, a mobilidade da população ainda é comprometida e reduzida devido ao grande fluxo de veículos na Avenida Afrânio Peixoto – conhecida como Avenida Suburbana – de muito movimento, o que torna o trânsito lento com presença frequente de engarrafamento.

Entretanto essa situação é diferente em outras áreas da cidade, onde ocorre a implantação e manutenção de outros modais de transportes coletivos, como o metrô e o Ônibus de Trânsito Rápido – *Bus Rapid Transit* – BRT -, com suas obras acontecendo a todo vapor. Isto denota a diferença no tratamento por parte do Governo, no tocante à administração, manutenção e agilidade para com as obras dos transportes públicos de massa da Cidade do Salvador, priorizando espaços “privilegiados”, e segregando outros, como o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A população que reside no Subúrbio Ferroviário de Salvador é constituída, em grande parte, por indivíduos pretos e pobres os quais são definidos por Clímaco C. S. Dias (2017) como sendo:

[...] o indivíduo que tem, na maioria dos casos, moradias diferenciadas dos outros grupos sociais que habitam em áreas planejadas da cidade, com atendimento completo pelo Estado e pelas corporações prestadoras destes serviços, não tem a completude das técnicas do meio técnico-científico-informacional, mora em áreas com maiores índices de violência contra a pessoa e violência policial, não tem um atendimento pleno dos serviços essenciais, a exemplo de água encanada, luz, esgoto, coleta de lixo e transporte público, tem rendas quase sempre abaixo dos setores médios, não consome serviços de lazer comumente usufruídos pelos setores médios, estabelece relações de parentesco e vizinhança diferenciadas pela intensidade dos demais grupos e classes sociais, pratica relações comerciais de forma muito acentuada com e no circuito inferior da economia, tem vínculos e práticas religiosas muito mais significativos do que outro segmento social, tem terrenos e

edificações sem titulação através do Estado e, na maioria das vezes, é um negro ou afrodescendente (Clímaco C. S. Dias, 2017. p, 44).

Há também falta de segurança, uma vez que a maioria dos jovens negros das periferias são mortos em abordagens policiais, como revelam os dados do relatório da Rede de Observatórios da Segurança sobre a cor da violência policial, no estudo intitulado “Pele alvo: a cor da violência policial”³⁷, dentre outros fatores.

Para José Santos (2004), ser pobre na periferia de Salvador é viver de maneira precária e desassistida da ação do Governo. Citando Espinheira (2003), José Santos argumenta:

Ser pobre em Salvador, no cotidiano da vida, não é apenas viver precariamente, ser socialmente periférico e ter uma cidadania de segunda categoria (...), mas tornar-se, frequentemente, vítima e simultaneamente ‘cúmplice’ da violência, pois a pobreza neste tipo de sociedade, desprovida da atenção do Estado, cria um ambiente em que a violência encontra condições propícias de prosperar (José Santos, 2004. p. 166, apud Gey Espinheira, 2000, p. 35).

Esta condição é particularmente complexa para as mulheres, na condição de negras, pobres e residentes do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Parte destas mulheres se dedica quase “sempre” às tarefas de cuidados de outros – crianças, velhos com necessidades – e, muitas vezes, são obrigadas a desenvolver jornadas duplas de trabalho, aliando às atividades remuneradas fora do lar àquelas dedicadas aos cuidados no interior do lar.

No caso específico da violência doméstica que sofrem as mulheres, a configuração local do Subúrbio Ferroviário de Salvador, como veremos mais adiante, de oferta precária de diversos serviços públicos, como já ressaltado, pode contribuir para dificultar a decisão de romper com o ciclo da violência, bem como o difícil acesso aos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Salvador.

2.6. AS INJUSTIÇAS ESPACIAIS COMO OBSTÁCULOS À SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

A categoria de análise proposta para nortear esta pesquisa é a de “justiça espacial”, utilizada no sentido de compreender os principais fatores, naturais e socialmente construídos, que afetam negativamente o cotidiano das famílias empobrecidas que habitam distintas áreas

³⁷ Em Salvador, 100% dos mortos em ações policiais são negros. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos-em-salvador-100-dos-mortos-em-acoes-policiais-sao-negros.0fc25265b3a9c7a0a963e2f3ce2c70dc15fjeh9.html>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

das cidades. Especificamente, para o presente estudo, considera-se que estes fatores implicam adicionalmente em sérios obstáculos às mulheres em situação de violência doméstica, quando elas se deparam com a necessidade de tentar buscar soluções para os problemas que afigem a sua dignidade e a sua vida.

Dessa maneira, na perspectiva *lato sensu*, segundo Bernard Bret (2013), sempre que houver a inexistência ou deficiência de serviços básicos para o atendimento da população em seus locais de residência, haverá injustiça espacial.

De acordo com David Melo Van Den Brule (2020), os primeiros estudos que fizeram uso da categoria de análise “justiça espacial” surgiram nos anos de 1970, em um momento específico da ciência geográfica, descrito pelo autor como o epicentro das manifestações sociais, com as desigualdades sociais expressando uma realidade da vida moderna. Nos seus estudos sobre “as diversas abordagens do uso da justiça espacial na geografia”, o autor traça um quadro histórico, com estudiosos que, em momentos distintos, trataram do tema na perspectiva geográfica. Ele ressalta que “[...] o tratamento unitário da expressão justiça espacial [...] aparece ainda bastante associado à distribuição de recursos, benfeitorias e serviços e à luta por eliminar a desigualdade e a pobreza” (David Melo Van Den Brule, 2020, p. 301).

Nas suas observações sobre pesquisas desenvolvidas no Brasil que tratam da justiça espacial, o autor apresenta a obra do geógrafo Milton Santos, no livro “O espaço do cidadão”. David Melo Van Den Brule (2020) afirma que Milton Santos, apesar de não se deter sobre a questão essencial da justiça espacial, critica a visão construída sobre o cidadão como mero consumidor, revelando e ressaltando a necessidade deste cidadão ser compreendido como um sujeito integral no seu contexto. Para Milton Santos (2007), a ideia de justiça social/espacial:

[...] situa-se no tratamento distributivo geográfico que atenda a população por inteiro, com bens e serviços mínimos como o direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (Milton Santos, 2007, p. 19).

Antônio Ângelo Martins Fonseca e Shaeene Barbosa (2017) discutem como a distribuição espacial desigual dos serviços pode gerar injustiças espaciais:

[...] a produção e a distribuição desigual dos objetos no espaço é multifatorial e multifacetada e pode gerar injustiças espaciais, pois o espaço tanto é reflexo como condição para a (in) justiça: as distâncias e as dificuldades de acesso aos bens e serviços em decorrência da inexistência de vias de acesso e de meios de transporte que permitam melhor acessibilidade e mobilidade; a condição física-ambiental desfavorável, como as grandes estiagens, e os problemas

sociais, políticos, econômicos e culturais dele decorrentes; a segregação urbana impõe e a ausência de infraestrutura básica (falta de rede de esgotos, de redes de água encanada, de energia elétrica, coleta de lixo) para parte considerável da população; e a precariedade no oferecimento de serviços como educação, saúde, segurança em espaços mais periféricos, são expressões de (in) justiça [...] (Antônio Ângelo Martins Fonseca e Shayene Barbosa, 2017, p. 76).

Para esses autores, as maneiras pelas quais parcelas do espaço geográfico são produzidas sob o capitalismo podem gerar injustiças espaciais, expressas na falta, ou, mesmo quando existente, na precariedade da infraestrutura pública de serviços públicos em determinadas parcelas do espaço geográfico socialmente segregadas.

As ações socioespaciais organizadas com os grupos sociais que habitam e necessitam acessar tais serviços possibilitam rever e mudar a concepção dos agentes produtores do espaço geográfico que o modelam, desconsiderando as pessoas que o habitam. Para Susan Fainstein (2009 apud David Melo Van Den Brule, 2020) e Bernard Bret (2015 apud David Melo Van Den Brule, 2020), faz-se fundamental construir um consenso social acerca de uma nova consciência espacial que forneça elementos para que diversos movimentos sociais e organizações não governamentais favoráveis às causas das coletividades periféricas possam atuar de forma articulada, em busca das condições socioespaciais que promovam a justiça espacial e o acesso aos serviços distribuídos seletivamente no espaço geográfico.

Mas não só; deve-se também reconhecer à comunidade urbana o direito à cidade, evitando a segregação socioespacial e a fragmentação urbana. Contudo, a dominação exercida por alguns agentes que pensam e produzem o espaço geográfico impede certos grupos sociais de fazerem escolhas e de se apropriarem de certos locais; esta é a realidadeposta para as pessoas que residem em áreas periféricas das cidades.

Importante, pois, é identificar as desigualdades geradas pelas injustiças espaciais, a partir da oferta ou não de serviços públicos, a quantidade e qualidade dos mesmos:

Uma maneira de medir a justiça espacial é calcular a distribuição espacial justa e equitativa dos recursos sociais valiosos e suas oportunidades de uso. A instalação de serviços públicos tem um papel importante na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Acessibilidade e equidade dos equipamentos públicos são indicadores importantes para avaliar a distribuição dos equipamentos de serviço público (Setianto; Gamal, 2021, p. 1)³⁸.

³⁸ Tradução livre do original. One way to measure spatial justice is to calculate fair and equitable distribution in the space of valued social resources and opportunities for use. Public service facilities have an important role in improving the quality of human life. Accessibility and fairness of public facilities are important indicators for evaluating the distribution of public service facilities (Setianto; Gamal, 2021, p. 1).

As cidades e suas configurações socioespaciais são resultados das suas dinâmicas e relações, as quais criam espaços subjetivos, onde, por vezes, opera o controle e a manipulação por parte de quem detém o poder para uma valorização de algumas áreas da cidade. Essa forma de operacionalizar os espaços da cidade, com valorização de algumas partes e de determinados grupos sociais, expressa a face da desigualdade, onde mostra uma diferença de renda entre ricos e pobres e qual o lugar que cada grupo ocupa na cidade.

Ademais, essa diferença não ocorre apenas em termos de renda, mas também na qualidade do meio ambiente, na oferta dos equipamentos públicos, no acesso e oferta do transporte, assim como na distribuição de serviços públicos. Portanto, uma cidade que se organiza de forma que visa valorizar o espaço ocupado por quem possui maior renda, e assim poder aquisitivo para pagar o acesso aos espaços distribuídos de forma a privilegiar esse grupo, certamente pratica injustiça espacial. Haja vista que, para Margarida Pereira e Filipa Ramalhete (2017), a injustiça espacial ocorre quando estas materializam discriminações físicas, sociais e econômicas.

Para Edward Soja, a organização material do espaço, a partir da gestão pública, evidencia as contradições existentes e revela as injustiças espaciais:

A organização política do espaço é uma fonte particularmente poderosa de injustiça espacial [...]. O funcionamento normal de um sistema urbano, as atividades cotidianas do funcionamento urbano, é uma fonte primária de desigualdade e injustiça, na medida em que o acúmulo de decisões locacionais em uma economia capitalista tende a levar à redistribuição da renda real em favor dos ricos em detrimento dos pobres. Essa injustiça redistributiva é agravada ainda mais pelo racismo, patriarcado, preconceito heterossexual e muitas outras formas de discriminação espacial e locacional. Note-se novamente que os processos podem operar sem formas rígidas de segregação espacial. O desenvolvimento geograficamente desigual e o subdesenvolvimento fornecem outra estrutura para interpretar o processo que produz injustiças, mas, como em outros processos, é apenas quando essa desigualdade se torna rígida, estruturas mais duradouras de privilégio e vantagem que a intervenção se torna necessária³⁹ (Edward Soja, 2009, p. 3).

Edward Soja (2009) afirma ainda que a (in) justiça espacial pode ser vista tanto como resultado quanto como processo, como geografias ou padrões distributivos que são, em si, justos/injustos e como os processos que produzem esses resultados. O autor discute como a discriminação

³⁹ Tradução livre do original: The political organization of space is a particularly powerful source of spatial injustice, with examples ranging from the gerrymandering of electoral districts, the redlining of urban investments, and the effects of exclusionary zoning to territorial apartheid, institutionalized residential segregation, the imprint of colonial and/or military geographies of social control, and the creation of other core-periphery spatial structures of privilege from the local to the global scales (Edward Soja, 2009, p. 3).

locacional, criada através dos vieses impostos a determinados grupos em razão de sua localização geográfica, é fundamental na produção de injustiças espaciais e na criação de estruturas espaciais duradouras de privilégios e vantagens. Para ele, existem três forças que reconhecidamente moldam a discriminação locacional e espacial: classe social, raça e gênero.

Sublinha-se gênero que a prática da justiça espacial apoia a implementação de um desenvolvimento espacial que proporcione a todas as categorias de pessoas, independentemente de classe social, da raça/cor e do gênero que se reconhece (homem, mulher cisgênero, transgênero⁴⁰, etc.) a mesma oportunidade de usar as instalações de serviço público, bem como vivenciar, desfrutar e usufruir da cidade de igual forma. “A justiça espacial requer um planejamento que busque adequação espacial na oferta dos serviços e dos equipamentos públicos e a distribuição da população, que deve ser distribuída de forma equilibrada apesar das diferentes condições socioeconômicas de vários grupos de pessoas” (Setianto; Gamal, 2021).

A Cidade do Salvador é marcada por uma extrema desigualdade e segregação socioespacial que atravessa de forma interseccional determinados grupos sociais, desde a sua fundação. Segundo Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira (2015):

Salvador, em cujos primórdios já se encontravam uma separação no interior do domicílio e no âmbito da edificação, com os escravos e agregados residindo quase sempre nos andares inferiores dos sobrados das famílias mais abastadas (Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira, 2015, p. 6).

Os espaços mais precários da cidade foram e são ocupados por uma população marcada pela impossibilidade de desfrutar do que a cidade oferece:

As áreas populares abrigam a população que não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas [...] no Subúrbio Ferroviário de Salvador [...] (Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira, 2015, p. 8).

Ainda:

[...] a segregação, a diferenciação do espaço urbano e o local de residência têm efeitos significativos sobre as condições sociais e as desigualdades, pois interferem sobre o acesso aos serviços básicos, as condições de escolaridade, os padrões de sociabilidade, a construção de redes e o acúmulo de capital social e cultural. Nos espaços degradados, onde se concentram os grupos mais vulneráveis, isto contribui para reproduzir ou acentuar suas dificuldades de subsistência, inclusive

⁴⁰ A pessoa não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

porque a desvalorização e a estigmatização desses espaços também se estende a seus moradores” (Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira, 2015, p. 18).

No caso do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a segregação socioespacial, assim como a fragmentação urbana que seus moradores enfrentam cotidianamente, são frutos das ações dos agentes do mercado de terras e habitação que visam o favorecimento do sistema capitalista “[...] o espaço da cidade capitalista é dividido em áreas sociais segregadas” (Roberto Lobato Corrêa, 1989, p, 8). Essas desigualdades socioespaciais ainda são insuficientemente visíveis, ainda que estudos tenham tentado buscar problematizá-las, na perspectiva de produzir mudanças nesse contexto de injustiça social⁴¹.

Analizar as injustiças espaciais que perpassam o itinerário de mulheres em situação de violência doméstica residentes do Subúrbio Ferroviário de Salvador é pertinente, pois se trata de uma grande área residencial popular da cidade, cuja matriz social, política, econômica e geográfica urbana e regional/nacional é atravessada pelas desigualdades socioespaciais, como veremos a seguir, se constituindo em terreno fértil para várias formas de violências.

Como afirma Nanci Stancki Luz (2009), a violência é um fenômeno amplo que revela comportamentos entre indivíduos, mas também expressa desigualdades sociais, étnicas, de gênero, de classe e de geração. No caso específico da violência doméstica contra a mulher, pode-se enumerar uma série de dificuldades para que as mulheres possam chegar até os serviços de atenção: problemas na mobilidade urbana, oferta insuficiente de transporte público, preço das tarifas de transporte, dentre outras.

Na presente pesquisa, o destaque será dado para problemas que envolvem as injustiças espaciais, implicando a má distribuição dos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, que resultam em complicações de acessibilidade a tais serviços. Haja vista que a maioria dos serviços públicos ofertados à população soteropolitana está localizada na área do centro da cidade, gerando injustiças espaciais para a população que reside no Subúrbio Ferroviário de Salvador, acessar esses espaços, uma vez que o deslocamento em busca de serviços públicos, localizados em áreas mais distantes das suas residências, pode implicar vários percalços para acessá-los, desde a perda de tempo em transportes coletivos ao longo de horas de desconforto durante o trajeto, até preços caros das tarifas.

⁴¹ Em pesquisa nos bancos de dados oficiais, usando as palavras-chaves “injustiça espacial” e “violência doméstica”, foi encontrado pouco material.

3. GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A ARTICULAÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE COMO POSSIBILIDADE PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Neste capítulo, apresentaremos concepções na perspectiva geográfica acerca das abordagens em relação à temática da violência doméstica contra a mulher, uma vez que esse é um debate necessário, de forma que a Geografia, enquanto ciência que desempenha suas atividades com o prisma para o espaço geográfico e as relações humanas nestes, não pode eximir-se diante das investigações no que concerne a violência doméstica contra a mulher.

Sustentamos o argumento de como é necessário reivindicar um olhar mais ampliado da Geografia na análise dos seus objetos, com a incorporação de uma abordagem de gênero para melhor compreensão da sua complexidade. Nesta disciplina, mesmo com os avanços desse debate, a partir das concepções de geógrafas feministas como JANICE MONK, 1987; JOSELI SILVA, 2007; SUSANA M. VELEDA DA SILVA, 1998; MARIA DAS GRAÇAS SILVA, 2000 e GILLIAN ROSE, 1993, a investigação de temas relacionados às questões de gênero ainda ocorre a passos lentos. Nos espaços de formação e produção do conhecimento, temas como violência doméstica contra as mulheres ainda são insuficientemente pesquisados.

3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O QUE A GEOGRAFIA TEM A VER COM ISSO?

As mulheres sempre foram invisibilizadas pela sociedade, nos campos de atuação profissional e científico em todo o mundo. A sociedade desenvolveu uma cultura de impedimento das mulheres à livre participação na vida pública, fora de casa, sem reconhecimento do que seriam capazes de fazer nas distintas esferas da vida social, artística, científica e profissional.

Paolo Rossi (2001), no seu livro “O nascimento da ciência moderna na Europa”, analisa a trajetória da ciência e discute como o homem é situado como o pai das descobertas e criações científicas. A figura feminina é completamente apagada nas narrativas sobre as origens da ciência moderna. Ao serem invisibilizadas e negligenciadas pela ciência, as questões que envolvem ou afetam a existência das mulheres são invisibilizadas. Ao serem “apagadas da história”, estão sendo perpetradas formas de violência contra elas.

A tentativa de apagamento da participação das mulheres na esfera pública e de poder não se restringe apenas às ciências, mas aos espaços políticos, bem como a determinadas profissões (engenharia elétrica, engenharia mecânica, forças armadas, serviço militar, dentre outras) que há muito foram consideradas espaços de atuação masculina.

Entretanto, nas últimas décadas, os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero têm ganhado visibilidade nos debates acadêmicos e em diversas áreas científicas, resultantes dos avanços das lutas dos movimentos feministas e expressão da atuação de pesquisadoras feministas nas universidades. “Assim, pesquisas em distintos campos disciplinares têm investigado as mulheres, suas experiências, elegendo objetos de estudo anteriormente invisibilizados” (Flávia Biroli et al., 2020).

No campo político, as mulheres têm ganhado voz e espaços, lutando por direitos à igualdade, o que tem lhes permitido, não sem dificuldades, vencer as barreiras concretas e simbólicas que as sociedades, o Estado, as ciências e as religiões lhes impuseram durante muito tempo. “Mais recentemente, com a emergência dos estudos de gênero, observa-se a compreensão de que as experiências das mulheres exigiam uma perspectiva relacional e interseccional” (Simone Alvim; Lídio Souza, 2005).

Contudo, em alguns campos disciplinares, o diálogo e a utilização da categoria teórica gênero ainda é acanhado, como bem pontuou Joan Scott (1995, p, 76) “[...] o gênero parece não se aplicar a estes objetos, [...] ‘sendo’ irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder”.

A Geografia é um dos campos científicos que se enquadra na crítica de Joan Scott. Antonia Garcia (2006, p. 14) [...] reforçava essa afirmação: “a Geografia é a Ciência que menos tem contribuído para os estudos sobre a mulher, o negro e os movimentos sociais” [...], constatando como tais temáticas não aparecem com frequência nas abordagens geográficas, expressando como historicamente a Geografia tem sido uma ciência, sobretudo androcêntrica e elitista.

Danielle Peixoto (2018), por sua vez, reitera essa posição, mencionando como, até o momento, persiste uma dificuldade de abordagem de gênero enquanto uma dimensão da vida social por parte dos estudos geográficos. Joseli Maria Silva (2009) vai mais além, quando afirma que:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de

suas ações concretas não foram consideradas adequadas como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (Joseli Maria Silva, 2009, p. 26).

É perceptível o avanço do campo geográfico nos estudos acerca da violência doméstica contra a mulher, a exemplo de Diana Lan (2010) que desenvolveu um importante estudo sobre *?El circuito espacial de la violencia doméstica: Análisis de casos en Argentina?* Contudo, no Brasil, Dimas Gontarek e Joseli Maria Silva (2020), ao analisarem o banco de teses e dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), constataram a pouca expressão dos trabalhos sobre violência doméstica no campo da ciência geográfica, com apenas 15 estudos realizados sobre violência após 2010, dos quais, seis eram voltados à violência doméstica contra mulheres. Resultados que geram uma inquietação, visto o avanço dos estudos ancorados nas perspectivas da geografia feminista e de gênero.

Nesse mesmo sentido ainda, vale destacar que desde a década de 80, teve início no Brasil um movimento crítico, liderado por um grupo de geógrafas e geógrafos, ecoando debates que já estavam acontecendo em outros países da América Latina, em convergência com críticas tecidas por colegas anglo-saxônicos. De modo que as pesquisas ancoradas na corrente da geografia feminista, a qual possibilita estudos que investigam temas relacionados a gênero, sexualidade e interseccionalidade, têm ganhado maior visibilidade e espaços nos debates acadêmicos.

Reconhecida a importância desses estudos e abordagens, no âmbito da ciência geográfica, será possível, ao se investigar a violência doméstica contra a mulher - uma das múltiplas faces da expressão da violência de gênero -, explorar as potencialidades da utilização da categoria de análise “justiça espacial”, em um campo científico que tem como objeto de estudo o espaço geográfico e as relações sociais que nele se desdobram.

3.2 REDE GEOGRÁFICA: A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO EM REDES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Para Leila Dias (2021), a ideia de rede sempre esteve presente na forma como os seres humanos imaginavam e representavam o mundo. Para a autora, o termo rede provém do latim *retis* e, no século XII, designava o conjunto de fios entrelaçados, formados por linhas e nós. A

ideia de rede era compreendida como organismo a partir da função de ligações e pontos como as veias e artérias no corpo humano; com o tempo e suas possibilidades de aplicações, a ideia de rede passou depois a ser entendida como matriz técnica observada a partir da infraestrutura rodoviária, estradas de ferro, telegrafia, modificando a relação do espaço com o tempo.

Ainda, de acordo com a autora acima mencionada, na Grécia antiga, a rede era vista como uma técnica de tecelagem que servia para capturar pequenos animais. Contudo, com o desenvolvimento das técnicas de informações e comunicações, que começaram a surgir, a noção de rede vem ganhando nova visibilidade. A rede passou, em seguida, a ser pensada como uma promessa de transformação da sociedade, presente em cada inovação/invenção técnica/tecnológica, como a estrada de ferro, o telégrafo, a infraestrutura de suporte da transmissão da energia elétrica, o telefone etc., que traziam a expectativa de mudanças na forma de comunicação e de transporte no mundo (Leila Dias, 2021).

A partir do século XIX, de acordo com Leila Dias (2021), o conceito de rede passou a abranger a mudança social, de modo que as redes de comunicação são percebidas como meios para essas mudanças. Contudo, as redes tornaram-se as próprias produtoras de relações sociais, até mesmo de uma revolução social:

[...] rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os processos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos (Leila Dias, 2021, p. 25).

Então, sendo a rede uma construção social, está sujeita aos conflitos que perpassam o processo de organização do espaço e da sociedade.

Para os estudos geográficos, a concepção de rede abarca três dimensões básicas: organizacional, temporal e espacial (Roberto Lobato Corrêa, 2012). Segundo Leila Dias (2020):

Dimensão organizacional compreenderia os agentes sociais, a origem, a natureza dos fluxos, a função, a finalidade, a existência, a construção, a formalização e a organicidade; a temporal diria respeito ao conhecimento da duração, da velocidade dos fluxos e da frequência; enquanto a dimensão espacial incluiria o conhecimento da escala, da forma espacial e das conexões (Leila Dias, 2020, p. 3 e 4).

É nessa perspectiva que será utilizada a ideia de rede. Para Roberto Lobato Corrêa, “rede geográfica é o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos.

Nesse sentido [...] sua importância para a geografia [...] é enorme, pois é parte fundamental da espacialidade humana” (Roberto Lobato Corrêa, 2012, p, 200). O autor caracteriza a dimensão organizacional como uma:

[...] dimensão organizacional sugere que se considere os agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais), a origem (planejada ou espontânea), a natureza dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações), a função (realização, suporte), a finalidade (dominação, acumulação, solidariedade), a existência (real, virtual), a construção (material, imaterial), a formalização (formal, informal) e a organicidade (hierárquica e complementaridade) (Roberto Lobato Corrêa, 2012. p, 205).

Apresentaremos em seguida a Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência contra a Mulher e questionamos se essas “redes” criadas no Brasil - e em Salvador, em particular - estão atendendo às finalidades para as quais foram destinadas/criadas/pensadas.

3.2.1 A “rede” de enfrentamento à violência contra a mulher

Para a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR, 2011) a:

Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres (SPM/PR, 2011, p 14)⁴².

A Rede de Atendimento à Mulher, a qual deve ser articulada à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, é formada por uma multiplicidade de serviços que têm como premissas atuar de forma integrada, possibilitando o desenvolvimento de estratégias efetivas para promover a prevenção e acesso às políticas públicas, garantindo, assim, o fortalecimento emocional e a autonomia da mulher em situação de violência doméstica. Para tanto:

⁴² Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. (Acesso em 23 nov. 2020).

[...] a rede de atendimento é o conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento (SPM/PR, 2011, p. 14).

Esses serviços são subdivididos em dois grupos: os não especializados e os especializados:

Os serviços não especializados de atendimento à mulher, que são denominados serviços de porta de entrada da mulher em situação de violência, quais sejam: hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa de saúde da família, polícia civil em especial nas delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, Defensoria Pública (SPM/BA, 2020. p. 19).

Já os serviços da Rede de Atendimento especializados abarcam:

Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CRAMs) e Núcleos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (NAMs) sob a responsabilidade dos municípios; Centros Integrados da Mulher, a exemplo de Casa da Mulher Brasileira; Comando Ronda Maria da Penha, Centro Maria Felipa, Casas Abrigo, sob responsabilidade do governo estadual; Casas de Abrigamento Provisório (Casas de Passagem), sob a responsabilidade dos municípios; Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres; Núcleos de Policia Civil de Atendimento às Mulheres nas Delegacias comuns, sob a responsabilidade do governo estadual; Núcleo da Mulher da Defensoria Pública; Promotorias Especializadas do Ministério Público; Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sob a responsabilidade do governo federal; Ouvidoria da Mulher; Serviços de Saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica e de aborto legal; Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas), dentre outros (SPM/BA, 2020. p. 19).

Mais recentemente, um novo equipamento tem sido implantado – as Casas da Mulher Brasileira –, idealizado no Governo da Presidenta Dilma Rousseff em 2013, reunindo vários serviços no mesmo espaço físico, de modo a facilitar e potencializar o atendimento às demandas e necessidades das mulheres.

Os documentos nacionais (planos e diretrizes) também definem que a Rede de Atendimento deve ser composta minimamente por serviços de diversas áreas como: Segurança, para além das delegacias da mulher, envolvendo Polícia Militar, Corpo de Bombeiros; Justiça, com as Defensorias Públicas e os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra

a Mulher, instituídos a partir da Lei 11.340/2006; Saúde, com os serviços, incluindo aqueles especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e de abortamento legal; Psicossocial, com os centros de referência e casas de abrigo para mulheres em situação de risco; Articulação política, por meio de Conselhos estaduais e municipais de direitos das mulheres e Coordenadorias de políticas para as mulheres.

Devem também ser integrados à Rede os Conselhos Tutelares (para os casos envolvendo crianças e adolescentes), as Varas de Família, as Varas de Crianças e Adolescentes; também as organizações não governamentais; “E as governamentais, como Secretarias de Estados e Município, nas áreas de educação, saúde, trabalho, cidadania e habitação (Wânia Pasinato; Cecília Santos, 2008).

Análises sobre a Rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica mostram que há falhas no seu funcionamento, enquanto tal, pois os serviços não se comunicam, não há articulação formal entre os serviços. Dessa maneira, é muito difícil seguir os fluxos de informação, desempenhar a função requerida de cada serviço, em razão de não serem dotados da organização que a concepção de rede requer, isto é, sua conexão, com comunicação de informações e mecanismos (CPMI, 2012).

Assume-se que a Rede ainda não está implantada plenamente em todo o país. Um dos problemas é ainda sua insuficiência e dificuldades de funcionamento dos serviços. Tomemos o exemplo das Delegacias Especializadas, o equipamento mais antigo dentre todos.

Em Nota Técnica de 2006, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), acerca do “Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher”, são apresentados resultados de uma pesquisa de 2003/2004, em que foram avaliadas as condições de funcionamento, os recursos humanos e físicos disponíveis, assim como a articulação das delegacias com a rede de atendimento/enfrentamento. No período, no país, havia apenas 340 DEAMs, das quais 289 participaram da pesquisa, ou seja, 85% do total existente à época.

Os dados apresentados pela pesquisa demonstraram algumas dificuldades que persistem no funcionamento das DEAMs: destacam-se a dependência econômica, porquanto apenas 6,75% destas possuíam orçamento próprio, com frágil capacidade de negociação com as respectivas Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

A agência de notícias do IBGE⁴³ (2019) informa que, em 2018, apenas 8,3% dos municípios brasileiros tinham DEAMs, dados que mostram a escassez de equipamentos para o acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica. Vale salientar que cada Estado tem autonomia, assim como os municípios, para executar as políticas públicas para mulheres. Contudo, estados e municípios dependem de verbas advindas da pasta dos Direitos Humanos do Governo Federal, o que pode implicar dificuldades na execução de tais políticas.

Entretanto, a distribuição geográfica das DEAMs é problemática, visto que 40% estavam localizadas na região sudeste do Brasil. Esta desigualdade nas regiões brasileiras, com concentração na região Sudeste, poderia expressar a concentração de riqueza e a quantidade de habitantes, uma vez que nesta região reside grande contingente de pessoas. Entretanto, isso também denota injustiça espacial na distribuição dos recursos públicos, bem como na gestão dos governos estaduais na criação/implantação destes equipamentos, de forma adequada e suficiente, em seus estados.

Outro fator a ser destacado é que, em muitos casos, a Coordenação de Políticas para as Mulheres fica sob a condução de pessoas que não estão qualificadas, nem “preocupadas” com o desempenho, nem com a criação de mecanismos de atenção às mulheres, não conseguindo realizar ações transversais para fortalecer suas coordenações.

Os demais serviços componentes da Rede apresentam também uma série de outros problemas: baixa divulgação; concentração em certas áreas das cidades; profissionais despreparados para prestar o suporte às mulheres. Ainda, as mulheres enfrentam o racismo estrutural, o que resulta em pouca efetividade na atenção às suas necessidades (CPMI, 2012). Em suma, a rede apresenta problemas de conexão e descontinuidade organizacional para conferir à sua atuação uma fluidez e efetividade, tal como designadas a partir das diretrizes oficiais propostas.

Wânia Pasinato (2015) afirma que o grande desafio da articulação do trabalho em rede, no âmbito das ações de combate à violência doméstica contra a mulher, tem sido sair do marco das relações pessoais e contatos individuais, ou melhor, de uma forma de funcionamento que ocorre pelo apoio mútuo e pessoal entre profissionais que trabalham no atendimento dos serviços; se conhecem e “fazem” contatos entre si para viabilizar encaminhamentos imediatos dos casos, sem a efetiva institucionalização de normas, protocolos e processos; ou seja, um

⁴³ Munic 2018: Apenas 8,3% dos municípios têm delegacias especializadas de atendimento à mulher. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25499-munic-2018-apenas-8-3-dos-municipios-tem-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em 20 dez. 2022.

funcionamento em rede requer articulação que permita sustentabilidade às respostas institucionais, complementando a execução das ações com o monitoramento e avaliações permanentes dos serviços.

Para Paulo Menezes (2014), a falta de articulação entre os serviços que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência resulta na incapacidade de responder às múltiplas necessidades das mulheres que se dirigem aos serviços. Pois, para que o serviço funcione com fluidez:

[...] é de fundamental importância o suporte de uma rede intersetorial articulada e sistematizada, com o devido conhecimento sobre as atribuições de cada entidade a ela vinculada, com o intuito de garantir proteção plena a essas mulheres através da manutenção de seus direitos de cidadania (Paulo Menezes, 2014, p. 783).

Esse autor também menciona como, em muitos casos, os profissionais desses serviços encontram dificuldades para realizar os encaminhamentos complementares e necessários das pessoas a outros serviços na “rede”. Isso está diretamente relacionado ao atendimento por profissionais pouco preparados, inclusive desatentos, para realizar uma atenção cuidadosa e sem preconceito das vítimas que, em sua condição de humilhação e rebaixamento de sua dignidade, em desespero e impotentes, tentam a busca por socorro, ainda que pouco crédulas, face ao seu próprio desconhecimento de direitos e garantias sociais e individuais.

Além disso, persistem também problemas relativos à falta de comunicação e o conhecimento das mulheres sobre a oferta de cada serviço (se existe na cidade) e onde está localizado (Paulo Menezes, 2014). Durante o II Encontro Nacional de Delegadas de Polícia das Delegacias da Mulher, ocorrido em 2005, foram pautas de discussão, tanto as questões acerca dos encaminhamentos para atendimento na “rede de serviços”, como a ausência de psicólogos e assistentes sociais nas delegacias.

Desse encontro, ainda de acordo com Wânia Pasinato e Cecília Santos (2008), foram indicadas algumas sugestões indispensáveis para o funcionamento das DEAMs, como definição das atribuições das Delegacias Especializadas e a necessidade de uma coordenação específica para as DEAMs, assim como diretrizes, fluxos e procedimentos de atendimento; estrutura organizacional; formação de recursos humanos e infraestrutura. “Fica evidente o papel e a necessidade das delegacias na implementação e participação e articulação com/na Rede de Atendimento e nas ações inadiáveis de prevenção à violência doméstica contra a mulher” (Wânia Pasinato e Cecília Santos, 2008).

3.2.2 A “Rede” de Atenção à Violência contra a Mulher na Cidade do Salvador

Assim como para o país, também no Estado da Bahia, a “Rede” ainda não está em pleno funcionamento. Os serviços são escassos, uma vez que, em toda a Bahia, existem apenas 15 DEAMs, distribuídas de maneira pouco adequada quanto ao atendimento da demanda potencial.

De acordo com a Constituição do Estado da Bahia, no capítulo XIX, que trata dos Direitos Específicos da Mulher, em seu Art. 281:

É responsabilidade do Estado estabelecer política de combate e prevenção à violência contra a mulher, que incluirá os seguintes mecanismos: I - criação e administração de Delegacias de Defesa da Mulher, em todos os Municípios com mais de cinquenta mil habitantes; II - criação e manutenção, por administração direta ou através de convênios, de serviços de assistência jurídica, médica, social e psicológica às mulheres vítimas de violência (BAHIA, 1989, p. 108).

Considerando os parâmetros explicitados na Constituição da Bahia, ao estabelecer que os municípios com mais de cinquenta mil habitantes deveriam ter uma DEAM, para a população de 338.027 habitantes que residem na área do Subúrbio Ferroviário, deveria haver, no mínimo, seis DEAMs. No entanto, existem apenas duas DEAMs para uma população de 3.573.973 pessoas na Cidade do Salvador e sua região metropolitana. Como apenas duas DEAMs vão dar conta da demanda populacional? E sua distribuição espacial equitativa, considerando o tamanho da população a ser atendida em distintas áreas da cidade?

A tabela 4 apresenta a quantidade de DEAMs e a sua localização espacial por município no Estado da Bahia. A quantidade insuficiente de DEAMs denota a ineficácia na cobertura deste serviço para a demanda potencial em todo o Estado da Bahia, bem como as prováveis dificuldades de comunicação e de solução do atendimento às mulheres.

Tabela 4 - Distribuição das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no estado da

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS JÁ EXISTENTES			
DELEGACIA	TELEFONE	FAX	ENDEREÇO
DEAM - ENGENHO VELHO DE BROTAIS SALVADOR	(71) 3116-7000 / 7001 (71) 3116-7002 / 7003 (71) 3116-7004 / 7867 (71) 3116-7967	(71) 3116-7001	RUA PADRE LUIZ FILGUEIRAS, S/N, ENGENHO VELHO DE BROTAIS, SALVADOR/BA
DEAM - PERIPERI SALVADOR	(71) 3117-8203		RUA DR. JOSÉ DE ALMEIDA, S/N, PRAÇA DO SOL, PERIPERI, SALVADOR/BA
DEAM - FEIRA DE SANTANA	(75) 3602-9215 (75) 3602-9191 (75) 3602-9235	(75) 3602- 9235	RUA ADENIL FALCÃO, Nº 1252, BAIRRO BRASÍLIA, FEIRA DE SANTANA/BA
DEAM - ITABUNA	(73) 3214-7822	(73) 3214-7822	PRAÇA DA BANDEIRA, Nº 01, CENTRO, ITABUNA/BA
DEAM - ILHÉUS	(73) 3234-5273 (73) 3234-5274 (73) 3234-5275	(73) 3234-5275	AV. LITORÂNEA NORTE, Nº 06, MALHADO, ILHÉUS/BA
DEAM - VITÓRIA DA CONQUISTA	(77) 3425-8349	(77) 3425-4414	RUA HUMBERTO DE CAMPOS, Nº 205, BAIRRO JUREMA, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
DEAM - TEIXEIRA DE FREITAS	(73) 3292-3651	(73) 3292-3651	RUA SANTA BÁRBARA, S/N, BOM JESUS, TEIXEIRA DE FREITAS/BA
DEAM - JUAZEIRO	(74) 3613-8313	(74) 3613-8310	RUA DOUTOR JOSÉ ARAÚJO, Nº 140, SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA
DEAM - PORTO SEGURO	(73) 3268-8613	(73) 3268 8613	RUA ITAGIBA, Nº 139, CENTRO, PORTO SEGURO/BA
DEAM - PAULO AFONSO	(75) 3282-5362	(75) 3282-5366	RUA NELSON RODRIGUES DO NASCIMENTO, Nº 92, PANORAMA, PAULO AFONSO/BA
DEAM - ALAGOINHAS	(75) 3422-8455	(75) 3423-1434	RUA SEVERINO VIEIRA, Nº 702, CENTRO, ALAGOINHAS/BA
DEAM - CANDEIAS	(71) 3601-8785 / 8786 (71) 3601-8787 / 8788	(71) 3601-8788	RUA FLORIANO PEIXOTO, S/N, SANTO ANTÔNIO, CANDEIAS/BA
DEAM - CAMAÇARI	(71) 3622-7834	(71) 3622-3887	RUA DELEGADO CLAYTON LEÃO CHAVES, S/N, CENTRO, CAMAÇARI/BA
DEAM - BARREIRAS	(77) 3613-9860	(77) 3613-9862	AV. JÚLIO CÉSAR, Nº 500, ARATU, BARREIRAS/BA
DEAM - JEQUIÉ	(73) 3163-1050 (73) 3163-1052 (73) 3163-105	(73) 3163-1050	RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 497, CAMPO DO AMÉRICA, JEQUIÉ/BA

NOS LOCAIS ONDE NÃO HÁ DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER, PROCURAR A DELEGACIA DE POLÍCIA MAIS PRÓXIMA.

Fonte: Tribunal de Justiça da Bahia, 2018.

Informações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) (2012)⁴⁴ apontam que no Estado da Bahia, em 2012, todos os equipamentos responsáveis pelo atendimento às mulheres em situação de violência apresentavam problemas sérios de funcionamento, dificultando e até inviabilizando a prestação dos serviços. O relatório da CPMI constatou, como já mencionado, que, além de insuficientes, estes apresentavam uma série de dificuldades como: baixa divulgação; concentração de equipamentos na área central da cidade; pouca efetividade; falta de comunicação entre os serviços da “rede”; profissionais despreparados no suporte à mulher em situação de violência; e a prática de racismo estrutural e outros tipos de preconceitos.

Foi constatado ainda:

Falta de investimento em funcionários com vínculo empregatício duradouro, visando a formação de um quadro qualificado capaz de implantar e consolidar na administração pública uma ‘cultura’ voltada para o enfrentamento real das

⁴⁴ A CPMI de 2012 foi criada com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência,

desigualdades e, particularmente, para as políticas de enfrentamento à violência de gênero, em especial a violência contra as mulheres (CPMI, 2012, p. 6).

A CPMI, por fim, destaca como certos segmentos de mulheres, como indígenas e negras, que são maioria daquelas que procuram atendimento nos serviços públicos, além das mulheres lésbicas, enfrentam duplas e triplas discriminações, decorrentes de preconceitos étnico-raciais e de orientação sexual, potencializados pelo preconceito de classe (CPMI, 2012).

Em Salvador, a pesquisa realizada por Simone Lacerda, Márcia Tavares e Ermildes Silva (2016) discute a insuficiência das DEAMs para atender a demanda das mulheres que necessitam de proteção em situação de violência. Vale lembrar que, no Brasil, as cidades do Salvador, Natal e Fortaleza lideram o ranking de violência contra as mulheres, de acordo com a ONU Mulheres (2017)⁴⁵.

O funcionamento ininterrupto das DEAMs também nem sempre foi garantido. A situação só se “modificou” há pouco tempo, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, em 4 de abril de 2023, a Lei 14.541/23 que estabelece o funcionamento das DEAMs, no período de 24 horas, durante todos os dias da semana.

A “Rede” de Atendimento à Violência contra a Mulher na Cidade do Salvador dispõe ainda dos seguintes serviços especializados: Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Defensorias da Mulher.

Quanto aos serviços não especializados, que também constituem porta de entrada de atendimento da mulher vítima de violência doméstica, podem ser citados: hospitais gerais, serviços de atenção básica, Programa de Saúde da Família, delegacias comuns, Polícia Militar, Polícia Federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, Defensoria Pública.

Mais recentemente, foi inaugurada em Salvador, em 9 de dezembro de 2023, a primeira Casa da Mulher Brasileira-CMB. Este espaço, como já dito, reúne vários serviços voltados para a atenção às mulheres em situação de violência. São eles: Casas Abrigo, Casas de Acolhimento, Centro de Referências - CRAMs, DEAM, Delegacia Digital, Hospital da Mulher, Ronda Maria da Penha, Sala Elas à Frente,⁴⁶ Varas Especializadas, e Conselhos. Há também locais de

⁴⁵ Salvador, Natal e Fortaleza lideram ranking de violência física contra as mulheres no Nordeste. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/salvador-natal-e-fortaleza-lideram-ranking-de-violencia-fisica-contra-as-mulheres-no-nordeste/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

⁴⁶ É um espaço, que funcionará na Base Comunitária do Calabar, das 10h às 16h, e irá abrigar a equipe multidisciplinar da SPM-BA para atuar na conscientização e sensibilização das mulheres vítimas de violência e no

acolhimento para os filhos das mulheres que acessam os serviços da CMB, como: alojamento de passagem, brinquedoteca, e espaço de capacitação voltado à autonomia econômica. A reunião dos serviços em um mesmo espaço evita deslocamentos desnecessários das mulheres por vários bairros da cidade, em busca de cada serviço, entre idas e vindas, conformando uma rota crítica, marcada por diversas injustiças socioespaciais.

A Figura 5 apresenta a fachada da Casa da Mulher Brasileira na Cidade do Salvador, localizada na Avenida Tancredo Neves, bairro Caminho das Árvores. Trata-se do único equipamento existente na cidade, distante aproximadamente de 5 km do Subúrbio Ferroviário, o que dificulta seu acesso pelas mulheres soteropolitanas. Sobretudo pelas mais empobrecidas, que dele necessitam, como é o caso daquelas residentes no Subúrbio Ferroviário.

Figura 5 - Casa da Mulher Brasileira em Salvador-BA, 2024



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM-BA).

Também em Salvador, a Rede padece dos mesmos problemas apontados na escala nacional. A falta de informações, a pouca quantidade de oferta de serviços e a baixa qualidade dos mesmos, bem como a articulação fraca ou inexistente entre as instituições de amparo às mulheres em situação de violência doméstica, contribuem para levantar barreiras cruciais para

projeto de autonomia econômica e financeira. Disponível em: <[SPM-BA inaugura a sala “Elas à frente” no Calabar para orientar, acolher e capacitar as mulheres do bairro - Notícias - Secretaria de Políticas para as Mulheres - Estado da Bahia](#)>. Acesso em: 28 fev. 2024.

as mulheres usuárias desses serviços no município de Salvador, como destaca Larissa Dantas (2016), ao analisar os fluxos de informações e de comunicação entre os serviços da “Rede” de suporte às mulheres em situação de violência doméstica em Salvador. A autora identificou uma situação muito desfavorável a essas mulheres: o desconhecimento das que precisaram utilizar esses serviços. Larissa Dantas (2016) também aponta dificuldades dos profissionais para identificar aspectos da violência psicológica, a partir das narrativas das mulheres atendidas.

Outro problema não menos importante, destacado por Larissa Dantas (2016), como mais um fator complicador para as mulheres no itinerário para o acesso aos serviços é a necessidade de deslocamento por mais de uma vez a cada um deles; assim como a obrigatoriedade de, a cada ida, ter que relatar todo o ocorrido aos profissionais responsáveis pelo atendimento. Isso implica repetir as narrativas e rememorar os episódios das violências sofridas, o que provoca grande desgaste emocional e sua revitimização; e, pior, não impede as ameaças à sua integridade física e moral, que permanecem sem alteração. Assim escreve a autora:

É importante frisar os sucessivos acessos que quatro das entrevistadas relataram, todos em decorrência de episódios de violência ocorridos em momentos diferentes, que demandaram acessos repetidos principalmente às DEAMs, indicando que os primeiros acessos feitos a esse serviço e os encaminhamentos que partiram daí não deram conta do afastamento da mulher da situação de violência e também não garantiram a segurança necessária para essas mulheres (Larissa Dantas, 2016, p. 67).

A autora identificou ainda outros entraves para o adequado funcionamento da “Rede” e a resolução das demandas urgentes das mulheres. Larissa Dantas (2016) destaca o seguinte:

Ausência de fluxos assistenciais e protocolos de encaminhamentos, falta de diálogo intersetorial, movimentos de idas e vindas das mulheres aos serviços, precariedade das informações passadas pelos operadores dos serviços às usuárias e especificidades no funcionamento de determinados serviços, na contramão do funcionamento em rede, são os entraves identificados pelo estudo (Larissa Dantas, 2016, p. 69).

Adiciona-se a esses problemas apontados, também um conjunto de obstáculos, associado à dimensão espacial. A distância e o deslocamento do local de residência da mulher até chegar a algum serviço podem se constituir numa importante barreira, muitas vezes intransponível, para conseguir ter seu problema encaminhado. Isso remete à perspectiva da justiça ou da injustiça espacial. Em sua pesquisa “Análise espacial dos serviços especializados em atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Cidade de Salvador-Bahia”, Marcos Moreno (2020) considera a perspectiva da dimensão espacial como

de fundamental relevância e destaca o quanto esta é negligenciada nos estudos sobre a temática da violência doméstica contra a mulher. Esta questão de não considerar a dimensão espacial na instalação dos serviços de atenção às mulheres pode estar relacionada à quantidade pequena e à má qualidade na resposta estatal ao problema da violência contra a mulher.

Ao analisar os problemas referentes aos serviços especializados para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Cidade do Salvador, o autor constatou a lógica que preside a localização dos distintos equipamentos que abrigam esses serviços:

A oferta dos serviços especializados para atendimento às mulheres vítimas de violência é uma fração do processo de produção do espaço. Isto quer dizer que a localização e a área de cobertura de cada serviço, assim como a distribuição espacial formada pelo conjunto dos serviços especializados, são o resultado da ação conflitante dos agentes produtores do espaço entre si e em relação (dialética) com o espaço geográfico (Marcos Urbina, 2020, p. 74).

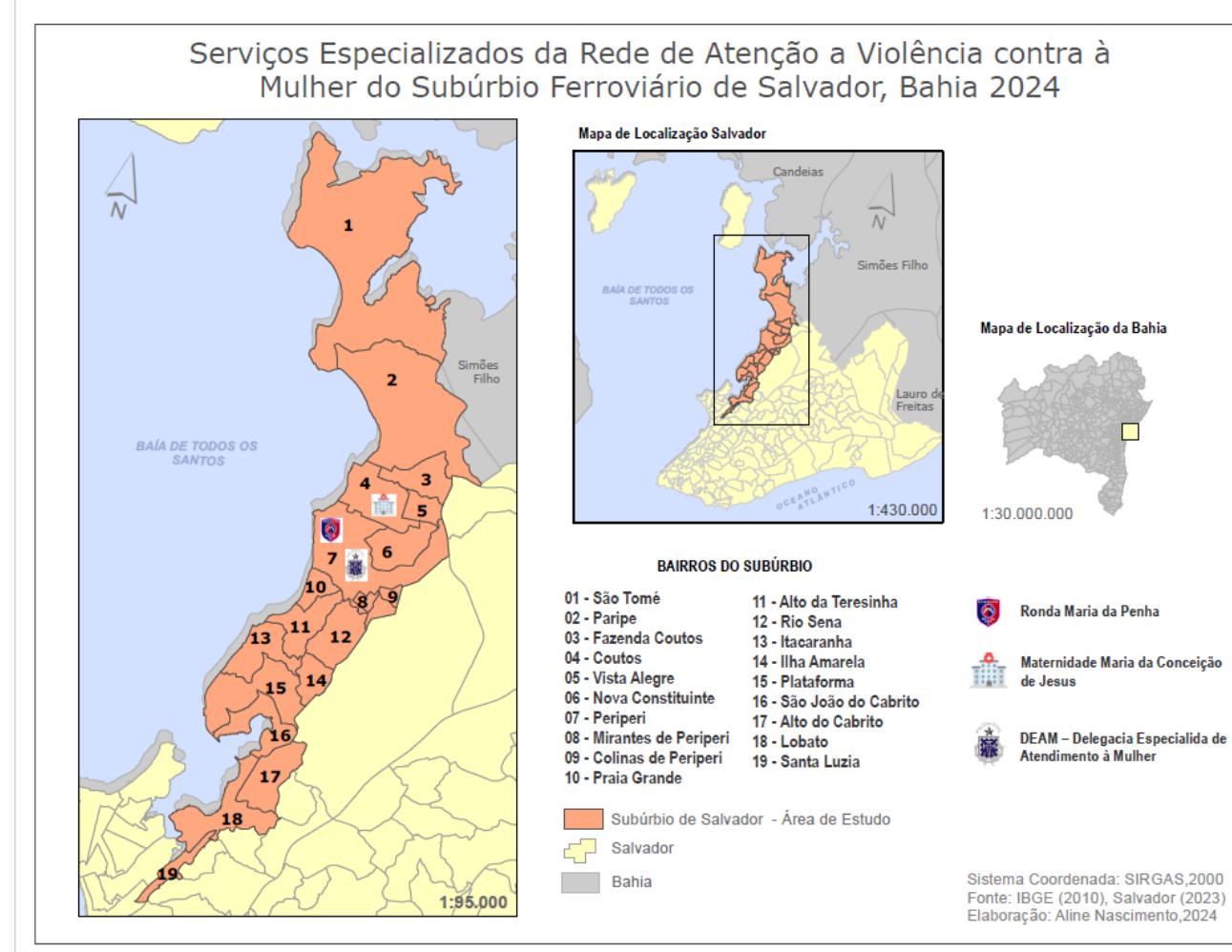
Como já mencionado, para uma população de 338.027⁴⁷ pessoas e aproximadamente 181.795 mulheres residentes só no Subúrbio Ferroviário de Salvador, a quantidade dos serviços de apoio especializados às mulheres vítimas de violência doméstica é insuficiente. Conta com apenas uma DEAM; um destacamento especializado da Polícia Militar - Comando da Ronda Maria da Penha; uma maternidade – Maria da Conceição de Jesus –, inaugurada em 2021, localizada em Coutos, que substitui o Hospital João Batista Caribé. Esta unidade, com 90 leitos, dispõe de um serviço de atenção a mulheres vítimas de violência sexual e de atenção ao aborto nos casos previstos por lei.

O Mapa 2, a seguir, apresenta a localização dos três serviços especializados da “rede” de atendimento à mulher em situação de violência no Subúrbio Ferroviário Salvador⁴⁸: Delegacia DEAM de Periperi, a Maternidade Maria da Conceição de Jesus e o Comando Ronda Maria da Penha. O mapa indica a existência de uma extensa área geográfica composta por 19 bairros.

⁴⁷ SIM, Disponível em: <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>> . Acesso em 11 jun. 2022.

⁴⁸ Em 2010, foi implantado no Subúrbio Ferroviário de Salvador o Serviço Viver para atendimento a pessoas vítimas de violência sexual; entretanto, este serviço foi fechado em 2017.

Mapa 2 – Serviços Especializados na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, em 2024.



Assim, a grande extensão geográfica e a forte densidade demográfica, associadas à alta incidência de pobreza nas famílias residentes em todos esses bairros, e ao potencial de violência existente, segundo Gey Espinheira (2004) torna o Subúrbio Ferroviário superdimensionado para os equipamentos e serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência existentes. Para piorar, há a concentração dos três equipamentos e serviço em duas localidades: a DEAM e o Comando da Ronda Maria da Penha em Periperi; e a maternidade em Coutos.

A DEAM está localizada no bairro Periperi. Na data da pesquisa a delegacia era coordenada pela Delegada Iola Nolasco, responsável por prestar um atendimento qualificado para mulheres vítimas de vários tipos de violência — psicológica, física, patrimonial, moral - e tentativa de feminicídio. Dados da Coordenação de Documentação e Estatística Policial registraram um total de 8.550 ocorrências de violência doméstica contra as mulheres na DEAM de Periperi, no período de 2014 a 2017. Ou seja, mais de 2.000 mulheres por ano registraram queixa por ter sofrido algum tipo de violência doméstica (Marcia Nunes, 2018). Estima-se, contudo, que a quantidade de mulheres vítimas de violência doméstica seja bem maior, porquanto, segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero, a subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres pode chegar a 61% (Agência Câmara de Notícias, 2024). Desse modo, nem todos os casos de violência doméstica contra mulheres são contabilizados, já que muitas delas não registram ocorrência, o que gera uma subnotificação dos dados.

O Comando da Ronda Maria da Penha também está localizado em Periperi. É formado por uma equipe policial militar “especializada” na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher. Sua principal função é acompanhar, através de visitas mensais, mulheres que estão sob medida protetiva de urgência deferida pela Justiça. A Polícia Militar da Bahia, de forma engajada nas ações de enfrentamento para promover a segurança da mulher e mantê-la fora do ciclo de violência, criou, de forma inovadora, um Batalhão de Proteção à Mulher. A nova estrutura, que integra o pacote de projetos enviado à Assembleia Legislativa para a reestruturação da Polícia Militar, vai centralizar a gestão e ampliar a atuação da Ronda Maria da Penha na Bahia. O novo Batalhão estará vinculado ao Comando de Apoio Operacional, também recém-criado.

A criação do Batalhão de Proteção à Mulher é a ratificação do compromisso da Polícia Militar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Materializa o objetivo estratégico de ampliação da Ronda Maria da Penha, presente no Plano Estratégico da instituição (2017-2025), fortalecendo

o papel de proteção junto à rede de atendimento à mulher em situação de violência”, explicou o comandante-geral da PM, coronel Paulo Coutinho (Portal de Notícias do Estado da Bahia, 2023).

A Maternidade Maria da Conceição de Jesus oferece o serviço de atenção aos casos de violência sexual, incluindo o serviço de aborto legal⁴⁹, para mulheres vítimas de estupro que engravidam e desejam interromper a gravidez. Esse equipamento é um hospital e maternidade, localizado no bairro de Coutos. A unidade aderiu à política pública estabelecida em lei, para assegurar a atenção aos casos de violência sexual e o direito da mulher que engravidou resultante desta violência. Se assim desejar, pode interromper a gravidez neste serviço de saúde, procedimento é regulamentado pelo Código Penal desde 1940 e por normativas do Ministério da Saúde⁵⁰.

Ao analisar o mapa de localização dos serviços especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, nota-se uma grande área desprovida de equipamentos especializados, evidenciando grande dificuldade ao acesso para as mulheres, que, por infortúnio, necessitam de atendimento nos serviços do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Para chegar até a DEAM de Periperi, principal porta de entrada para mulheres em situação de violência, o meio de transporte coletivo disponível é o ônibus, com uma única linha de transporte: Periperi – Campo Grande – Periperi, que tem ponto de parada nas proximidades da DEAM – 240 metros de distância, 3 minutos de caminhada (Google maps, 2024), mas que ainda assim compromete o acesso da mulher a DEAM.

Visto que, em observação de campo e conversa com moradores da área acerca dos horários do ônibus Campo Grande — Periperi, foi informado que a frota é reduzida, não circula aos sábados e domingos e que os horários durante a semana possuem intervalos alargados. De acordo com os moradores, parece haver apenas um ônibus para fazer o trajeto da linha 1613 (Campo Grande – Periperi)⁵¹, situação que certamente compromete o tempo de espera no ponto de ônibus para pegar um transporte público que uma pessoa mais próxima da DEAM.

⁴⁹ No Brasil, desde 1940, o Código Penal estabelece que o aborto é permitido em duas situações: quando a gravidez é resultado de estupro; oferece risco à vida da mulher; em 2012, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), é permitida a interrupção da gravidez em casos de anencefalia do feto, quando há malformação do cérebro. O Ministério da Saúde publicou normas técnicas para orientar profissionais de saúde como proceder nesses casos, como a Norma Técnica: Prevenção e Tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, de 1999, e a Norma técnica: Atenção Humanizada ao Abortamento, de 2005, dentre outras.

⁵⁰ A maternidade oferece o serviço de aborto legal nas demais exceções legais, casos que a gravidez cause riscos à vida da mulher ou na condição de anencefalia do feto – ou seja, quando há malformação do cérebro.

⁵¹ Disponível em: <https://onibus.online/ba/salvador/1613-periperi-campo-grande/>. Acesso em: 09 jun. de 2024.

Ainda que exista na principal via da Avenida Suburbana – Afrânio Peixoto – a disponibilidade de outras linhas de ônibus, o trajeto a pé até o serviço é longo, fica aproximadamente a 1 km de distância da Delegacia, demandando 13 minutos de tempo de caminhada do ponto de ônibus até a DEAM (Google maps, 2024), de modo que, para quem se encontra em um momento de angústia, tristeza, frustração, dor, como é o caso de mulheres que buscam o serviço da “rede” de atendimento, a fim de romper o ciclo da violência doméstica, essa distância pode configurar como marcador espacial que dificulta o acesso da mulher ao serviço da DEAM.

Desta forma, constata-se como o Estado, um dos agentes da produção do espaço (Roberto Lobato Corrêa, 1989), negligencia aspectos importantes a serem considerados na decisão de construção e de funcionamento dos equipamentos para atendimento às mulheres vítimas de violência familiar na Cidade do Salvador, sobretudo as que residem no Subúrbio Ferroviário. E isso implica injustiça espacial, já que a cidade não é pensada para favorecer as respostas às demandas da população; no caso específico, os serviços de atendimento às mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Equipamentos construídos, mas não pensados visando eficiência e equidade para a sua utilização pelas pessoas usuárias em suas realidades econômicas e sociais.

Essas condições, a depender da situação, podem marcar a diferença entre viver ou morrer, como tem sido divulgado correntemente e fartamente pelos veículos de imprensa relatando os tristes fatos de casos de agressões em todos os níveis e os mais graves, ou seja, os feminicídios, no país inteiro, no Estado da Bahia e em Salvador. Os órgãos de segurança pública confirmam a tragédia. Dados do Fórum de Segurança Pública sobre feminicídios em 2023, comparados com o ano de 2022, registram 1463 casos no país, o maior número desde a publicação da Lei do Feminicídio, em 2015. Estes números correspondem a uma taxa de 1,4 mulheres mortas por 100 mil no Brasil, perfazendo um aumento de 1,6%, relativamente ao ano de 2022. A Bahia exibe uma taxa de 1,5/100 mil; portanto, maior do que a média nacional. Neste estado, dados mais recentes, compilados para o período de 2017-2023, analisando a situação interna, mostram ainda que a maioria dos feminicídios ocorreram no interior. Salvador, isoladamente, respondeu por 16,5% destas mortes (Secretaria de Segurança Pública, 2024).

3.2.3 Redes em movimento: conhecendo o tecer do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Salvador

Nesta parte, apresenta-se a formação do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Salvador (GT da REDE), bem como os elementos importantes da trajetória de atuação e articulação do grupo e sua configuração atual. O grupo tem uma atuação importante junto às instâncias que atuam no enfrentamento da violência contra as mulheres em Salvador, buscando estimular e fortalecer a articulação entre os vários serviços, a fim de que trabalhem de forma integrada, isto é, em rede.

As narrativas aqui descritas relatam diálogos incidentais com três mulheres que integram o GT da REDE: Maria Eunice Xavier Kalil, médica sanitarista, que participou da formação inicial; Francisca Eleonora Asanuma Schiavo, pedagoga, especialista nos estudos de Gênero; e Tânia Maria Gonçalves Palma Santana, assistente social, ativista e integrante atual do GT da Rede. Os relatos expostos serão divididos em dois momentos, nos quais serão apresentados: aspectos históricos da formação; atuação, articulação e entraves do GT da REDE.

3.2.3.1 Formação do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Salvador – GT DA REDE

O GT da REDE surge a partir de 1998, como desdobramento de um esforço de várias organizações e entidades, governamentais e não governamentais, no sentido de melhorar a formação de profissionais de Saúde através de uma participação mais ativa de comunidades nos processos formativos, tornando-os mais próximos da realidade. Este esforço era parte do projeto UNI-BAHIA, um programa internacional e, na Bahia, foi coordenado pela Escola de Enfermagem da UFBA⁵².

O projeto UNI-Bahia desenvolveu-se a partir da conclusão de que a violência urbana era o principal problema de saúde da população da Cidade do Salvador onde deveria atuar. O Distrito Sanitário Barra-Rio Vermelho, e a constituição do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), instância constituída para discutir e encaminhar ações de enfrentamento àquele problema de saúde. Para compor o Fórum, foram convidadas outras organizações não contempladas no Projeto UNI, mas fundamentais para o enfrentamento da violência, como as Secretarias de Segurança Pública, Educação e Assistência Social do Estado, o Ministério

⁵² Programa UNI – Uma Nova Iniciativa na Formação dos Profissionais de Saúde: União com a Comunidade. Financiado pela Fundação Kellogg. Para saber mais sobre o projeto UNI-Bahia ver COSTA, Heloniza O. G. problematização da violência como experiência de ensinar em Saúde, Interface Comunicação, Saúde, Educação, v. 3, n. 5, 1999.

Público, a Defensoria Pública, órgãos de imprensa e mídia, organizações comprometidas com os direitos humanos, dentre outros.

Uma das linhas de ação do plano elaborado pelo FCCV foi a organização de uma rede de atendimento às vítimas da violência; e as/os profissionais do 15º Centro de Saúde assumiram a iniciativa de começar este trabalho, a partir da elaboração de um Guia de Atenção a Pessoas em Situação de Violência. Para tanto, convidaram, para participar do esforço, os diversos organismos e serviços sociais responsáveis por algum tipo de atendimento relacionado com violência.

Na época, os serviços mais presentes e “atuantes” eram aqueles diretamente relacionados ao problema da violência contra crianças; mas participavam também outros serviços responsáveis pela atenção a todos os grupos populacionais. Com o passar do tempo, houve a necessidade de subdividir os grupos para que os trabalhos se tornassem mais efetivos. Dessa maneira, foram formados quatro subgrupos: idosos, crianças e adolescentes, deficientes e mulheres; sendo que, destes, o único que avançou no trabalho e na organização de atividades foi o subgrupo que atuava junto às questões das mulheres. Os outros tiveram uma atuação muito curta.

Nesse mesmo período, discutia-se a questão do aborto legal e a implantação de um serviço de referência na rede pública de Saúde em Salvador, sendo o Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA⁵³) o órgão escolhido por suas especialidades em saúde da mulher. As reuniões do subgrupo da mulher passaram a ser, então, realizadas com certa frequência no IPERBA. O Projeto Viver - Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual - também foi implantado nessa mesma época e passou a fazer parte do subgrupo da mulher. Com isso, como o subgrupo da mulher prosperou, uma de suas lideranças idealizadoras afirmou: “Vou falar uma coisa, eu tenho certeza que o subgrupo de mulher avançou mais, porque tinha o movimento social de mulheres fazendo parte” (Maria Eunice Xavier Kalil, 2023).

Vale destacar que os serviços existentes nesse período atuavam juntos para a superação das questões de violência contra as mulheres. Esses serviços eram poucos; contava-se apenas com a DEAM-Brotas, o IPERBA, o Projeto Viver e o Centro de Referência Estadual de AIDS (CREAIDS), o qual, mesmo não atuando de forma específica com a questão da violência contra as mulheres, atendia mulheres soropositivas. O subgrupo da mulher atuava, portanto,

⁵³ O IPERBA é um hospital de médio porte, de referência em atendimento especializado na saúde da mulher e do recém-nascido. É mantido pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. O IPERBA tem como um dos seus programas, o Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/maternidade/iperba/>. Acesso em: 31 maio 2024.

convidando serviços públicos para fazer parte do grupo e, assim, o GT da REDE foi sendo estruturado.

Outro fato que marcou o processo de estruturação do GT da REDE foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em 2003. De modo que, a partir do ano de 2003, até os dias atuais (com exceção dos anos do governo Bolsonaro em que a SPM/PR perdeu status de Ministério), foi um período importante de implementação de políticas públicas no Brasil, visando à promoção de igualdade entre mulheres e homens, como a criação de diversos organismos de proteção às mulheres em situação de violência.

O GT da REDE integrou a discussão sobre o funcionamento da Casa Abrigo⁵⁴, que, junto com os movimentos de mulheres, defendeu que este equipamento fosse vinculado e gerido pelos organismos de atenção à mulher. Contudo, a Casa permanece vinculada à política geral de abrigamento da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do Estado.

No município de Salvador, no ano de 2004, foi formada uma comissão intersetorial para reativar a reabertura da Casa Abrigo, inaugurada no Estado da Bahia em 12 de maio de 2000. Foram destinados inicialmente recursos financeiros para essa finalidade; decidiu-se pela utilização destes recursos para a criação do Centro de Referência Loreta Valadares⁵⁵, já que, em Salvador, ainda não existia um espaço dessa natureza para atenção às mulheres em situação de violência. A partir de então, a Superintendência de Políticas para as Mulheres, da Prefeitura Municipal de Salvador requisitou que esse Serviço ficasse sob sua gestão.

Assim se refere uma das principais articuladoras para a criação do GT REDE, Francisca Eleonora Asanuma Schiavo, quando da criação do Centro de Referência Loreta Valadares no município de Salvador:

Quando o primeiro Centro de Referência da Bahia foi criado, em São Paulo já tinha sido criado um Centro de Referência há mais de 20 anos; não era só na Bahia a deficiência na oferta de mecanismos de atenção à mulher em situação de violência doméstica, mas no Nordeste como um todo. No mapa da distribuição dos serviços, os organismos estavam todos concentrados no Sul e

⁵⁴ As Casas Abrigo são residências temporárias sigilosas para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, visando à proteção das suas vidas. A Bahia conta com 3 Casas Abrigo, sob gestão da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, com 60 vagas ao todo, situadas em três municípios do Estado

⁵⁵ O Centro de Referência Loreta Valadares – CRLV -, implantado em 2005, foi o primeiro Centro de Referência de Atendimento à Mulher criado em Salvador. Atualmente, está funcionando no bairro de Caminho das Árvores. Posteriormente, foram inaugurados 2 outros centros no bairro de Fazenda Grande e da Ribeira. Estes órgãos acolhem mulheres em situação de violência doméstica ou familiar por meio de equipe multidisciplinar (psicóloga, assistente social e advogada), para apoiar as mulheres que desejam romper o ciclo da violência, além de promover o fortalecimento e o aumento da autoestima das usuárias do Serviço.

Sudeste, não sendo muito diferente nos dias atuais (Francisca Eleonora Asanuma Schiavo, 2023).

Mesmo considerando que na Bahia essa articulação aconteceu de forma mais lenta, vale destacar que, em paralelo à criação desse Centro de Referência em Salvador, também foram estruturadas Secretarias Municipais de Políticas para Mulheres nos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari, ambos na Região Metropolitana de Salvador, e no município de Vitória da Conquista, localizado na Região Geográfica Imediata de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia. Esse movimento de estruturação de equipamentos e serviços da rede de atenção à mulher em situação de violência acontecia em vários estados brasileiros. Nesse mesmo período, o Governo do Estado da Bahia criou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), em 2006, com a perspectiva inicial de atuar junto à igualdade racial e à igualdade de gênero. Em 2011, foi criada a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA).

Esse momento, rico na criação de vários espaços voltados ao atendimento aos grupos em situação de vulnerabilidade social, tanto em âmbito nacional, estadual e municipal, foi marcado também pela entrada de vários profissionais e serviços no GT da REDE, como: o Centro Maria Felipa⁵⁶, o Ministério Público do Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que contribuíram para fortalecer ainda mais as ações desse grupo.

A formação e configuração só foram possíveis porque, nesses espaços, havia mulheres ancoradas nos princípios feministas, comprometidas com uma agenda de transformações e proteção da vida das mulheres, como no caso de Maria Helena Souza da Silva, Superintendente Especial de Políticas para as Mulheres de Salvador. À época, ela fez parte do GT da REDE, e viabilizou a articulação, funcionalidade e apoio aos serviços do grupo, sendo a gestora de uma instituição municipal.

Desse modo, destaca-se a importância do GT da REDE, o qual foi estabelecido como um coletivo, com a articulação de vários serviços e entidades que buscam atuar na defesa dos direitos das mulheres, promovendo ações para monitorar e aprimorar a oferta dos serviços prestados pela Rede de Atenção às Mulheres em Salvador (GT DA REDE SALVADOR, 2023).

Esse GT luta para que os espaços que atendem às mulheres em situação de violência doméstica atuem de forma articulada, com profissionais preparados para esse atendimento, assim como busca, junto às/as gestoras/es de tais espaços, o compromisso em romper o

⁵⁶ A necessidade de cuidados para as mulheres policiais militares resultou na criação do Centro de Referência da Mulher Policial Militar – Centro Maria Felipa (CMF) em 2007. Disponível em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/noticias/2019-10-09/centro-maria-felipa-oferece-atendimento-especializado-para-policiais-militares>. Acesso em: 31 maio 2024.

construto social que baliza a sociedade brasileira há tempos – o racismo estrutural, o sexismo e o machismo.

Para que haja essa ruptura, as políticas públicas devem ser guiadas sob o prisma da erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, e que sejam fundamentadas na perspectiva de uma ética feminista com um viés interseccional.

Por que defender políticas públicas criadas com base na perspectiva da interseccionalidade e com viés feminista? Porque os dados mostram que “a lei não protege as mulheres negras da mesma forma como protege as mulheres brancas” (Dione Almeida, 2023)⁵⁷. Dione Almeida secretária-geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB de São Paulo), defende a “necessidade da perspectiva de gênero com recorte racial” nos espaços jurídicos, pois, para ela, a luta por respeito e igualdade de gênero e raça é diária. De acordo com Dione Almeida (2023), a ineficácia da lei, quando envolve questões raciais, é revelada na discrepância dos números sobre violência contra mulheres negras:

No ano de 2018, foram mais ou menos 450 mortes de mulheres brancas para 850 de mulheres negras. No ano de 2020, foram mais de 500 feminicídios para mulheres brancas; para mulheres negras, ultrapassou 800 em números de feminicídios. E no ano de 2021, foram 500 feminicídios contra mulheres brancas e mais de 800 contra mulheres negras (Dione Almeida, 2023, p. 1).

Esses e outros marcadores sociais que atravessam mulheres negras, marcadas pela desigualdade estrutural do racismo, na sua maioria vivendo em áreas periféricas e desassistidas, negligenciadas diante da atuação ineficaz de políticas públicas, é o que destaca a importância da atuação de redes em movimentos. Sob a luz desta importância, convém destacar que se considera rede em movimento o processo de articulação entre os serviços governamentais, não governamentais, movimentos sociais de mulheres que, juntos, em coletivo, como o GT DA REDE, buscam desenvolver estratégias de funcionamento e efetividades das políticas públicas de Atenção às Mulheres em situação de Violência Doméstica em Salvador.

3.2.3.2 Estratégias e movimentação do Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher

As estratégias utilizadas pelo Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência

⁵⁷ Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/lei-nao-protege-as-mulheres-negras-da-forma-como-protege-as-mulheres-brancas-diz-diretora-da-oab/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Contra as Mulheres — GT DA REDE - são múltiplas, de modo a enfrentar variadas questões que envolvem não só a atuação nos espaços de atendimento às mulheres, como também a sensibilização de gestores/as acerca da necessidade de implementação de políticas públicas equitativas, para que todas as mulheres, independentemente da classe social, cor/etnia, orientação sexual, sejam alcançadas e atendidas.

Uma das estratégias a serem destacada foi o incentivo à participação do pessoal da Justiça ao GT da REDE, com contribuições significativas, que resultaram em conquistas como a criação do Núcleo Especializado na Defesa da Mulher (NUDEM), em 2008, o qual atua dentro da Defensoria Pública do Estado da Bahia -DPE/BA -, e a criação do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM), em 2006, do Ministério Público do Estado da Bahia, propiciando diálogos com o Defensor Geral e o Promotor de Justiça.

Na Bahia, o GT DA REDE também participa ativamente da luta junto ao Tribunal de Justiça da Bahia para garantir a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os quais estavam previstos na Lei Maria da Penha. Esta demanda teve o apoio de várias frentes, sendo a Superintendência de Políticas para as Mulheres de Salvador, uma delas, com Maria Helena Souza da Silva, gestora do órgão à época.

Outra estratégia de atuação do GT DA REDE foi a elaboração de boletins bimestrais, distribuídos em vários pontos da Rede de Atendimento às Mulheres. Também foram realizados seminários sobre indicadores sociais, sobre políticas públicas, convidando toda a rede de serviços, para que todos os seus participantes compreendam a necessidade de desenvolver o trabalho em rede. Ao longo do tempo, o GT DA REDE, junto com o Ministério Público da Bahia, tem promovido oficinas nos municípios baianos para estender seus serviços. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, vem buscando contatos com outras prefeituras para apoiar a criação de Centros de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência, os CRAMs.

O GT da REDE tem uma ação de articulação em Salvador, mas tentou-se também estender os serviços para os municípios da Região Metropolitana de Salvador. Esta articulação não aconteceu formalmente. No entanto, até os dias atuais, caso haja necessidade de contato, ou descolamento de fluxo para mecanismos de atenção à mulher fora de Salvador, a Rede tem meios para viabilizar os contatos e os encaminhamentos necessários.

Em 2012, no Congresso Nacional, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência (SENADO FEDERAL,

2013). O GT DA REDE participou ativamente na elaboração e compatibilização de relatórios que foram enviados com os problemas e as demandas dos organismos de atenção às mulheres existentes na Bahia, à época. Embora a CPMI tenha desenvolvido essa investigação em todos os estados brasileiros, os relatórios apresentados pelas/os parlamentares integrantes da CPMI destacaram que, na Bahia, houve um trabalho significativo de atenção às demandas das mulheres; uma parte importante desse resultado favorável deve-se às ações do GT DA REDE desde o início dos anos 2000, com o trabalho obstinado das suas lideranças e dos movimentos sociais de mulheres na busca por combater a violência sexista e por proporcionar amparo às demandas das mulheres.

O GT da REDE, ao apresentar os dados acerca do funcionamento dos serviços, vislumbrava que, após a avaliação da CPMI, fossem abertos e criados novos e mais equipamentos e serviços de atenção às mulheres. Entretanto, isso não aconteceu. Dessa maneira, as integrantes do GT da REDE passaram a trabalhar ativamente com várias visitas ao plenário do Tribunal de Justiça da Bahia, como forma de pressão; elaboraram uma minuta de projeto de lei com a proposta da criação da Vara da Mulher no judiciário baiano, entregue à presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). A proposta de criação de uma Vara da Mulher continha um dossiê com custos e pareceres de juristas favoráveis à sua implantação, com base em experiências de outros estados brasileiros. No sentido de angariar apoio para a aprovação do projeto de criação da Vara da Mulher na ALBA foram feitos contatos com o Governo estadual: a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Casa Civil e a Secretaria do Governo para apresentar a minuta do projeto de lei, o qual foi aprovado posteriormente, haja vista a atuação das Varas de Violência Doméstica contra a Mulher⁵⁸.

O GT da REDE ainda mantém muito da sua característica inicial: atua com a participação de representantes de vários serviços governamentais, de movimentos de mulheres, bem como de estudantes universitários, grupos universitários, representantes da sociedade civil e de mandatos parlamentares. O trabalho é desenvolvido de forma horizontal e todos têm seu espaço de argumentação legitimado. A fim de operacionalizar os encontros, que acontecem na segunda quarta-feira de cada mês, para acompanhar e enviar os e-mails, articular as reuniões, fazer as atas e contatar gestores públicos para participar dos encontros, dentre outras tarefas, estabeleceu-se a criação de um grupo dinamizador, do qual fazem parte aproximadamente cinco pessoas.

⁵⁸ <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/6670>. Acesso em: 08 jun. de 2024

As entrevistadas, em momentos pioneiros, eram lideranças e integravam o grupo gestor do GT da REDE. Atualmente, nenhuma delas está à frente das decisões desse GT. O grupo dinamizador estabelece contato com as organizações que compõem o GT da REDE, bem como com gestoras de organismos estatais, municipais e movimentos sociais de mulheres para participarem das reuniões e discutirem as pautas. As reuniões do GT da REDE ocorrem mensalmente, de forma itinerante, em espaços dos diferentes serviços da Rede.

Segundo as pessoas entrevistadas, existem problemas na atuação do GT da REDE. Elas apontam para a tendência de as representantes de serviços governamentais em “identificar” o GT da REDE como uma instituição apenas do movimento social de mulheres e, por vezes, demonstram desconforto nas reuniões quando surgem as críticas das ativistas que participam do GT, referentes a reclamações de mulheres em situação de violência ao buscarem os serviços de atendimento à. Esta postura tem gerado um certo descompasso, principalmente por conta da ausência de atuação de pessoas que representam serviços no grupo dinamizador atual.

Outra questão levantada é que as pessoas que estão no GT representando os serviços podem estar compreendendo o GT da REDE como uma instância de fiscalização da atuação dos distintos serviços de atenção às mulheres vítimas de violência, quando, de fato, a premissa do GT da REDE não é esta. Isto resulta que as pessoas representantes dos serviços na rede, nos encontros do GT da REDE, fiquem “na defensiva”, aparentando não fazer parte da construção coletiva de vários serviços que compõem a rede. Tais comportamentos, por parte de representantes dos serviços, podem comprometer, ou até mesmo embaraçar, o processo e o objetivo do GT da REDE que é buscar a articulação de serviços de atenção às mulheres em situação de violência para que atuem em rede.

Mais um problema identificado na atual gestão do GT da REDE refere-se à baixa participação nas reuniões das pessoas que representam os serviços, resultando em não contribuição com o debate. O fato da rotatividade de pessoas representando os serviços, a falta de pessoas concursadas nos serviços, pode explicar esse entrave que dificulta a participação plena, sobretudo por receio de ser exonerada, caso aponte os problemas existentes nos respectivos órgãos públicos de atenção às mulheres vítimas de violência.

Outro problema identificado pelas entrevistadas refere-se à descontinuidade de políticas públicas voltadas ao atendimento às mulheres em situação de violência, sobretudo as mulheres negras, que são a maioria das moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Ao responderem sobre o que é preciso ser feito para que as políticas públicas aconteçam de fato, para alcançar todas as mulheres independentemente de cor/etnia, classe social ou lugar de habitação, Francisca Eleonora Asanuma Schiavo (2023) destaca que:

É preciso um compromisso com a mudança, é preciso ter vontade política para as coisas acontecerem, é preciso ter equipes preparadas para atuar nas políticas públicas, é preciso que haja verbas para as políticas públicas para as mulheres, pois as verbas para as políticas dessa natureza são as penúltimas, últimas no orçamento público. É preciso que os profissionais que executam políticas públicas sejam concursados.

Para Maria Eunice Kalil (2023) “nós temos serviços, nós não temos uma rede de atenção às mulheres, os serviços funcionam de forma isolada, sem articulação em rede” são muitos nós, presentes na rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

No Subúrbio Ferroviário de Salvador, lócus dessa pesquisa, o GT da REDE empreendeu várias ações para a implantação da DEAM ~~lá~~, juntamente com o Serviço Viver, que funcionava no mesmo complexo da DEAM, em Periperi e, atualmente funciona junto ao Instituto Médico Legal em Salvador. Várias mulheres, que se dedicaram diretamente a essa luta, continuam no GT da REDE.

Vale ressaltar que apesar da REDE ser uma organização aberta, de atuação, com liberdade de participação horizontal por parte das representações dos serviços de assistência às mulheres, os órgãos públicos criados para atender as mulheres em situação de violência doméstica no Subúrbio Ferroviário têm uma participação ainda muito tímida em suas reuniões; a exceção é feita ao Movimento de Mulheres do Subúrbio, Ginga, que participa frequentemente das reuniões do GT da REDE.

Em síntese, o intuito dessas entrevistas com lideranças integrantes da Rede foi de conhecer e apresentar o GT da REDE, desde sua gênese, sua atuação e os pontos críticos que, de alguma maneira, limitam as ações do grupo. Para as entrevistadas, “é necessário repactuar esta atuação, repensar suas articulações e reiterar a importância de se buscar fortalecer a compreensão e o valor da representatividade das integrantes do Grupo” (Tânia Palma, 2023).

O trabalho desenvolvido pelo GT da REDE é de grande potência para o enfrentamento da mazela social que é a violência doméstica contra a mulher, visto que é um grupo de articulação entre os serviços de vários segmentos de atendimento às mulheres em situação de violência, e o movimento social de mulheres. Juntos, buscam identificar os problemas existentes na rede de atenção às mulheres e, assim, pensar na solução para os mesmos.

Vale destacar que desde o seu surgimento, a partir de 1998, até o presente momento, o GT da REDE tem contribuído sobremaneira e decisivamente para estruturar uma rede de serviços essenciais para combater a violência contra a mulher, principalmente a violência

doméstica, e proporcionar os apoios necessários às demandas. Isso ressalta a relevância de suas contribuições para a sociedade baiana.

Entretanto, pode-se falar de omissão e negligência do Estado brasileiro diante da não implementação de políticas públicas eficientes de atenção às mulheres e da não fiscalização daquelas já existentes. Os dados sobre violência contra as mulheres no Brasil (IPEA, 2023), mostram que, assim como o Estado brasileiro falhou com a cidadã Maria da Penha, na demora em julgar o seu caso, levando-a a recorrer à Corte Internacional para buscar justiça. Esse mesmo Estado falha com todas as mulheres brasileiras, todos os dias, principalmente as mulheres negras e periféricas⁵⁹.

⁵⁹ Violência contra a mulher. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/31/atlas-da-violencia-2021.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

4. PERSPECTIVA DAS MULHERES RESIDENTES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR: CONTEXTO E ITINERÁRIOS NA BUSCA DE ATENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Este capítulo apresenta os relatos das mulheres entrevistadas na presente pesquisa. Essa parte está dividida em três blocos: Perfil Sociodemográfico e Familiar; Contexto da Violência Doméstica; Itinerários na busca dos serviços. Neste último bloco, tentamos identificar os percursos geográficos apontados pelas mulheres e quais os principais fatores socioespaciais que elas identificam como obstáculo ao acesso aos serviços.

Buscou-se, dessa maneira, compreender, a partir das respostas das entrevistadas, como se manifestam as injustiças espaciais nos itinerários de mulheres em situação de violência doméstica que residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na busca dos serviços da “Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Das cinco mulheres entrevistadas, todas nasceram no Estado da Bahia, sendo quatro no município do Salvador e uma no município de Pedrão-BA. Quatro das entrevistadas ainda residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Apenas uma mora atualmente em outra localidade, no bairro Cabula. Todas residem em localidades com ruas pavimentadas. No momento das entrevistas, o acesso às residências, e aos outros locais onde ocorreram as entrevistas, foi fácil, por meio de automóvel.

4.1.2 As mulheres entrevistadas

Lucy é uma mulher que se reconhece como cisgênero, com 48 anos de idade; ela se autodeclara parda, com escolaridade de ensino superior completo em Enfermagem, evangélica. Atualmente, trabalha como copeira em uma Unidade de Pronto Atendimento no Subúrbio Ferroviário. Reside no bairro Periperi há 22 anos, mas já morou em outros bairros do Subúrbio: Plataforma, Lobato e São João do Cabrito.

O imóvel onde reside é próprio, composto por seis cômodos, no qual habita com seu atual companheiro, há nove anos. A casa tem água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. Lucy relata demorar cerca de 10 minutos caminhando até chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

Lucy é divorciada, após um relacionamento que durou 13 anos. A separação ocorreu por causa das inúmeras agressões que sofria. Ele era um homem preto, de 47 anos, vendedor de pescados e sua escolaridade é o ensino médio incompleto. Com essa pessoa, Lucy teve dois filhos, atualmente com 30 e 26 anos de idade.

Logo no início do relacionamento, ele se mostrou um homem violento, praticando variadas formas de violência contra Lucy:

Desde o início do relacionamento, sofria violência física e sexual. Como estava apaixonada, mantinha o relacionamento aceitando essas coisas que as mulheres não devem aceitar. Quando fui morar com ele, começou a violência de forma pior; me batia de pau, de faca, de arma, pois arranjou uma mulher e queria que eu saísse de casa, mas graças a Deus eu consegui dar uma queixa (Depoimento de Lucy, 2023).

Maria Marçal é uma mulher que se reconhece como cisgênero, tem 45 anos de idade, se autodeclara negra, e o seu nível de escolaridade é o ensino médio completo. Ela é técnica em Enfermagem, em que atua, evangélica, nasceu na localidade conhecida como Gameleira, no município de Vera Cruz-BA (Ilha de Itaparica). Reside no Subúrbio Ferroviário há 35 anos. Atualmente, mora no bairro Periperi, em uma residência própria, composta por 5 cômodos. A casa tem água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. O ponto de ônibus mais próximo fica de 5 a 10 minutos de distância da sua casa. Maria Marçal mora com o seu esposo, com quem é casada há mais de 30 anos, sendo seu primeiro e único relacionamento.

Maria Marçal tem um filho de 27 anos, mas que não mora com o casal. Seu esposo tem 50 anos de idade, é corretor de imóveis, e o seu nível de escolaridade é o ensino médio completo. Ela o reconhece como um homem negro. Este sempre foi um homem agressivo, pois “desde o início do relacionamento, ele sempre me agredia de alguma forma, verbal e fisicamente, com ameaças, agressão física e verbal” (Depoimento de Maria Marçal, 2023).

Cris é uma mulher cisgênero, tem 42 anos de idade, mãe de três filhos, se autodeclara parda, com escolaridade de nível superior incompleto; cristã, atualmente dona de casa, mas já trabalhou como representante comercial. Nasceu na Cidade do Salvador e reside no bairro Cabula. Residiu em casa própria por mais de 20 anos, em Periperi, no Subúrbio Ferroviário, à época da violência. Saiu de Periperi e foi morar no Cabula após romper com o ciclo de violência doméstica. Atualmente, Cris mora em casa alugada, que possui 7 cômodos, com seu atual companheiro, o filho de ambos, com 2 anos, e seus dois outros filhos, de 24 e 22 anos, com o antigo parceiro.

A rua onde ela reside é pavimentada, possui rede de esgoto e energia elétrica. Porém, no Subúrbio Ferroviário era bem diferente, visto que na sua casa não tinha rede de esgoto; tanto a água como a energia eram utilizadas sem autorização das respectivas concessionárias (“gato”). Com o passar do tempo, a família de Cris fez melhorias na residência que era própria e regularizou toda a situação da energia elétrica e da água encanada.

O atual o companheiro de Cris tem 36 anos e ela avalia ter uma relação saudável com ele. Entretanto, com o genitor de seus dois primeiros filhos, com quem foi casada por 20 anos, Cris viveu um relacionamento violento, desde o início:

Quando fiz dois anos de relacionamento, as porradas e as brigas já começaram; quando eu tinha por volta de 16 para 17 anos, nesse período ele já começou me dando umas tapinhas (Depoimento de Cris, 2024).

Tamires é uma mulher cisgênero e tem 30 anos de idade; não tem filhos e sua escolaridade é o ensino médio completo. Ela se autodeclara mulher preta, de religião evangélica, é autônoma, exercendo função de vendedora. Nascida e criada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, atualmente reside no bairro Periperi, mas já morou em outros bairros do Subúrbio, como Escada, Boiadeiro e Plataforma.

Tamires reside em um imóvel alugado, com quatro cômodos (sala, cozinha, um quarto e banheiro); a habitação possui rede de esgoto, luz elétrica e água encanada. O ponto de ônibus mais próximo de sua casa demora aproximadamente de 5 a 10 minutos para chegar.

Convive com o atual parceiro há 4 meses; um homem que Tamires declara ser negro, que estudou até a 4º série do ensino fundamental I. Com ele, não viveu nenhuma situação de violência. As narrativas de violência doméstica foram experiências vividas por ela em outros dois relacionamentos – ela tinha 18 anos à época e o parceiro, 25 anos; na segunda situação de violência, ela tinha 22 anos e o parceiro, 18 anos; ambos eram pardos; nenhum dos dois tinha concluído o ensino médio.

Rosa é uma mulher que se reconhece como cisgênero, tem 48 anos, se autodeclara negra, o seu nível de escolaridade é o ensino médio completo; é autônoma e exerce atividades de diarista.

“Atualmente, estou trabalhando em casa de família, e estou batalhando para ver se alguém me coloca em outras funções; porém, por enquanto, é isso mesmo” (Depoimento de Rosa, 2024). Informou ser de religião católica. Nasceu no interior da Bahia, no município Pedrão; mora na Cidade do Salvador há 26 anos, no bairro Periperi, mas antes havia residido pouco tempo em Pernambués, de onde se mudou para Colinas de Periperi até o presente.

A casa de Rosa é própria e tem 8 cômodos. Moram com ela 4 pessoas, sendo 3 filhos e o marido. Na casa tem rede de esgoto, luz, internet. O ponto de ônibus não é perto de sua residência; fica a uma distância de uns 10 minutos de caminhada.

Rosa convive com seu esposo há 23 anos, “mas não sou casada formalmente e nem quero” (Depoimento de Rosa, 2024). O marido de Rosa foi seu primeiro relacionamento; juntos, eles têm três filhos, com idades de 21, 19 e 17 anos. O marido de Rosa tem 46 anos, é armador na Construção Civil, tem o ensino fundamental, ela o reconhece como homem negro.

Rosa se percebe vivendo em um contexto de violência doméstica. Atualmente, diz que a situação melhorou um pouco, mas, no passado, relata que seu companheiro quase todo final de semana a espancava deixando marcas no seu corpo por conta dessas violências. Por causa disso, Rosa teve depressão e chegou a pensar em tirar a própria vida.

Das cinco entrevistadas, Rosa é a única que não procurou serviços da “rede” de atenção à violência doméstica. Mantivemos sua entrevista para tentar compreender os motivos para a não procura de ajuda. O quadro 1, a seguir, apresenta o perfil das mulheres entrevistadas, *escrevendo suas experiências com a violência doméstica*.

Quadro 1. Perfil de mulheres entrevistadas. Salvador, 2023/2024

Nome	Lucy	Maria Marçal	Rosa	Cris	Tamires
Idade (em anos)	48	45	48	42	30
Raça/cor autodeclarada	Parda	Negra	Negra	Parda	Preta
Escolaridade	Ensino Superior Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio Incompleto
Religião	Evangélica	Evangélica	Católica	Cristã	Evangélica
Situação profissional	Copeira	Técnica de enfermagem	Diarista	Dona de casa	Vendedora
Número de filhos	2	1	3	3	Sem filhos

Assim, todas as mulheres entrevistadas se autodeclararam negras de acordo com classificação de autodeclaração (preta ou parda = negra) do IBGE. Quatro delas são maiores de 40 anos, quatro se declaram ser de religião evangélica; uma é católica. Quanto à escolaridade, apenas uma não concluiu o ensino médio. Quatro delas têm filhos e exercem atividades profissionais variadas, que figuram dentre as atividades de cuidado, com baixa remuneração

4.2 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DAS MULHERES ENTREVISTADAS E PERCEPÇÕES ACERCA DO ATENDIMENTO NA REDE DE ATENÇÃO À MULHER

Aqui são apresentados os relatos das entrevistadas sobre os episódios de violência doméstica; percepção sobre as possíveis razões para isso; a publicização dos eventos de violência a familiares e amigos, bem como suas atitudes frente a estes, incluindo as motivações para decidir pela busca dos serviços da “Rede de Atenção à Violência contra as Mulheres” e como foram atendidas.

Lucy percebeu-se vivendo em contexto de violência doméstica logo no início do relacionamento (ainda na fase de namoro). Nesse período, as violências praticadas pelo seu então namorado aconteceram de diversas formas – psicológica, física e sexual. Quando foram morar juntos, além de se intensificarem as práticas de violência, elas se tornaram mais agressivas; o então companheiro agressor passou a usar pedaços de pau, arma branca como faca e até ameaçá-la com arma de fogo.

A família e amigas sabiam da sua situação. Sua família não apoiava a relação, pois tinha medo dele, por ser usuário de drogas; as amigas a apoiavam a dar queixa contra ele, mas “nunca me ajudavam a ir lá, e mesmo encontrando ajuda, por sentimento, às vezes acabamos não dando queixa” (Depoimento de Lucy, 2023).

Não aguentando mais as constantes violências sofridas, Lucy resolveu registrar uma queixa contra o seu companheiro na DEAM de Periperi após uma briga, na qual ele a espancou muito. Lucy já conhecia os serviços de atenção à mulher, através da mídia, e do caso de uma vizinha que, anteriormente, foi atendida nos serviços da “rede” no Subúrbio Ferroviário. Entretanto, seu marido não foi chamado a depor e ela sequer teve qualquer tipo de proteção legal. Seu companheiro só saiu de casa após conhecer uma outra pessoa e continuava a ameaçá-la, até mesmo retornando à residência do casal e quebrando todos os móveis da casa:

Apesar de estar convivendo com outra pessoa, ele ainda corria atrás de mim para depois de eu ser a dona, passar ser a amante dele; como eu não queria mais ficar com ele, ele começou a me agredir e foi aí que comecei a dar queixa, mas mesmo assim ele não foi nem chamado... Logo depois, ele chegou em minha casa e quebrou tudo, dei uma nova queixa, mas, ainda assim, a medida protetiva não teve; demora muito, a Justiça só veio chamar ele depois de 4 anos, se eu estivesse morta os ossos não estariam nem existindo mais. Hoje, ele se encontra em cadeiras de roda, pois ele foi agredir a outra mulher, e ele não teve nem como depor; e eu infelizmente fiquei com as cicatrizes que ele deixou (Depoimento de Lucy, 2023).

De acordo com o relato de Lucy, a situação de violência doméstica se intensificou na sua vida em 2002 e o registro da ocorrência ocorreu em 2010. Desde a primeira denúncia, ela está separada desse parceiro.

Para a entrevistada, o atendimento não atendeu a sua demanda, pois não resolveu a sua situação; o ex-marido não foi preso, não foi ouvido na DEAM, continuou ameaçando-a, não foi expedida nenhuma medida de segurança ao seu favor. Quando o ex-marido foi chamado para ser ouvido, aproximadamente 5 anos após o registro da ocorrência, ele já estava em uma cadeira de rodas; conta que ao bater na atual companheira, no momento da agressão, se desequilibrou, caiu da escada e ficou tetraplégico. Para Lucy:

O atendimento foi péssimo, porque quando a mulher está sendo agredida, que está com o homem dentro de casa, o atendimento tem que ser imediato, os policiais deveriam vir e verificar se a situação é verídica, ou se a mulher não está mentindo, pegar o agressor em flagrante dentro de casa, mas não; a mulher volta com o parceiro dentro de casa, correndo o risco de ser morta (Depoimento de Lucy, 2023).

Lucy não identifica nada de positivo na sua experiência de atendimento na DEAM de Periperi. Ainda acrescenta que, para este atendimento ser condizente com a situação que estava vivendo, assim como deve ocorrer com outras mulheres, que os profissionais precisam ser preparados para ouvir e acreditar na situação que as mulheres contam. Também afirma que deveria haver mais policiais preparados no disque 190, para que, quando as mulheres telefonarem, fosse enviada imediatamente uma viatura para a residência da mulher que prestou queixa, e assim averiguar se está ocorrendo o ato de violência e até evitar riscos de morte.

Maria Marçal percebeu-se em um contexto de violência doméstica familiar logo no início do casamento, pois se casou ainda na adolescência - com 16 anos. Durante os 30 anos de relacionamento, sempre foi violentada por seu esposo de diversas formas: xingamentos, ameaças de morte, agressões físicas e verbais. As famílias, dela e do seu companheiro, tinham conhecimento das diversas violências domésticas que ela sofria. O relacionamento sempre foi conturbado, pois, segundo a entrevistada, ele sempre teve uma amante fixa na rua, um relacionamento por mais de 20 anos. Apesar da sua rede pessoal apoiar sua decisão de romper o relacionamento, “sempre contei à mãe dele, ela sempre me apoiou a largar ele, minha mãe também sempre soube e também apoiava eu largar ele, na verdade tanto os familiares dele, quanto os meus apoiavam o rompimento da relação” (depoimento de Maria Marçal, 2023), isto

não era suficiente para Maria Marçal sentir-se segura para sair da situação de violência doméstica.

Maria Marçal conhecia a “Rede de Atenção à Violência contra a Mulher”, sabia da existência e localização da DEAM do Subúrbio. Pensando em romper o ciclo de violência, dirigiu-se à DEAM de Periperi várias vezes, porém não conseguia registrar ocorrência, porquanto, desistia de assim fazer. Segundo ela, por medo, por falta de apoio de alguém (familiar ou amiga), ao seu lado, para encorajá-la a seguir em frente.

Contudo, em um domingo à noite, seu companheiro chegou em casa bêbado, vindo da casa da amante; encontrou Maria Marçal na porta de casa, recém-chegada da igreja, conversando com um vizinho solteiro e duas amigas, irmãs de igreja que moram na mesma rua. Ao entrar em casa, ela encontrou o esposo muito contrariado e iniciou uma discussão, com ele dizendo que não queria ninguém na casa dele. Ao responder-lhe que a rua era pública e que o pessoal só estava ali conversando:

Como ele estava bêbado, ele veio dizendo que eu estava de caso com o vizinho e aí já veio me agredindo. Ele estava com um ferro de passar roupas na mão, porque estava passando roupa; e aí, com esse ferro na mão ele tentou acertar o meu rosto, foi quando eu botei a mão para me defender o ferro escapuliu e pegou no meu peito. Ficou a marca do ferro em carne viva no meu peito e ele continuava me agredindo, me xingando de descarada, me dando para o vizinho” (Depoimento de Maria Marçal, 2023).

Esta situação foi que a motivou a buscar apoio na DEAM de Periperi. Entretanto, relata que “não foi fácil, pois o atendimento no serviço foi uma dificuldade; eles dificultam muito, eles acreditam no que o parceiro fala, eu contei uma versão e meu parceiro outra, eles acreditaram na conversa do meu parceiro, colocam muita dificuldade” (Depoimento de Maria Marçal, 2023).

Em seguida, os policiais foram até sua casa e prenderam o marido de Maria Marçal. Ela o acompanhou na viatura. Ali seu marido começou a chorar, dizendo que a amava e que não havia sido ele que a havia agredido. Por conta disso, ela foi “motivo de chacota” dos agentes de Polícia que os estavam conduzindo, questionando se havia sido ele mesmo que tinha feito aquilo com ela.

Sobre o atendimento, acrescenta como a abordagem dos policiais é inadequada, terminando por influenciar a pessoa a desistir de registrar a agressão:

Fui atendida por uma mulher; eles não acreditam na versão da pessoa, ficam perguntando se a pessoa está mentindo, falando ‘ele é pai de seu filho, seu

parceiro há muitos anos', querendo até deduzir que foi um amante que fez a situação comigo. Primeiro ela me ouviu e depois o ouviu separadamente, e logo após colocou nós dois juntos (Depoimento de Maria Marçal, 2023).

A entrevistada avalia negativamente o atendimento que recebeu na DEAM de Periperi, pois:

Eles resolvem a situação, mas com muita dificuldade. A pessoa tem que persistir muito, porque eles não facilitam para a vítima. Eles não dão atenção nenhuma, ainda não apoiam a decisão da pessoa, querendo me fazer desistir da queixa, falando que ele disse que me ama, gritando meu nome, debochando da situação” [...] “as mulheres do Subúrbio Ferroviário precisam de mais apoio dos policiais, mais segurança por parte deles, mas eles não dão; eles demonstram muita falta de interesse (Depoimento de Maria Marçal, 2023).

Na DEAM de Periperi deram o encaminhamento para Maria Marçal fazer exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML); como a ocorrência foi no período noturno, em um dia de domingo, ela retornou para casa e foi para o IML no dia seguinte; ao chegar próximo de casa encontrou o carro do parceiro estacionado e, com medo de entrar em casa, ela foi andando até a 18^a Companhia Independente de Polícia Militar- Periperi, mostrou o registro da queixa com o encaminhamento que acabara de registrar na DEAM de Periperi, com isso, os policiais militares a acompanharam até sua residência, e assim eles deram voz de prisão em flagrante ao seu agressor.

Como ele foi preso em flagrante, não houve pedido de medidas protetivas; após sua saída da prisão, com o pagamento de fiança, ele retornou para a casa de Maria Marçal e pediu desculpas; prometeu que não vai mais agredi-la e, com isso, ela resolveu dar mais uma chance ao marido e retomou o casamento, já que não existia nada que o impedisse de se aproximar dela.

Posteriormente, ele passou a frequentar a igreja; “aceitou Jesus”, de acordo com Maria Marçal. Ela considera que passaram a viver uma fase muito boa, pois ele largou a amante e passou a tratá-la melhor, levando-a para passear. Contudo, tempos depois, ele saiu da igreja e passou a tratá-la mal e ter novamente amantes. Apesar de não ter cometido violência física, como havia feito na época que ela registrou a ocorrência na DEAM, outras formas de violência foram vivenciadas por Maria Marçal que declarou não saber porque ainda hoje permanece nessa relação.

Cris relatou que, desde o início do relacionamento, já se percebeu em situação de violência, antes mesmo de ter seu primeiro filho. As violências ocorriam de várias maneiras: abuso sexual, sendo obrigada a ter relações sexuais forçadas e violência física; nas brigas, ele a

agredia com socos, alegando que ela era sua mulher e, por sua vez, mesmo com raiva, sem querer ter relação sexual, ela se submetia, como forma de acalmá-lo.

Todas as vezes foram assim, ele em cima de mim e eu chorando pedindo a Deus para mudar aquele quadro, mas eu não via saída, pois quando foi piorando, quando já me vi nesse quadro, já tinha dois filhos dele pequenos, então ficou muito mais difícil sair dessa relação (Depoimento de Cris, 2024).

Nesse contexto, Cris relata que não contava para sua mãe as violências que sofria do marido. Ela declara que às vezes revidava, chegava até mesmo a “se embolar no chão” com seu companheiro; mas, por ele ser mais forte, afirma sempre sair machucada. Apesar de não contar a familiares e amigos, sabe que seus vizinhos ouviam as brigas e achavam normal, ao ponto de nenhum intervir para ajudá-la.

Para Cris, foi um período de muita dor e sofrimento, sem o apoio de ninguém: “muito doloroso, porque não tinha ajuda, ela relata sentir-se como se você fosse um lixo, uma vagabunda qualquer, porquanto vivia apanhando” (Depoimento de Cris, 2024). Quando resolveu romper com essa situação, perdeu sua casa e teve que se virar para sobreviver e criar seus dois filhos.

Em 2016, Cris resolve romper o ciclo de violência que vivia, após 20 anos de relacionamento, quando seu companheiro, em mais um episódio de um *continuum* de agressão, empreende uma tentativa de feminicídio contra ela:

Quando eu vi que a minha família não estava pronta para me defender, eu tomei coragem; um dia que ele mencionou que estava armado, me empurrou para não me dar tiro, aí eu agarrei ele, não sai de perto dele, com medo dele atirar contra mim, fiquei pedindo pelo amor de Deus não me mate, e não soltei ele. Nesse mesmo dia, ele pegou e me levou para casa e me deixou presa para eu não fugir; aí, minha filha se cortou toda nesse dia com raiva, pois achou que ele ia me matar, para tirar a atenção dele e para parar a briga ela se cortou toda. Quando ele levou minha filha para o hospital eu fui, porque pensei que ele não faria nada com ela (Depoimento de Cris, 2024).

Nesse dia, Cris resolveu buscar ajuda na DEAM do Subúrbio Ferroviário, para colocar fim em um relacionamento abusivo que, por pouco, não ceifou sua vida: “saí descalça, correndo, sem um documento, confesso que não conseguia olhar para nada, só pensava em chegar logo na Delegacia para pedir ajuda” (Depoimento de Cris, 2024).

Isto ocorreu sem ajuda da família de Cris, que considerava que as mulheres não deveriam mostrar para a sociedade que o casamento, contrato social assumido diante da comunidade, estava fracassado: “Minha família, naquela época, achava que quando morava

com a pessoa não podia largar; tinha que continuar vivendo, porque era feio mulher divorciada” (Depoimento de Cris, 2024).

Ao chegar na DEAM, um policial fez o registro da ocorrência. Mas, no dia, o sistema de informática do local estava lento e travando; várias pessoas aguardavam para registrar ocorrências. Cris chegou na Delegacia às 10 horas; só saiu de lá às 16 horas, situação que gerou muito cansaço, pois, para além dessa longa espera para registrar uma ocorrência, “os policiais estavam nervosos por conta do sistema que estava instável; então todo mundo teve que esperar” (Cris, 2024).

Levada por policiais à casa da tia onde passou a morar, relata um momento de humilhação, pois ouviu de um dos policiais, durante o trajeto, a seguinte conversa com o seu colega de farda: “essas vagabundas pegam esses homens descarados para ficar passando por isso”. “Essa fala me deixou muito triste, até pensei em denunciar o policial na época” (Depoimento de Cris, 2024).

No dia da audiência, seu ex-companheiro foi ouvido pela delegada e, logo após, Cris, que também escutou da delegada uma fala que desestimulava o registro da violência:

A delegada ouviu ele e depois eu; desceu e me disse que não via nenhum perigo nesse homem, se eu tinha certeza que ele fazia isso tudo? Eu olhei para ela e disse que ele é violento, acho que ele é psicopata, consegue se fazer de bom para você. Não tinha antecedentes, trabalhador, homem bom, quem que iria duvidar. Então, ela ficou assim pensativa, disse você já prestou queixa, tudo certinho e deu por encerrado o assunto, não teve nenhum encaminhamento, não teve nenhum tipo de ajuda, foi somente isso (Depoimento de Cris, 2024).

Cris relata que não teve nenhuma medida protetiva em seu favor, bem como não houve encaminhamentos para serviços de acompanhamento psicossocial. Ficou abrigada na casa da tia, sem seus objetos pessoais nem documentos, pois não tinha como voltar para sua residência, por sentir medo do ex-companheiro tentar contra sua vida, uma vez que ele permanecia no imóvel.

A única coisa que a delegada falou foi para ele manter distância de mim, não se aproximar, mas não emitiu documento nenhum, só fez falar. Depois disso, não voltei para casa, fiquei em Cajazeiras e Jardim Santo Inácio. Nesses dois lugares, morando de favor e ele ficou em minha casa; eu não peguei nada, meus documentos tive que tirar tudo de novo, porque ele disse que não iria entregar nada, nem meus documentos, nem os dos meus filhos. Inclusive meu filho ia começar a trabalhar precisava da carteira de trabalho, eu pedi para uma pessoa ligar para falar com ele, ele não deu, queimou tudo nosso, teve que tudo ser tirado novamente. A escola da minha filha foi muito legal comigo na

época. Quando contei a situação, aceitou matricular ela sem os documentos até eu resolver; eu fui no antigo colégio de minha filha, escondida com medo dele ver; eles conseguiram estudar até concluir (Depoimento de Cris, 20244).

Avalia o atendimento na DEAM como ruim:

O atendimento para mulheres, no estado que cheguei à DEAM, tinha que ser mais prestativo, um local separado para atender mulheres no estado que estava, para apoiar, abraçar, acalmar, oferecer uma água, ser apropriado para essas pessoas que foram vítimas de tentativa de feminicídio, ou quase foram vítimas como no meu caso. Tinha que ser um atendimento perfeito, para a pessoa sentir que estava num local seguro, com a sensação de que tudo iria se resolver. Porém, foi tudo ao contrário; deixou muito a desejar, eu vi que poderia ser morta a qualquer momento, não tem segurança nenhuma. Então, acho que isso deveria mudar, conversar e apoiar, não duvidar como a delegada falou comigo se eu tinha certeza que meu companheiro fazia aquilo, se isso ocorria mesmo (Depoimento de Cris, 2024).

Tamires, na sua *escrevivência* com a violência doméstica, declara que teve duas experiências com parceiros violentos.

A primeira, considerada por ela a pior, ocorreu quando ela tinha 16 anos. Saiu da casa da mãe para viver com o parceiro, da mesma idade que ela. Tamires narra que esta experiência foi marcada por momentos difíceis, e mesmo de terror. Em uma ocasião, o companheiro quebrou tudo dentro de casa, agressão motivada pela suspeita de que Tamires estava grávida. Ela permaneceu por 10 anos nesse relacionamento; “ele bebia e me agredia, alegando que estava com alucinações; ele se transformava, já tirou sangue de mim várias vezes”.

Ela sempre o ameaçava denunciá-lo, porém não tinha coragem. Nesse dia, após quebrar todos os móveis de dentro de casa e ameaçá-la, Tamires, com muito medo de ser agredida fisicamente, resolveu então, colocar um ponto final naquela situação. E, assim, dirigiu-se a pé para uma delegacia próxima da sua casa – a 29ª Delegacia –, no bairro de Itacaranha, já tarde da noite. Ali, foi informada que, por ser uma Delegacia comum, não se resolviam situações de violência doméstica, sendo informalmente encaminhada à DEAM de Periperi.

Avalia que o atendimento foi demorado, pois a delegacia estava cheia de gente. Foi acolhida por uma policial mulher, a qual registrou a ocorrência. Entretanto, isto não gerou processo, não pediram medidas protetivas e seu ex-companheiro não pagou os prejuízos causados na sua casa.

Eles não me atenderam bem, me trataram na maior ignorância, e falaram que não podia fazer nada por mim, que eu tinha que me deslocar para a DEAM de Periperi. Eu falei que estava pedindo uma ajuda, e eles, em um horário

daquele, me mandando eu ir para outro bairro, era meia noite o horário. Eu sozinha fui para casa do meu vizinho dormir, porém não consegui, fiquei esperando o dia amanhecer e fui em casa. Nesse dia, eu não tinha nenhum dinheiro, lembrei do mealheiro e quebrei, peguei o dinheiro e fui para a DEAM (Depoimento de Tamires, 2023).

E critica a qualidade do atendimento: “Já que eles não atendiam esse tipo de situação, eles poderiam pelo menos disponibilizar uma viatura e me levar até a DEAM em Periperi, mas agiram totalmente ao contrário, mandando eu voltar para casa”.

No dia seguinte, foi à DEAM. Deslocou-se do bairro de Itacaranha, onde morava à época, até o bairro de Periperi, local de instalação do serviço, de transporte coletivo - ônibus levando aproximadamente mais de uma hora para chegar à DEAM; da casa dela até o ponto do ônibus, foi uma boa caminhada, assim como do local onde desceu até a DEAM, uma vez que não existe ponto de ônibus na porta da DEAM.

Tamires relata que, ao ser atendida, sentiu-se maltratada, pouco acolhida, como se quisessem que desistisse da queixa, culpando-a, caracterizando atitudes de revitimização:

No outro dia fui na DEAM, passei dificuldade para chegar lá, fiquei com vergonha de chegar lá sozinha; eles praticamente desfazem da pessoa, fica passando o atendimento para um e outro, e você se sente perdida, parece que eles fazem isso para a pessoa desistir de prestar a ocorrência. Eles ficam falando entre eles, difamando a pessoa, dizendo que merece isso mesmo, desmotivam a pessoa, ao invés de incentivar (Depoimento de Tamires, 2023).

Avalia negativamente a efetividade do atendimento, considerando nada ter sido feito a seu favor:

Não tive nenhum amparo, tive que fazer tudo sozinha, contei toda a situação que ele tinha quebrado tudo dentro de casa, aí mandaram a perícia ir lá, chegaram no local e tiraram foto de tudo e falaram que ele iria pagar tudo. Até hoje, ele não pagou cinco centavos. Nesse, não teve audiência, só precisamos ir na delegacia conversar com a delegada. Eles não deram atenção, se fosse de eu está morta estaria; quem me acolheu foi meus vizinhos, porque eu não confiava em dormir em casa depois do que ele fez (Depoimento de Tamires, 2023).

Além disso:

Um parente dele orientou ele a ir na delegacia comigo para não ser prejudicado em relação a trabalho, era delegado esse parente, mandou ele ir na delegacia para poder conversar, esclarecer as coisas e resolver; tudo com intenção de não prejudicar ele, pois na época ele estava trabalhando de carteira assinada, tanto que não deu seguimento, não deu processo e nem nada, tudo por conta

desse parente dele que ajudou a limpar a imagem dele, arquivou o processo (Depoimento de Tamires, 2023).

Tamires declara que foi encaminhada para conversar com uma psicóloga na própria DEAM, juntamente com seu companheiro, mas afirma não ter gostado dessa conversa:

Eles encaminharam para a psicóloga, eu e o agressor, para poder conversar, no mesmo dia falando que tínhamos que parar com essas brigas fúteis de estar agredindo o outro, que isso não era correto, se acontecer isso de novo, os dois podem ser presos, que eu também não podia bater nele, que uma coisa puxa a outra. Ela falou que estávamos precisando de ajuda, de psicólogo, aí encaminhou na DEAM, para irmos em outras sessões. Porém, só fui uma vez só. A conversa com a psicóloga foi na tentativa de unir o casal, que não continuassem com essas brigas. Eu não achei legal, tinha que chamar cada um individual, até pela situação que eu tinha passado, dele quebrar a casa toda, me ameaçar e colocar minha vida em risco, só não fez isso por achar que eu estava grávida... (Depoimento de Tamires, 2023).

Considera importante a qualificação de profissionais das DEAMs para que não se repitam atitudes que possam desestimular as mulheres a prosseguir com a denúncia, minimizando a situação de violência dos parceiros e naturalizando-a.

Na DEAM de Periperi, tem uns policiais que são bastante ignorantes. Foi um atendimento mais demorado, fiquei bastante tempo esperando, a delegacia estava cheia de gente também nesse dia. A pessoa que me atendeu foi uma mulher, que registrou a ocorrência... Eles (os policiais na DEAM) praticamente desfazem da pessoa, fica passando o atendimento para um e outro, e você se sente perdida, parece que eles fazem isso para pessoa desistir de prestar a ocorrência, eles ficam falando entre eles difamando a pessoa dizendo que merece isso mesmo, desmotiva a pessoa, ao invés de incentivar (Depoimento de Tamires, 2023).

É necessário ter mais assistentes sociais e pessoas nesses locais mais dispostas a ajudar de verdade mulheres nesse tipo de situação, deixando elas confortáveis para falar, de preferência até mulheres atendendo (Depoimento de Tamires, 2023).

E critica a falta de atenção às mulheres no Subúrbio Ferroviário:

No subúrbio, deveria ter uma rede que apoiasse nós, mulheres, que já passamos por esses tipos de violência, que ouça a situação, tem muitas mulheres que só querem desabafar, não têm coragem de denunciar por não querer ou ter medo do marido ser preso. Então, deveria ter uma rede para ouvir e orientar esses tipos de mulheres, um serviço psicológico (Depoimento de Tamires, 2023).

Na segunda experiência, que não sabe precisar o ano, o comportamento do companheiro a fez perceber estar novamente em uma situação de violência:

O ano que aconteceu a violência não me lembro, mas percebi que estava em uma relação violenta porque era muito ciumento, era um relacionamento abusivo, não podia fazer nada, nem olhar para frente, só podia olhar para o chão, era uma sensação horrível, não podia sair com minha mãe para resolver nada. A partir daí, fui percebendo. No início, eles escondem, depois quando vamos convivendo com a pessoa é que a gente vê que a pessoa usa droga, que a pessoa já tem um gênio violento, com o passar do tempo que vamos vendo esses tipos de comportamento (Depoimento de Tamires, 2023).

Até que apareceram as agressões físicas. “Depois já foi partindo para agressão, que ele me batia, me agredia sem motivo nenhum, se deixasse todo dia era porrada... Ele tinha 18 anos, era mais novo, porém o gênio era mais violento”.

Em uma dessas ocasiões, sua mãe, que morava no andar inferior do imóvel onde residia, percebendo que o companheiro de sua filha a agredia, subiu para ver o que estava acontecendo e chamou a polícia.

Na época, não tive apoio de minha família; a única pessoa que tive apoio foi da minha mãe, pois estava morando na casa de cima dela. Ela percebeu, ouviu as zoadas dele me batendo, pegou e subiu para ver o que estava acontecendo. Só que ele não quis abrir a porta, minha mãe chamando e ele nada de abrir a porta. Isso foi do segundo relacionamento; aí, minha mãe começou a gritar e ameaçar que se ele não abrisse iria ligar para a polícia, ele não abriu ela foi e ligou para a polícia... A polícia chegou no local, ele continuou me prendendo, querendo pular do alto, eu falando para ele não pular, senão iria morrer, que se ele fez, tinha que descer e assumir as consequências. Aí, ele foi rapidinho e se acalmou, parecia que não tinha acontecido nada (Depoimento de Tamires, 2023).

Fisicamente, eu não estava com nenhum sangramento, nenhum sinal de agressão. Os policiais no momento pegaram ele, chegou a agredir ele, falando vou te mostrar agora como se bate em mulher. Algumas levaram ele e levaram para a delegacia; aí fui também, ele dentro da viatura fazendo pressão psicológica comigo, pedindo para eu não dar queixa dele por favor” (Depoimento de Tamires, 2023).

O parceiro foi preso e ela obteve medida protetiva.

Eu continuei firme na decisão, ele ficou preso lá na delegacia, ficou mais de 10 dias na DEAM de Periperi. Teve audiência, eu pedi medida protetiva de 500 metros, não tive nenhum encaminhamento para apoio psicológico. Depois da audiência, vim para casa. Deram a opção para ele escolher, se ele queria colocar a tornozeleira ou se iria obedecer a medida protetiva. Ele preferiu

obedecer e graças a Deus ele obedeceu. E depois da audiência, ele foi liberado no mesmo dia (Depoimento de Tamires, 2023).

Algum tempo depois, ele ligou para Tamires, dizendo que estava arrependido, sentindo falta dela e queria retomar a relação. “Eu falei que não podia voltar mais, que estava com a medida protetiva, e que, além disso, iria ter outra audiência, que ele tinha que ir” (Tamires, 2023). Tamires resolveu dar uma chance ao companheiro, na esperança da mudança prometida por parte dele.

Os dois foram chamados para a audiência do caso, que aconteceu na 1^a Vara de Família nos Barris, mas como tinham reatado o relacionamento, chegando lá, contaram que estavam juntos. “Eu contei que tínhamos voltado, que ele se arrependeu, e que não iria mais fazer aquilo” (Depoimento de Tamires, 2023). A juíza anotou isso, e disse para ele ficar ciente que ela estava dando mais uma chance a ele e se, por acaso, ele voltasse a agredi-la novamente, ela poderia retornar à DEAM e pedir uma nova medida protetiva.

De acordo com Tamires, a juíza avisou para seu companheiro que estava lá para apoiá-la no que fosse preciso, para ele não esquecer. Mesmo assim, gerou um processo. “A juíza informou que iria arquivar, mas que continuaria rolando e que quando tivesse audiência iríamos ter que ir, para acertar se ele iria continuar respondendo em liberdade ou se ficaria preso” (Depoimento de Tamires, 2023).

Tamires foi diagnosticada após com câncer de mama, inclusive não conseguiu comparecer à audiência *online*. Associa o câncer à violência sofrida.

Minha mãe explicou que estava em processo de cirurgia, eles se preocuparam achando que tinha sido algo feito por ele, aí minha mãe explicou que tinha sido o câncer... Acredito que as porradas que recebia ajudaram a lesionar e contribuir para o câncer, os estresses que eu passava. Os médicos até hoje não sabem explicar o motivo desse câncer, pois na minha família não tem ninguém que teve e foi antes de minha idade, inclusive passaram um exame há dois meses para eu fazer lá na UFBA, para tentar detectar a causa, para ver se foi a genética ou alguma célula que se desenvolveu, para se prevenir, se futuramente vier à tona novamente (Depoimento de Tamires, 2023).

Compareceram à audiência presencial e, como não houve mais episódios de violência, o processo foi arquivado. Relatou que o parceiro não foi solidário no período da doença e posteriormente se separaram, até porque ele já estava com outra pessoa.

Teve a audiência, eu liguei para ele mandar os documentos, e participamos da audiência. Os policiais também participaram, os que vieram no dia do ocorrido. Mas os policiais não reconheceram ele na hora da audiência, não

lembavam do caso. Na audiência, perguntaram como eu estava. Aí, eu informei que estava tudo bem, que realmente ele não tinha me agredido mais. Aí, eles falaram que se estava tudo tranquilo, iria arquivar o processo. E realmente depois não teve mais agressão, ficamos pouco tempo juntos depois que voltamos, nos separamos logo, já estava muito desgastado já. Ele inventou que tinha arrumado outro trabalho, forjou esse trabalho, mas na verdade ele já estava com outra pessoa, eu peguei fiquei sabendo e pedi para ele tirar as coisas dele de minha casa, e me deixasse em paz. Graças a Deus, depois disso ele não me incomodou mais (Depoimento de Tamires, 2023).

Nesse período, que eu estava com câncer fazendo tratamento, ele não me acompanhou em nada, eu fiquei sabendo pelos vizinhos que ele estava colocando outras pessoas dentro de casa, às vezes que ele foi me acompanhar ficava no hospital me gritando, me dando pressa, me estressava mais ainda. Não foi em nenhuma quimioterapia, eu fiquei dois meses de resguardo pós-cirurgia na casa de minha mãe, ele não veio me dar um banho, quem me ajudou foi minha mãe, meu irmão e minha cunhada somente. Mas graças a Deus minha recuperação foi ótima, meus pontos cicatrizaram direitinho” (Depoimento de Tamires, 2023).

Como sugestão, Tamires diz que ser necessário ter mais assistentes sociais, psicólogas/os e outros profissionais mais dispostos a ajudar de verdade às mulheres em situação de violência doméstica, de modo que possam deixá-las confortáveis para falar e, de preferência, ter nesses espaços apenas profissionais mulheres no atendimento.

Rosa percebe-se no contexto de violência doméstica, após algum tempo de relacionamento, anteriormente não reconhecida como tal por ela:

A violência começou cinco anos depois do início do relacionamento. No começo, era tudo tranquilo, ele bebia, fazia as coisas dele e eu sempre achei tranquilo. Depois que o caçula nasceu, eu fiz a cirurgia para não ter mais filho; e aí, quando o menino estava completando 1 ano, que começou as violências. Ele dizia que estava na brincadeira, mas depois eu analisando, aquilo não era brincadeira coisa nenhuma, ele me beliscava, usava cinto, teve uma vez que eu fiquei com a marca na coxa, porque ele me batia com a fivela do cinto. Aí, eu parei e comecei a observar que aquilo não era brincadeira (Depoimento de Rosa, 2023).

Rosa afirma que, então, passou a apanhar quase todos os finais de semana; e que ainda carrega no corpo, na pele, as marcas das violências sofridas. Ela declara que, devido às constantes situações de violência, passou por uma depressão que a fez pensar em tirar a própria vida. Como maneira de se livrar da violência, Rosa resolveu mergulhar no trabalho, fazendo faxina, lavando roupa, tomando conta de crianças.

Segundo Rosa, as violências sofridas eram praticadas por qualquer coisa, “um bom dia a alguma pessoa que ele não queria, ou então uma roupa que eu vestisse, tudo era motivo”. Nos finais de semana, relata que ficava em casa e o companheiro saía para fazer farra, e quando

chegava 2, 3 dias depois, sempre de madrugada, acordava todo mundo, querendo bater nos filhos do casal.

Eu apanhava no lugar dos meninos, porque os meninos eram pequenos, eu tomava a frente para eles não apanharem e terminava que batia em mim. Queria bater nos meninos sem motivo algum, ou por alguma teimosia e desobediência que ele lembrava e queria bater quando estava bêbado (Depoimento de Rosa, 2023).

Todavia, começou a reagir:

Eu comecei a reagir, antes não reagia, de uns tempos para cá eu comecei a enfrentar, eu ficava parada esperando para revidar, algumas vezes ele recuou por eu ir para cima também. Eu comecei a reagir por achar que todas as vezes eu aceitar, ele sempre vai querer me bater por qualquer motivo. Então comecei a revidar, mesmo se apanhasse mais, pelo menos eu ia bater, aí diminuiu mais e ele começou a recuar (Depoimento de Rosa, 2023).

Rosa relata ter, até hoje, marcas de um corte nas costas feito por seu companheiro com um facão, às 03h30 da manhã. Afirma ter sido salva pelos filhos que estavam dormindo, mas acordaram ao ouvi-la gritar, chamando a atenção e pedindo socorro. Os vizinhos no outro dia falaram que ouviram, mas não ajudaram. “Eu não fui para o hospital porque achei que não precisava, esse corte tem 10 anos”.

Revela nunca ter contado a qualquer pessoa sobre sua situação:

Nunca conversei sobre essa situação de violência doméstica com ninguém da religião não; às vezes, as pessoas não têm tempo, não têm horário, com isso o tempo vai passando e termina não acontecendo. Só sei que não tinha hora, nem dia específico para as agressões, qualquer motivo acontecia. Meu marido sempre diz “que em mulher não se bate não; se mata”. Ele diz assim que vai descobrir tudo que faço na rua, se eu estiver enganando ele, se ele não puder me matar, que ele vai mandar alguém fazer isso. Ele sempre comenta nos casos de feminicídio que a errada sempre é a mulher, que tem que matar mesmo (Depoimento de Rosa, 2023).

Ela declara continuar sofrendo violência e, até o dia da entrevista, ainda morava com o parceiro, considerando não ter condições financeiras de se separar. Também a atual situação de desemprego, a fez adiar os planos de romper a relação:

Eu convivo com ele ainda, eu penso em me separar, mas ainda tem alguns obstáculos que impedem, mas na primeira oportunidade eu saio de casa...”. No momento, eu tenho dinheiro para pagar um aluguel, meus filhos são

grandes, já compreendem a minha situação; mas ele está desempregado e tudo dentro de casa depende de mim. E, aí, se eu sair e deixar ele sem o básico, já que ele não está trabalhando. Estou no aguardo, esperando ele arrumar um trabalho para eu resolver a minha vida. Isso me impede de romper esse ciclo de violência: o fato dele estar desempregado no momento (Depoimento de Rosa, 2023).

Rosa narra a violência, a partir de algo em que ainda está imersa. Ao ser perguntada porque nunca registrou ocorrência, declarou nunca ter buscado apoio, nem em redes pessoais, menos ainda na rede especializada no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. Sabe da existência desta rede, mas ainda não se sente fortalecida a romper com o ciclo da violência em que está vivendo há tempos. Informa conhecer a Lei Maria da Penha, através dos telejornais, mas nunca buscou mais informações sobre ela.

Nunca busquei esse apoio porque, no meu caso, eu achava que ele ia ficar mais agressivo mais do que já é. Ele me ameaça dizendo que no dia que eu saísse daqui para ir na delegacia dar queixa, que eu nem chegaria lá (Depoimento de Rosa, 2023).

Rosa também relatou que se sente desmotivada a buscar uma DEAM, porque não considera que as mulheres tenham um bom atendimento ali. “Pelo que vejo nos telejornais, porém tem casos e casos, pode ser que se eu fosse tivesse um bom atendimento”. Ainda declarou conhecer pessoas que informaram que “ao se dirigir a um lugar desses para denunciar o marido se arrependeu, porque foi questionada se estava certa do que queria fazer”. E isso deixou a colega de Rosa em dúvida, terminando não registrando a ocorrência. (Depoimento de Rosa, 2023).

4.3 ITINERÁRIO PERCORRIDO E OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS PERCEBIDOS POR MULHERES NA BUSCA DA REDE DE SERVIÇO DE ATENÇÃO À MULHER NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO

Neste tópico, serão apresentados os aspectos relativos aos deslocamentos das mulheres nos seus itinerários, ressaltando as questões espaciais presentes.

Lucy relatou que a DEAM de Periperi foi o primeiro serviço onde buscou apoio. Entretanto, não teve suporte na sua primeira experiência na DEAM (falta de atenção, orientação e informação por parte dos agentes). Assim, ela retornou para casa sem conseguir registrar a ocorrência. Ela foi andando da sua casa até a DEAM, porque não tinha dinheiro para o transporte no dia; no seu percurso, ela declara que estava chorando e “toda arrebentada”

“atordoada”. Teve dificuldade de chegar até o serviço, por ser longe da sua casa, mesmo morando no bairro de Periperi.

Retornou mais duas vezes à DEAM. Na segunda vez, foi de transporte coletivo (ônibus) e conseguiu registrar a ocorrência. Na terceira vez, também de ônibus, registrou nova ocorrência, pois seu ex-companheiro continua lhe ameaçando, então “precisei voltar lá para relatar que ele estava me ameaçando, me batendo; onde me encontrava, me agredia. Mas só foi resolvido depois de cinco anos, quando ele não estava mais comigo; demora muito, por isso tem muitas mulheres morrendo” (Lucy, 2023). Entretanto, de acordo com os relatos de Lucy, o ex-marido não foi chamado em nenhum momento para comparecer à DEAM, mesmo ela se deslocando duas vezes – uma para registrar a ocorrência e outra para relatar que ele a continuava agredindo e a ameaçando. Entretanto, nada foi feito por parte dos agentes da DEAM.

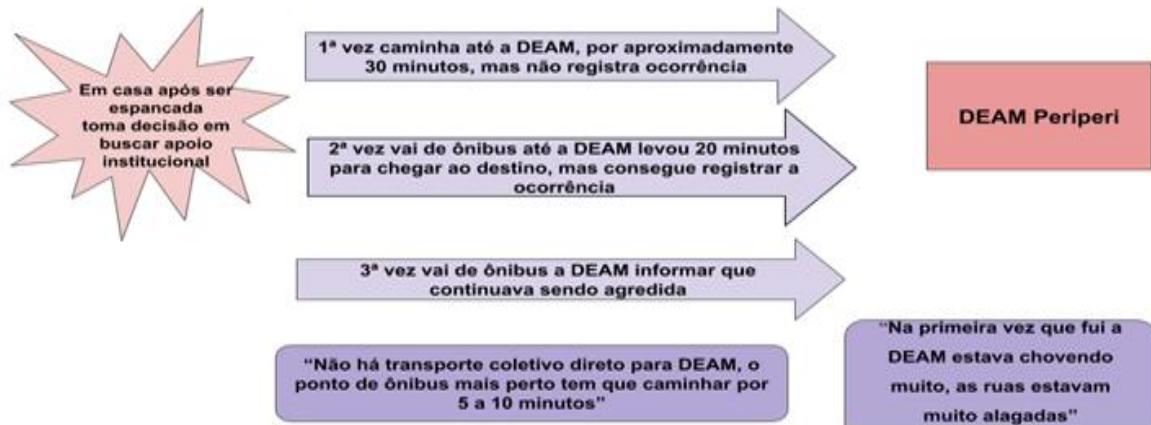
Lucy afirma que não tinha dinheiro para pegar um transporte particular (UBER, mototáxi etc.) e, de onde ela mora até a DEAM, o transporte coletivo (ônibus) a deixaria em um ponto distante, obrigando-a a dar uma longa caminhada, de cerca de 30 minutos. Não há nenhum transporte público de onde Lucy mora que passe na frente do prédio da 5^a Delegacia de Periperi, local onde fica a DEAM.

Ao ser perguntada sobre sua percepção acerca das dificuldades, do ponto de vista espacial, encontradas no seu itinerário em busca dos serviços, no caso, a DEAM de Periperi, Lucy informou ainda que, na primeira vez que fez o deslocamento ao serviço, estava chovendo muito, as ruas estavam muito alagadas, haja vista ser comum, quando chove no bairro de Periperi, isto acontecer em alguns lugares, por conta das redes de esgotos entupidas.

Além de todo o transtorno para chegar lá, os policiais ainda debocham de sua cara, a situação é muito feia e triste, deveria ter um local somente para os casos de violência doméstica, não ser no mesmo prédio da Delegacia comum (Depoimento de Lucy, 2023).

A Figura 6, a seguir, ilustra aspectos geográficos destacados na entrevista de Lucy no seu itinerário até a DEAM de Periperi.

Aspectos geográficos destacados por Lucy no seu itinerário até a DEAM de Periperi



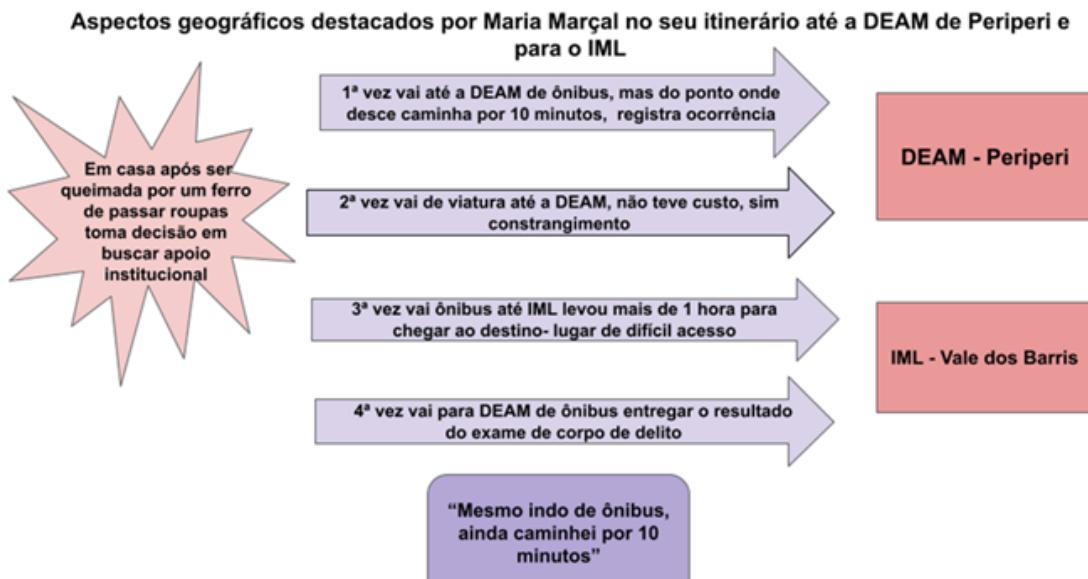
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Maria Marçal, no seu itinerário, buscou a DEAM de Periperi. Relata ter se deslocado de ônibus. Entretanto, desceu em um ponto que a obrigou a caminhar aproximadamente 10 minutos. Não teve dificuldades de chegar ao local, pois já conhecia o trajeto. O intervalo de tempo entre sua saída de casa, no momento da agressão, até chegar à DEAM foi de 40 minutos. Na época, ela gastou em torno de 10,00 reais de transporte.

O marido de Maria Marçal foi preso em flagrante, pois os policiais se deslocaram até sua casa, em sua companhia, encontrando-o em casa dormindo. Ela acompanhou o momento da prisão, seguiu na viatura até a Delegacia, onde foi lavrado o flagrante; ele ficou preso por cinco dias, saindo após pagamento de fiança.

Maria Marçal foi encaminhada para o IML para fazer exame de corpo delito. Vai ao local no dia seguinte, de ônibus. Gastou mais de 30,00 reais, pois onde mora não tem ônibus direto para o IML; necessitou pegar dois ônibus para ir, e dois para voltar. Retornou à DEAM mais uma vez para entregar o resultado do exame realizado no IML.

Abaixo, segue a imagem 7 com a representação dos aspectos geográficos destacados por Maria Marçal no seu itinerário para a DEAM de Periperi e ao IML no Vale dos Barris.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

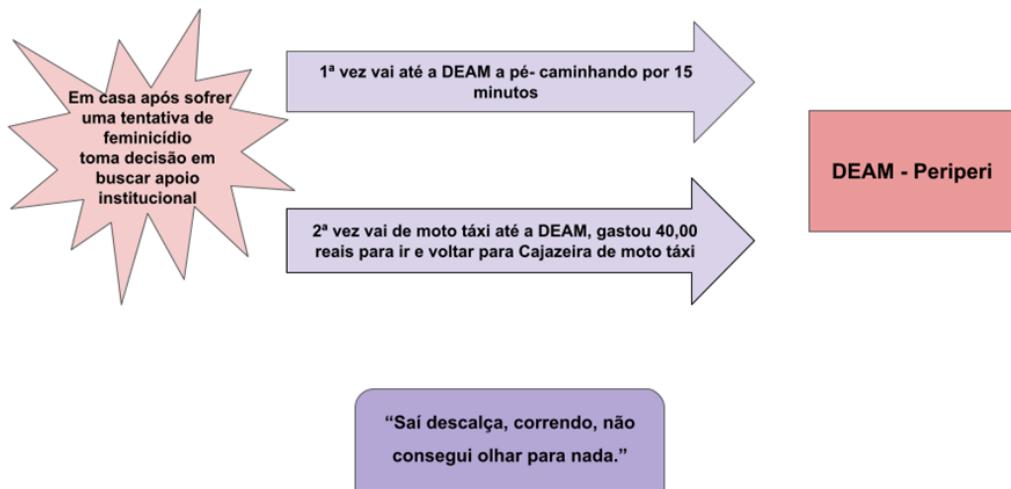
Cris, ao narrar seu itinerário, declara que no seu primeiro deslocamento até a DEAM de Periperi foi a pé, pois estava desesperada, tentando fugir do companheiro que havia tentado matá-la - tentativa de feminicídio. Cris caminhou aproximadamente 15 minutos; em alguns momentos correndo para chegar logo à DEAM, por conta do medo que sentia do marido descobrir que ela tinha saído de casa. E também por querer ajuda para sair daquela situação de violência que vivia. “Saí descalça, correndo, não consegui olhar para nada”.

Após sair da DEAM de Periperi, Cris foi levada por policiais desta delegacia até a casa de uma tia, no bairro de Cajazeiras, pois ela não tinha dinheiro para pagar uma condução, já que havia saído de casa com a roupa do corpo.

Passado algum tempo, que Cris não sabe especificar, ela precisou retornar à DEAM de Periperi para uma audiência, na qual seu ex-companheiro foi intimado a comparecer. Para se deslocar da casa de sua tia, no bairro de Cajazeiras, até a DEAM de Periperi, Cris utilizou o serviço de um moto táxi, gastando R\$40,00 com o deslocamento de ida e retorno para casa da tia no bairro de Cajazeiras; Cris conta com ajuda financeira de sua tia para pagar a corrida do moto táxi.

Abaixo, segue a imagem 8, com os aspectos destacados por Cris no seu itinerário até a DEAM de Periperi. Na ausência de medidas para garantir sua segurança, Cris é obrigada a ficar na casa da tia em outro bairro, aumentando tempo e gasto financeiro para seu novo deslocamento à DEAM.

Aspectos geográficos destacados por Cris no seu itinerário até a DEAM de Periperi



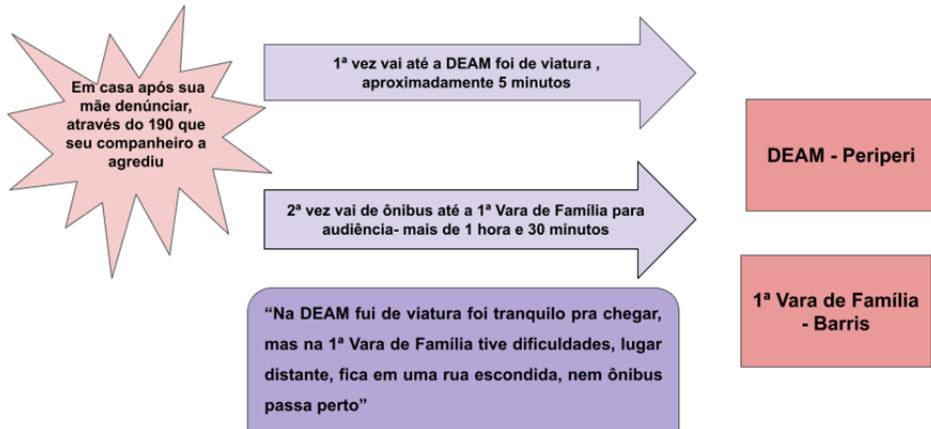
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tamires teve duas experiências na DEAM de Periperi. Na primeira, ela foi acompanhada por dois policiais militares que chegaram após sua mãe fazer uma ligação para o disque 190, para denunciar seu companheiro por violência doméstica. Os policiais se deslocaram para a sua residência e a conduziram em uma viatura, com seu companheiro, para a DEAM. Tamires não precisou buscar apoio em outros serviços além da DEAM, pois obteve medida protetiva e foi aberto um processo.

Precisou se deslocar até a audiência, agendada na 1^a Vara de Família, no bairro dos Barris. Relatou dificuldades para chegar de ônibus até ao local, pois, de acordo com ela, a 1^a Vara de Família fica localizada em uma rua escondida “*nem ônibus passa lá*”. Para chegar, teve contratempos: foi primeiro em um local errado (1^a Delegacia) e quase perdeu o horário da audiência; demorou mais de 1 hora e 30 minutos para chegar na 1^a Vara de Família e se não tivesse na companhia do seu companheiro, o agressor, com o qual tinha reatado, não tinha conseguido chegar sozinha. Gastou mais de 20,00 reais, mas como estava com o companheiro, ele pagou o transporte de ambos.

Abaixo, segue a imagem 9 dos aspectos geográficos destacados por Tamires no seu itinerário até à DEAM de Periperi e à 1^a Vara de Família no bairro do Barris.

Aspectos geográficos destacados por Tamires na sua primeira experiência no seu itinerário até a DEAM de Periperi e 1^a Vara de Família - Barris



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na sua segunda experiência, buscou novamente a DEAM de Periperi, após seu atual companheiro ter quebrado todos os móveis da casa, onde residiam juntos, fato que ocorreu tarde da noite, após as 23 horas. Naquele dia, não tinha dinheiro em mãos, então buscou ajuda na 29^a Delegacia para Crimes Comuns, no bairro de Itacaranha, pois ficava perto da sua casa; ali foi informada pelos policiais que não atendiam casos como o seu (violência doméstica). Tamires, então, retorna para casa de vizinhos para se esconder do seu companheiro, com muito medo dele tentar algo contra sua vida.

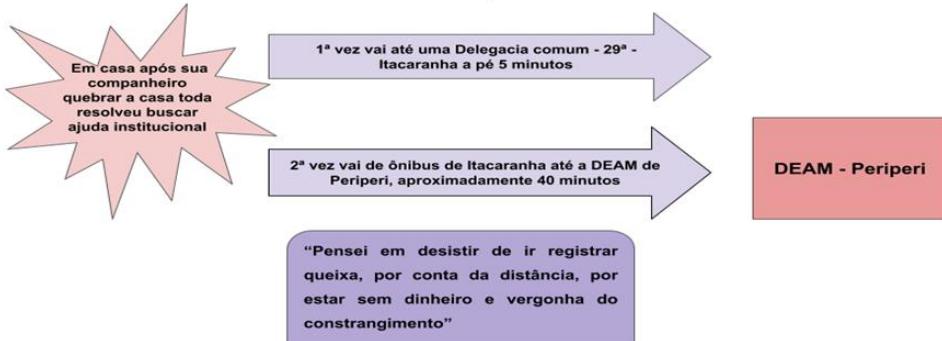
No dia seguinte, sem dinheiro, necessitou retornar a sua casa, quebrar seu cofrinho e pegar suas reservas, que estava guardando para um momento de emergência, pois acreditava que estava grávida, para pagar a condução.

Vai de ônibus até a DEAM, sozinha. Seu deslocamento até a DEAM foi difícil, pois era longe a distância de Itacaranha, onde residia no momento da violência, até a DEAM de Periperi e suas reservas não davam para pagar um transporte particular (UBER, moto táxi etc.). Chegou a se arrepender, pela distância e pelo constrangimento, ao ter que ir novamente à DEAM por situação de violência doméstica.

Gastou em torno de R\$10,00 para dirigir-se à DEAM de Periperi e retornar à casa; levou um tempo aproximado de mais de 40 minutos para chegar até o local, pois teve que caminhar da sua casa ao ponto de ônibus que era longe, e do ponto de ônibus da Suburbana até a DEAM.

Abaixo, segue a imagem 10 com os aspectos geográficos destacados por Tamires na sua segunda experiência no itinerário até a DEAM de Periperi.

Aspectos geográficos destacados por Tamires na segunda experiência no seu itinerário até a DEAM de Periperi



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em síntese, considerando as *escrevivências* narradas por quatro das cinco mulheres entrevistadas, e a perspectiva das injustiças espaciais nos itinerários das mulheres na busca dos serviços da Rede de Atenção à Violência contra Mulheres de Salvador, foi possível identificar alguns fatores socioespaciais que contribuíram como obstáculos ao acesso a esses serviços.

Desde o difícil momento da tomada da decisão de romper com o ciclo da violência doméstica, passando pelo conjunto de ações que as mulheres precisam realizar na construção da Rota Crítica para findar o *continuum* de violência doméstica, as injustiças socioespaciais são claramente evidenciadas.

Cris, Lucy, Maria Marçal e Tamires, nas suas entrevistas, declaram aspectos geográficos que podem ser relacionados à injustiça socioespacial, tanto no tocante às dificuldades de mobilidade ao acessar o serviço da DEAM - o que muitas vezes implicou gastos financeiros -, como na forma que o atendimento foi realizado, com espaço físico pouco acolhedor para a circunstância, no momento da busca de apoio.

Aspectos citados pelas entrevistadas, representados nas imagens 6, 7, 8, 9 e 10, destacam também a situação das ruas alagadas no bairro de Periperi, devido às fortes chuvas no dia, assim como as dificuldades de acesso enfrentadas por conta da distância do ponto de ônibus das suas casas até a DEAM. Vale destacar que a existência de uma única DEAM em uma área das dimensões, territorial e populacional, como o Subúrbio Ferroviário de Salvador, é, por si só, uma expressão da injustiça espacial presente.

Ainda, a distância do ponto de ônibus onde as mulheres descem, para se deslocarem até a DEAM de Periperi, destacada por três entrevistadas, exige longa caminhada das mulheres, já que não existe ponto perto da DEAM de Periperi.

Tamires destaca outro aspecto geográfico, relativo à localização da 1^a Vara de Família à época do seu acesso; além do lugar ser longe, visto que ela reside no Subúrbio, o imóvel ficava em uma rua escondida, onde não passava ônibus por perto.

Em suma, a questão da mobilidade urbana tem impacto no itinerário das mulheres na determinação de romper com a situação de violência e parece não ser levada em conta pelos gestores públicos, no momento de definir a localização dos serviços da rede de atenção à mulher.

4.3.1 Espacialização e análise do itinerário trilhado pelas mulheres em situação de violência doméstica na Rede de Atenção à Mulher em Salvador

O objetivo desse tópico é apresentar os itinerários percorridos e traçados por mulheres na busca dos serviços da Rede de Atenção à Violência contra a Mulher em Salvador, assim como as respostas institucionais recebidas pelas mulheres frente às questões da violência doméstica, as quais denunciaram.

Para expor o percurso das mulheres usa-se como base o mapa da Cidade do Salvador, a fim de destacar os pontos percorridos, desde a residência da mulher até a DEAM de Periperi e aos demais serviços da Rede de Atenção à Mulher em Salvador.

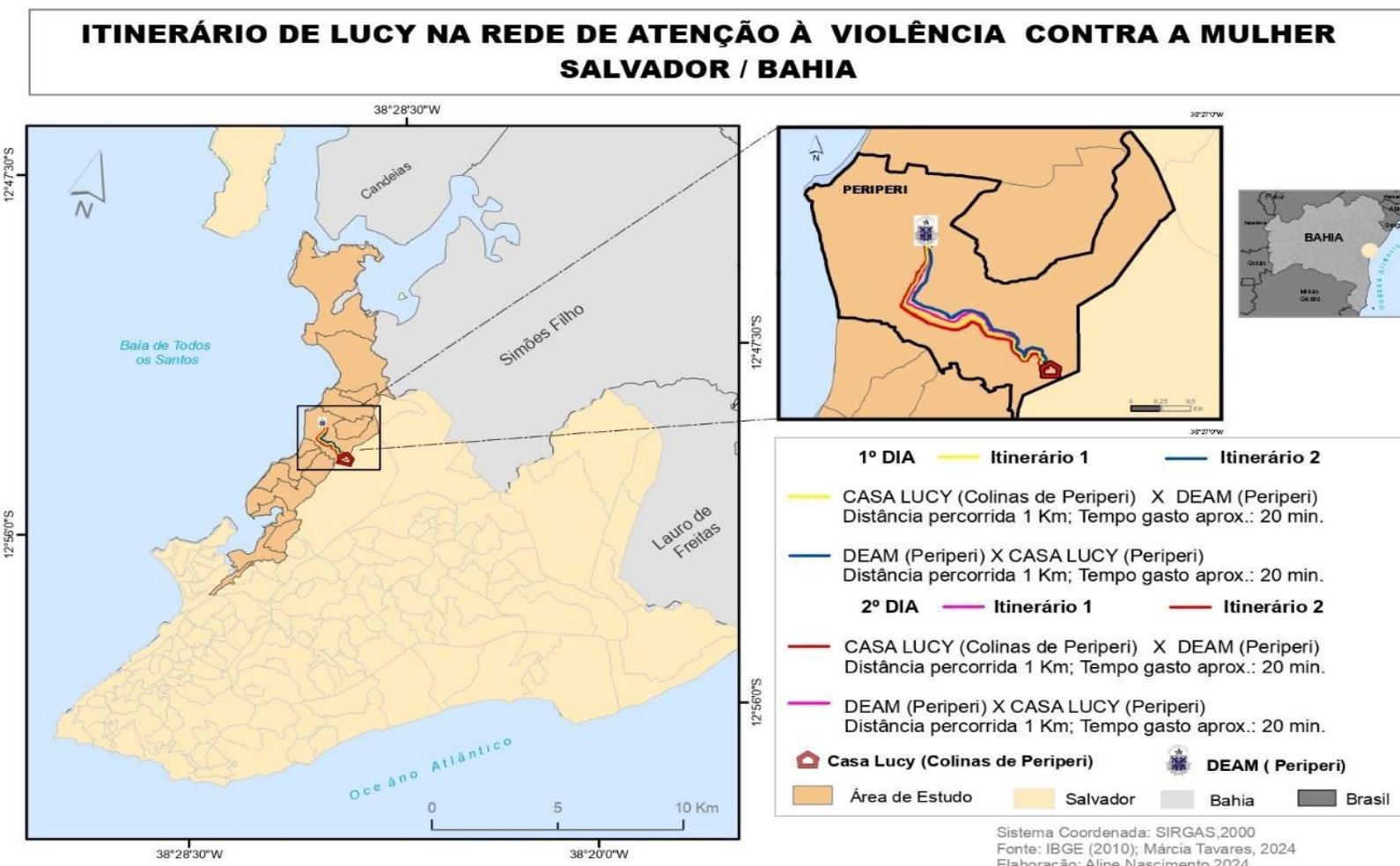
4.3.1.1 Itinerário de Lucy

O itinerário, apresentado no mapa 3, representa o percurso de Lucy, ao se dirigir à DEAM de Periperi, após tomar a decisão de denunciar o ex-companheiro, saindo da sua casa no bairro de Periperi, percurso de aproximadamente 20 minutos, até o local onde está situada a DEAM. Para chegar ali, teve que dar uma caminhada longa, pois o ponto de ônibus é distante.

Lucy, ao denunciar seu ex-companheiro, declara que saiu da Delegacia sem medida protetiva, mas foi informada que ele iria ser chamado para prestar esclarecimentos. Seu ex-companheiro continuou com a prática de violência doméstica, ameaças e perseguição contra ela, de modo que precisou retornar à DEAM para novamente comunicar o ocorrido.

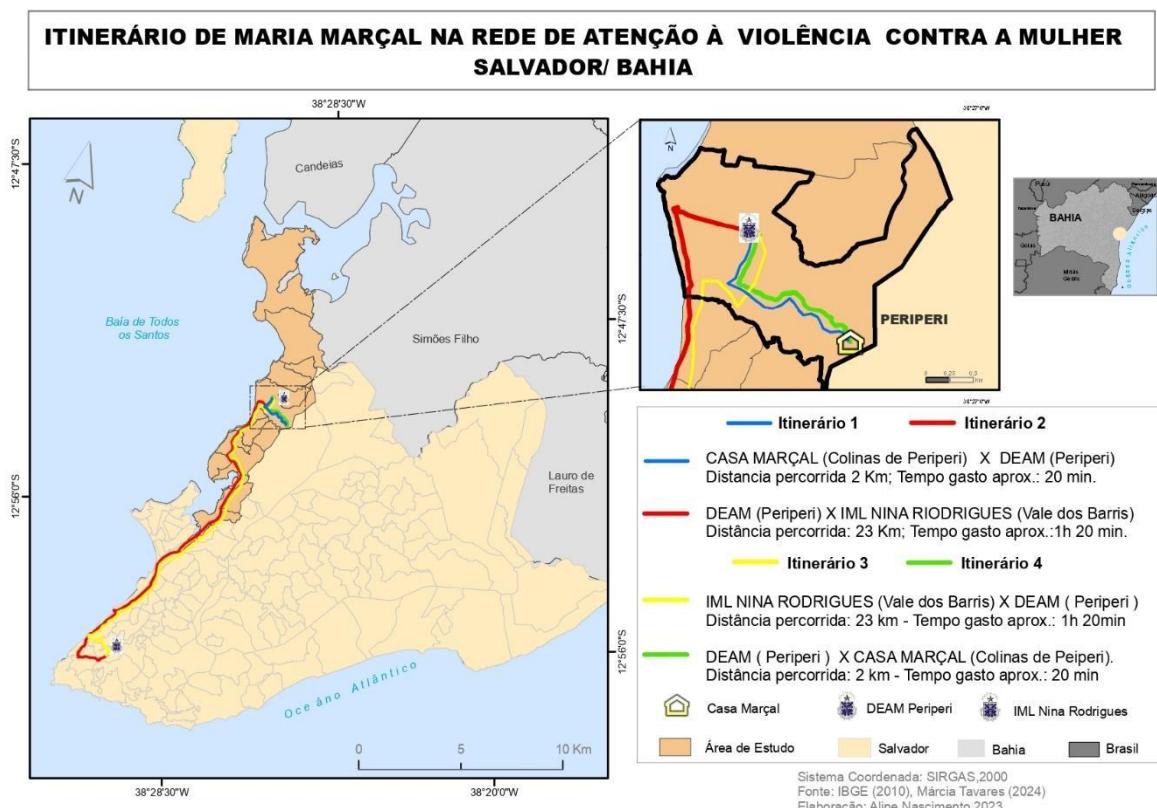
Este segundo itinerário está representado na linha da cor vermelha e o retorno para sua

casa na linha lilás do mapa. A resposta institucional, ausente no primeiro momento, só chega após aproximadamente cinco anos, quando Lucy recebe uma intimação para se apresentar à Vara de Família, assim como também seu ex-companheiro. Devido ao longo período passado, e ele ter sofrido um acidente que lhe deixou tetraplégico, este não compareceu e assim nada foi feito em relação à violência doméstica denunciada por ela na DEAM de Periperi.



4.3.1.2 Itinerário de Maria Marçal

O itinerário apresentado no mapa 4 é de Maria Marçal, desde a tomada de decisão de denunciar seu companheiro que a queimou com um ferro de passar roupas. Maria Marçal saiu de sua casa em Periperi para a DEAM de Periperi (trajeto de linha azul) e, posteriormente, teve que ir até o IML (em linha vermelha), encaminhada pela delegada para fazer exame de corpo de delito, pois estava com queimaduras no corpo. Retorna à DEAM de Periperi para entregar o resultado do exame, como mostra a linha verde, e a sua casa (linha amarela). A resposta institucional é mais uma vez ineficiente, pois apesar do marido ser preso, ficando cinco dias na carceragem da DEAM, ele pagou fiança e foi liberado; como ela não tinha medida protetiva, ele retornou para casa como se nada tivesse acontecido.

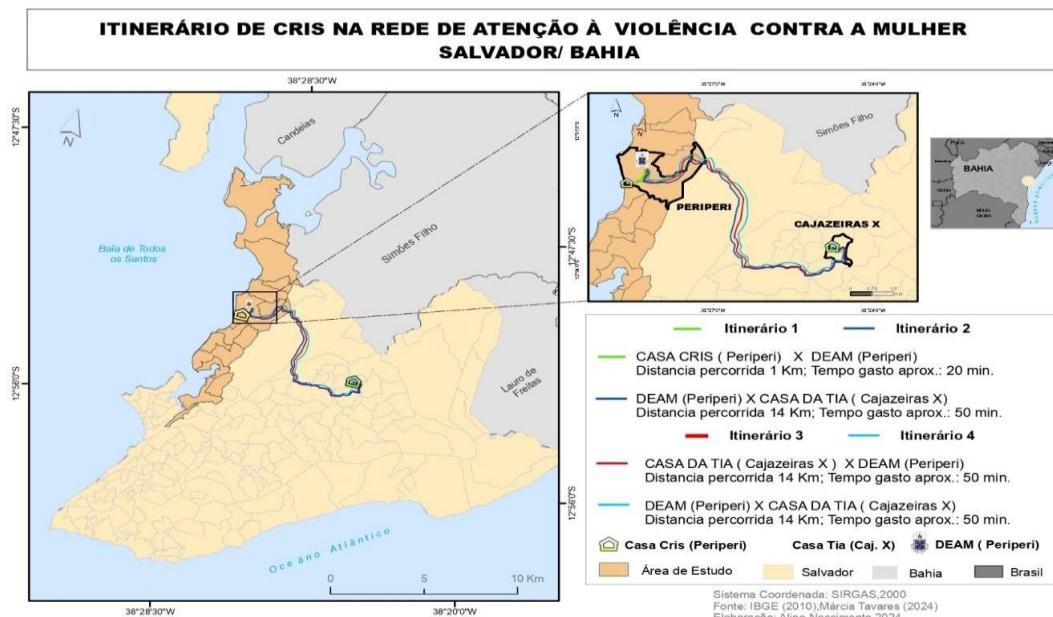


4.3.1.3 Itinerário de Cris

O itinerário apresentado no mapa 5 representa o percurso de Cris até a DEAM de Periperi, a partir da tomada de decisão em denunciar seu companheiro por tentativa de

feminicídio. Da sua casa, no bairro de Periperi (linha verde do mapa), foi levada pelos agentes policiais da Delegacia até a casa de sua tia, no bairro de Cajazeiras, como forma de salvaguardar sua vida. As linhas de cor vermelha e azul representam, respectivamente, o trajeto de Cris da casa da tia até a DEAM de Periperi e o retorno.

Na audiência, ouviram ela e seu ex-companheiro, separadamente. Ela ainda aguarda resposta institucional, uma vez que, seu ex-companheiro foi considerado um cidadão de bem, com trabalho fixo, sem antecedentes criminais. Como no momento da tentativa de feminicídio ela correu da sua casa para não morrer, nada foi feito. Seu ex-companheiro continua morando na residência com outra pessoa e Cris não tem coragem de voltar, já que nada foi resolvido.



4.3.1.4 Itinerários de Tamires

O itinerário apresentado no mapa 6 representa o percurso de Tamires a partir da tomada de decisão de denunciar seu companheiro nas duas situações em que ela registrou ocorrência de violência, em momentos diferentes, de parceiros distintos, na DEAM de Periperi. Na primeira ocorrência, Tamires foi até a DEAM de viatura (percurso representado com a linha azul), pois sua mãe ligou para o 190 e denunciou a violência doméstica que sua filha estava sofrendo por parte do seu companheiro. Em seguida, teve que comparecer à 1^a Vara de Família, encaminhada para uma audiência com seu companheiro (trajeto de linha amarela). Como resposta institucional nessa primeira denúncia, Tamires relata que seu companheiro foi preso por mais de dez dias, e ela obteve medida protetiva que impedia aproximação do ex-companheiro.

Na segunda ocorrência, Tamires saiu da sua casa, no bairro de Itacaranha, no Subúrbio Ferroviário, para a DEAM de Periperi (trajeto representado com a linha azul) e retornou para a casa da vizinha no bairro de Itacaranha (linha lilás). Antes de se deslocar para a DEAM de Periperi, Tamires buscou a Delegacia Territorial 29^a, no bairro de Itacaranha, por estar mais perto da sua casa (linha vermelha do mapa).

Em síntese, dos itinerários relatados pelas entrevistadas, vale reforçar pontos destacados nas falas das mulheres que podem evidenciar as injustiças socioespaciais vivenciadas desde a decisão de romper com o ciclo da violência doméstica.

Salienta-se que na tomada de decisão da mulher em romper com a situação de violência doméstica, a rede social pessoal – familiar, amigos, grupos de mitigação e movimento de mulheres – é fundamental, juntamente com a rede especializada de serviços institucionais.

Os relatos das mulheres reafirmaram que romper com o contexto de violência requer um suporte especializado, composto por equipe qualificada, preparada para apoio psicológico, psicossocial, jurídico, bem como um suporte econômico. Uma das entrevistadas declarou ainda estar “vivendo no relacionamento com seu agressor, por medo, dependência emocional e dependência financeira”. Sabe-se que as incertezas, por conta da condição financeira, para se manterem caso se separem do companheiro agressor, fazem com que mulheres se mantenham em relacionamentos abusivos.



Um ponto que merece destaque também foi a ausência de protocolos nos serviços, ou a falta de cumprimento dos protocolos existentes. Realidade exposta na fala das mulheres, mas sobretudo nas experiências descritas por Tamires quando ela precisou dos serviços da DEAM de Periperi, por situações semelhantes de violência doméstica, em momentos diferentes. Caso houvesse uma padronização, ou se fossem seguidos de fato os protocolos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, certamente não vivenciariam tais situações de injustiças socioespaciais. A falta de padronização no atendimento contribui para a reprodução da violência doméstica contra a mulher e dificulta a tomada de decisão de buscar os serviços de proteção, por conta da incerteza da resolução do problema.

A não padronização no atendimento pode caracterizar-se como uma forma de descumprimento da lei, uma vez que existe, de forma expressa na lei, indicação de ações que podem ser tomadas com vista a proteger a vida das mulheres, a exemplo das medidas protetivas; em três casos, caberiam medidas protetivas: Lucy, Maria Marçal e Tamires, mas não foram solicitadas por parte dos executores da lei. A Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, no seu Art. 19 diz que:

As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida”. E no § 1º diz que: “As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha garante ainda, no seu Art. 22, que constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, dentre outras.

As medidas protetivas de urgência são instrumentos fundamentais de combate e enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. De acordo com a coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da DPE-PR:

As medidas protetivas têm a função de interromper a escalada de violência e evitar que formas mais graves de agressões ocorram. [...] os dados apontam que as medidas protetivas são eficazes em garantir a proteção das mulheres, embora não se negue que é preciso aprimorar a fiscalização das medidas por parte do Estado e dos seus agentes de segurança, e fortalecer toda a rede de atenção à mulher para que se possa conferir maior eficácia e credibilidade ao instrumento (Mariana Martins Nunes⁶⁰ 2022).

São mecanismos que não podem ser negligenciados, nem podem ser negadas às mulheres informações acerca do direito de acessar tais medidas. Isto é o mesmo que negar à mulher o direito de proteção à vida. Solicitar medidas protetivas para mulheres que denunciam seus agressores, além de efetivar a justiça, pode evitar que as mulheres fiquem vulneráveis a sofrer=novas formas de violência e, até mesmo, serem vítimas de feminicídio.

Vale destacar que um atendimento inadequado, sem seguir as normas e os padrões estabelecidos, corrobora com uma cultura enraizada de representar a violência como um evento privado, expressão do constructo social “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ou seja, uma cultura de não intromissão nas situações de violência doméstica que terminam na não punição dos agressores. Alguns vizinhos, como foi relatado pelas entrevistadas, ainda adotam esta prática equivocada (vide o caso de Rosa, uma das mulheres entrevistadas). Por medo, ou falta de conhecimento e informação de que existem meios de fazer denúncias anônimas sem necessidade de se identificar (disque 180 - Central de Atendimento à Mulher, ou 190 no caso de Salvador), vizinhos, ao presenciarem uma mulher em situação de violência doméstica, podem ligar para estes números e assim salvar a vida de uma mulher que porventura esteja em risco de morte por conta da violência.

Com esse gesto, essa ação, esse ato de pegar um telefone e denunciar uma situação de violência, o cidadão que assim o faz, para além de salvar a vida daquela possível vítima de feminicídio, com esse ato de “meter a colher”, aciona# o aparato do Estado que faz com que se operem políticas públicas de atenção a outras mulheres, mobilizando mecanismos preparados para intervir no enfrentamento à violência doméstica, através dos instrumentos legais e eficazes como a Lei Maria da Penha - 11.340/2006 e a Lei do Feminicídio - 13.104/2015. Contudo, quando as atitudes não são tomadas, as mulheres

⁶⁰ Disponível em: [Medidas Protetivas: instrumento fundamental para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres | Defensoria Pública do Paraná](#). Acesso em: 25 nov. 2023.

continuam vivenciando o ciclo da violência doméstica por falta de ação do Estado e da sociedade, que têm meios de intervenção, mas não os fazem funcionar.

Salienta-se que o enfrentamento à violência não deve ser, e não é, um compromisso apenas do Estado; mas, sim, é um compromisso da sociedade de fazer valer o seu papel enquanto espaço de proteção à mulher vítima de violência, superando o distanciamento histórico da sociedade desta mazela social que é a violência doméstica contra a mulher. De modo que “em briga de marido e mulher”, a sociedade tem o dever moral de zelar pela vida humana, de meter sim a colher, e os agentes que operam a lei têm o dever de acionar todos os instrumentos legais para proteger a mulher em situação de violência doméstica para que as formas de injustiças sociais possam ser superadas.

A avaliação negativa dos serviços por parte das entrevistadas também serve como fator de impedimento para outras mulheres em situação de violência não buscarem apoio nos serviços. A exemplo de Rosa, uma das mulheres entrevistadas, que, mesmo sofrendo várias formas de violência doméstica, nunca registrou ocorrência, por conhecer mulheres e também assistir pela mídia casos de mulheres que foram buscar a rede de atenção e não tiveram sua situação resolvida, o que reitera como existem subnotificações.

Desse modo, a falta de padronização e a baixa resolução dos casos de violência doméstica representaram formas de injustiça social praticada pelos agentes da lei ao atender as mulheres que acessam os serviços da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, no Subúrbio Ferroviário. Há necessidade de uma padronização que viabilize um atendimento humanizado, com uma escuta qualificada e instrumentalizada para fortalecer a mulher na tomada de decisão de romper com o ciclo da violência doméstica. Desde quando uma mulher se dirige a uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, perpassando as etapas da sua Rota Crítica, atravessada por várias injustiças socioespaciais, não cabe ao agente que vai fazer o registro da ocorrência suscitar incertezas, medo e insegurança nas mulheres.

Considerando a pergunta que norteia a pesquisa - quais maneiras, condições, fatores sociais e espaciais contribuem para dificultar o acesso das mulheres vítimas de violência doméstica aos serviços de proteção no Subúrbio Ferroviário de Salvador -, nota-se que a baixa resolutividade dos serviços, expressa em notícias negativas veiculadas na mídia, apresentam-se como entraves para se buscar romper com o ciclo da violência doméstica; o caso de Rosa é exemplar e figura como subnotificação. Ademais, salienta-se que os casos de feminicídio no Brasil são subnotificados, como reconhecem Élida

Mary Linhares e Verônica Vasconcelos (2023) que estas subnotificações ocorrem, em grande parte, por falta do reconhecimento/ entendimento das autoridades responsáveis em tipificar/qualificar e reconhecer a morte de mulher como feminicídio. De acordo com as autoras:

O grande obstáculo é a subnotificação dos feminicídios, pois muitas autoridades desconhecem a qualificadora, e não tipificam corretamente os casos apresentados. Desse modo, entende-se que a capacitação profissional na perspectiva de gênero tornará a investigação de feminicídio mais eficiente, pois a autoridade (policial, delegado, juízes etc.), além de reconhecer na prática casos que demonstrem desigualdade e violência de gênero, certamente contribuirá para que crimes como estes possam ser penalizados corretamente, dando uma resposta eficaz à sociedade (Elida Mary de c. Linhares; Verônica A. de Vasconcelos, 2023, p. 87).

No tocante à violência doméstica contra a mulher, a subnotificação está relacionada ao despreparo generalizado da atuação de profissionais ao confrontarem-se com os casos e não darem a devida atenção para a resolução da situação, restringindo, por vezes, sua atuação aos casos de agressão física e invisibilizando as violências psicológicas que antecedem a prática da violência física.

Como salientam Ícaro Argolo Ferreira e Sara Santos Moraes (2019), a vítima por vezes sente dificuldade em manifestar-se e notificar a violência que sofre, preferindo silenciar. E, assim, contribui para a invisibilidade da violência doméstica sofrida, primeiro por não reconhecer o ato como tal, segundo por medo do agressor e de uma possível retaliação, e também por não se sentirem amparadas e seguras devido à falta de espaços de atenção psicossocial para o acolhimento e orientação face a essas experiências.

Os autores ainda relacionam as subnotificações em casos de violência doméstica contra a mulher ao despreparo profissional de agentes do Estado. Citam Orlando Saliba (2006):

Os profissionais (...) tendem a subestimar a importância do fenômeno, voltando suas atenções às lesões físicas, raramente se empenhando em prevenir ou diagnosticar a origem das injúrias. Esse fato pode estar relacionado à falta de preparo profissional, ou simplesmente, à decisão de não se envolver com os casos (Ícaro A. Ferreira; Sara S. Moraes, 2019, p.264 apud Orlando Saliba, 2006, p. 1).

As entrevistas possibilitaram inferir como as injustiças espaciais se apresentaram a partir da mobilidade urbana, uma vez que quatro das cinco entrevistadas referem a distância do ponto de ônibus até o local onde está localizada a DEAM de Periperi, como fator que comprometeu sua acessibilidade ao serviço, ou mesmo dificultou a tomada de decisão na sua rota crítica para romper a violência doméstica.

Essa situação, narrada pelas mulheres, robustece as análises apresentadas na pesquisa realizada por Marcos Moreno (2023) relativas à “[...]localização, áreas de cobertura e acessibilidade das DEAMs em Salvador” (Marcos Moreno, 2023; p 19). Não dispor de linhas de ônibus diretas para as DEAMs compromete a acessibilidade das mulheres, visto que não poder contar com serviço direto de ônibus até as delegacias implica, para elas, para alcançar seus “objetivos”, dinheiro e tempo.

A localização dos serviços pode ser considerada uma prática de injustiça espacial, não só pela dificuldade de acesso, mesmo quando estes se localizam no território onde elas residem, mas, sobretudo, quando estão situados em áreas mais centrais da cidade, distantes do SFS. As falas das entrevistadas Tamires e Maria Marçal, que precisaram se deslocar até a 1^a Vara de Família e ao IML, para efetivar suas denúncias, deixam expostas estas dificuldades de deslocamento.

Não há, dessa forma, por parte do Estado na Cidade do Salvador, nos critérios de implantação desses serviços, frutos de políticas públicas para as mulheres, um cálculo que favoreça o deslocamento das pessoas que deles necessitam, gerando injustiça espacial. Tal situação não é, entretanto, evidenciada quando da implantação de equipamentos que favorecem ao capitalismo, a exemplo dos shopping centers, com toda uma infraestrutura (ponto de ônibus próximo, transporte público, passarelas, iluminação pública etc.) sendo viabilizada para acessibilidade dos usuários a esses espaços.

Dois exemplos recentes podem ser citados: a construção do Shopping Bela Vista, em uma área da cidade sem nenhuma infraestrutura, que foi criada após para garantir acesso dos consumidores. E mesmo na área do Subúrbio Ferroviário, com a inauguração da filial da rede de supermercado Atakarejo, instalado no bairro do Lobato, que demandou dos governantes a implementação de um retorno⁶¹ para que os clientes tivessem acesso ao local de forma mais rápida, gastando menos tempo e combustível.

⁶¹ Disponível em: <[>](http://Apelidado de ‘Retorno da Morte’, retorno implantado depois da construção do Atakarejo, causa vários acidentes na Avenida Suburbana – Subúrbio News (suburbionews.com.br)). Acesso em: 20 mar. 2024.

Esses exemplos contrastam com a falta de preocupação por parte daqueles que implementam as políticas públicas de atenção à mulher em situação de violência doméstica, na definição das localizações dos espaços de atendimento das DEAMs na Cidade de Salvador. De acordo com as mulheres que buscam estes serviços, eles são distantes dos pontos de ônibus. Questões que demandam uma atuação do poder público, como afirma Marcos Moreno (2023):

A implementação das DEAMs no território perpassa por processos decisórios na esfera governamental e, portanto, a determinação da quantidade e qualidade de infraestruturas físicas, a localização de cada uma e as áreas de cobertura do serviço são aspectos, de índole política, que precisam ser amplamente discutidos (Marcos Moreno, 2023, p. 6).

Outro exemplo a ser citado é a recente implantação da Casa da Mulher Brasileira em Salvador. São recorrentes as queixas de mulheres de movimentos sociais sobre as dificuldades de acesso, por conta da localização distante desse importante instrumento de atenção à mulher. Então, cabe uma inquietação: será que as políticas públicas são pensadas por mulheres, para mulheres, ou por homens para as mulheres? Para quais mulheres essas políticas públicas são pensadas? Por que as políticas públicas não alcançam todas as mulheres de forma igual? Em síntese, faz-se necessário a presença de mulheres das comunidades, da sociedade civil, dos movimentos de mulheres negras, junto aos formuladores de políticas, em todo o processo de definição dos equipamentos e dispositivos destas políticas para mulheres.

As políticas públicas implementadas para o enfrentamento da violência contra a mulher devem levar em consideração as diversas interseccionalidades que influenciam as experiências das mulheres, como raça, classe, orientação sexual, localização habitacional e capacidade física, entre outras. É importante que haja uma análise cuidadosa das diferentes realidades enfrentadas por mulheres, em distintos contextos, para que as políticas possam buscar atender às necessidades específicas de cada grupo. Principalmente em relação à localização e acessibilidade das instituições e dos serviços resultantes dessas políticas públicas, pois são fundamentais para garantir que todas as mulheres possam se beneficiar delas. Dificuldades de acesso por conta de distância geográfica, falta de transporte acessível, custos associados e até mesmo discriminação institucional, falta de resposta/resolução do problema podem limitar o acesso e utilização

das mulheres a esses serviços. Portanto, é essencial que as políticas levem em consideração tais questões e busquem formas de superá-las.

Os resultados encontrados e apresentados acima buscaram responder a questão levantada no início do estudo acerca de que maneira, e quais fatores sociais e espaciais contribuem para a reprodução da violência doméstica contra a mulher e dificultam o acesso das vítimas aos serviços de proteção no Subúrbio Ferroviário de Salvador? Diante das narrativas das entrevistadas, se verificou falhas no funcionamento dos serviços ofertados por parte da rede de atenção à mulher em situação de violência doméstica, visto que as mulheres relataram não ter uma resposta institucional com vistas à resolução de seus problemas.

Além do mais, na Rota Crítica que as mulheres constroem, o itinerário é marcado por injustiça espacial e social, sendo difícil e tortuoso, uma vez que encontram barreiras no seu percurso até a DEAM, como longas distâncias até pontos de ônibus próximos e precária infraestrutura viária, com pontos de alagamentos em dias de chuvas. Isto se repete na busca dos outros serviços para onde foram encaminhadas, com ruas desertas, localização inadequada e desconhecida, implicando mais dificuldade de acesso. Estas são expressões de injustiça espacial na distribuição e alocação dos espaços e serviços, uma vez que, para que haja justiça espacial na distribuição e alocação dos serviços, como afirmam M A S Setianto; A. Gamal (2021):

A atribuição das instalações de serviço público deve refletir a equidade no espaço, demonstrando uma distribuição equitativa dos serviços públicos em vários locais para vários grupos. A justiça espacial exige que todos os tipos de instalações sejam facilmente acessados, mesmo sem transporte. Nem todos os indivíduos têm fundos suficientes para acessar o transporte público; então, as instalações devem ser acessíveis a uma curta distância. A justiça social ocorre quando todos os níveis da sociedade têm a mesma oportunidade de usar os serviços públicos disponíveis⁶² (M A S Setianto; A Gamal, 2021; p, 3 e 4. tradução própria).

O Subúrbio Ferroviário, como uma área habitada predominantemente por populações de baixa renda, está permeado por injustiças espaciais que se refletem tanto

⁶² The allocation of public service facilities must reflect fairness in space by demonstrating a fair distribution of public services in various locations for various groups. Spatial justice requires all types of facilities to be easily accessed, without transportation. Not all individual has sufficient funds to access public transportation, so facilities must be accessible within walking distance. Social justice occurs when all levels of society have the same opportunity to use available public service facilities.

na escassez quanto na qualidade inadequada dos serviços disponíveis. Essa realidade contribui significativamente para que as mulheres negras e de baixa renda continuem a ser as maiores vítimas da violência doméstica. A falta de acesso a serviços adequados de apoio e proteção, juntamente com a subnotificação dos casos de violência, resulta em um aumento nos números de feminicídios e perpetua o ciclo de injustiça e desigualdade.

É fundamental reconhecer e enfrentar essas disparidades espaciais e sociais, implementando políticas públicas específicas que não apenas aumentem a disponibilidade de serviços de assistência, mas também melhorem sua qualidade e acessibilidade. Além disso, é crucial promover uma conscientização mais ampla sobre os direitos das mulheres e os recursos disponíveis para ajudá-las a enfrentar as situações de violência doméstica. Somente abordando essas questões, de maneira holística e direcionada, podemos reduzir efetivamente a incidência de violência contra as mulheres no Subúrbio Ferroviário e em áreas similares.

Conclui-se, portanto, pela urgência de estudos focados na área do Subúrbio Ferroviário, que visem destacar e abordar, de maneira prioritária, as políticas públicas destinadas a enfrentar as injustiças socioespaciais. Essas injustiças não apenas silenciam, mas também impedem as mulheres negras, periféricas e suburbanas de acessarem adequadamente os serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica. Além disso, é crucial realizar pesquisas para identificar porque a rede de atenção à violência contra a mulher não é igualmente eficaz na assistência a todas as mulheres.

Isso é especialmente relevante considerando que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídios, uma triste realidade que evidencia a necessidade premente de ações concretas e políticas específicas para proteger as mulheres em todos os estratos sociais, especialmente aquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade.

4.4 A PERSPECTIVA DAS PROFISSIONAIS NA ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E DE MULHERES DE MOVIMENTO SOCIAL QUE ATUAM NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO

Neste tópico, apresentam-se as percepções e perspectivas de profissionais e de mulheres de movimentos sociais acerca das suas experiências no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica em diferentes serviços da rede de atenção à mulher em Salvador. As profissionais que participaram da pesquisa têm formação na área de Serviço Social, atuam ou já atuaram nas áreas da assistência ao atendimento à violência doméstica contra a mulher, assim como as mulheres de movimentos sociais, que, para além de sua formação, atuam em espaços de mitigação do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Apresentaremos as explanações sobre as experiências e percepções das profissionais a partir de três perguntas: Como as mulheres chegam aos serviços para atendimento? Principais demandas apresentadas pelas mulheres no atendimento? Quais ações para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher?

4.4.1 Apresentando as profissionais e mulheres que atuam no movimento social

Assistente Social 1 e Pedagoga de formação, atualmente não está na assistência, mas na atuação como professora em Universidade Pública na Bahia. Lidera um projeto de pesquisa que atende mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Atuou no Núcleo Especializado na Defesa da Mulher (NUDEM), da Defensoria Pública da Bahia - que antes não era Núcleo, mas um espaço sociojurídico -, durante 22 anos, no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica.

Assistente Social 2, formada em Serviço Social há 11 anos. Fez estágio curricular no Centro de Referência Loreta Valadares – CRLV. Atualmente, é servidora de uma Universidade Pública de Salvador, na área de assistência estudantil, atendendo mulheres em situação de violência, “não é o fluxo de atendimento principal, mas tem estudantes que chegam com essas situações, e fazemos as orientações e encaminhamentos”.

Assistente Social 3, formada em Serviço Social há 18 anos, dos quais desde o início atua profissionalmente no Centro de Referência Loreta Valadares, no atendimento, acolhimento e fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica em

Salvador. Destaca-se que mesmo diante da ampla experiência na área de enfrentamento à violência contra a mulher, buscou especializar-se na área dos estudos de gênero, para poder desenvolver sua função com qualificação.

Mulher de movimento social 1, graduada e pós-graduada pela UFBA em estudos de gênero e diversidade. Atualmente, atua no atendimento a pessoas com violação dos direitos humanos no Ministério Público do Estado da Bahia, assim como no atendimento e acompanhamento de mulheres da comunidade onde reside, no Subúrbio Ferroviário, em um espaço de mitigação para mulheres em situação de violência doméstica.

Mulher de movimento social 2, formada em Pedagogia, atua na Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), a qual faz uma parceria com associações de moradores em diversos bairros de Salvador. Com isso, desenvolve atividades no bairro do Subúrbio Ferroviário, onde reside.

Mulher de Movimento Social 3 é agente de combate a endemias — agente comunitária de saúde, coordenadora geral de um coletivo que atua com mulheres em situação de violência doméstica no Subúrbio Ferroviário.

Gestora, com formação em Pedagogia e especialização em Educação, Gênero e Igualdade, administrou o Centro de Referência Loreta Valadares – CRLV - em Salvador por aproximadamente 4 anos.

Advogada, com formação em Direito e mestrado em Gênero, Mulher e Feminismo, atua com mulheres em situação de violência há mais de 10 anos, trabalha em uma organização não governamental – ONG -, ancorada em bases feministas, com profissionais que atuam voluntariamente na assistência multidisciplinar a mulheres em situação de violência. Estas compõem a equipe multidisciplinar da organização, atuando nas atividades que perpassam a assessoria jurídica, escuta qualificada, rodas de conversa, entre outras.

Psicóloga, graduada em Psicologia pela UFBA desde 1997, atuou no CRLV por aproximadamente 8 anos, prestando acompanhamento psicológico às mulheres que eram assistidas no espaço de acolhimento do Centro de Referência Loreta Valadares em Salvador.

4.4.2 Como as mulheres chegaram no serviço para atendimento?

A Assistente Social 1 relata que as mulheres chegavam ao atendimento no NUDEM/DPBA, tanto por demanda espontânea, quanto por encaminhamento da “rede de violência”, assim como de outras redes como de saúde, educação. E, também, por busca ativa, uma estratégia da profissional por iniciativa própria, também por compreender a necessidade de muitas mulheres em situação de violência para acessar o serviço. A profissional destacou que o perfil das mulheres que costumava atender era de 98% de mulheres negras, das periferias de Salvador, e com idade entre 18 a 28 anos. Também havia mulheres mais velhas, mas em menor proporção.

Já realizei atendimento a muitas mulheres do Subúrbio e da Cidade Baixa, a grande maioria. Os bairros do Subúrbio de onde mais chegavam mulheres para serem atendidas eram Paripe, Periperi, Rio Sena, Alto de Coutos e Tubarão. Todos esses bairros lideram no número de mulheres para atendimento (Assistente Social 1, 2024).

Vale salientar que, na época dos atendimentos, o NUDEM/DPBA estava localizado no Centro Administrativo da Bahia – CAB -, uma distância significativa para mulheres que residem em bairros do subúrbio chegar, uma vez que não tem linha de ônibus direta entre o Subúrbio Ferroviário e o CAB.

A Assistente Social 2 relata que, durante sua experiência no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica no Centro de Referência Loreta Valadares – CRLV-, existia uma demanda significativa que chegava por orientação, não necessariamente por um encaminhamento de outro serviço, mas uma pessoa que orientava que procurassem o Centro de Referência. Também chegavam muitas mulheres orientadas por outras mulheres, mulheres orientadas por outros serviços, ou mulheres que tinham apresentado uma queixa crime e foram orientadas a serem acompanhadas pelo CRLV. Serviços como os Centros de Referências em Assistência Social – CRAS - e as DEAMs, eram muito comuns os encaminhamentos vindos desses locais.

Em sua experiência no atendimento na Universidade Pública em que trabalha na assistência estudantil, as estudantes, reconhecendo que existe uma sensibilidade no atendimento que acontecia no espaço, sentem necessidade de comunicar a situação de violência, que, por vezes, estão enfrentando. Tanto no CRLV, quanto na Universidade, foram realizados atendimentos a mulheres oriundas do Subúrbio Ferroviário. No CRLV, tinha uma frequência maior que na Universidade; lá, o número não é tão significativo.

De acordo com a **Assistente Social 3**, as mulheres chegam ao serviço do CRLV por diversos motivos. São encaminhadas pelos CRAS, pelas unidades de saúde, pelos

hospitais, pelas emergências hospitalares, por Unidade de Pronto Atendimento à Saúde – UPAs -, pelo serviço de atenção à criança com autismo, por alguns segmentos profissionais, como algumas trabalhadoras domésticas que as patroas encaminham, por sindicatos, por movimentos de mulheres, pela rede de comunicação, por diversos lugares. Inclusive, de uma amiga para outra, de um parente; então, são múltiplas as portas que elas são encaminhadas.

Algumas mulheres que são encaminhadas por instituições às vezes chegam com documento formal, mas não necessariamente precisam; porquanto, da forma que a mulher chegar na porta do serviço, ela irá ser atendida. Então, tanto com documento formal, quanto de maneira informal, não é impedimento para ser atendida, porque o serviço é porta aberta. A profissional salienta que:

O perfil das mulheres é entre 25 e 49 anos, na idade jovem. Majoritariamente, mulheres negras, pardas e pretas. Com escolaridade nível médio, na grande maioria. Alguns casos são diferentes, mas a maioria é composta por perfis de vulnerabilidade. Diversas mulheres da área do Subúrbio procuram o serviço [...] o ideal é ter vários Centros de Referência Loreta Valadares, para a mulher escolher para onde quer ir, vários equipamentos de atenção às mulheres, para elas terem a opção de escolher onde fica melhor, mais seguro e confortável de ser atendida, porque isso também é uma garantia de segurança para a mulher em situação de violência doméstica (Assistente Social 3, 2024).

Segundo a **Mulher de Movimento Social 1**, o espaço de mitigação onde atua fica localizado em um dos bairros do Subúrbio Ferroviário, funcionando como uma porta aberta para entrada das mulheres da comunidade que estiverem em situação de violência, “no qual nós, que atuamos lá, buscamos orientar e encaminhar elas para serviços da rede de atenção a mulheres, como a DEAM de Periperi, pois muitas das mulheres mesmo residindo no Subúrbio, por vezes não sabem onde fica, localizada a DEAM de Periperi”.

Salienta ainda que:

O espaço oferece cursos para as mulheres da comunidade. Durante a pandemia de COVID 19, contribuímos com a questão de cestas básicas. Atualmente, estamos com um novo projeto para iniciar um curso de corte e outro de culinária. Inclusive damos o transporte para algumas mulheres que querem realmente fazer o acompanhamento, e não têm condições de ir; ajudamos com o dinheiro da passagem, caso elas precisem (Mulher Movimento Social 1, 2024).

O perfil das mulheres que acessam o espaço dentro da comunidade varia entre 35 e 40 anos, com nível de escolaridade ensino médio completo. Mas, mesmo tendo o segundo grau, muitas não possuem um nível de entendimento bom.

A grande maioria das mulheres que atendemos é do próprio bairro, mesmo diante da extensão territorial do Subúrbio, mas caso tenhamos conhecimento de algum caso extra, nas proximidades do bairro, tentamos encaminhar para rede, mas a maioria dos casos é da localidade (Mulher Movimento Social 1, 2024).

Salienta também que muitas mulheres, mesmo sofrendo violência, não se reconhecem como uma pessoa que está sofrendo violência. Pois, para algumas mulheres, violência doméstica acontece somente quando tomam tiro, facada, tapa, murro; não veem os outros tipos de violências, principalmente a violência psicológica, que é a que permeia a violência que uma mulher sofre diante de todas as outras.

Desse modo o espaço de mitigação da comunidade para ela:

É pensado como um lugar ou uma estação de transbordo; muitas mulheres vão lá enfraquecidas; depois que ficam fortes, não voltam. Vão para outras instituições, ou seguem suas vidas. Muitas que não estudavam, conseguimos articulação de cursos gratuitos para voltar a estudar, através de uma colega nossa (Mulher de Movimento Social 1, 2024).

Mulher de movimento social 2 relata que as mulheres chegam no espaço da associação por demanda própria; muitas vão a partir de conversa com as outras que participam e fazem a divulgação; e assim as mulheres vão se aproximando.

As ações desenvolvidas no espaço são específicas, como rodas de conversas e palestras; atuamos em três bairros do Subúrbio, mas temos uma sede que é parceira, que fica localizada em Paripe. Então, nossos atendimentos são mais em Paripe. Temos uma ação mensal, onde reunimos um conjunto de mulheres para debater diversos temas e fazer esse acompanhamento de orientação com elas (Mulher de Movimento Social 2, 2024).

Acerca do perfil das mulheres que chegam no espaço, segundo a mulher de movimento social 2, na maioria, são mulheres negras (em torno de 90%), em situação de vulnerabilidade social. Boa parte delas está fora do mercado de trabalho, ou tentando uma oportunidade. A maioria são mães solo; algumas em novos relacionamentos, enquanto outras estão em relacionamentos com os próprios pais de seus filhos. A faixa etária varia bastante, sendo em sua maioria mulheres de meia-idade, a partir de 25 anos, com alguns casos mais jovens e outras acima dessa média, entre 35 e 40 anos. Em relação à escolaridade, poucas concluíram o ensino médio, e a maior parte possui apenas o ensino fundamental. Tentamos incentivá-las a voltar a estudar e procurar alguma modalidade de conclusão, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA.

Para a entrevistada, fortalecer as mulheres financeiramente é tão importante quanto conscientizá-las sobre seus direitos no que refere ao enfrentamento da violência, pois só uma mulher fortalecida — financeiramente e psicologicamente - é capaz de romper com o ciclo da violência doméstica. Então:

Oferecemos cursos de corte e costura, com prioridade principalmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, que passaram também por esse processo de violência, porque acreditamos que ter um emprego e sua própria renda contribui para que essa mulher possa enfrentar esses momentos difíceis. Tivemos também um curso de eletricista predial, com uma turma composta por 90% de mulheres. Também oferecemos o curso de empreendedorismo para poder incentivar a empreender com o que elas tivessem. E esses cursos só foram possíveis de ser ofertados por conta de uma parceria que fizemos com o governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Mulher de Movimento Social 2, 2024).

Relato que demonstra que parceria e investimento do Governo nas comunidades pode ser um caminho favorável para atuar no funcionamento das políticas públicas de enfrentamento a diversas formas de violência contra a mulher.

De acordo com a **mulher do movimento social 3**, “as mulheres chegam ao espaço para acompanhamento, através de grupo de whatsapp, do instagram do coletivo; muitas entram em contato, chegam também através de denúncias e vamos até a casa da mulher fazer visita. O espaço do coletivo é aberto para qualquer mulher”.

O trabalho desenvolvido no coletivo é de acolhimento, através de parceiros profissionais voluntários - assistentes sociais - que fazem a escuta da demanda das

mulheres, e, assim, orientam as mulheres sobre medidas que podem ser tomadas para romper com o ciclo da violência doméstica, “realizamos roda de conversas para orientação, conscientização e fortalecimento das mulheres, oferecemos cursos corte e costura”.

Quando há necessidade de acompanhar uma mulher até um espaço institucional, para registrar uma ocorrência ou qualquer outro tipo de atendimento, as profissionais voluntárias levam-na, com toda despesa por conta do coletivo, não temos apoio governamental, mas sim parceria com empresas privadas. Por vezes, colocamos dinheiro por conta própria (Mulher de movimento social 3, 2024).

O atendimento é aberto para outros bairros do Subúrbio, como: Fazenda Coutos e São Tomé de Paripe. Os bairros mais distantes da DEAM são os que mais procuram o coletivo e os que mais têm problemas.

O perfil das mulheres é, na maioria, composto por mulheres negras, desempregadas, com o segundo grau incompleto e com filhos, que já tiveram outros relacionamentos conturbados, perpassados por episódios de violência doméstica.

De acordo com a **Gestora**, não tinha um bairro específico de onde mais chegavam mulheres, mas tinha uma concentração grande de mulheres do Subúrbio; tinha mulheres do bairro de Tancredo Neves e algumas mulheres vinham até mesmo da Ilha para o atendimento. Porquanto:

No CRLV, adotamos uma política de nunca negar atendimento, nunca bater a porta na cara de uma mulher. Então mesmo quem era de fora do município, se chegassem ali, a gente atendia e tentava encaminhar para onde ela tinha cobertura. Mas nenhuma mulher ficava sem atendimento (Gestora, 2024).

O perfil das mulheres que buscavam os serviços do Centro de Referência, na época, era diversificado; a maioria não era de mulheres jovens, até porque tem uma questão que naquela época as mulheres permaneciam muito tempo na situação de violência doméstica, até tentar romper ou buscar ajuda. Então, eram mulheres de média idade ou até um pouco mais idosas. Eram mulheres negras, de baixa escolaridade, mas também a gente tinha um público de mulheres de classe média, com uma situação financeira mais privilegiada, tínhamos essa diversidade; mas a maioria era esse perfil (Gestora, 2023).

De acordo com a **advogada**, as mulheres chegam ao atendimento por conta própria; na organização, não se trabalha com busca ativa, mas também se recebe alguns

poucos encaminhamentos. As mulheres vêm de todos os bairros de Salvador. Não é possível precisar de quais bairros chegam mais, pois chegam mulheres de diversos locais, como Tancredo Neves, Pau da Lima, Fazenda Grande, Cajazeiras, Periperi, Águas Claras. Do Subúrbio, já foram atendidas mulheres do Rio Sena e do Tubarão de Paripe. O perfil das mulheres que buscam o serviço ofertado pela ONG é, na maioria, de mulheres negras.

De acordo com a **psicóloga** entrevistada, as mulheres chegavam ao espaço de atendimento no CRLV de todos os lugares; “chegavam espontaneamente, ou levadas por alguma pessoa que conhecia o serviço, por pessoas de movimento de mulheres que também levava mulheres para o serviço. As DEAMs encaminharam muitas mulheres para a gente. Então, assim, vinham mulheres de todos os lugares” (Psicóloga, 2024).

Como eu estava no serviço logo no início da implantação, posso falar que foi uma época de muita construção e diretrizes para o funcionamento desse serviço. Na época, eu frequentava um grupo de gênero do Conselho Regional de Psicologia. Então, a gente também fez nesse conselho muita coisa, estudos de como os psicólogos podem e devem atuar a partir das diretrizes do psicólogo em relação aos atendimentos a essas mulheres (Psicóloga, 2024).

Em 2005 - 2006, quase não tinha serviço de atendimento às mulheres em situação de violência. Tinha a DEAM, que tinha uma equipe muito profissional de assistência e psicólogo, que faziam um acolhimento e encaminhamento. Na época, o Loreta Valadares era a referência de atendimento às mulheres, e o que posso dizer é que, naquele momento, a rede tinha uma boa articulação” (Psicóloga, 2024).

Tínhamos três frentes de atuação que era a frente de atendimento, a frente de prevenção - que a gente fazia palestras e trabalhos de prevenção nas comunidades, nos lugares, nas escolas onde éramos chamados. E a gente tinha uma outra frente, que era articulação de rede. Então, todos nós, que fazíamos atendimento, éramos envolvidos, não só um olhar para o serviço de atendimento, mas também para essa outra perspectiva de atuação em rede de prevenção à violência (Psicóloga, 2024).

O perfil das mulheres que buscavam o serviço na época era de mulheres com idade entre 20 e 29 anos; a maioria eram mulheres novas, mulheres que já tinham pelo menos 5 a 7 anos em situação de violência. Geralmente, as mulheres tinham filhos, não trabalhavam, eram donas de casa. As mulheres não contavam ao companheiro que estavam indo para esse serviço, não diziam, não contavam, com medo das represálias. Muitas mulheres em situação de vulnerabilidade, em relação à rede de apoio (Psicóloga, 2023).

O trabalho era sistematizado para que a mulher pudesse estar reconhecendo toda essa situação de violência e pudesse ter, junto com a gente do Loreta, o mecanismo de rompimento. Então, tudo que

pudesse favorecer para que essa mulher tivesse condição de seguir nessa trajetória, de romper com o ciclo da violência doméstica a gente fazia. Algumas mulheres tinham audiência, a gente muitas vezes ia junto com elas, nós do CRLV acompanhamos em outras situações essas mulheres. Momentos que a gente achava importante, para estar ali com ela, dando mais força e segurança para a mulher (Psicóloga, 2023).

Tínhamos uma ficha de acolhimento, que era nosso prontuário, onde constava alguma coisa sobre os bairros de onde chegam as mulheres, mas eu não me lembro qual tinha mais incidência da época, nada que chame atenção, que possa dizer agora que tal bairro tinha maior ou menor procura por parte das mulheres. Mas tinha muitas mulheres do subúrbio, eu não sei dizer assim se tinha procura maior, mas a gente tinha mesmo muitas mulheres do subúrbio. Até porque na época já tinha a DEAM do subúrbio, que encaminhava muitas mulheres para o serviço do CRLV. Os movimentos de mulheres negras do subúrbio também encaminharam mulheres para o serviço. Eu acho que essa questão da violência doméstica atinge as mulheres em maiores situações de vulnerabilidade. E aí, talvez, o subúrbio possa ter mais mulheres nessa situação (Psicóloga, 2024).

4.4.3 Principais dificuldades apresentadas pelas mulheres no atendimento?

De acordo com a **Assistente Social 1**, as principais dificuldades relatadas pelas mulheres para chegar ao atendimento foram divididas em dois pontos. A primeira de acessar o NUDEM, explicitada pelas mulheres, foi a partir das dificuldades de falta de recurso financeiro (dinheiro) para o transporte.

A segunda dificuldade apresentada pelas mulheres era criar uma estratégia de conseguir sair de casa para buscar atendimento, por não saber o local correto (falta de informação).

Ocorria o relato de várias mulheres que foram para o lugar errado, ou que não conseguiram chegar, por ser um lugar distante, principalmente para essas mulheres que em grande parte moravam no Subúrbio. E muitas desistiram e desmotivaram por conta dessas situações (Assistente Social 1, 2024).

Segundo a **Assistente Social 2**, as maiores dificuldades relatadas pelas mulheres estavam relacionadas ao acesso ao serviço. No CRLV, as mulheres mencionaram frequentemente essa dificuldade, especialmente em relação ao transporte e ao deslocamento com crianças. Na UFBA, o acesso para o estudante é mais tranquilo, porque já faz parte da estrutura da própria universidade. Outra dificuldade relatada era o processo

de tomada de decisões, devido ao medo de que o atendimento gerasse uma queixa-crime e o companheiro fosse penalizado ou preso pelo fato de elas terem buscado apoio na rede de atenção à mulher.

Esse segundo contexto foi problematizado pela Assistente Social 2, como uma questão a ser considerada pela gestão, porquanto a tomada de decisão de romper com o ciclo da violência, através da queixa-crime, pode de fato gerar um agravamento da violência doméstica, haja vista a crescente nos números de feminicídios que é o ato final de um continuum de violência contra a mulher. De modo que ela declara que:

No CRLV, na época, realizávamos uma avaliação de risco para saber qual era o potencial de agravamento daquela situação de violência e quais seriam os próximos passos após essa análise de risco. O processo de denúncia, separação e encerramento do ciclo podem trazer um recrudescimento da situação de violência contra a mulher (Assistente Social 2, 2024).

Para tanto, a profissional destaca que é importante ter consciência de que a queixa-crime é uma medida muito importante para a busca de justiça. Entretanto, considera que, após a busca de apoio aos órgãos responsáveis, essa mulher precisa de toda segurança do aparato público.

A **Assistente Social 3** apresenta que as principais dificuldades relatadas pelas mulheres, na maior parte das vezes, são as questões econômicas, pois, para ela, “a informação hoje em dia se busca mais rápido, através de rádio, televisão, uma vizinha ou alguém” (Assistente Social 3, 2024). Mas o transporte, o recurso para poder frequentar o atendimento, é sim uma dificuldade, já que o atendimento, por vezes, demanda das mulheres estarem no espaço do CRLV toda semana. “O aumento do transporte, da pobreza feminina, a frequência ao atendimento foi se reduzindo, as mulheres estão preferindo vir a cada mês, ou a cada 15 dias. Isso dificulta o acompanhamento das mulheres, uma vez que a mulher precisa desse apoio”.

Ressalta que para as moradoras do subúrbio essas dificuldades podem ser ainda piores, por ser mais longe, a distância comentada pelas mulheres; então, elas têm uma maior dificuldade de chegar ao serviço. Na maioria das vezes, as mulheres têm crianças na escola; então, precisam voltar mais rápido para pegar as crianças, não têm com quem deixar as crianças, ou, na maioria dos casos, elas levam as crianças. De forma que se aceita tranquilamente que as mulheres levem seus filhos no ato do atendimento, pois

levando as crianças elas conseguem participar de forma mais integral, sem preocupações. Desse modo:

Essas dificuldades são ruins até para nós, profissionais, por conta da temporalidade muito larga para o atendimento. Queríamos mais tempo com as mulheres, encontros semanalmente, onde as mulheres poderiam falar mais das suas dores, onde possam apresentar os novos episódios de violências e, assim, a equipe de múltiplo atendimento possa traçar um plano de segurança com essa mulher em situação de violência doméstica (Assistente Social 3, 2024).

Para **Mulher de Movimento Social 1**, acerca das principais dificuldades que são relatadas pelas mulheres da comunidade no espaço de mitigação, é sem dúvida a falta de autonomia financeira, por falta de emprego, a falta de sair de casa, de poder desenvolver uma atividade, de sentir que está fazendo alguma coisa produtiva. Estas são algumas das situações relatadas por mulheres no espaço. Outros dois pontos destacados como dificuldades foram:

Muitas relatam ter dificuldades em relação à distância para chegar na DEAM, mesmo tendo ônibus chegando perto, demora muito. A mobilidade toda está ruim na suburbana, a frota diminuiu, os ônibus em mau estado, sucateados, dificultando mais ainda o acesso e ainda tiraram os trens, que custavam 0,50 centavos e contribuíam para a população, e agora é só o transporte (ônibus) e nem todas têm o valor (Mulher de Movimento Social 1, 2024).

Assim como tem muitas mulheres que não denunciam por medo de chamar a polícia e ter problemas no trânsito, pois já são informadas pelo poder paralelo que não podem chamar polícia para dentro da comunidade; se assim fizerem, sofrem consequências (Mulher de Movimento Social 1, 2024).

Para ela, o atendimento prestado às mulheres em situação de violência doméstica nos serviços especializados já foi pontuado como um problema enfrentado por mulheres da comunidade, quando ela narra o relato de uma mulher que buscou o serviço da rede em uma das DEAMs presentes em Salvador. Na época, uma mulher com cinco filhos, ao chegar na DEAM, a atendente, uma mulher, que registrou sua ocorrência falou para a mulher em situação de violência, “você tem um homem ruim e ainda tem 5 filhos”. “E contou que a casa onde viviam só tinha 2 cômodos, e, na maioria das vezes, ela cedia ao marido para não acordar os filhos que estavam dormindo” (Mulher de Movimento Social 1, 2024).

Para **Mulher do Movimento Social 2**, as principais demandas apresentadas pelas mulheres no espaço da associação, onde atua, estão relacionadas ao medo da denúncia. A maioria teme denunciar e não sabe como proceder. Pois:

O medo de denunciar surge primeiramente da falta de informações: muitas não sabem onde denunciar, outras têm medo de como vai ser atendida na delegacia especializada, ou temem a reação do parceiro. Muitas demoram para identificar os tipos de violência e, até chegar à violência física, enfrentam dificuldades para reconhecer outras formas de abuso. Por isso, contribuímos para a conscientização e o reconhecimento dessas violências, além de ajudar a enfrentar e sair dessa situação (Mulher de Movimento Social 2, 2024).

Assim, pensamos que esse espaço funciona como meio de acolhimento, pois lá discutem-se diversos temas e questões, o que ajuda as mulheres a se aproximar e a identificar os diferentes tipos de violência. Desse modo:

Quando proporcionamos esses cursos, é com essa intenção: são gestos simples, mas que fazem uma grande diferença para elas. Esses cursos permitem que entrem no mercado de trabalho e tenham a oportunidade de conquistar sua própria renda. Muitas vezes, a situação de vulnerabilidade ocorre porque o homem impõe que ele seja o provedor, deixando a mulher dependente. Isso coloca muitas delas, especialmente as que têm filhos, em situações de violência sem ter para onde ir. Assim, oferecemos uma chance de mudança e empoderamento (Mulher de Movimento Social 2, 2024).

Além do medo, também foram relatadas dificuldades para acessar os espaços dos serviços. Uma mulher da comunidade compartilhou sua experiência ao tentar registrar uma queixa em uma determinada delegacia de Salvador. E, lá na DEAM, ela foi orientada a não prosseguir com a denúncia; e acabou desistindo por causa disso.

A entrevistada ainda ressalta a interferência do tráfico de droga que atua nas comunidades, em episódios de violência doméstica contra mulheres. Ela diz:

Recebemos orientação até do próprio tráfico de drogas, que nos orienta a conversar com eles para que resolvam o problema da violência doméstica. É como se fosse uma lei interna deles; acabam resolvendo a situação à sua maneira. Chamam, batem, e às vezes expulsam os homens. Tivemos um caso na [...] em que o homem não retornou mais. Ele tinha agredido a mulher algumas vezes e, apesar de reatarem o relacionamento, ela nunca dava queixa. Em uma situação específica, ela decidiu denunciar, mas o tráfico interveio, afirmando que não queria polícia lá dentro. Na segunda situação, deram um prazo para o homem sair de casa, sem levar nada, nem mesmo o carro. Desde então, ele não

retornou, e essa intervenção acabou sendo mais eficaz que as próprias leis (Mulher de Movimento Social 2, 2024).

Relato que demonstra como o Estado falha com as mulheres e com a sociedade, uma vez que o poder paralelo opera quando o “braço” do poder público não se apresenta para dar resolutividade às questões sociais. Salienta que o enfrentamento à violência não é uma questão apenas da segurança pública, mas de educação, habitação, emprego, renda, dentre outros.

Mulher de movimento social 3 relata que os principais problemas enfrentados e relatados por mulheres no espaço são relacionados à falta de informação, pois as informações não chegam para elas de forma contundente, visto que elas não sabem muita coisa. O acolhimento na DEAM é péssimo, as mulheres são atendidas por homens que não sabem atender, não tem o acolhimento que deveria ter, as mulheres reclamam muito do atendimento isso quando é violência física, porque quando é violência psicológica na DEAM nem querem atender.

O tráfico de drogas nas comunidades também é um problema sério para as mulheres quando estão em situação de violência doméstica, porquanto elas são ameaçadas para não dar queixa; se derem queixa e a polícia for no bairro, elas vão sofrer as consequências. A questão da mobilidade do Subúrbio também é apresentada como uma dificuldade das mulheres para acessar o coletivo, bem como os serviços, pois:

O que facilitava era o trem, mas agora ele não está mais disponível. A retirada dos trens dificultou muito o acesso, especialmente para as mulheres de baixa renda, devido ao valor do transporte, que era baixo. A passagem de ônibus é cara, e isso se torna um problema ainda maior para uma mulher que não tem recursos financeiros e está fisicamente agredida. As dificuldades de mobilidade apresentadas pelas mulheres são significativas, pois a falta de um meio de transporte acessível impede que elas procurem ajuda e serviços essenciais (Mulher de Movimento Social 3, 2024).

Acerca das dificuldades, a gestora afirma não conseguir apresentar uma questão específica, uma vez que, na época da sua gestão, adotava uma política de diagnóstico, na qual buscava, através da escuta ativa, identificar dentre as demandas apresentadas pelas mulheres, qual delas precisaria do valor da passagem do transporte para retornar ao atendimento. “E assim fornecíamos o transporte para as mulheres, comprávamos vale transporte com recursos próprios; era uma iniciativa nossa, do Centro. Acredito que o

mais importante não é onde está localizado o serviço e sim garantir o acesso das assistidas ao serviço” (Gestora, 2024). Portanto:

Não consigo especificar uma demanda específica que elas apresentassem diferente de outras mulheres de outras partes da cidade. Mas uma coisa que eu achava um pouquinho diferenciada, além do número ser mais expressivo, era que as mulheres do Subúrbio eram mulheres um pouco mais reivindicativas, um pouco mais participativas em outras questões na cidade; tinham um entendimento melhor da cidade e das dificuldades da cidade. Já existia na época uma luta pela implantação da DEAM em Periperi, já existia uma luta para o Serviço VIVER abrir uma unidade lá no Subúrbio. Isso, de alguma maneira, impactava as mulheres com diferentes alcances, pois existia uma movimentação ali, ao redor delas. Então, isso é diferente de quando você pega mulheres que estão isoladas desse tipo de movimentação, que não vê o que acontece, que estão mais distantes de tudo (Gestora, 2024).

Então:

A partir do momento que a mulher chegava e começava o atendimento, a gente conversava com elas para saber quem precisava de auxílio transporte. Nem todas precisavam e para aquelas que diziam que não podiam ir por conta dessa questão, a gente comprava e dava a ida e a volta, para garantir que elas retornassem, e elas retornavam (Gestora, 2024).

A gestora também destacou que, na época da sua administração, o CRLV tinha pedagogas para ficar com as crianças - filhos das mulheres que buscavam atendimento - enquanto as mães eram atendidas, essa foi uma ação pioneira da sua gestão, que não existia em outros espaços de atendimento à mulher. Desse modo:

Isso é mais uma forma de garantir acesso, porque as mulheres não precisam deixar os filhos para vir buscar atendimento. Então, tínhamos esse serviço, para elas saberem que não precisavam deixar de vir ao serviço, que elas podiam chegar lá e as crianças iriam ser atendidas enquanto elas estivessem no acolhimento ou atendimento (Gestora, 2024).

Vale considerar que a demanda da falta de recurso financeiro para o uso do transporte coletivo - ônibus - parece uma constante na vida das mulheres em situação de violência doméstica, ainda que na gestão da entrevistada nem todas as mulheres que buscavam o serviço apresentavam essa demanda específica do transporte.

Para a **advogada**, as principais dificuldades apresentadas pelas mulheres estão relacionadas ao fato de elas não se sentirem acolhidas pelos serviços da rede de atenção

à mulher; acontece o processo de revitimização, e muitas queixas da falta de dinheiro para os transportes públicos a fim de acessar o serviço.

No espaço onde atuo, são subsidiados os transportes para que as mulheres voltem para o atendimento ou se desloquem ao fórum quando têm alguma audiência. No entanto, a dificuldade financeira e a falta de informação ao acessarem os serviços são as queixas mais frequentes (Advogada, 2024).

O fato das mulheres, por vezes, precisarem se deslocar para vários espaços da rede de atenção, situação que demanda dinheiro para o transporte, faz com que muitas mulheres desistam de continuar a denúncia. Além disso, as mulheres saem do serviço sem um documento explicando o direcionamento a seguir. Isto faz com que muitas desistam, ou seja, a falta de informação compromete muito o percurso da mulher.

Sem falar que as mulheres vão até a DEAM e não têm sua situação resolvida - não têm uma medida protetiva deferida; voltam para casa com uma informação truncada de que devem retornar outro dia para uma audiência com duas testemunhas, e muitas mulheres pensam que, por não terem as testemunhas, não podem voltar (Advogada, 2024).

Uma mulher que busca um serviço deve sair dele com uma devolutiva positiva da sua demanda, não com dúvidas, com medo, sem saber como agir. Um exemplo é o serviço de abrigamento que, pela Lei Maria da Penha, as mulheres têm direito de, após registrar a ocorrência, não se sentindo segura para retornar para casa em convívio com o agressor, ser abrigada. E essa informação não é passada para as mulheres para que elas tenham o direito de escolher se querem ir ou não para a casa abrigo.

Isso é uma falha no atendimento para com as mulheres em situação de violência doméstica, que coloca a mulher em risco. Quando acontece dessa informação ser passada, os agentes passam de forma como se fosse uma punição para a mulher: - Olha, você vai ficar lá, não pode se comunicar com ninguém; olha você vai ficar no abrigo 15 dias sem entrar em contato com ninguém.

Outra questão que acontece muito, e inclusive já presenciei, é de, no momento que as mulheres buscam o serviço, colocar dúvidas sobre a decisão da mulher: - Você tem certeza que é isso mesmo que você quer fazer? Lembre-se que ele é o pai de seu filho! As mulheres buscam o serviço, mas elas não são bem recepcionadas, não são bem acolhidas (Advogada, 2024).

Para a psicóloga, uma das dificuldades apresentadas para as mulheres era a questão da falta de dinheiro para retornar ao atendimento. Então:

A equipe do CRLV, junto com a gestora, pensamos estratégias para poder oferecer a essas mulheres aqueles tipos de tickets – vale-transporte - para que elas retornassem ao atendimento. Eu lembro que a gente lutava muito para ter isso (vale-transporte) para que a gente pudesse realmente continuar o atendimento para algumas mulheres. E isso era uma dificuldade mesmo, a falta de dinheiro de transporte para as mulheres ir aos atendimentos (Psicóloga, 2024).

A profissional destaca ainda que as mulheres que chegavam ao CRLV reconheciam que passaram por uma situação de violência doméstica. “Elas já chegavam com vontade de romper com o ciclo da violência doméstica; claro que a dificuldade do rompimento é muito grande, mas a maioria chegava assim, eu preciso, eu tô preparada, eu quero romper, o que eu preciso fazer? Outras não, chegavam pelo sofrimento, ainda com esperanças da relação melhorar, e a gente não julgava, nem indicava interromper”.

4.4.4 Quais ações para o enfrentamento a violência doméstica contra mulher?

Ao ser convidada para pontuar ações necessárias, como demandas prioritárias para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, a profissional apresentou pontos que considera importantes acerca da questão da informação, ressaltando que:

Os profissionais que atuam diretamente com o público feminino, de todas as áreas, devem se articular e trabalhar com a democratização da informação para orientar as mulheres, onde quer que seja, sobre onde elas podem ser atendidas em caso de situação de violência doméstica. O acesso à informação é a chave; e é o que nos falta, sobretudo em Salvador (Assistente Social 1, 2024).

A profissional relata experiências com colegas de trabalho que, por vezes, mesmo trabalhando com a demanda das mulheres em situação de violência, desconhecem o funcionamento e espaços da “rede de atenção à mulher em Salvador”, o que demonstra que a falta de informação é uma realidade que dificulta não só o acesso e mobilidade das mulheres aos serviços, mas também a oferta de um atendimento direcionado para a demanda específica da mulher no momento da busca dos serviços, visto que existem profissionais que atuam nos serviços, contudo desconhecem “os protocolos” de atendimento.

Por vezes, a falta de conhecimento dos profissionais acontece devido à ineficiência da oferta, por parte da gestão, de uma qualificação e preparação de atuação dos profissionais junto ao público e demanda específica da violência contra mulheres. Situação que, por vezes, demanda do profissional criar estratégias próprias para desenvolver seu trabalho.

Uma estratégia que a Assistente Social 1 está potencializando atualmente, como professora em uma universidade pública no Estado da Bahia, é usar suas experiências de 22 anos de atuação junto às mulheres em situação de violência doméstica. Ela leva seu conhecimento prático para a sala de aula, desenvolvendo uma formação para futuros profissionais que irão atuar nessa questão, para que possam entender essa realidade e fazer diferente, contribuindo de fato para o funcionamento da rede de atenção à mulher.

Para a Assistente Social 2, no que tange às ações para enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, é necessário lançar mais luz sobre as instâncias de acompanhamento, as instâncias comportamentais, as estratégias de interrupção do ciclo de violência e as formas de atuação integradas que permitem dar condições à mulher de superar a situação. No sentido de reforçar a urgência de uma revisão na atuação dos espaços de serviços no atendimento às mulheres a profissional relata que:

Existem muitos relatos de mulheres que chegavam e chegam nas DEAMs e não são bem acolhidas, não são respeitadas e têm seus relatos colocados em dúvida. Tudo isso torna o processo de denúncia mais difícil para a mulher, principalmente quando ela tem outros dependentes. A presença de muitos laços e obrigações conjuntas complica ainda mais esse processo (Assistente Social 2, 2024).

Quando olhamos de fora, só enxergamos o agressor e uma vítima, mas em termos de identidade e percepções, seja dos papéis, sejam afetivas, é muito mais complexo. Então, quando uma mulher se move praticamente diante da estrutura para enfrentar a violência contra ela, está mobilizando todos esses papéis. As múltiplas tomadas de decisões são muito difíceis e são agravadas por redes que não estão bem articuladas (Assistente Social 2, 2024).

Desse modo, não considerar os múltiplos atravessamentos que interseccionam a vida das mulheres na tomada de decisão em se deslocar a um serviço da rede de atenção às mulheres em situação de violência em Salvador, colocando dúvidas, desacreditando das suas narrativas do contexto de violência, é uma demanda urgente para ser revisitada

e que exige qualificação da atuação dos profissionais de atendimento às mulheres nos espaços de serviços especializados.

A Assistente Social 3, pensando nas ações de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, afirma que “a prioridade deve ser a implementação das políticas públicas de forma menos burocrática para as mulheres. Ou seja, acesso fluido e contínuo, com a garantia que as mulheres possam ter a possibilidade de uma renda, que gere autonomia econômica. As mulheres tinham que ter um sistema para que elas pudessem ser inseridas num trabalho rápido, ter uma renda para poderem mudar de casa. Ou seja, uma política que tivesse uma urgência, na mesma urgência que ela traz; essas políticas devem ser permanentes, continuadas e urgentes de acordo a necessidade apresentada pelas mulheres”. Para tanto, a profissional cita o exemplo da Califórnia, onde ela relata:

Na Califórnia, eu pesquisei, as mulheres têm um abrigo, trata-se de uma série de residências que elas entram com seus filhos e família e recebem uma renda mensal para se manter, e ficam ali separadas, um determinado período, até se restabelecer, e organizar a vida. As crianças têm acesso à escola, à saúde; a família passa por um acompanhamento psicológico. Então, essa é uma política integrada que ajudaria, e aqui não acontece isso. Aqui no Brasil, deveríamos ter um programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ somente para isso, para abrigar mulheres em situação de violência, pois elas precisam, muitas dessas mulheres permanecem no relacionamento, por não ter moradia, e não tem recurso para ter. Essa política para mim, seria o ideal; é o que eu sonho (Assistente Social 3, 2024).

Por fim, a Assistente Social 3 acredita que a rede de atenção à mulher em Salvador precisa funcionar com uma outra perspectiva, na qual sejam definidos seus objetivos, sua funcionalidade, sua conexão do que fazer e os princípios. Cada serviço tem que ter isso muito claro. É necessário ter a ideia de como resolver cada situação. No primeiro contato com a vítima, já deve ser categorizado se é uma questão de saúde, assistência social ou econômica, para que o encaminhamento seja feito ao setor correto, com profissionais capacitados. Só assim, o fluxo pode ser fluido, de forma a atender a demanda mais próxima possível da realidade das mulheres em situação de violência doméstica na Cidade do Salvador.

Mulher de Movimento Social 1, no tocante às formas e ações para mitigar as dificuldades apresentadas pelas mulheres da comunidade no enfrentamento à violência doméstica, sugere que se invista na profissionalização das mulheres em situação de violência doméstica, assim como na oferta de oportunidades de emprego para que elas

tenham acesso a uma renda. “Este é um ponto necessário para se investir, por parte dos governantes”.

Outra questão que deve ser observada é a efetivação das legislações vigentes referentes a tais demandas, pois os órgãos do Estado parecem não estar se importando, diante dos números de violências que as mulheres negras e pobres de comunidades sofrem diariamente. A efetivação da legislação exige um monitoramento e acompanhamento da atuação dos profissionais nos serviços, para verificar se realmente estão atendendo as mulheres como deve ser o atendimento especializado.

O espaço não tem nenhum apoio dos governantes públicos como pontua Mulher de Movimento Social 1, que relata que às vezes conseguem participar de editais e projetos e, assim, conseguiram ofertar cursos para até 20 mulheres, as quais aprenderam a escrever projetos de intervenção social; mulheres do movimento que não tinham autonomia financeira. Será o investimento financeiro, por parte da gestão pública, nos espaços de mitigação das comunidades, uma possibilidade efetiva para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres?

Mulher de Movimento Social 2, pensando nas demandas prioritárias para o enfrentamento da violência doméstica, destaca a importância da implantação de um Centro de Referência no Subúrbio, semelhante ao Centro de Referência Loreta Valadares. Ela defende mais políticas públicas de fortalecimento, mais locais de acolhimento para mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência.

A questão da mobilidade também precisa ser revista. O acesso aos espaços que atendem às mulheres é dificultado por uma tarifa de ônibus alta e um transporte público de baixa qualidade. A retirada do trem do Subúrbio é um problema grave para os moradores. Esses impedimentos, principalmente a falta de transporte, dificultam a procura por serviços. Acredita-se que a implantação de um centro no subúrbio facilitará o acesso.

“O governo poderia investir mais em cursos de qualificação para que as mulheres consigam entrar no mercado de trabalho e orientar melhor essas mulheres. Não é apenas a queixa que importa, mas também o acolhimento e a possibilidade de contato com outras mulheres que já passaram por violência doméstica e conseguiram superar a situação, oferecendo incentivo e apoio. O investimento na autoestima das mulheres também é necessário. Muitas sofrem com baixa autoestima e não se sentem bonitas. Elas precisam de apoio para fortalecer a percepção de sua beleza, para saber que podem encontrar outra

pessoa em outro momento e que o amor-próprio é essencial antes de amar o outro. Fortalecer a autoestima é uma parte importante desse processo”.

Mulher de movimento social 3 considera como ação necessária para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher a criação de mais DEAMs em Salvador, principalmente no Subúrbio Ferroviário, pois só tem uma única DEAM para atender o Subúrbio inteiro – composto por muitos bairros - e ainda outros lugares. “Agora, estão jogando as mulheres para a Casa da Mulher Brasileira, do outro lado do Subúrbio”.

Os governantes deveriam investir em projetos sociais em cada comunidade, alinhados com as escolas, para educar e transformar vidas. Esses projetos poderiam ser integrados a escolas e creches, oferecendo não apenas educação formal, mas também ensinamentos práticos para a vida. A educação dentro das escolas deve abordar temas como direitos, igualdade de gênero, e a importância do respeito e da não violência. Com essa abordagem, seria possível criar um ambiente mais seguro e consciente, capacitando as crianças e suas famílias para um futuro melhor e mais justo.

Para a **gestora**, é preciso garantir o acesso das mulheres aos serviços. É necessário pensar a implantação de uma política de transporte que libere a condução das mulheres (em situação de violência doméstica) que tiverem atendimento nos serviços. Podia criar - banco de dados - um cadastro na Prefeitura, no qual as mulheres pudessem ter livre acesso no período de atendimento nos serviços, ou uma carteirinha para elas conseguirem o acesso gratuito no transporte.

Acessar os serviços da rede é uma forma de fortalecer as mulheres. Às vezes, elas vão para a DEAM, mas buscam o Centro de Referência, e isso faz parte de um processo, para que as mulheres se sintam fortalecidas para ir até a polícia, para buscar outra forma de ajuda, e para romper com o ciclo da violência - que é um passo muito maior.

É preciso também criar uma política de geração de emprego. Pode ser na qualificação dessas mulheres, pode ser dentro dos programas de geração de emprego existir um programa específico para incorporar as mulheres que passam por serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica. Elas podem ser encaminhadas para empresas que tenham um perfil mais acolhedor e que possam estar mais preparadas que outras empresas para ter essas mulheres no seu quadro de funcionários. Tudo isso faz parte de um conjunto de ações que podem ser viabilizadas. Mas por que não acontece? Porque precisa de uma gestão que priorize essas questões e que realmente esteja comprometida com o enfrentamento da violência doméstica.

A política de geração de emprego e renda para as mulheres vai facilitar o processo delas no enfrentamento e rompimento da violência doméstica. Do mesmo modo, políticas de acesso ao lazer e à educação; tudo isso facilitaria a vida das mulheres nesse processo. Então:

Eu penso que é muito importante que trabalhos como esse sejam feitos, para dar visibilidade às questões da violência. A gente precisa estudar, entender as especificidades e a diversidade para poder enfrentar e auxiliar melhor as mulheres que sofrem violência, e, assim, poder planejar políticas melhores. A política deve ter um olhar diferente para a mulher negra; não sei se hoje a gente já chegou nesse ponto. Na atualidade, as pessoas já conseguem perceber que esse recorte é necessário e precisa ter um olhar especial sobre isso. Muita gente já tem essa compreensão, mas ainda não está sendo feito de forma suficiente (Gestora, 2024).

Para a gestora, uma das coisas que trouxe êxito no trabalho desenvolvido por ela e sua equipe no CRLV foi que toda a equipe técnica na época era concursada. “Ninguém estava ali por indicação política, ninguém estava ali com contrato precário ou devendo favor para ninguém. Isso permitia exigir desses profissionais e investir no crescimento deles, pois sabíamos que iriam continuar ali. Isso foi fundamental para estruturar o serviço, pois não tinha rotatividade de profissionais. Os profissionais estabeleciam vínculos duradouros e profundos com as mulheres, o que é essencial para um trabalho que necessitava de continuidade” (Gestora, 2024).

Para a **advogada**, a demanda prioritária é que os serviços precisam ser mais eficazes, mais integrados, as mulheres precisam de uma rede que funcione – rede significa entrar por uma porta de um serviço como: DEAM, NUDEM, CRLV, CRAS, etc. e ter acesso a serviços que estão integrados, como, por exemplo, acesso a emprego e renda, habitação, acompanhamento psicológico, jurídico e social. “Isso, sim, é possibilidade de uma perspectiva de mudança na vida de uma mulher em situação de violência doméstica”.

Precisamos de mais serviços, que sejam mais regionalizados, mas precisamos que esses serviços sejam integralizados e apresentem resoluções para as mulheres, para tudo que elas buscam no serviço. Nós, mulheres, precisamos de fato nos sentir seguras para acabar com a situação de violência doméstica. As mulheres, quando resolvem buscar os serviços, é porque já não aguentam mais as violências, mas não porque elas acreditam nos serviços; elas não acreditam no serviço. É preciso que os serviços ofereçam resolutividade e segurança para as mulheres (Advogada, 2024).

É preciso que o Estado se comprometa com a vida das mulheres, pois a vida delas é responsabilidade do Estado e os serviços agem como se o problema da violência contra as mulheres fosse um problema das mulheres.

Para a **psicóloga**, o primeiro ponto a se pensar como ação para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher é criar possibilidades para que as mulheres tenham mais acesso ao acompanhamento psicológico e que essas situações de violência sejam identificadas mais cedo, entre meninas e meninos, ainda na adolescência, nas escolas, especialmente com a questão do *bullying*. Assim, é fundamental haver uma articulação entre saúde e educação. Atualmente, as crianças estão muito expostas à pornografia e sofrendo abusos constantes. É necessário identificar esses problemas logo no início ou evitar que aconteçam. A violência, quando aparece, já é a ponta do iceberg. Mas onde começa isso tudo?

É necessário encontrar as meninas e meninos que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, mas estão silenciosos ou silenciados. Aqueles que conseguem verbalizar de alguma forma podem alcançar apoio. É preciso identificar as mulheres que sofreram violências na infância, pois há uma relação entre essas experiências e as violências sofridas na fase adulta.

“Outra questão importante é o encaminhamento. Orientar uma mulher é uma coisa, mas encaminhá-la adequadamente é outra. O encaminhamento deve ser garantido às mulheres de acordo com suas necessidades ao chegar aos serviços. Antigamente, tínhamos uma ficha comum aos serviços. Quando uma mulher chegava a algum serviço, essa ficha era preenchida, indicando qual era a necessidade dela naquele momento: se era acompanhamento psicológico, jurídico ou outro tipo de assistência. Essa ficha era entregue à mulher, e quando ela chegava ao serviço para o qual foi encaminhada, já era direcionada para o atendimento conforme sua necessidade específica e imediata. Os profissionais podiam acompanhar, através dessa ficha, se a mulher tinha chegado ao serviço para o qual foi encaminhada”.

Atualmente, não existe nos serviços uma ficha com essa finalidade, o que demonstra uma falta de articulação entre os serviços da rede de atenção à mulher. Diante das entrevistas com as mulheres participantes da pesquisa, assim como com os profissionais dos serviços, nota-se que não há um protocolo de encaminhamento sendo seguido.

Tecendo uma reflexão sobre as percepções das profissionais e mulheres de movimentos sociais, que atuam diretamente com a mazela social da violência doméstica contra as mulheres, notam-se convergências em vários pontos apresentados anteriormente pelas mulheres em situação de violência que participaram da pesquisa. Principalmente na questão das injustiças espaciais percebidas por essas mulheres em seus itinerários aos serviços da rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador.

A injustiça espacial, convergente com as já mencionadas pelas mulheres e citada pelas profissionais, está relacionada à questão da mobilidade urbana: pouca oferta, ou oferta precária, de transportes públicos; distância da localização dos serviços da rede de atenção à mulher em relação à área de residência das mulheres em situação de violência doméstica, visto que grande parte dos serviços está localizada no centro da Cidade do Salvador.

Como injustiça social, as maiores dificuldades identificadas pelas profissionais foram relacionadas à questão financeira – falta de dinheiro para pagar o transporte público, falta de emprego, e dificuldade de compreensão das informações. Percepções igualmente identificadas e mencionadas pelas mulheres de movimento social, as quais consideram a implementação de Políticas Públicas diferenciadas como uma ação para a mudança.

Considerando que as políticas públicas são importantes instrumentos para a correção das injustiças sociais, visto que podem induzir e produzir profundas reduções das desigualdades, das discriminações e mudanças de paradigmas, é preciso levar em conta os dados atuais das pesquisas, que afirmam ser as mulheres negras as maiores vítimas da violência no Brasil. Faz-se necessário, portanto, estabelecer políticas públicas focalizadas, ou seja, dirigidas e pensadas para todas as mulheres, mas com diligência para o alcance das mulheres negras, uma vez que são as que figuram na base da pirâmide social dos piores dados estatísticos.

A gestão pública deve implementar políticas públicas apoiadas na interseccionalidade como ferramenta metodológica de análise dos marcadores sociais, assim como devem se envolver diferentes setores da sociedade, para, de fato, enfrentar as diferentes formas de violências físicas e simbólicas, a pobreza, a baixa escolaridade, a desigualdade no mundo do trabalho, entre outros fatores que reduzem as desigualdades sociais.

Acrescenta-se que é fundamental que mulheres negras e de comunidades sejam interlocutoras na formulação e no acompanhamento das políticas públicas. Salientando que a participação das mulheres em todo o processo da elaboração das políticas públicas, para além de afirmar uma gestão democrática, é um direito garantido na Constituição brasileira.

Diante do exposto pelas mulheres do movimento social, que atuam nas comunidades e que reconhecem a influência do poder paralelo do narcotráfico, é evidente a necessidade urgente de um olhar diferenciado para essa questão. Em muitos casos, as forças de segurança enfrentam dificuldades para entrar nessas áreas e garantir a segurança das mulheres. Isso agrava o contexto de violência doméstica vivenciado por diversas mulheres nas periferias brasileiras.

É importante pensar em políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres, de acordo com suas realidades específicas, levando em consideração os marcadores sociais que as cercam. Isso inclui não apenas o combate direto à violência doméstica, mas também o fortalecimento da segurança pública nas comunidades afetadas pelo narcotráfico, garantindo acesso seguro aos serviços de proteção e apoio. É preciso pensar maneiras de fortalecer os espaços de mitigação nas comunidades, haja vista o importante trabalho desenvolvido por tais espaços.

Destaca-se que os espaços de mitigação são lugares férteis para implementar ações, ou políticas, capazes de reduzir, minimizar ou mitigar um problema específico. No contexto da violência doméstica, estes espaços podem ser potencializados não se restringindo apenas à proteção e apoio direto às vítimas de violência doméstica; mas também os gestores públicos poderiam investir em ações educativas, campanhas de conscientização e treinamentos para agentes comunitários, onde diferentes atores possam colaborar para enfrentar e mitigar os problemas associados à violência doméstica. Por fim, é necessário um esforço conjunto entre governos, sociedade civil e instituições para enfrentar essa complexa realidade, e assim promover a segurança e o bem-estar das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade identificar de que maneira, e em quais condições, fatores sociais e espaciais se apresentam como injustiça no itinerário de mulheres e contribuem para a reprodução da violência doméstica contra a mulher, assim como dificultam o acesso das vítimas de violência doméstica aos serviços de proteção no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A análise dos fatos possibilitou identificar a localização dos serviços como principal marcador de injustiça espacial. Estes serviços deveriam estar estruturados em uma “rede” de atenção à violência contra a mulher. Igualmente, as dificuldades de acesso, por conta da distância do ponto de ônibus, principal transporte público desde as residências das mulheres em situação de violência doméstica até o lugar onde estão localizados os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

As observações pontuadas a partir das experiências das profissionais e mulheres de movimento social, durante os atendimentos e assistências às mulheres em situação de violência doméstica, agregaram um aporte substancial para identificar que as políticas públicas ofertadas para mulheres em Salvador são ineficientes, uma vez que assumem uma posição de atuação que potencializam as injustiças espaciais no itinerário das mulheres que buscam os serviços da “rede” de atenção à mulher.

Outrossim, as ausências, relatadas por mulheres, de respostas institucionais rápidas e positivas diante das denúncias de violência doméstica, revelam um aspecto da injustiça social, as quais demonstram a necessidade de políticas públicas e ações que visem não apenas a expansão e descentralização dos serviços de apoio às mulheres em situação de violência, mas também a melhoria da qualidade e eficácia desses serviços, garantindo respostas rápidas e efetivas para as vítimas.

Quanto ao perfil sociodemográfico das mulheres que participaram do estudo, todas são mulheres negras (pardas e pretas); quatro delas são mães, todas vítimas de violência doméstica de variadas formas, mas a violência física se destaca, além da verbal e psicológica. Todas concluíram o ensino médio, uma já tem o curso superior completo, esta, contudo, ainda exerce um subemprego, uma vez que atua como copeira em uma Unidade de Saúde, sendo formada em Enfermagem.

Em relação ao percurso descritivo do itinerário das mulheres na rede de atenção à mulher, evidenciaram-se fatores geográficos e sociais como injustiças socioespaciais, que podem operar como barreiras impeditivas da tomada de decisão da mulher no sentido de romper

o ciclo da violência doméstica, como também comprometer a rota crítica da mulher em situação de violência.

Um dos limites do estudo foi o pequeno número de mulheres entrevistadas, em face da dificuldade de identificar mulheres elegíveis para a pesquisa, o que favoreceria, com mais relatos, capturar a heterogeneidade de situações. Sobretudo quanto às sucessivas idas e vindas aos serviços após a denúncia da violência, como apontam outros estudos. A natureza delicada do tema do estudo ajuda a entender a dificuldade em contatar mulheres dispostas a contar suas histórias.

Contudo, as profissionais e mulheres do movimento social possibilitaram ampliar a análise, uma vez que estão imersas no cotidiano de várias mulheres em situação de violência doméstica, que buscam apoio nos espaços de atuação das profissionais, assim como das mulheres que atuam no espaço de mitigação – as do movimento social. Estas, com seus olhares e ouvidos atentos a partir das práticas vivenciadas, acrescentaram informações importantes tanto sobre a realidade das mulheres que buscam os serviços, como sobre o funcionamento dos serviços e a operacionalização da política pública para mulheres em situação de violência doméstica em Salvador.

A subnotificação foi um dado que chamou atenção no estudo, porquanto foram encontradas mulheres que sofriam violência doméstica durante muitos anos, porém, as mesmas nunca buscaram suporte na “rede de atenção à mulher”, a exemplo de Rosa. Em conversa com algumas dessas mulheres, constatou-se que elas nunca denunciaram seus algozes, por não acreditar no funcionamento da “rede de atenção à mulher em situação de violência doméstica”. Elas entendem que sua situação não será resolvida, têm medo de sua situação de violência se agravar, dentre outras possibilidades.

Outro fator que pode ser inferido a partir das narrativas das mulheres do movimento social do Subúrbio, que participaram da pesquisa, é que a subnotificação da violência doméstica, pode estar relacionada à atuação do tráfico de drogas nas comunidades. O poder paralelo exercido pelo tráfico impede que as mulheres denunciem seus agressores, ameaçando-as com retaliações caso a polícia venha ao bairro para “resolver” a situação. Essas ameaças por parte da liderança do tráfico de drogas acabam silenciando muitas mulheres, que temem as consequências de denunciar a violência doméstica.

Identificou-se também, a partir da narrativa das mulheres vítimas de violência doméstica, assim como das ativistas do movimento social de mulheres que atuam no enfrentamento à violência contra as mulheres no Subúrbio Ferroviário, que muitas mulheres não denunciam a violência por medo e porque “sabem”, “pensam” e “acreditam” que a “rede

de proteção a mulher” não existe. Portanto, não têm garantias nem segurança de que estarão protegidas após denunciar o agressor.

Ao analisar a rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador, certificou-se da importância da atuação do GT DA REDE que, mesmo com todas as dificuldades, há mais de 20 anos, desenvolveu e ainda desenvolve ações de articulação para o funcionamento da rede de atenção à mulher em Salvador. As mulheres entrevistadas reconhecem as deficiências de funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica ao narrarem não terem uma resposta institucional efetiva para seus casos de violência doméstica. Todas fazem uma avaliação negativa do serviço.

Desse modo, pode-se inferir que não existe de fato uma “rede de atenção à mulher”, mas, sim, serviços isolados, cheios de embaraços e que, dada a sua fragilidade e dificuldade de funcionamento, termina por não atender com qualidade e efetividade as demandas das mulheres que buscam esses serviços.

Por fim, a presente investigação identificou várias injustiças socioespaciais a partir dos relatos das mulheres entrevistadas, bem como das profissionais e mulheres do movimento social do Subúrbio, tais como: difícil acesso aos serviços da rede de atenção à violência contra a mulher em Salvador; há poucos serviços disponíveis, considerando a dimensão geográfica da cidade e o conjunto da sua população; má distribuição espacial dos serviços, pois a maioria deles está localizada na área central da cidade; e oferta insuficiente de serviços no Subúrbio.

A violência doméstica contra as mulheres é uma questão complexa. Nenhum saber ou campo científico isoladamente dará conta de sua explicação.

O estudo não dá conta de compreender as razões pelas quais as mulheres permanecem nas relações violentas ou mesmo porque voltam a elas quando os parceiros reiteradas vezes tentam se desculpar. O que ficou evidente foi a falta de independência financeira, existência de filhos, medo e insegurança, além de aspectos subjetivos que impedem romper com esse ciclo ou mesmo retornar a ele após momentos de quase ruptura quando conseguem denunciar o agressor.

Entretanto, no momento em que as mulheres vítimas de violência doméstica tentam buscar romper o ciclo de violência, construindo suas Rotas Críticas, ao publicizar a violência e denunciar o agressor, elas encontram vários entraves, desde as dificuldades de acesso aos serviços, por conta da difícil mobilidade urbana, até falta de recursos financeiros, medos, dentre outros.

E quando conseguem chegar até um serviço da rede de atenção, são mal atendidas e muitas vezes revitimizadas, pela forma como são acolhidas nos serviços, com maus-tratos,

informações incompletas, desconfiança dos seus relatos e desconsideração do seu sofrimento; em síntese, não são acolhidas durante o atendimento e a resolutividade, na prática, não acontece. Isto ocorre por conta de políticas públicas que não foram pensadas e implementadas de forma articulada em um funcionamento que considere as intersecções que atravessam as mulheres.

Vale destacar que a Geografia, enquanto ciência, tem muito a contribuir para a produção de conhecimento qualificado que pode aportar de forma significativa na implementação e no aperfeiçoamento das políticas públicas, fortalecendo o enfrentamento à violência contra as mulheres. Para tanto, seus aportes científicos devem ser considerados nos estudos de viabilidade da implementação das políticas públicas. Políticas públicas estas que devem ser focalizadas e integradas com diversos setores (habitação, emprego, saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana) são essenciais para o enfrentamento da violência doméstica e todas as questões socioespaciais que perpassam essa problemática.

A partir de uma análise espacial da violência, é possível realizar o mapeamento das áreas com maior incidência de violência contra as mulheres, permitindo a identificação de padrões espaciais e a concentração de recursos em áreas de maior necessidade. Além disso, a análise dos fatores geográficos que possam contribuir para a vulnerabilidade das mulheres, como a falta de iluminação pública, a presença de áreas desertas ou pouco movimentadas, e a proximidade de serviços de apoio, é fundamental.

O estudo da distribuição espacial dos serviços de apoio às mulheres em situação de violência, como delegacias especializadas, abrigos e centros de atendimento, permite a identificação de lacunas na cobertura desses serviços e a proposição de novas localizações estratégicas para facilitar o acesso. Quanto à questão da mobilidade e transporte, a Geografia pode contribuir na análise da acessibilidade dos serviços de apoio, considerando a disponibilidade e a qualidade do transporte público, e na proposição de políticas de transporte que garantam a mobilidade segura das mulheres para acessar os serviços necessários.

Acerca das desigualdades socioespaciais, a investigação das relações entre desigualdades socioeconômicas e espaciais e a vulnerabilidade à violência, assim como o desenvolvimento de políticas públicas que considerem as especificidades de diferentes territórios e grupos sociais, são pontos fundamentais. Esses são aspectos essenciais sobre os quais este estudo não se debruçou, mas sinaliza como de suma importância para estudos futuros ancorados em uma perspectiva da Geografia feminista, que podem elaborar e contribuir para além de viabilizar a implementação das políticas públicas; podem colaborar para a diminuição da violência doméstica contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Relatório da pesquisa violência doméstica contra a mulher na pandemia** (Locomotiva/Instituto Patrícia Galvão), novembro de 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018. (Feminismos Plurais).

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent - driven Sampling” na estimativa de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99 p.

ALVES, Hellen Virginia da Silva. **Grades invisíveis**: as características sócioespaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciaria feminina de Rondônia. 2017.

ALVIM Simone Ferreira e SOUZA Lídio. **Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores**. Psicologia: Teoria e Prática – 2005, 7(2): 171-206 Universidade Federal do Espírito Santo.

ANDRADE Adriano Bittencourt; BAQUEIRO Paulo Roberto. **Geografia de Salvador**. Brandão. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Edição 16. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022>>. Acesso em dez 2023.

ARBOIT Jaqueline; PADOIN Stela M. de Mello; PAULA Cristiane C. **Rota crítica de mulheres em situação de violência**: revisão integrativa da literatura. Rev. Bras. Enferm. n. 72, 2019. (Supl. 3), p. 321-332.

ARAUJO, James Amorim. A Cidade revisitada: modernização capitalista e reprodução da classe trabalhadora na periferia de Salvador. 1. ed. São Paulo: EDUSP; 2016.

ARAÚJO, Maria José de Oliveira. **Feminicídio: ódio ao feminino encarnado nas mulheres**. 2023. (não publicado ainda).

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016.

BAHIA. Coordenação de Documentação e Estatística Policial - CEDEP, SALVADOR, 2018.

BAHIA. **Constituição (1989) Constituição do Estado da Bahia**. Disponível em : <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BAHIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia – SPM-BA. **Protocolo do feminicídio da Bahia prevenir, investigar, processar e julgar.** 2020.

BAHIA. **Dossiê apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI): a Bahia e a violência contra mulheres.** 2012. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%202016%20PRI_NCIPAL.pdf>. Acesso em 13 dez. 2020.

BELL HOOKS. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rosa dos tempos, 2021.

BIROLI, Flávia et al. **Mulheres, poder e ciência política:** debates e trajetórias. Editora da Unicamp, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em 7 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**). Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL. **Norma técnica de padronização de delegacias especializadas de atendimento à mulher – DEAM.** Secretaria nacional de segurança pública ministério da justiça secretaria especial de políticas para as mulheres presidência da república. Brasília 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR -, **Brasília, Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** 2011.

BRET, Bernard. **Equidad territorial.** Hypergeo, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano.** 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005.

CARVALHO Inaiá, M. Moreira de, PEREIRA Gilberto Corso. **Segregação Socioespacial e desigualdades em Salvador.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 235, p. 5-22, 2015.

CARVALHO, Inaiá; ARANTES, Rafael. “Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea. EURE (Santiago), v. 47, n. 142, p. 49-72, 2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CERQUEIRA, Fabiane. A Política de Substituição do Sistema Ferroviário pelo Sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) no Subúrbio Ferroviário de Salvador – 2022. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stan. L. Rev., v. 43, p. 1241, 1993.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista de Estudos Feministas, 2002 v. 7, n. 12, p. 171-88.

COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill e SIRMA Bilge. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Revista Cidades. v. 9, n. 16, 2012.

DA SILVA, Felipe Kevin Ramos. **GEOGRAFIA E FENOMENOLOGIA: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE ERIC DARDEL (1899-1967).** Revista GeoAmazônia, v. 10, n. 20, p. 150-171, 2022.

DANTAS, Larissa Correia Nunes. Rede de atenção à violência contra a mulher em foco: o lugar dos fluxos de informação e comunicação na construção de trajetórias de mulheres de Salvador. Salvador: 2016. Dissertação (mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher:** aumenta número de mulheres que declaram ter sofrido violência, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declararam-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em dez, 2023.

DE CARVALHO LINHARES, Élyda Mary; DE VASCONCELOS, Verônica Acioly. A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE FEMINICÍDIO1. **PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA**, p. 81, 2023.

DE LIMA ALONSO, Priscila. **HISTÓRIA ORAL.** Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, ÉTICO, Código de Autoria F, Código. **HISTÓRIA ORAL—UMA JANELA PARA A NARRATIVA DE WALTER BENJAMIN.** v. 16, n. 2, p. 27-42, 2019.

DE OLIVEIRA LEITE, Viviani Cavalcante; NOLASCO, Edgar Cézar. **Conceição Evaristo: escrevivências do corpo.** RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, 2019.

DIAS, Clímaco. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade:** relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador. 2017. 285f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DIAS, Leila Christina. **Conceitos Fundamentais da Geografia:** rede geográfica. Niterói, Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia, vol. 22, n. 49, 2020.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Mulheres em situação de violência:** entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. Rev. Med. (São Paulo). 2013 abr.-jun. 92(2): 134-40.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. v. 1, p. 26-46, 2020. Disponível em: [Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf \(itausocial.org.br\)](http://Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf (itausocial.org.br)) Acesso em 23 dez 2023.

FERREIRA, Ícaro A.; MORAES, S. S. **Subnotificação e Lei Maria da Penha:** o registro como instrumento para o enfrentamento dos casos de violência doméstica contra mulher considerando o anuário brasileiro de segurança pública (2019). O Públco e o Privado, Fortaleza, v. 18, n. 37 set/dez, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeprivado/article/view/4108>>. Acesso em 23 dez 2023.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins; SILVA, Silvio C. Bandeira de Mello. **Periferia, a produção do Subúrbio Ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi.** Veracidade - Revista do Centro do Planejamento Municipal, Salvador, Bahia, ano 2, n. 4, p. 67-80, dez., 1992.

FONSECA. Antônio Ângelo Martins da e BARBOSA. Shaeene Rodrigues Coelho. **Justiça espacial e comarcas no Estado da Bahia.** GeoTextos, vol. 13, n. 1, julho de 2017.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Mulheres da cidade d' Oxum:** relação de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador/Antônia dos Santos Garcia. - Salvador: EDUFBA, 2006.

GELEDÉS, **Mulheres negras e violência doméstica decodificando os números.** 1^a edição São Paulo Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pesquisa-mulheres-negras-e-violencia-domestica-decodificando-os-numeros-e-book/?gclid=Cj0KCQjw4s-kBhDqARIsAN-ipH2rpqjGEQwybRwPgSFEpjKw3SNgtwzV7JiIciT60gjZ6e7D_Nc6HDgaApo9EALw_wcB. Acesso em dez 2023.

GONZAGA, Christiano. **Manual de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Revista Isis Internacional, Vol. IX junho de 1988, p. 133-141.

GONZALEZ, Lélia. **Prefácios dos Cadernos Negros 5.** UCPA (Org.; Ed.). Lélia Gonzalez: **Primavera para as rosas negras.** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. União dos Coletivos Africanos (UCPA), Diáspora Africana, p. 137-141, 2018.

GONTAREK, Dimas Diego, SILVA; Joseli Maria. **Violência Doméstica e Masculinidades: Uma Análise Geográfica.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 11, n. 2, p. 188-207, 2020. ISSN 2177- 2886.

HARDING, Sandra G. (Ed.). **Feminism and methodology:** Social science issues. Indiana University Press, 1987.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HARDING, Sandra. Feminismo y Metodología. 1987.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libânia. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021. 176p.

IBAHIA. Alan Oliveira. Bahia teve 108 feminicídios em 2023; Em 2024, 10 já foram registrados. 2004. Disponível em: <[Bahia teve 108 feminicídios em 2023; Em 2024, 10 já foram registrados \(ibahia.com\)](http://ibahia.com)>. Acesso em 13 maio 2024.

KERN, Leslie. **Cidade feminista:** a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Tradução de Thereza Roque da Motta- Rio de Janeiro: oficina Raquel, 2021.

Krug Etiene G. et al., (Eds.). **Relatório Mundial sobre violência e saúde.** Genebra: OMS, 2002. Original em inglês.

LACERDA, Simone Oliveira de; TAVARES Marcia Santana; SILVA. Emildes Lima da. A Lei Maria da Penha e sua aplicação nas DEAMs de Salvador: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência. In *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 187.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social.** In: Nova História das Mulheres. Org. Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2013.

LAN, Diana. **?El circuito espacial de la violencia doméstica: Análisis de casos en Argentina?** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero , v. 1, p. 70-77, 2010.

LEITE. Viviane Cavalcante de Oliveira; NOLASCO. Edgar, Cézar. RELA Cult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios V. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1566 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870 Conceição Evaristo: **escrevências do corpo.**

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado.** BOD GmbH DE, 2019.

LUZ, Nanci Stancki. **Violência contra a Mulher: um desafio à concretização dos direitos humanos.** In. Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola/

organização: Nanci S.da Luz. Marilia G. de Carvalho. Lindamir S. Casagrande – Curitiba: UTFPR, 2009, P 47.

MACATROZZO, Amanda Moulin; FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. **A invisibilização das mulheres e o direito à cidade.** Revista de Direito da Faculdade Guanambi, v. 8, n. 2, p. 1, 2021.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia:** os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. 332 f. Tese (Doutorado) do curso de Geografia. Universidade Federal da Bahia- UFBA - Salvador, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e pesquisa, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

M A S Setianto and A Gamal. **Spatial justice in the distribution of public services.** 2021, IOP Conf. Ser.: Earth Environ. Sci. 673 012024.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo, et al. **Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral.** Saúde Soc ; 23(3): 778-786, Jul-Sep/2014.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de saúde pública, v. 10, p. S7-S18, 1994. A articulação intersetorial e atenção integral. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.778-786, 2014.

MONK, Janice; RAMÓN, M. Dolors García. **Geografía feminista: una perspectiva internacional.** Documents d'anàlisi geogràfica, n. 10, p. 147-157, 1987.

MORENO, Marcos. Análise espacial dos serviços especializados em atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na cidade de Salvador – Bahia. 2020. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

MORENO, Marcos. **DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SALVADOR (BAHIA, BRASIL).**: Localização, Áreas de Cobertura e Acessibilidade. Revista Feminismos, v. 11, n. 2, 2023.

NUNES, Marcia Tavares. **Espacialização da violência doméstica contra a mulher na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, -BA.** Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador, 2018.

OKIN. Susan Moller; **Gênero, o público e o privado.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio - agosto/2008.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Capítulo-1. Natureza, magnitude e consequências da violência sexual e da violência por parceiro íntimo. 2017. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/3661>>. Acesso em: jan. de 2023.

OMENA NETO, Joanísio Pita de. O papel da Lei Maria da Penha (Lei Nº. 13.340/2006) no combate a revitimização da mulher nos crimes cometidos no contexto de violência doméstica e

familiar. Revista Jurídica - Direito, Justiça, Fraternidade & Sociedade, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 123–139, 2023. Disponível em: <<https://revista.sentencadozero.com/index.php/rjsdz/article/view/21>>. Acesso em 24 dez. 2023.

ONU- Mulheres. **Salvador, Natal e Fortaleza lideram ranking de violência física contra as mulheres no Nordeste.** 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/salvador-natal-e-fortaleza-lideram-ranking-de-violencia-fisica-contra-as-mulheres-no-nordeste/#:~:text=As%20cidades%20de%20Salvador%2C%20Natal,8>>. Acesso em: jan. de 2024.

PASINATO. Wânia; SANTOS. Cecília MacDowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil.** Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP. 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil. Acesso em: jan. de 2022.

PASINATO. Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres:** as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei Maria da Penha. Revista Direito. São Paulo, n. 2, p. 407-428, julho-dezembro, 2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, Danielle Faria. **Espaços do Medo: A Domesticidade da Violência de Gênero na Cidade do Rio de Janeiro,** 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

PEREIRA, M.; RAMALHETE, F. **Planeamento e conflitos territoriais: uma leitura na ótica da (in)justiça espacial.** Finisterra, [S. l.], v. 52, n. 104, 2017. DOI: 10.18055/Finis 6972. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/6972>.

REIS, Ana Paula dos et al. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle no Brasil. Saúde em Debate, v. 44, p. 324-340, 2021.

RELPH, C Edward. **Uma investigação sobre as relações entre fenomenologia e geografia.** Geógrafo canadense/Le Géographe canadien, v. 14, n. 3, p. 193-201, 1970.

RELPH, C Edward. **As bases fenomenológicas da Geografia.** Traduzido da Discussion Paper Series no, 21, do Departamento de Geografia da Universidade de Toronto, dezembro de 1976. Título do original:- “The fenomenológica lfoundations of Geography”.Tradução de Herbert Sílvio Augusto Pinho Halbsgute revisão técnica de Antonio Christofolletti.

ROSE, Gillian. Feminism & geography: The limits of geographical knowledge. U of Minnesota Press, 1993.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa** / tradução de Antonio Angonese. — Bauru; SP: EDUSC, 2001. 494 p. 21, cm. -- (Coleção História).

ROSSI, Rinaldo de Castilho. **Da fazenda ao loteamento fortificado da Sapoca: A urbanização na orla de Tubarão (Salvador-BA) //.** - Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p.: il.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. S134p. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. —São. Paulo: Moderna, 1987.

SAGOT, Montserrat. La ruta crítica de las mujeres afectadas por La violência intrafamiliar em América latina (estudo de caso de dez países). OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), 2000.

SALVADOR. Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude. Observatório da Mulher. 2022. Disponível em : <https://spmj.salvador.ba.gov.br/>.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Saúde. Plano Municipal de Saúde de Salvador 2022-2025. Volume II Distritos Sanitários / Diretoria Estratégica de Planejamento e Gestão: Salvador, 2021. 137 p. Disponível em: [Novo_Plano_Municipal_de_Saúde_2022-2025_\(salvador.ba.gov.br\).](http://Novo_Plano_Municipal_de_Saúde_2022-2025_(salvador.ba.gov.br).)

SANTOS, Janio. **A cidade poli (multi) nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador.** 2008. 402f. Tese (Doutorado) - curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, José R. J. **Subúrbio Ferroviário: um lugar marginal.** In: Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. /coordenado por Gey Espinheira. –Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7, ed. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas.** O Preconceito. São Paulo: IMESP, v. 1997, p. 133-144, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1996. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A ANÁLISE HISTÓRICA.** Educação & Realidade, v.18, n.2, jul./dez. 1995.

SIMON, Carolina Russo; GUIMARÃES, Raul Borges. **Mulheres assassinadas no Brasil: o que revela e esconde os mapas?** IN: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, outubro de 2021, João Pessoa- PB. Anais eletrônicos... XIV ENANPEGE, p.01-20. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege>.

SILVA, Joseli Maria. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano.** Geosul, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio Jose. **Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a descolonialidade de saberes.** Journal of Latin American Geography, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 163-171 (Article) Published by University of Texas Press.

SILVA, L. E. L. D., & OLIVEIRA, M. L. C. D. (2015). Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. Ciência & Saúde Coletiva, 20, 3523-3532.

SILVA, NASCIMENTO. Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho.** São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SERPA, A. **A Paisagem Periférica.** In: Eduardo Yázigi. (Org.). Turismo e Paisagem. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.

SOJA, E. W. **The city and spatial justice.** Trad. Sophie Didier e Frédéric Dufaux. Justice Spatiale/Spatial Justice, n. 1, 2009. Disponível em: [JSSJ1-1en4.pdf](#) Acesso em: 20 jan. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo das vítimas de violência doméstica e familiar.** In Oficina sobre a lei Maria da Penha, a rede e o sistema de atendimento às mulheres em situação de violência. 2014.

TRUTH, Sojourner. **E não sou eu uma mulher.** Convenção pelos Direitos das Mulheres. Ohio, 1851.

WAISELFISZ Julio Jacobo. **Homicídio de mulheres no brasil. MAPA DA VIOLÊNCIA 2015.** Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

WALKER, Leonore. **The battered woman.** New York: Harper and How, 1979. (WALKER, Leonor. A mulher agredida. Nova York: Harper and How, 1979).

VAN DEN BRULE, D. M. **As diversas abordagens da justiça espacial na geografia.** Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 2, p. 297-316, ago. 2020. ISSN 2179-0892.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **As metamorfoses do conceito de cidade.** Mercator (Fortaleza), v. 14, p. 17-23, 2015.

VELEDA DA SILVA S. “**Geografia e gênero/Geografia feminista – o que é isto?**”, *Boletim Gaúcho de Geografia*, 1998. pp. 105-111.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração:** teoria e prática. FGV, 2005.

APÊNDICES

6. Roteiro para entrevista com mulheres em situação de violência no Subúrbio Ferroviário, sujeito (a) da pesquisa

Perfil Sociodemográfico:

Qual o nome que escolhe para ser entrevistada?

Qual sua idade?

Como você se autodeclara? (preta, parda, branca, indígena, de origem asiática)

Até que ano você cursou na escola?

Qual a sua religião?

O que faz como atividade profissional principal?

Trabalha atualmente? Onde é o seu trabalho?

Onde nasceu? Se fora de Salvador, quanto tempo mora aqui em Salvador?

Quanto tempo reside no Subúrbio? Sempre morou no mesmo bairro?

Qual o bairro que reside no Subúrbio?

O imóvel onde reside é próprio, alugado ou cedido?

Quantos cômodos possui a residência onde habita?

Quantas pessoas residem com você?

Na sua casa tem água encanada, rede de esgoto e luz elétrica?

A rua onde mora tem calçada e é pavimentada?

Tem ponto de ônibus perto da sua casa? Quanto tempo leva para chegar ao ponto de ônibus mais perto de casa?

Perfil Familiar:

Qual a sua situação conjugal?

Quanto tempo de relacionamento?

Vive com o parceiro? É casada formalmente? Há quantos anos?

Foi sua primeira união?

Tem filhos? São do parceiro atual? Quantos? Qual a idade deles?

Qual a idade do parceiro, profissão, cor e escolaridade?

Contexto da Violência:

Quando você se percebeu vivendo uma situação de violência? (em meses ou anos)

Como esta violência ocorria?

Contou para alguém?

Se contou para a família, teve apoio do núcleo familiar na tomada de decisão de se separar do parceiro e romper o ciclo de violência?

Itinerário:

Quando e por que decidiu buscar apoio?

Onde buscou apoio: na própria comunidade (igrejas, associação) ou nos serviços especializados (DEAM, Espaços de mitigação: ONGs, Grupo de mulheres ...)?

Você sabia que existia uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Salvador?
Como soube?

Qual o primeiro serviço que buscou apoio? Foi no Subúrbio Ferroviário? Qual o endereço deste serviço? Como soube deste serviço?

Como foi o seu deslocamento? (automóvel particular, taxi, uber, ônibus, motocicleta ou a pé)?

Teve dificuldade de achar o serviço?

Quanto tempo levou para chegar? Como avalia o deslocamento até lá (no transporte, a pé etc.)?

Quanto gastou? Como avalia o dinheiro que gastou?

Teve que voltar outras vezes neste serviço? Quantas vezes? Por quê?

Do primeiro serviço você foi encaminhada para algum outro serviço? Qual?

Qual o endereço do(s) serviço(s) que o primeiro te indicou/recomendou?

Como foi encaminhada (ficha, indicação verbal, outra forma)?

Como você foi? Como foi o seu deslocamento? (automóvel particular, táxi, uber, ônibus, motocicleta ou a pé)?

Teve dificuldade para achar o(s) serviço(s) no(s) endereço(s) indicado(s)?

Quanto tempo levou para chegar? Como avalia o tempo que levou? E o dinheiro que gastou?

Conseguiu ser atendida?

Teve que voltar outras vezes? Quantas em cada serviço?

De lá te encaminharam para outro local? Qual o endereço?

Como foi o encaminhamento?

Teve dificuldade de achar este novo serviço no endereço indicado?

Quanto tempo levou para chegar? E o dinheiro que gastou? Como avalia o tempo que levou?

Quais as dificuldades que você encontrou para achar o(s) serviço(s) da Rede e chegar até eles?

Qual a sua maior dificuldade de deslocamento ou de chegar, como moradora do Subúrbio, aos serviços que foram indicados para você?

Descreva como foi o caminho que fez no dia que decidiu buscar apoio (serão considerados todos os aspectos geográficos do trajeto da saída de casa até o ponto de apoio na rede de atenção à mulher). Descreva o caminho dos outros dias.

Buscou outros serviços por conta própria? Quais? Como soube? Quanto tempo levou para chegar? E o dinheiro que gastou? Como avalia o tempo que levou?

Como foi atendida (em cada um dos serviços que procurou ou foi encaminhada)?

Dê uma nota de 1 a 5 para avaliar cada atendimento recebido nos serviços onde foi atendida (1 totalmente insatisfeita e não recomenda a outras mulheres; 5 totalmente satisfeita e recomenda a outras mulheres).

O que você mais gostou nas experiências de atendimento quando buscou os serviços? O que você menos gostou nesses atendimentos?

O que acha que falta nesses serviços para atender melhor mulheres que vivem a mesma situação que você no Subúrbio Ferroviário de Salvador?

O que você acha que precisa melhorar no Subúrbio em relação aos serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica?

Roteiro de entrevista com profissionais e mulheres de movimento social

1. Qual a sua formação? Em qual instituição/entidade, você atua? Há quanto tempo você trabalha com mulheres em situação de violência doméstica?
2. Como as mulheres chegam até o espaço de atendimento: são encaminhadas por algum serviço ou procuram o atendimento por conta própria? Se por algum serviço, qual é este?
3. De qual lugar/bairro da cidade do Salvador você costumava frequentar mais mulheres?
4. Você já atendeu mulheres do Subúrbio?
5. Quais são as principais dificuldades relatadas pelas mulheres do Subúrbio para chegar ao espaço de atendimento? Estas dificuldades são específicas de moradoras do Subúrbio?
6. A partir de suas experiências no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, quais são as demandas prioritárias das moradoras do Subúrbio, quanto ao funcionamento da rede de atenção à mulher?
7. As questões de mobilidade e acessibilidade influenciam no acesso das mulheres residentes no Subúrbio, ao serviço; se sim, de que forma?
8. Há algo que gostaria de acrescentar sobre as pessoas que atendem no Subúrbio e sua relação com os serviços?



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA - INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO EM SALVADOR-BA

Convidamos você a participar desta pesquisa que está sendo realizada pela pesquisadora Marcia Tavares Nunes, mestrandona Programa de Pós Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia- UFBA, sob a orientação do professor Dr. Cristóvão de C. da Trindade de Brito. A presente pesquisa pretende analisar quais os percursos utilizados pelas mulheres, residentes no Subúrbio Ferroviário em Salvador (SFS) – BA em situação de violência doméstica para lidar e enfrentar o problema. As questões que lhe perguntaremos se referem aos motivos da busca pelo serviço da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica em Salvador, quais serviços procurou, onde estavam localizados, suas opiniões sobre a experiência durante o seu atendimento e suas sugestões para melhoria da atenção recebida.

Sua participação é voluntária, ou seja, você não é obrigada a nos dar entrevista. Sabemos que as perguntas tratam de um tema delicado. De toda forma, você tem o direito de não responder a qualquer pergunta ou desistir da sua participação, em qualquer momento da entrevista, sem prejuízos. Caso você tenha um desconforto emocional e deseje apoio, pode ser orientada a buscar a rede de serviços de atendimento com acompanhamento profissional especializado. A pesquisadora que fará a entrevista tem experiência nesse tipo de pesquisa e sobre esse tema. Para ser fiel às suas respostas a entrevista será gravada e, em seguida, copiada pela pesquisadora. Após isto, será destruída. Tudo o que for informado será mantido em sigilo, e tudo que será transscrito e analisado da sua entrevista, não haverá seu nome, nem será possível sua identificação. Você pode escolher desde o início da entrevista um nome inventado para utilizar.

Sua participação na pesquisa não lhe trará benefícios financeiros nem qualquer despesa. No entanto, é muito importante ouvir seu relato, suas opiniões e sugestões para conhecimento da situação dos serviços estudados, conhecer seu itinerário, bem como os aspectos positivos e as dificuldades que perpassou frente ao contexto da situação de violência doméstica. Esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir para a melhoria dos serviços da rede de

atenção à mulher em Salvador- Bahia, e que assim possa tornar as políticas públicas de atenção às mulheres mais justas e adequadas, incluindo aquelas de enfrentamento à violência doméstica. Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lhe será entregue. Se houver perguntas ou necessidade de mais informações sobre o estudo, a senhora poderá contatar a pesquisadora através do e-mail marciatavaresifba@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva pode ser contatado pelo telefone (71) 3283- 7419, e no seguinte endereço: Rua Basílio da Gama S/N – 2 andar, Canela, 40110-040, Salvador – BA, com horário de funcionamento de 2^a a 6^a feira, das 8h às 15h, ou através do e-mail cepisc@ufba.br. O CEP objetiva defender os interesses das participantes do estudo, contribuindo, assim, para que a pesquisa atenda aos padrões éticos recomendados.

DECLARAÇÃO

Eu, _____ declaro ter sido suficientemente informada sobre a pesquisa “INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO EM SALVADOR-BA”, iniciativa da pesquisadora, Marcia Tavares Nunes, mestrandona Programa de Pós Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia- UFBA, sob a orientação do professor Dr. Cristóvão de C. da Trindade de Brito.

A minha participação é voluntária. Me foram informados os objetivos do estudo, como as entrevistas serão realizadas, o meu direito a não responder ou me retirar da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Também o sigilo dos dados, sem identificação do meu nome.

Declaro meu consentimento para a participação na presente pesquisa e autorizo a gravação da minha entrevista.

Salvador-BA, _____ de _____ 2023.

Assinatura da entrevistada

Assinatura da autora

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	
---	--	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PESQUISA - INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO EM
 SALVADOR-BA

Convidamos você a participar desta pesquisa que está sendo realizada pela pesquisadora Marcia Tavares Nunes, mestrandanda do Programa de Pós Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia- UFBA, sob a orientação do professor Dr. Cristóvão de C. da Trindade de Brito. A presente pesquisa pretende analisar quais os percursos utilizados pelas mulheres, residentes no Subúrbio Ferroviário em Salvador (SFS) – BA em situação de violência doméstica para lidar e enfrentar o problema.

As questões que lhe perguntaremos se referem ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em Salvador, as dificuldades para esse atendimento e suas sugestões para melhoria da atenção recebida. Sua participação é voluntária, lhe será garantido o direito de não responder a qualquer pergunta ou desistir da sua participação, em qualquer momento da entrevista, sem prejuízos. Para ser fiel às suas respostas a entrevista será gravada e, em seguida, copiada pela pesquisadora. Sigilo, confidencialidade e anonimato serão garantidos. Sua participação na pesquisa não lhe trará benefícios financeiros nem qualquer despesa. Esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir para a melhoria dos serviços da rede de atenção à mulher em Salvador- Bahia, e que assim possa tornar as políticas públicas de atenção às mulheres mais justas e adequadas, incluindo aquelas de enfrentamento à violência doméstica.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lhe será entregue. Se houver perguntas ou necessidade de mais informações sobre o estudo, a senhora poderá contatar a pesquisadora através do e-mail marciatavaresifba@gmail.com ou O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva, que pode ser contatado pelo telefone (71) 3283-7419, e no seguinte endereço: Rua Basílio da Gama S/N – 2 andar, Canela, 40110-040, Salvador – BA, com horário de funcionamento de 2^a a 6^a feira, das 8h às 15h, ou através do e-mail cepisc@ufba.br. O CEP objetiva defender os interesses das participantes do estudo, contribuindo, assim, para que a pesquisa atenda aos padrões éticos recomendados.

DECLARAÇÃO

Eu, _____ declaro ter sido suficientemente informada sobre a pesquisa “INJUSTIÇA ESPACIAL NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO EM SALVADOR-BA”, iniciativa da pesquisadora, Marcia Tavares Nunes, mestrandona Programa de Pós Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia- UFBA, sob a orientação do professor Dr. Cristóvão de C. da Trindade de Brito.

A minha participação é voluntária. Me foram informados os objetivos do estudo, como as entrevistas serão realizadas, o meu direito a não responder ou me retirar da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Também o sigilo dos dados, sem identificação do meu nome.

Declaro meu consentimento para a participação na presente pesquisa e autorizo a gravação da minha entrevista.

Salvador-BA, _____ de _____ 2024.

Assinatura da entrevistada

Assinatura da autora

ANEXO A

2023

Fontes: Relatórios de: Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação De Violência Loretá Valadares- CRAMLV; Centro de Atendimento à Mulher Soteropolitan Irmã Dulce – CAMSID; Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher Arlette Magalhães – CREAM - DPM/SPMJ

PERFIL DAS ASSISTIDAS

* COM BASE NAS 840 REFERENCIADAS nos CRAMs

ETNIA/COR		
INDICADORES	TOTAL	%
AMARELA	5	0,59
BRANCA	79	9,4
INDÍGENA	12	1,42
PARDA	384	45,71
PRETA	360	42,8
NÃO RESPONDEU	0	0
TOTAL	840	

FAIXA ETÁRIA		
INDICADORES	TOTAL	%
MENOR DE 18	3	0,35
18 A 22 ANOS	46	5,47
23 A 30 ANOS	131	15,59
31 A 35 ANOS	119	14,16
36 A 40 ANOS	145	17,26
41 A 50 ANOS	240	28,57
51 A 55 ANOS	59	7,02
56 A 60 ANOS	54	6,42
ACIMA de 60 ANOS	43	5,11
TOTAL	840	

ESTADO CIVIL		
INDICADORES	TOTAL	%
SOLTEIRA	480	57,14
CASADA	170	20,23
SEPARADA	38	4,52
DIVORCIADA	35	4,16
VIUVA	13	1,54
UNIÃO ESTÁVEL	79	9,40
NAMORANDO	25	2,97
TOTAL	840	

RELIGIÃO		
INDICADORES	TOTAL	%
NÃO TEM RELIGIAO	225	26,78
ATEU	0	0
CATOLICA	173	20,59
ESPIRITA	22	2,61
EVANGELICA	370	44,04
TESTEMUNHA DE JEOVA	0	0
MATRIZ AFRICANA	46	5,47
MORMONS	0	0
BUDISMO	0	0
OUTRAS	4	0,47
TOTAL	840	

TIPIFICAÇÃO DA VIOLENCIA		
INDICADORES	TOTAL	
FÍSICA	656	20,69
PSICOLÓGICA	797	25,14
SEXUAL	384	12,11
MORAL	716	22,58
PATRIMONIAL	617	19,46
TOTAL	3170	

*3.170 - visto que uma mesma pessoa pode ser mais de um tipo de violência

ESCOLARIDADE		
INDICADORES	TOTAL	%
NÃO ALFABETIZADA	7	0,83
ALFABETIZADA	13	1,54
FUNDAMENTAL I INCOMPLETO	65	7,73
FUNDAMENTAL I COMPLETO	22	2,61
FUNDAMENTAL II INCOMPLETO	64	7,61
FUNDAMENTAL II COMPLETO	25	2,97
ENSINO MEDIO INCOMPLETO	72	8,57
ENSINO MEDIO COMPLETO	376	44,76
SUPERIOR INCOMPLETO	77	9,16
SUPERIOR COMPLETO	97	11,54
POS GRADUADA	22	2,61
MESTRADO	0	0
DOUTORADO	0	0
NÃO SABE INFORMAR	0	0
TOTAL	840	

SITUAÇÃO SOCIOECONOMICA EM VALORES (R\$)		
INDICADORES	TOTAL	%
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	562	66,90
mais de 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	173	20,59
mais de 2 A 3 SALARIOS MÍNIMOS	53	6,30
mais de 3 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	23	2,73
ACIMA DE 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	21	2,5
NÃO RESPONDEU	8	0,95
TOTAL	840	

* Salário Mínimo de R\$ 1.302,00 – 1º de maio de 2023

AVALIAÇÃO DE RISCO DA SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DAS ASSISTIDAS		
INDICADORES	TOT AL	%
AMEAÇA	425	50,59
RISCO DE MORTE	165	19,64
* RISCO IMINENTE DE MORTE	142	16,90
** NÃO RELATA NENHUM RISCO	108	12,85
TOTAL	840	

* Risco iminente de morte - uso de arma de fogo ou arma branca

** Não relata nenhum risco - Na escuta a técnica é quem avalia se exist ou não
algum tipo de risco. Muitas vezes amulher não percebe e/ou não identifica o grau
do risco

*** A situação de risco pode variar de mês para mês